



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

**PORTARIA Nº 1764, DE 27 DE JUNHO DE 2023**

**A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, e reconduzida pelo Decreto de 29/09/2022, publicado no DOU de 30 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, e considerando a Portaria nº 3.700 de 28/12/2022, que institui o cronograma de aquisições para 2023,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a unidade supridora abaixo como responsável pelo processo de Serviço de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Campus Socorro:

Unidade Supridora/Requisitantes: Coordenadoria de Manutenção;

Unidade Gerenciadora: CM/Campus Socorro;

Apoio Técnico: DIPOP;

Agente de Licitação/Integrante Administrativo: Diana Ingrid Porto Fontes Canuto, matrícula SIAPE 2351022.

§ 1º A Unidade Supridora será responsável pelo planejamento e confecção dos artefatos necessários à abertura do processo licitatório (DFD cadastrado no sistema PGC, ETP Digital, Termo de Referência Digital e Mapa de Riscos Digital, elaborados no Portal de Compras Públicas - [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)), atentando-se para a especificação do objeto e para o quantitativo estimado de sua unidade.

§ 2º Ao Agente de licitação/Integrante Administrativo designado caberá assessorar a Unidade Supridora na elaboração dos artefatos estabelecidos na IN 05/2017/MP, bem como ser o responsável pela condução da licitação por meio do papel de pregoeiro.

§ 3º A Coordenadoria de Manutenção do Campus Socorro marcará reuniões para as discussões e elaboração conjunta dos artefatos com os demais integrantes desta Portaria, se houver, devendo encaminhar o processo administrativo com a demanda consolidada para a DLC, através do SEI, até a data 31/08/2023, cumprindo a data prevista no cronograma das licitações publicado no site do IFS.

§ 4º Esta portaria substitui a da equipe de planejamento da contratação, equivalendo-a.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. O documento assinado pode ser baixado através do endereço eletrônico [https://sipac.ifs.edu.br/public/jsp/boletim\\_servico/busca\\_avancada.jsf](https://sipac.ifs.edu.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf), através do número e ano da portaria.

Número do Documento de Formalização da Demanda: 43/2023

## 1. Informações Básicas

Área requisitante

CM-SOCORRO

Descrição sucinta do objeto

Serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários.

Justificativa da prioridade

Recomendação da DIPOP (Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos) por ocasião de futuras Renovações da Licença de Operação do Campus Socorro pelo órgão ambiental competente.

Data da  
conclusão da  
contratação

30/08/2023 00:00

UASG Editado por

ALINE DE  
OLIVEIRA  
BARBOSA

## 2. Justificativa de necessidade

Recomendação da DIPOP (Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos) por ocasião de futuras Renovações da Licença de Operação do Campus Socorro pelo órgão ambiental competente.

## 3. Materiais/Serviços

### 3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

### 3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE ESGOTO	MANUTENÇÃO DE REDES - ÁGUA / ESGOTO	1,00	800,00	800,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

Técnica em Edificações

## 5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

## 6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

## Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

3/2023

Responsável pela Edição

ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

Data de Criação

14/09/2023 10:20

Objeto da Matriz de Riscos

contratação dos serviços de manutenção preventiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do IFS - Campus Socorro.

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	FALHA NO DIMENSIONAMENTO	Falta de Parâmetros.	Planejamento	Administração	Médio	

## Impactos

1 Contratação de serviços fora das especificações.

## Ações Preventivas

P-01 Avaliar a estrutura do órgão em suas peculiaridades para estimar o quantitativo da necessidade atual e futura nos casos de expansão. **Responsável:** ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

## Ações de Contingência

C-01 Realizar nova licitação, adesão a Ata/SRP ou transferência de quantitativo entre campi. **Responsável:** ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	INADEQUADA REALIZAÇÃO DO ESTUDO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO.	Equipe de planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade.	Planejamento	Contratada	Médio	

## Impactos

1 Não atendimento da necessidade desejada.

## Ações Preventivas

P-01 Envolver servidores que participaram do planejamento de outras licitações similares. **Responsáveis:** JOSE FRANCO DE AZEVEDO , ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

## Ações de Contingência

C-01 Alteração qualitativa do contrato, nova licitação, dispensa. **Responsáveis:** ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA , JOSE FRANCO DE AZEVEDO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	IMPUGNAÇÃO	Edital com falhas.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

## Impactos

1 Atraso na contratação.

## Ações Preventivas

P-01 Elaboração de edital sem direcionamento ou restrições à competição. **Responsáveis:** ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA , DIELE OLIVEIRA FILOCRE RODRIGUES

## Ações de Contingência

C-01 Refazer Edital. **Responsáveis:** DIELE OLIVEIRA FILOCRE RODRIGUES, ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	ACEITAÇÃO DE LANCE INEQUÍVEL	Falta de conhecimento de métodos para análise de inexistência de uma proposta pela comissão de análise de planilha.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

## Impactos

1 Inexecução adequada do serviço ou descumprimento de obrigações.

## Ações Preventivas

P-01	Orientar ao pregoeiro solicitar, em caso de lances abaixo do limite mínimo estabelecido no caderno técnico, documento da empresa comprovando viabilidade de execução, e solicitar apoio à fiscalização administrativa para análise das propostas.	<b>Responsáveis:</b> DIELLE OLIVEIRA FILOCRE RODRIGUES, ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------

**Ações de Contingência**

C-01	Aplicação de penalidades, dispensa, adesão ou nova licitação.	<b>Responsáveis:</b> DIELLE OLIVEIRA FILOCRE RODRIGUES, ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA
------	---------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	PUBLICAÇÃO DE NOVA NORMA ALTERANDO A FORMA DE CONTRATAÇÃO	Constantes mudanças na legislação.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

**Impactos**

1	Contratação não vantajosa.
---	----------------------------

**Ações Preventivas**

P-01	Acompanhamento da legislação sobre o tema.	<b>Responsáveis:</b> DIELLE OLIVEIRA FILOCRE RODRIGUES, ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA
------	--------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------

**Ações de Contingência**

C-01	Abortar processo.	<b>Responsáveis:</b> DIELLE OLIVEIRA FILOCRE RODRIGUES, ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA
------	-------------------	-----------------------------------------------------------------------------------

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA  
INTEGRANTE REQUISITANTE  
GERENCIADOR

JOSE FRANCO DE AZEVEDO  
Autoridade competente



# Estudo Técnico Preliminar 9/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23832.000482/2023-13

## 2. Descrição da necessidade

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação dos serviços de manutenção preventiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), *campus* Socorro, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar a referida contratação.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS), *campus* Socorro, possui um sistema de tratamento de esgoto composto por Caixas de Inspeção, Estação Elevatória, DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente), Filtro Anaeróbio e Wetland. Os efluentes de esgoto são coletados através das caixas de inspeção e de gordura, e lançados nesse sistema de tratamento. O sistema de coleta e tratamento de esgoto ainda não passou por manutenção e nem limpeza, uma vez que a quantidade de contribuição prevista para o sistema ainda não foi atingida. No entanto, com o crescimento de ofertas de curso técnico subsequente, curso técnico integrado e curso FIC, o número de usuários cresceu e tende a crescer mais ainda com novas ofertas, aumentando assim a contribuição no sistema citado. Com o aumento dessa demanda, o sistema passa a necessitar de limpeza periódica.

Vale ressaltar que a limpeza do sistema de coleta e de tratamento de esgoto do *campus* devem ser feitas a fim de evitar:

- A obstrução das caixas e tubulações do sistema de coleta;
- Falha no funcionamento da Estação elevatória;
- O acúmulo de lodo do sistema de tratamento de esgoto, o que prejudica a saúde das colônias de bactérias e consequentemente a eficiência da filtragem e vazão dos resíduos tratados.

Além do apresentado acima, para a Renovação da Licença de Operação (R-LO) perante a Adema é necessário apresentar comprovante da realização dos serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários, realizado por empresa licenciada pela ADEMA, de acordo com o item nº 10 da Licença de Operação nº 55/2017, anexo I deste processo.

Tendo em vista que o IFS, *campus* Socorro, não dispõe de mão de obra com pronto atendimento especializado e nem equipamentos para esse tipo de manutenção e limpeza, é notória a necessidade de contratação de serviços de manutenção para o sistema de tratamento dos esgotos sanitários, evitando eventuais problemas que possam comprometer o andamento das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas diariamente, como mau cheiro, vazamentos, entupimentos, entre outros.

Esta contratação tem como principal objetivo, oferecer aos servidores, alunos e visitantes um ambiente que não cause riscos à saúde, além de inibir a proliferação de doenças, contaminação do meio ambiente e atender as condicionantes da licença de Operação da ADEMA nº 55/2017, anexo I deste processo.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
IFS/Campus Socorro/Coordenadoria de Manutenção (Unidade Supridora Gerenciadora)	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A pretendida contratação abrange, especificamente, a atuação técnica na realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva. Como manutenção preventiva entende-se como aquela destinada a prevenir a ocorrência de defeitos nas instalações do sistema de tratamento de esgotos mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto e normas técnicas específicas. No caso da manutenção corretiva entende-se aquela destinada a corrigir os defeitos da estação elevatória que envolve o funcionamento de duas bombas submersas juntamente com seu quadro de comando.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados de acordo com os manuais de saneamento e normas técnicas específicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter o sistema em perfeitas condições de funcionamento. A empresa deve apresentar documentação que comprove capacidade técnica para a execução dos serviços demandados e utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor. A empresa também deve apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados ao serviço a ser realizado, quando for o caso, com todos os custos inclusos na proposta.

A empresa vencedora do processo licitatório deverá realizar serviços de limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de Inspeção e de Gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e no Filtro Anaeróbio, com caminhão equipado com bomba e tanque compatível para transporte do material coletado, conforme programação anexa à ordem de serviço. Deverá também executar serviços de manutenção corretiva da Estação elevatória, realizando, se necessário, a limpeza e consertos das bombas submersas e seu quadro de comando.

Deverá ser providenciada a execução do serviço, por parte da empresa contratada, em horário combinado com o Campus, de forma a não prejudicar as atividades; qualquer alteração em dia e horários deverá ser previamente comunicado ao campus que poderá autorizar ou não. Além disso, a contratada deverá garantir que não fique nenhum resíduo dos serviços na superfície, gramas, calçadas e passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente.

A limpeza e os efluentes recolhidos pela contratada deverão respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos", com apresentação de comprovante de recebimento de responsabilidade da contratada.

Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA.

O IFS registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

a. 1.

Atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;

b. 2.

Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;

c. 3.

Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;

d. 4.

Fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;

e. 5.

Determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;

f. 6.

Sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;

g. 7.

Registrar as ocorrências havidas, firmado com o preposto da CONTRATADA;

h. 8.

Emitir certificação de adimplemento contratual no prazo de 01 (um) dia a partir do recebimento da Nota Fiscal /fatura.

A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

Não será aceita a realização de serviço do caminhão limpa-fossa que não tenha sido autorizado ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

## 5. Levantamento de Mercado

Conforme consulta e estudo realizados em Termos de Referência de outros órgãos da administração pública, verificou-se que este estudo foi realizado em formato semelhante das soluções aplicadas atualmente no mercado. Chegou-se à conclusão de que não há alternativa que substitua a contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários no campus Socorro.

Sendo assim, a escolha do tipo de solução a contratar para os serviços de manutenção do objeto em tela baseou-se nos procedimentos convencionais de manutenção adotados atualmente no mercado, a exemplo da contratação de serviços de limpeza de fossas com caminhões de variadas capacidades e diferentes unidades de medida.

Entendemos que desta forma a administração ampliará a concorrência da licitação, pois empresas que possuam caminhões de diferentes capacidades estarão aptas a realizar os serviços.

Para a descrição dos serviços e estimativa do valor total do serviço de manutenção/limpeza do sistema de tratamento de esgoto, foi tomado como base o processo nº 23463.000335/2022-08, realizado pelo IFS - *Campus Estância*, cujo objetivo foi a contratação de serviço de manutenção e limpeza de fossa séptica com ou sem filtro anaeróbio. Nesse caso o valor estimado dos serviços de manutenção preventiva com limpeza do DAFA com Filtros Anaeróbicos foi reajustado pelo INCC (abril/2023 à setembro/2023). Para o serviço de limpeza das caixas de inspeção e de gordura, foi utilizado o valor do ORSE com referência de agosto de 2023. Para o valor do serviço de manutenção corretiva da estação elevatória foram tomados como base termos de referência de pregões de 2022 e 2023 de órgãos públicos. Esses valores estão expressos nas documentações e planilha de referência para a obtenção do valor estimado, apresentadas no anexo II deste processo.

## 6. Descrição da solução como um todo

Diante da necessidade apontada e dos levantamentos realizados, a solução consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva no sistema de tratamento dos esgotos sanitários do IFS, *campus Socorro*. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico Tradicional.

A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de inspeção e de gordura, no Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente (DAFA) e no Filtro Anaeróbico, bem como manutenção corretiva na Estação Elevatória, do Instituto Federal de Sergipe – *Campus Socorro*, incluindo a destinação final adequada para os dejetos.

#### 6.1. Especificações técnicas para a realização dos serviços:

O escopo dos serviços será:

a. 1.

Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA e comprovar que já realizou, no mínimo uma (01) manutenção em sistemas de tratamento de esgotos composto por Estação de Elevatória, DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente), Filtro Anaeróbico e Wetland, sob pena de inabilitação;

b. 2.

Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente, os ofícios e notificações;

c. 3.

As manutenções preventivas deverão ser realizadas conforme data a ser definida em conjunto com a Fiscalização e a Direção do campus.

#### 6.2. Da manutenção preventiva: A CONTRATADA deverá realizar os serviços de:

- Revisão e limpeza geral;
- Verificação do nível dos efluentes;
- Verificação da integridade das tampas;
- Os serviços deverão ser executados durante o expediente normal, no horário das 8h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feiras;
- Emissão de relatório dos serviços realizados;
- O procedimento de Limpeza deve seguir os seguintes passos:
  1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho;
  2. A tampa do DAFA e do filtro anaeróbico devem ser abertas para que ambos possam “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente desses sistemas é primordial sua abertura por alguns instantes (e vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse trâmite);
  3. O mangote ou tubo de limpeza deve ser introduzido diretamente nas caixas de inspeção, nas caixas de gordura, no DAFA e no Filtro anaeróbico. Vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção.
  4. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;
  5. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo do DAFA e do Filtro anaeróbico, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior dos mesmos.

#### 6.3. Da manutenção corretiva da Estação Elevatória: A CONTRATADA deverá realizar os serviços de:

1. Verificar o funcionamento das 02 bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V.;
2. Verificar o funcionamento dos automáticos de nível;
3. Realizar limpeza e regulagem na caixa de grade e na caixa de manobra;
4. Medir Amperagem dos equipamentos;
5. Avaliar os disjuntores, medir a voltagem e a amperagem no painel de comando;
6. Caso seja necessário, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema;
7. A manutenção das bombas deverá seguir as orientações dos fabricantes, devendo sempre haver duas bombas instaladas, sendo uma para operação e outra para reserva e rodízio. Em caso de defeito, a bomba avariada deverá ser consertada.
8. Outras atividades que julgar necessárias visando a garantia total da elevatória de esgotos de forma a deixar o sistema funcionando.

#### 6.4. Destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:

1. A destinação final dos dejetos retirados do sistema de tratamento de esgoto é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços.
2. O transporte ainda deverá ser acompanhado de Manifesto emitidos através do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010).
3. A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontram localizados todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nos elementos do sistema, nas vias urbanas e no prédio do IFS – *Campus Socorro*).

O atendimento técnico para o serviço de manutenção preventiva dar-se-á no seguinte endereço:

**IFS – *Campus Socorro*: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, Conjunto Marcos Freire II, Bairro Taiçoca, CEP: 49.156-183, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.**

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A metodologia para calcular a estimativa das quantidades foi baseada na análise, in locu, do sistema de coleta e de tratamento de esgoto construído nas dependências do *campus Socorro* e que atualmente encontra-se em funcionamento, conforme memorial descritivo e projetos em anexo. Levou-se em consideração também o processo de contratação de serviço de limpeza de fossa, esgoto, boca de lobo realizado pelo *campus Estância*, bem como os processos de aquisição congêneres de outras instituições públicas. Abaixo, o quantitativo estimado:

REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE		QUANT.
		CATSER	DE MEDIDA	
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico: 3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1

2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.779,20

A metodologia de estimativa de preços referenciais foi a pesquisa de mercado (orçamentos com empresas reconhecidas no mercado local) e utilização das bases de dados governamentais dos sistemas orçamentários ORSE. Para a descrição dos serviços e estimativa do valor total do serviço de manutenção/limpeza do sistema de tratamento de esgoto, foi tomado como base o processo nº 23463.000335/2022-08, realizado pelo IFS - *Campus Estância*, cujo objetivo foi a contratação de serviço de manutenção e limpeza de fossa séptica com ou sem filtro anaeróbio. Nesse caso o valor estimado do serviço de limpeza do DAFA com Filtro Anaeróbico foi reajustado pelo INCC (abril/2023 à setembro/2023). Para o serviço de limpeza das caixas de inspeção e de gordura, foi utilizado o valor do ORSE com referência de agosto de 2023. Esses valores estão expressos na planilha de referência para a obtenção do valor estimado, no anexo II deste processo. As dimensões dos elementos do sistema de tratamento de esgoto foram baseadas nos projetos arquitetônicos enviados pela DIPOP, de acordo com anexo III deste processo. Abaixo, quadro-resumo dos valores estimados para a contratação dos serviços:

REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbio, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25 x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbio:3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1	7.870,00	7.870,00
2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1	407,66	407,66
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersíveis modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1	1.501,54	1.501,54
						<b>TOTAL 9.779,20</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de licitação para contratação por item único.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto proposto neste estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme Mapa Estratégico do Instituto Federal de Sergipe referente ao período 2020 – 2024, o processo de contratação de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários está alinhado aos objetivos da Instituição, pois dentre da Perspectiva Processos encontra-se o Objetivo Estratégico OE02: “Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades institucionais da comunidade”. Alinhando com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unidade. Além desse, a atual demanda está prevista no Plano Anual de Contratações 2023, descrito como serviço de manutenção de redes: água/esgoto, item 01 da DFD 43/2023 da UASG 154680 (IFS/Campus Socorro).

Id do item no PCA: 446;

Classe/Grupo: 871 - Serviços de manutenção e Reparo de Produtos Fabricados de Metal, Maquinaria e Equipamentos;

Identificador da Futura Contratação: 154680-15/2022.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços prestados para a comunidade acadêmica, além de atender as condicionantes da ADEMA, apresentada na Licença de Operação nº 55/2017, quanto a comprovação da realização dos serviços de limpeza e manutenção dos sistemas de tratamento dos esgotos sanitários, realizados por empresa devidamente licenciada.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão para a execução deste serviço.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios de Sustentabilidade:

Conforme a instrução normativa número 01, de 19 de janeiro de 2010:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº

48.138, de 8 de outubro de 2003;

3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: INTEGRANTE REQUISITANTE

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

CAMPUS SOCORRO - COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO



Assinou eletronicamente em 24/11/2023 às 14:51:19.



Despacho: INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**JOSE FRANCO DE AZEVEDO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 24/11/2023 às 14:48:21.*



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
CAMPUS SOCORRO

DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO - CAMPUS SOCORRO

### **CERTIFICAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA**

*Ordem de Serviço Conjunta Reitoria/PF-IFS nº 01/2015, de XX de fevereiro de 2015.*

#### **CERTIFICO:**

Que as minutas integrantes (tratar-se de modelos de minutas atualizados) do presente processo foram extraídas do sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União – AGU (Modelos de Licitações e Contratos) no endereço <http://www.agu.gov.br>;

E ainda,

**DECLARO** que:

( ) Não foram realizadas quaisquer alterações nas minutas.

( x ) Foram incluídos os trechos na minuta de Termo de Referência pelos motivos a seguir expostos (especificar item incluído):

1.6. - Esse item apresenta informações relevantes quanto o regime de execução do objeto;

8.33.1. - Esse subitem cita as documentações necessárias que a empresa deve apresentar em relação a sua qualificação técnica, e cita também as normas técnicas que devem seguir - São requisitos importante para a avaliação prévia quanto a garantia da eficiência dos serviços que serão executados

10.3. - A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente - a dotação orçamentária será emitida posteriormente.

( X ) Foram suprimidos os trechos indicados pela expressão (SUPRESSÃO) na minuta de Termo de Referência.

Pelos motivos a seguir expostos (especificar item suprimido):

4.2. - Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares - Não se aplica;

4.3. - Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas - Não se aplica;

4.4. - Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato - Não se aplica, pois não se trata de uma situação excepcional;

4.5. - O item informa que não será admitida a subcontratação - Nesse caso será admitida a subcontratação;

4.9. - O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços - Não se aplica;

7.1.1. - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada. - Não se aplica pois serão utilizados relatórios técnicos para aferição da qualidade da prestação dos serviços e as sanções serão as apresentadas no edital e no contrato;

7.2. - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. - Não será utilizado o IMR, pois não se aplica em relação a forma da prestação de serviço;

7.4. - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada. - Não se aplica pois o serviço será executado em uma única etapa;

7.4.1 - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade. Não se aplica pois o serviço será executado em uma única etapa;

7.27. a 7.35. - Os itens discorrem sobre a antecipação de pagamento. - Não se aplica ao objeto;

10.1.1. - A contratação será atendida pela seguinte dotação. Esse item descreve sobre a dotação orçamentária. - Não se aplica pois trata-se de SRP.

DECLARO, ao final, possuir competência para firmar a presente certificação.

**Obs:** Este documento deverá ser assinado pelo responsável pelo termo de referência.

PORTARIA Nº 1.063 DE 13 DE ABRIL DE 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA, Coordenador(a)**, em 27/11/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **0358615** e o código CRC **1B381E26**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0358615



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2016/TEC/LO-0212, outorga a presente

## Licença de Operação Nº 55/2017

em favor de INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, CNPJ nº 10.728.444/0001-00, sediado na Av. Eng. Gentil Tavares Da Mota, Nº 1106, Getulio Vargas, Aracaju, SE, CEP 49.055-260, para o Centro Profissionalizante, situado à Av. Perimetral B, Conjunto Marcos Freire II, s/n, Bairro Complexo Taiçoca, no município de Nossa Senhora do Socorro, com coordenada UTM DATUM WGS 84: 24L. X= 710645, Y= 8799606, com área construída de 2.727,02m² em um terreno de 34.418,79m².

### Considerações Gerais

01. Esta Licença de Operação foi emitida às 10:17:06 do dia 29/03/2017, com validade por 3 anos, vencendo-se em 29/03/2020.
02. O código de controle desta licença é <b995f65dc29da28ea44d0565a165ef43> e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
  - a) Violação de normas ambientais;
  - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
  - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
  - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
  - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
  - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

### Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



## Condicionantes

1. - O empreendedor deverá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, afixar placa alusiva à licença ambiental, em local visível, de preferência próximo do acesso ao empreendimento, nas dimensões mínimas de 0,50m de largura por 0,70m de altura, conforme modelo e instruções fornecidos pela Adema.
2. Na vigência desta Licença, quaisquer irregularidades constatadas deverão ser corrigidas pelo empreendedor e comunicadas, imediatamente a Adema.
3. Os despejos sanitários do empreendimento serão tratados através de um sistema coletivo constituído por 01 Fossa Séptica, 02 Filtro Anaeróbio e 02 Wetland, tendo destinação dos efluentes tratados para o canal natural de drenagem de águas pluviais existente no local, cuja destinação final é o Rio do Sal.
4. Deverá ser efetuada a manutenção das unidades que compõem o sistema de tratamento de esgoto de acordo com a frequência de limpeza necessária, objetivando garantir a eficiência do mesmo.
5. No momento em que a área onde se encontra instalado o empreendimento em referência for servida por rede pública de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a respectiva ligação deverá ser imediatamente efetuada.
6. A partir da efetiva operação do sistema de tratamento de efluentes, a empresa deverá realizar o automonitoramento para controle e acompanhamento periódico dos efluentes lançados no corpo receptor, com base em amostragem representativa dos mesmos, conforme Resolução Conama nº 430/2011, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros:
  - Efluente bruto: Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO.
  - Efluente tratado: pH, Temperatura, Materiais Sedimentáveis, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO 5 dias a 20°C), Nitrogênio Amoniacal Total, Substâncias solúveis em hexano (óleos e graxas).
7. O automonitoramento deverá ser realizado de acordo com as normas específicas, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado e os resultados deverão ser encaminhados trimestralmente à Adema, para análise.
8. O empreendedor deverá manter as áreas de preservação permanente do Rio Jabiberi, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.651/12, respeitando rigorosamente o fluxo natural das águas.
9. O sistema de drenagem de águas pluviais deverá ser mantido em conformidade com as diretrizes municipais e operar de forma a garantir o fluxo natural das águas de forma a evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamentos e outros).
10. Por ocasião da solicitação de renovação da Licença de Operação o empreendedor deverá apresentar comprovantes da realização dos serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários, realizados por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
11. A emissão de ruído proveniente da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas NBR's nº 10.151 e nº 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução Conama nº 01/90.
12. Esta licença não autoriza a utilização de equipamentos de amplificação sonora nas áreas comuns do empreendimento.
13. Os resíduos sólidos domésticos gerados deverão ser dispostos em recipientes adequados e destinados à coleta pública, não sendo permitida incineração, queima ao ar livre e disposição a céu aberto.
14. Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser acondicionados conforme NBR nº 13.230 da ABNT e destinados à empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.





Licença: 55/2017

Código: b995f65dc29da28ea44d0565a165ef43

### Condicionantes

15. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividades da empresa, deverá ser previamente apresentada a Adema para a respectiva avaliação.



PLANILHA DE REFERÊNCIA PARA A OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO PARA O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MANUTENÇÃO/LIMPEZA DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CAIXAS DE INSPEÇÃO, DAFA, FILTRO ANAERÓBIO E CAIXAS DE INSPEÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor do serviço no Termo de Homolog. do Processo nº23463.000335/2022-08 (R\$)	Valor do serviço no Termo de Homologação do Processo nº23463.000335/2022-08 Reajustado pelo INCC abril/2023 a setembro/2023 (R\$)	Valor do serviço pesquisado no ORSE com referência de agosto de 2023 (R\$)	UNID	QUANT	Valor Estimado (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbio, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.  Dimensões:  DAFA: 5,25x2,20x2,60m e  Filtro Anaeróbio:3,80x3,80x1,90m, cada.	7.721,00	7.870,00	-	Serviço	1	7.870,00
2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	-	-	23,98	Unid	17	407,66

PLANILHA DE REFERÊNCIA PARA A OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO PARA O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ESTAÇÃO ELEVATÓRIA.

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor do serviço no Pregão Eletrônico SRP Nº 06/2023 (UASG: 927982)	Valor do serviço no Pregão Eletrônico SRP Nº 06/2023 (UASG: 927982) e/ou no Pregão Eletrônico Nº 009/2022 – SEMED – item 07, Reajustados pelo INCC junho/2023 a	UNID	QUANT	Valor Estimado (R\$)
------	-----------	---------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	-------	----------------------



		e/ou no PE Nº 009/2022 – SEMED (R\$)	setembro/2023 (R\$)			
3.1	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando.  Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	(SRP Nº 06/2023) 4.733,33 / 24=197,21  +  (PE Nº 009/2022) 183,33 = 380,54	382,86	Serviço	1	382,86
3.2	Serviço de manutenção corretiva de bombas submersíveis com painel de comando da Estação Elevatória, incluindo troca de peças.  Modelo da Bomba: ABS Robusta 250T 220V, 0,5CV	(PE Nº 009/2022)  540,00	Agosto/2022 a Agosto/2023= 557,44  Agosto/2023 a Setembro/2023= 559,34	Serviço	2	1.118,68
Total da Manutenção Corretiva da Estação Elevatória						1.501,54
<b>TOTAL</b>						<b>9.779,20</b>



**Atualize ou faça seu  
cadastro clicando aqui!!!**

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

Coleta de Preços Fornecedoros Insumos Especificações Serviços Downloads Contato

**Composição de Preço de Serviço**

Junho/2023-1

Código	Serviço	Unidade
12636/ORSE	Limpeza de caixa de passagem ou de gordura com reassentamento da tampa	un

**Composição de Preço**

* Código	Descrição da Composição	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
04750/SINAPI	Pedreiro (horista)	h	0,33	8,57	2,83
06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,66	6,00	3,96
01903/ORSE	Argamassa cimento e areia traço t-1 (1:3) - 1 saco cimento 50kg / 3 padiolas areia dim. 0.35 x 0.45 x 0.23 m - Confecção mecânica e transporte	m3	0,011	535,78	5,89
10549/ORSE	Encargos Complementares - Servente	h	0,66	3,81	2,51
10550/ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	h	0,33	3,71	1,22

**Totais**

Equipamento	Material	Mão-de-Obra	Enc. Social	Terceiros	Valor Total
0,00	8,33	7,05	7,89	0,71	23,98

**Relação Detalhada de Insumos**

* Código	Descrição do insumo	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
M 00158/ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	0,1052612	14,00	1,47
M 00370/SINAPI	Areia media - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	m3	0,01188	100,00	1,19
M 12893/SINAPI	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	par	0,0008272	62,11	0,05
M 12894/SINAPI	Capa para chuva em pvc com forro de poliéster, com capuz (amarela ou azul)	un	0,0002068	16,82	0,00
M 12895/SINAPI	Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b)	un	0,0006204	12,94	0,01
M 02711/SINAPI	Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara	un	0,0001408	198,50	0,03
M 10492/ORSE	Cesta Básica	un	0,004653	175,00	0,81
M 01379/SINAPI	Cimento portland composto cp ii-32	kg	4,9742	0,80	3,98
M 04722/ORSE	Colher de pedreiro	un	0,000132	18,80	0,00
M 04174/ORSE	Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	un	0,000165	10,80	0,00
M 11245/ORSE	Desempoladeira de madeira 12x22	un	0,000231	11,60	0,00
M 11246/ORSE	Escala métrica de bambú	Un	0,000231	10,22	0,00
S 10517/ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	0,0004136	300,00	0,12
M 00941/ORSE	Fardamento com mangas curta	un	0,001551	184,14	0,29
M 12892/SINAPI	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	par	0,0023782	11,64	0,03
M 04729/ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	0,0000704	31,50	0,00
M 11264/ORSE	Marreta de 1/2 kg com cabo	un	0,000066	13,52	0,00
M 11265/ORSE	Martelo de borracha com cabo	un	0,000132	20,00	0,00
M 11243/ORSE	Martelo sem unha	un	0,000033	27,50	0,00
M 10789/ORSE	Nível de bolha de madeira	un	0,000066	18,92	0,00
M 01651/ORSE	Óculos branco proteção	pr	0,0008272	6,35	0,01
M 10788/ORSE	Pá quadrada	un	0,0001408	36,90	0,01
P 04750/SINAPI	Pedreiro (horista)	h	0,33	18,16	5,99
M 10596/ORSE	Protetor auricular	un	0,004653	4,90	0,02
M 10599/ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	0,0018612	13,00	0,02
M 10790/ORSE	Prumo de face	un	0,000033	25,95	0,00
S 10761/ORSE	Refeição - café da manhã ( café com leite e dois pães com manteiga)	un	0,1052612	5,00	0,53
M 10282/ORSE	Regua de alumínio c/ 2,00m (para pedreiro)	un	0,000066	40,80	0,00
S 10362/ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	0,004653	12,54	0,06
M 11247/ORSE	Serra mármore	un	0,000033	327,80	0,01
P 06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,704	12,72	8,95
M 04728/ORSE	Talhadeira chata 10"	un	0,0002112	18,58	0,00
M 02378/ORSE	Vale transporte	un	0,0878284	4,50	0,40

**Pregão/Concorrência Eletrônica**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**  
**Pregão Nº 00005/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)**

Às 16:24 horas do dia 27 de abril de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. ALYSSON SANTOS BARRETO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 23463000335202208, Pregão nº 00005/2023.

**Resultado da Homologação****Grupo 1**

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Critério de Valor:** R\$ 8.111,1300

**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA , **pelo melhor lance de R\$ 8.111,1300 , com valor negociado a R\$ 8.100,0000 .**

**Itens do grupo:**

- 1 - Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo
- 2 - Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo

**Item: 1 - Grupo 1**

**Descrição:** Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo

**Descrição Complementar:** Serviço de manutenção, sucção e esgotamento de fossa séptica com filtro aneróbico e transporte de dejetos, através de caminhão limpa fossa com destinação final dos dejetos.

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 1

**Unidade de fornecimento:** UNIDADE

**Valor Estimado:** R\$ 7.732,1300

**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 0,01

**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA , **pelo melhor lance de R\$ 7.732,1300 , com valor negociado a R\$ 7.721,0000 .**

**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	26/04/2023 15:07:24	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ/CPF: 09.152.062/0001-93, Melhor lance : R\$ 7.732,1300, Valor Negociado : R\$ 7.721,0000
Homologado	27/04/2023 16:24:37	ALYSSON SANTOS BARRETO	

**Item: 2 - Grupo 1**

**Descrição:** Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo

**Descrição Complementar:** Serviço de manutenção, sucção e esgotamento de fossa séptica e semidouro com transporte de dejetos, através de caminhão limpa fossa com destinação final dos dejetos para o Campus Estância.

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 1

**Unidade de fornecimento:** UNIDADE

**Valor Estimado:** R\$ 379,0000

**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 0,01

**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA , **pelo melhor lance de R\$ 379,0000 .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	26/04/2023 15:07:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ/CPF:09.152.062/0001-93, Melhor lance : R\$ 379,0000
Homologado	27/04/2023 16:24:38	ALYSSON SANTOS BARRETO	

Fim do documento



Índice para correção:	INCC-DI-Todos os itens
Data inicial:	04/2023
Data final:	09/2023
Valor a atualizar:	R\$ 7.721,00
Fator de correção no período:	1,0193
Var. % acumulada no período:	1,93
Valor atualizado:	<b>R\$ 7.870,02</b>

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 – SEMED – UASG 927453**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2022 - SEMED**

A Secretaria Municipal Educação - SEMED, através da Pregoeira, designado pela Portaria nº 545/2022-SEMED, de 24 de março de 2022, torna público a todos os interessados, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, tudo de conformidade com as regras estipuladas nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 206/2018, de 19 de julho de 2018, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASGOVERNAMENTAIS.

**DATA: 03/08/2022**

**HORÁRIO: 09:30 (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 927453**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS, CENTRÍFUGAS E GRUPOS GERADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. **Em caso de discordância existente entre as especificações, ou qualquer disposição deste objeto descritas no COMPRASGOVERNAMENTAIS e as especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERENCIA - deste Edital, prevalecerá o que está no Edital.**

1.1.2. A licitação será realizada por **LOTE (GRUPO)**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da SEMED para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

**Dotação Orçamentária:** 12.122.0006.2060.0000 (Sec. Municipal de Educação)

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.00

**Fonte:** 1500

**Ficha:** 176

**3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às

**Núcleo de Licitação e Contratos - SEMED**

**Av. Dr. Anísio Chaves, nº 712 - Aeroporto Velho, Santarém – PA**

**E-mail: [licitasemedstm@santarem.pa.gov.br](mailto:licitasemedstm@santarem.pa.gov.br)**



regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6 seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do **LOTE**.

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, **no que for aplicável**, o modelo, prazo de validade ou de garantia. Quando for o caso o número do registro ou inscrição do bem no órgão competente;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não



estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de

aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1. no país;

7.29.2. por empresas brasileiras;

7.29.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2H (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2H (duas horas) sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2H (duas horas), sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **9.8. Habilitação Jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.9. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **9.10. Qualificação Econômico-Financeira.**

9.10.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último Exercício Social (DRE), já exigíveis na forma da lei. Juntamente com o balanço deverão ser apresentados:

ILC= Índice de liquidez corrente, com valor igual ou superior a 1,00; ILG= Índice de liquidez geral, com valor igual ou superior a 1,00; GE = Grau de endividamento, com valor igual ou menor a 1,00;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3. Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas devem apresentar o balanço patrimonial, não restando a obrigação do registro na Junta comercial do Estado da licitante. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador;

#### **9.11. Qualificação Técnica**

9.11.1. **Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante executa ou está executando o OBJETO, desta licitação;**

9.11.2. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, contendo seu nome, CPF ou RG e sua função;

9.12. Demais informações:

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2h (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. **O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses,** contados da assinatura do contrato, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a

vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência deste Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência deste Edital.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência deste Edital.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência deste Edital.

## **20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 O CONTRATANTE observará as obrigações dispostas no Termo de Referência deste Edital.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacsemedstm@hotmail.com](mailto:licitacsemedstm@hotmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no setor de protocolo da SEMED, sito Av. Dr. Anísio Chaves, nº 712 - Aeroporto Velho, Santarém – PA, no horário de 08:00 as 13:30 horas.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**Núcleo de Licitação e Contratos - SEMED**

**Av. Dr. Anísio Chaves, nº 712 - Aeroporto Velho, Santarém – PA**

**E-mail: [licitasemedstm@santarém.pa.gov.br](mailto:licitasemedstm@santarém.pa.gov.br)**



22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. As certidões que não possuam prazo de validade expresso em seu teor, serão consideradas com validade de 90 (noventa) dias, contados da sua emissão.

22.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço [www.santarem.pa.gov.br](http://www.santarem.pa.gov.br), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I : Termo de Referência

Anexo II: Minuta do Contrato

Anexo III: Modelo de Proposta de preços

Anexo IV: Modelo de declaração de elaboração independente de proposta

Anexo V: Carta de apresentação dos documentos de habilitação

Anexo VI: Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP

22.14. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo e-mail [licitacsemedstm@hotmail.com](mailto:licitacsemedstm@hotmail.com)

22.15. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Santarém/PA.

Santarém, 20 de julho de 2022.

**ALDOEMIA  
REGIS**

**CORREA:357  
90300278**

Assinado de forma  
digital por ALDOEMIA  
REGIS  
CORREA:35790300278  
Data: 2022.07.20  
11:45:26 -03'00'

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Dados do Órgão Gerenciador**

Órgão: Secretaria Municipal de Educação- SEMED

CNPJ: 05.182.233/0010-67

Endereço: Av. Anysio Chaves, 712 – Aeroporto Velho

CEP: 68030-360

Cidade: Santarém-PA

**2. Objeto**

O objeto do presente consiste na **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS, CENTRÍFUGAS E GRUPOS GERADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

**3. Justificativa**

3.1 A Secretaria Municipal de Educação com o intuito de atender aos seus departamentos e órgãos vinculados, bem como, aos programas ligados à educação da rede pública municipal, vem por meio deste, introduzir processo licitatório para **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS, CENTRÍFUGAS E GRUPOS GERADORES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

3.2 Com base no Parecer Técnico nº 003/2022 do Núcleo de manutenção da SEMED, no que se refere à **Contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva de bombas e de quadros de comandos elétricos, com fornecimento de peças**, sob demanda, para atender às unidades educacionais do Município, se justifica pela necessidade da execução dos serviços em reparos e manutenção de bombas submersas, tendo como finalidade, o prolongamento da vida útil dos equipamentos. Assim, é necessário garantir o pleno e contínuo funcionamento dos equipamentos de acordo com as normas de segurança vigentes. A execução desse serviço deverá ser realizada por uma empresa especializada em manutenção de bombas submersas, utilizadas no abastecimento de água de maneira geral, bem como quadros de comando elétricos, a fim de garantir o bom desempenho dos equipamentos, para que estejam em boas condições de uso.

Ainda de acordo com o Parecer Técnico do Núcleo de Manutenção, o uso de componentes mecânicos e elétricos internos, sofrem naturalmente um desgaste pela ação do tempo e, principalmente porque as Unidades de Ensino não dispõem de técnicos com experiência nesse tipo de serviço, o que dificulta o funcionamento dos equipamentos. Dessa forma, a perfeita manutenção aumenta a durabilidade destes, proporcionando maior segurança do patrimônio sob a responsabilidade do Núcleo de Manutenção desta SEMED, revertendo um melhor desempenho e qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, a contratação objetiva manter o funcionamento, através de manutenções preventivas e corretivas, das bombas submersas, pertencentes as Unidades Educacionais das regiões Cidade, Planalto e Rios.

**Quanto a Contratação do serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva com reposição de peças de geradores**, com base no Parecer Técnico nº 004/2022 do Núcleo de Manutenção da SEMED, justifica-se pela necessidade da execução dos serviços em reparar defeitos apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, a incluir ajustes, regulagens e reparos

necessários em geradores, tendo como finalidade, o prolongamento da vida útil dos equipamentos. Assim, é necessário garantir os devidos ajustes, de forma a manter o adequado e regular funcionamento dos geradores, de acordo com as normas vigentes. A execução do serviço deverá ser realizada por empresa especializada em manutenção de geradores, que são utilizados para o fornecimento, na ausência de energia elétrica fixa de maneira geral, bem como quadros de comando. Nesse sentido, a contratação objetiva manter o funcionamento, através das manutenções preventivas e corretivas, dos geradores, pertencentes as Unidades Educacionais da região de Rios e Planalto.

**Quanto a contratação, importante registrar que as empresas a serem contratadas para este fim devem observar as recomendações do instrumento convocatório, bem como as suas particularidades.**

Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE (GRUPO) observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas no Edital.

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens/serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

**3.3** A aquisição objeto deste Termo de Referência será realizado através de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Municipal Educação através do Núcleo Técnico de Licitações, a realização do certame.

#### 4. Detalhamento do objeto

LOTE (GRUPO) I – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE GERADORES					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UND	QUANT	PREÇO UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
<b>MANUTENÇÃO PREVENTIVA</b>					
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE GERADOR DE 7,5 KVA	SERVIÇO	5	R\$ 660,00	<b>R\$ 3.300,00</b>
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE GERADOR DE 18 KVA	SERVIÇO	6	R\$ 986,66	<b>R\$ 5.919,96</b>
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE GERADOR DE 60 KVA	SERVIÇO	1	R\$ 1.590,00	<b>R\$ 1.590,00</b>
<b>MANUTENÇÃO CORRETIVA</b>					
4	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE GERADORES DE 7,5 KVA	SERVIÇO	4	R\$ 2.564,00	<b>R\$ 10.256,00</b>
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE GERADORES DE 18 KVA	SERVIÇO	6	R\$ 4.426,00	<b>R\$ 26.556,00</b>
6	MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE GERADORES DE 50 KVA	SERVIÇO	1	R\$ 8.660,00	<b>R\$ 8.660,00</b>
<b>ESTIMATIVA DE PREÇOS TOTAL GRUPO I R\$</b>					<b>R\$ 56.281,96</b>

LOTE (GRUPO) II – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS E BOMBAS CENTRÍFUGAS					
<b>MANUTENÇÃO PREVENTIVA</b>					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UND	QUANT	PREÇO UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBAS SUBMERSAS 0,5 CV.	SERVIÇO	6	R\$ 183,33	<b>R\$ 1.099,98</b>
8	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBA CENTRÍFUGA 1 CV.	SERVIÇO	1	R\$ 440,66	<b>R\$ 440,66</b>
9	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBAS SUBMERSAS 1 CV.	SERVIÇO	4	R\$ 216,66	<b>R\$ 866,64</b>
10	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBAS	SERVIÇO	5	R\$ 245,00	<b>R\$ 1.225,00</b>

	SUBMERSAS 1,5 CV.				
11	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBA CENTRÍFUGA 2 CV.	SERVIÇO	1	R\$ 663,33	<b>R\$ 663,33</b>
12	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBAS SUBMERSAS 2 CV.	SERVIÇO	1	R\$ 273,33	<b>R\$ 273,33</b>
13	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBAS SUBMERSAS 3 CV.	SERVIÇO	3	R\$ 333,33	<b>R\$ 999,99</b>
14	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BOMBAS SUBMERSAS 5 CV.	SERVIÇO	2	R\$ 473,33	<b>R\$ 946,66</b>
<b>MANUTENÇÃO CORRETIVA</b>					
15	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE BOMBA CENTRÍFUGA DE 0,5 CV (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS).	SERVIÇO	1	R\$ 540,00	<b>R\$ 540,00</b>
16	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS DE 0,5 CV (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS).	SERVIÇO	5	R\$ 803,33	<b>R\$ 4.016,65</b>
17	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS DE 1 CV (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS).	SERVIÇO	7	R\$ 896,66	<b>R\$ 6.276,62</b>
18	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS DE 1,5 CV (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS).	SERVIÇO	3	R\$ 936,66	<b>R\$ 2.809,98</b>
19	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS DE 2 CV (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS).	SERVIÇO	2	R\$ 1.053,33	<b>R\$ 2.106,66</b>
20	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS DE 3 CV (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS).	SERVIÇO	4	R\$ 2.050,00	<b>R\$ 8.200,00</b>
21	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE BOMBAS SUBMERSAS DE 5 CV (COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS).	SERVIÇO	2	R\$ 3.765,16	<b>R\$ 7.530,32</b>
<b>ESTIMATIVA DE PREÇOS TOTAL GRUPO II R\$</b>					<b>R\$37.995,82</b>

**VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 94.277,78** (Noventa e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos).

#### 4.1. ESPECIFICAÇÃO DAS BOMBAS SUBMERSAS:

##### 4.1.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- BOMBA SUBMERSA DE 0,5 CV – MARCA LEÃO
- BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV – MARCA SOMAR
- BOMBA CENTRÍFUGA DE 1,0 CV MONO – 110V
- BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV – MARCA LEÃO
- BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV – MARCA EBARA
- BOMBA SUBMERSA DE 1,5 CV – MARCA LEÃO – MONOFÁSICA
- BOMBA CENTRÍFUGA 2,0 CV
- BOMBA MONOFÁSICA 2,0 CV – MARCA EBARA
- BOMBA SUBMERSA 3,0 CV – MARCA LEÃO
- BOMBA SUBMERSA TRIFÁSICA 3,0 CV – MARCA LEÃO
- BOMBA SUBMERSA 5,0 CV – MARCA LEÃO – 220 V

##### 4.1.2 MANUTENÇÃO CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS

- BOMBA CENTRÍFUGA MONOFÁSICA 0,5 CV
- BOMBA SUBMERSA 0,5 CV – MARCA SOMAR
- BOMBA SUBMERSA DE 0,5 CV – MARCA LEÃO
- BOMBA SUBMERSA DE 0,5 CV MONO – MARCA LEÃO– 220V
- BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV – MARCA LEÃO
- BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV – MARCA SOMAR
- BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV MONO 220V

- **BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV – MARCA SOMAR 220V**
- **BOMBA SUBMERSA DE 1,0 CV MONO – MARCA LEÃO 220V**
- **BOMBA SUBMERSA DE 1,5 CV – MARCA LEÃO**
- **BOMBA SUBMERSA DE 1,5 CV 220V**
- **BOMBA SUBMERSA DE 2,0 CV 220V**
- **BOMBA SUBMERSA DE 3,0 CV – MARCA LEÃO**
- **BOMBA SUBMERSA TRIFÁSICA DE 3,0 CV – MARCA LEÃO**
- **BOMBA SUBMERSA DE 3,0 CV – 220V**
- **BOMBA SUBMERSA DE 5,0 CV – MARCA LEÃO 220V**

## **5. Fundamento Legal**

- 5.1 Lei nº. 8.666/93, atualizada;
- 5.2 Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que instituiu modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 5.3 Lei Municipal 18.347/2010, que institui o tratamento diferenciado para as ME e EPP no âmbito do Município de Santarém;
- 5.4 Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.
- 5.5 Decreto 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

## **6. Prazo de Vigência, Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto, Local de Prestação do Serviço**

**6.1 A Vigência será de 12 (doze) meses**, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de até 60 meses a critério da SEMED, nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

**6.2. O prazo para execução dos serviços será de 10 (dez) dias corridos a partir da requisição emitida pelo setor competente da SEMED**, em remessa (única ou parcelada). **Os prazos expressos contam-se de modo contínuo e podem sofrer dilatação, a pedido da CONTRATADA, em casos devidamente comprovados da impossibilidade da execução no prazo de 10 (dez) dias.**

6.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade da execução e consequente aceitação.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios aparente e/ou vícios ocultos, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.8. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, das bombas submersas e geradores, deverão ser executados em local indicado pela SEMED.



## **7. Obrigações da Contratada**

- 7.1.** A **CONTRATADA** compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido neste Termo de Referência;
- 7.2.** A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**;
- 7.3.** A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto da licitação;
- 7.4.** A **CONTRATADA** será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;
- 7.5.** A **CONTRATADA** deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da eventual inexecução, da execução errônea ou dos métodos ou materiais empregados;
- 7.6.** Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força da contratação do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**;
- 7.7.** A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 7.8.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;
- 7.9.** Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto da **CONTRATANTE**, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da **CONTRATANTE**;
- 7.10.** Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 7.11.** Manter, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.12.** Executar o serviço solicitado neste termo com qualidade e eficiência;
- 7.13.** Cumprir os prazos de execução do serviço, conforme o objeto deste Termo de Referência estabelecidos pela **CONTRATANTE**.
- 7.14.** A **CONTRATADA** deverá possuir sucursal no município de Santarém, com oficina onde possam ser realizadas a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das bombas submersas e grupos geradores.
- 7.15.** A execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva das bombas submersas e geradores deverão ser executados na sede da empresa **CONTRATADA**, que deverá dispor de um local adequado, de todas as ferramentas, equipamentos, acessórios e EPI's necessários à sua perfeita execução, bem como devidamente qualificados.
- 7.16.** A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretivas das bombas e geradores, e trocas de peças necessárias, bem como a retirada, o transporte e a devolução dos equipamentos correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.
- 7.17.** A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento da obrigação, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990.
- 7.18.** Possuir certificado digital no ato da assinatura do Contrato.

## **8. Obrigações da Contratante**

- 8.1.** Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo.
- 8.2.** Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

- 8.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução.
- 8.4. Processar e liquidar a fatura correspondente, através de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao FORNECEDOR.
- 8.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) entregue(s) fora das especificações deste Termo de Referência.
- 8.6. Receber o serviço de acordo com as disposições deste Termo.
- 8.7. Comunicar imediatamente a Contratada qualquer incorreção apresentada com o objeto entregue.
- 8.8. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pela Contratada e pertinente ao objeto.
- 8.9. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
- 8.10. Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- 8.11. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto pela CONTRATADA, por intermédio de servidor designado para atuar como fiscal do contrato, que será responsável por comunicações, notificações, solicitações, requisições e demais atos relativos à execução do contrato, anotando em registro próprio as ocorrências da relação contratual.
- 8.12. Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;
- 8.13. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto desta licitação;
- 8.14. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
- 8.15. Permitir acesso aos funcionários da CONTRATADA, desde que devidamente identificados aos em outros horários constantes em acordos firmados entre as partes.

## **9. Fiscalização**

---

9.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato será realizada por Fiscal do contrato, designado pelo órgão solicitante, Portaria nº 731/2022 – SEMED, sr. Francisco das Chagas do Carmo e Darlene Mendes da Silva, observando-se as disposições contidas no artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/93, cabendo, dentre outros:

- a) Solicitar a execução do serviço dos objetos mencionados;
- b) Supervisionar a execução do objeto, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização das falhas ou defeitos observados;
- c) Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;
- d) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, designados por escrito, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- e) Acompanhar a execução do objeto, atestar seu recebimento parcial e definitivo e indicar as ocorrências de indisponibilidade;
- f) Encaminhar à autoridade competente os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamentos.
- g) O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nem conferirão ao CONTRATANTE, responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do serviço contratado.
- h) As determinações e as solicitações formuladas pelos representantes do CONTRATANTE, encarregados da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.
- i) Para a aceitação do objeto, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, observarão se a CONTRATADA cumpriu todos os termos constantes do Edital e seus anexos, bem como de todas as condições impostas no instrumento contratual.
- j) É vedado ao Município e aos fiscais designados, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.
- k) Durante a vigência deste contrato, a Contratada deve manter preposto aceito pela

Administração do Contratante, para representá-lo sempre que for necessário.

## **10. Dotação Orçamentária**

10.1 As despesas para aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Dotação Orçamentária:** 12.122.0006.2060.0000 (Sec. Municipal de Educação)

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.00

**Fonte:** 1500

**Ficha:** 176

10.2 A dotação orçamentaria para o exercício subsequente será informada via apostilamento.

## **11. Pagamento**

11.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Banco: \_\_, Agência: nº. \_\_ Conta Corrente: nº \_\_

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993), constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**Núcleo de Licitação e Contratos - SEMED**

**Av. Dr. Anísio Chaves, nº 712 - Aeroporto Velho, Santarém – PA**

**E-mail:** [licitasemedstm@santarem.pa.gov.br](mailto:licitasemedstm@santarem.pa.gov.br)



11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **12. Reajuste**

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **13. Penalidades e Sanções Administrativas**

13.1. Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades conforme a seguir:

13.2. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

13.3 Subsidiariamente, nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a SEMED poderá, garantida a prévia defesa da empresa, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

I Advertência, por escrito, quando a empresa deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

II Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor contratado;

III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SEMED pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela empresa, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

13.5. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido a SEMED, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

13.6. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela SEMED ou cobrada judicialmente.

13.7. Além das penalidades citadas, a empresa ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

**Núcleo de Licitação e Contratos - SEMED**

**Av. Dr. Anísio Chaves, nº 712 - Aeroporto Velho, Santarém – PA**

**E-mail: [licitasemedstm@santarem.pa.gov.br](mailto:licitasemedstm@santarem.pa.gov.br)**

#### **14. Declaração do Solicitante**

---

14.1. Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.024/2019, e legislação em vigor.

Aprovado por:

Data: 13/06/2022

Solicitante:

Data: 15/07/2022

Autorizado por:

**Francisco das Chagas do Carmo**  
Chefe do Núcleo de Manutenção das  
Unidades Educacionais/SEMED  
Decreto Nº 170/2021-GAB/PMS

**Maria José Maia da Silva**  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto nº 005/2021-GAN/PMS

**ANEXO II**

**MINUTA DO CONTRATO \_\_/2022 SEMED**

INSTRUMENTO DE CONTRATO NOS TERMOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. --\_\_\_\_\_, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

Instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado o Município de Santarém através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Travessa Dália, esquina com a Avenida Dr. Anysio Chaves, nº 712, bairro Aeroporto Velho, nesta cidade de Santarém neste ato representada por sua titular a Sr<sup>a</sup> **MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA**, brasileira, casada, titular do RG nº1468933 SSP/PA e CPF nº 120.590.302-00, residente e domiciliada na CL Cipoal, s/n BR 163 KM 14, na cidade de Santarém-Pa, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, de outro o \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF/MF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATADO**, na conformidade das Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto a \_\_\_\_\_, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos, ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 1.4. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no subitem anterior, salvo as supressões que poderão exceder os limites legais, quando acordadas entre as partes.
- 1.5. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1					
VALOR TOTAL ESTIMADO					

**CLÁUSULA SEGUNDA– VIGÊNCIA, PRESTAÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 2.1. **A Vigência será de 12 (doze) meses**, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de até 60 meses a critério da SEMED, nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/93.
- 2.2. **O prazo para execução dos serviços será de 10 (dez) dias corridos a partir da requisição emitida pelo setor competente da SEMED**, em remessa (única ou parcelada). **Os prazos expressos contam-se de modo contínuo e podem sofrer dilatação, a pedido da CONTRATADA, em casos devidamente comprovados da impossibilidade da execução no prazo de 10 (dez) dias.**
- 2.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 2.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade da execução e consequente aceitação.
- 2.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2.7. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios aparente e/ou vícios ocultos, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

2.8. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, das bombas submersas e geradores, deverão ser executados em local indicado pela SEMED.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1. O valor ordinário do presente Instrumento fica ajustado em R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da SEMED para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

**Dotação Orçamentária:** 12.122.0006.2060.0000 (Sec. Municipal de Educação)

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.00

**Fonte:** 1500

**Ficha:** 176

4.2. A rubrica orçamentária para o exercício de 2023, será informada através de Apostilamento.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. Banco: \_\_, Agência: nº. \_\_ Conta Corrente: nº \_\_

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993), constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF.

5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.19. A **CONTRATADA** compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido neste Termo de Referência;

7.20. A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**;

7.21. A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto da licitação;

7.22. A **CONTRATADA** será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;

7.23. A **CONTRATADA** deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da eventual inexecução, da execução errônea ou dos métodos ou materiais empregados;

7.24. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força da contratação do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**;

7.25. A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere a **CONTRATANTE** à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

7.26. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;



- 7.27.** Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto da **CONTRATANTE**, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da **CONTRATANTE**;
- 7.28.** Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 7.29.** Manter, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.30.** Executar o serviço solicitado neste termo com qualidade e eficiência;
- 7.31.** Cumprir os prazos de execução do serviço, conforme o objeto deste Termo de Referência estabelecidos pela **CONTRATANTE**.
- 7.32.** A CONTRATADA deverá possuir sucursal no município de Santarém, com oficina onde possam ser realizadas a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das bombas submersas e grupos geradores.
- 7.33.** A execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva das bombas submersas e geradores deverão ser executados na sede da empresa **CONTRATADA**, que deverá dispor de um local adequado, de todas as ferramentas, equipamentos, acessórios e EPI's necessários à sua perfeita execução, bem como devidamente qualificados.
- 7.34.** **A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretivas das bombas e geradores, e trocas de peças necessárias, bem como a retirada, o transporte e a devolução dos equipamentos correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.**
- 7.35.** A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento da obrigação, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990.
- 7.36.** Será exigida da licitante o certificado de credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros.
- 7.37.** Possuir certificado digital no ato da assinatura do Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1.** Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo.
- 8.2.** Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 8.3.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução.
- 8.4.** Processar e liquidar a fatura correspondente, através de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao FORNECEDOR.
- 8.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) entregue(s) fora das especificações deste Termo de Referência.
- 8.6.** Receber o serviço de acordo com as disposições deste Termo.
- 8.7.** Comunicar imediatamente a Contratada qualquer incorreção apresentada com o objeto entregue.
- 8.8.** Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pela Contratada e pertinente ao objeto.
- 8.9.** Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
- 8.10.** Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.
- 8.11.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto pela CONTRATADA, por intermédio de servidor designado para atuar como fiscal do contrato, que será responsável por comunicações, notificações, solicitações, requisições e demais atos relativos à execução do contrato, anotando em registro próprio as ocorrências da relação contratual.
- 8.12.** Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;
- 8.13.** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto desta licitação;
- 8.14.** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
- 8.15.** Permitir acesso aos funcionários da CONTRATADA, desde que devidamente identificados aos locais onde será entregue o objeto deste Termo de Referência, nos horários de expediente normal ou em outros horários constantes em acordos firmados entre as partes.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades conforme a seguir:

9.2. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

9.3 Subsidiariamente, nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a SEMED poderá, garantida a prévia defesa da empresa, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

I Advertência, por escrito, quando a empresa deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

II Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor contratado;

III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SEMED, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela empresa, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

9.5. O valor da multa aplicada, tanto compensatória quanto moratória, deverá ser recolhido a SEMED, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

9.6. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela SEMED ou cobrada judicialmente.

9.7. Além das penalidades citadas, a empresa ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do art. 78, da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou

c) Judicialmente, nos termos da Lei.

Parágrafo Único – No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES**

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS**

12.1. O presente Instrumento, inclusive os casos omissos, regula-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1. A publicação resumida deste Contrato no Diário Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 de Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato será realizada por Fiscal do contrato, designado pelo órgão solicitante, Portaria nº 731/2022 – SEMED, sr. Francisco das Chagas do Carmo e Darlene Mendes da Silva, observando-se as disposições contidas no artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/93, cabendo, dentre outros:

- a) Solicitar a execução do serviço dos objetos mencionados;
- b) Supervisionar a execução do objeto, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização das falhas ou defeitos observados;
- c) Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora de sua competência;
- d) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, designados por escrito, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- e) Acompanhar a execução do objeto, atestar seu recebimento parcial e definitivo e indicar as ocorrências de indisponibilidade;
- f) Encaminhar à autoridade competente os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamentos.
- g) O acompanhamento e a fiscalização acima não excluirão a responsabilidade da CONTRATADA, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nem conferirão ao CONTRATANTE, responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução do serviço contratado.
- h) As determinações e as solicitações formuladas pelos representantes do CONTRATANTE, encarregados da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.
- i) Para a aceitação do objeto, os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, observarão se a CONTRATADA cumpriu todos os termos constantes do Edital e seus anexos, bem como de todas as condições impostas no instrumento contratual.
- j) É vedado ao Município e aos fiscais designados, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.
- k) Durante a vigência deste contrato, a Contratada deve manter preposto aceito pela Administração do Contratante, para representá-lo sempre que for necessário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Santarém, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem em pleno acordo, CONTRATANTE e CONTRATADO, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas para que produza efeitos legais.

Santarém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**  
**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022**

Prezados Senhores,  
Apresentamos a V.Sª, nossa proposta de preços de fornecimento de bens -----  
-----, pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit	Valor total R\$

**O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.**

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel./Fax: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

**Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_  
Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**FIRMA LICITANTE/CNPJ**

**ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL**

**OBSERVAÇÕES:**

**1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOVERNAMENTAIS – CATMAT/CATSERV e as especificações constantes do Anexo II - Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_(nome e qualificação do representante)\_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído da empresa (nome da empresa/CNPJ)\_\_\_\_\_, sito a \_\_\_\_\_, doravante denominado Licitante, para os fins disposto no item \_\_\_\_\_ do Edital \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa \_\_\_\_\_(nome da empresa / CNPJ)\_\_\_\_\_, e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente certame;

d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto do referido certame;

e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da Equipe de Apoio, com o Pregoeiro ou representante ou funcionário da Secretaria Responsável pela licitação, antes da abertura oficial das propostas;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

*FIRMA LICITANTE/CNPJ*

*ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL*

**ANEXO V - CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**  
**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022**

Prezados Senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

**(DESCREVER OS DOCUMENTOS)**

Declaramos, ainda, que nossa empresa encontra-se cadastrada junto ao Sicaf (se for o caso), conforme exigências do Edital.

Em cumprimento aos ditames editalícios, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de participação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes do Edital e seus Anexos.

Declaramos sob pena da lei, que nossos diretores; responsáveis legais ou técnicos; membros do conselho técnicos, consultivo, deliberativo ou administrativo; ou sócios, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado da SEMED bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da Licitação em epígrafe.

Declaramos, ainda, não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Na oportunidade, credenciamos junto à SEMED o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_, fone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, fax nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, para interpor recursos quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo licitatório.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**FIRMA LICITANTE/CNPJ**  
**ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL**

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**  
**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e de CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, sob as sanções administrativas e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(....) MICROEMPRESA, conforme inciso, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(....) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a Empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Localidade) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

*FIRMA LICITANTE/CNPJ*

*ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL*

Obs: A declaração acima deverá ser assinalada com “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2023-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Manutenção de redes - água , esgoto

Descrição Detalhada: Manutenção de redes - água , esgoto

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 24

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Valor Unitário (R\$): 4.500,00

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Ceará-Mirim/RN (24)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

2 - Manutenção de redes - água , esgoto

Descrição Detalhada: Manutenção de redes - água , esgoto

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 24

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Valor Unitário (R\$): 3.316,67

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Ceará-Mirim/RN (24)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

3 - Manutenção de redes - água , esgoto

Descrição Detalhada: Manutenção de redes - água , esgoto

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 24

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Valor Unitário (R\$): 4.413,33

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Ceará-Mirim/RN (24)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

4 - Manutenção de redes - água , esgoto

Descrição Detalhada: Manutenção de redes - água , esgoto

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 24

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Valor Unitário (R\$): 3.933,33

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Ceará-Mirim/RN (24)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

5 - Manutenção de redes - água , esgoto

Descrição Detalhada: Manutenção de redes - água , esgoto

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 24

Quantidade Máxima para Adesões: 0

Valor Unitário (R\$): 4.013,33

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Ceará-Mirim/RN (24)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

**6 - Manutenção de redes - água , esgoto**

**Descrição Detalhada:** Manutenção de redes - água , esgoto

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 24

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Quantidade Máxima para Adesões:** 0

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Valor Unitário (R\$):** 4.733,33

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,50

**Local de Entrega (Quantidade):** Ceará-Mirim/RN (24)

**7 - Manutenção de redes - água , esgoto**

**Descrição Detalhada:** Manutenção de redes - água , esgoto

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 24

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Quantidade Máxima para Adesões:** 0

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Valor Unitário (R\$):** 3.596,67

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,50

**Local de Entrega (Quantidade):** Ceará-Mirim/RN (24)

**8 - Manutenção de redes - água , esgoto**

**Descrição Detalhada:** Manutenção de redes - água , esgoto

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 100

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Quantidade Máxima para Adesões:** 0

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Valor Unitário (R\$):** 2.503,33

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,50

**Local de Entrega (Quantidade):** Ceará-Mirim/RN (100)





## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2023 (Processo Administrativo nº 173/2023) UASG: 927982

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE CEARÁ MIRIM, torna público, para conhecimento dos interessados, que por meio do seu Pregoeiro Oficial, designado pela portaria nº 086/2023 de 16 de janeiro de 2023, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28 de junho de 2023.

Horário: 09h:30min (nove horas e trinta minutos) - Horário de Brasília.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO E LIMPEZA DE POÇOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO SAAE DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN**, conforme condições, quantidades, descrições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do SAAE de Ceará Mirim/RN para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária – 00116 (ÁGUA PARA TODOS);

Projeto/Atividade – 1029 (Ampliação e manutenção do sistema de abastecimento d'água).

Elemento de Despesa – 339039 (Outros serviços de terceiros - PJ).

Fonte de Recursos – 189900 (recurso ordinário);

#### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

### **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário e total do item;*

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6.8. PARA EFEITO DE LANCES E ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS ENCAMINHADAS AO PREGOEIRO, AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO CONSIDERAR AS DESCRIÇÕES DOS MATERIAIS CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. AS ESPECIFICAÇÕES ORIUNDAS DO CATMAT (SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS) DEVERÃO SER DESCONSIDERADAS, POIS DIVERGEM DO EDITAL OU ESTÃO INCOMPLETAS.**

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

- 7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1. No país;

7.29.2. Prestados por empresas brasileiras;

7.29.3. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários





## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

8.5.3.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.2. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.4. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.





## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

- 8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.9. Antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

- 9.8.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;
- 9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.8.8. Cópia de RG e CPF dos sócios das empresas participantes;
- 9.8.9. **DECLARAÇÃO DE PARENTESCO (MODELO ANEXO).**

### **9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

### **9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

### **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;





## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

14.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### **15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

### **16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

### **18. DO PAGAMENTO**



18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 19.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 19.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.6. Não mantiver a proposta;
- 19.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 19.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

19.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 19.4.2. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

- 19.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

### **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [saaecmlitacao@gmail.com](mailto:saaecmlitacao@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua General João Varela, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN, CEP 59.570-000.
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

### **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço Rua General João Varela, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN, CEP 59.570-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 13 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
  - 21.12.2. ANEXO II – Minuta da Ata;
  - 21.12.3. ANEXO III - Minuta de Contrato;
  - 21.12.4. ANEXO IV – Modelo de proposta;
  - 21.12.5. ANEXO V – Declaração de parentesco.

Ceará-Mirim/RN, 14 de junho de 2023.

Francisco Emilson de Oliveira Júnior  
**Pregoeiro SAAE/CM**



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

### ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

#### 1. OBJETO

Contratação de empresa para serviço de manutenção, conservação e limpeza das estações elevatórias de esgoto e limpeza de poços, visando atender as necessidades do SAAE do Município de Ceará-Mirim/RN.

#### 2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade dos serviços por ele ser imprescindível ao sistema de esgoto, a não conservação destas estações pode ocasionar um colapso hídrico no abastecimento de água, atingindo toda população do Município de Ceará Mirim/RN.

#### 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Serviço de manutenção, conservação e limpeza na estação elevatória de esgoto I, inclusive remoção de areia e outros detritos residuários das caixas de gradeamento e secagem.	24
02	Serviço de manutenção, conservação e limpeza na estação elevatória de esgoto II, inclusive remoção de areia e outros detritos residuários das caixas de gradeamento e secagem.	24
03	Serviço de manutenção, conservação e limpeza na estação elevatória de esgoto III, inclusive remoção de areia e outros detritos residuários das caixas de gradeamento e secagem.	24
04	Serviço de manutenção, conservação e limpeza na estação elevatória de esgoto IV, inclusive remoção de areia e outros detritos residuários das caixas de gradeamento e secagem.	24
05	Serviço de manutenção, conservação e limpeza na estação elevatória de esgoto V, inclusive remoção de areia e outros detritos residuários das caixas de gradeamento e secagem.	24
06	Serviço de manutenção, conservação e limpeza na estação elevatória de esgoto do Santa Paula, inclusive remoção de areia e outros detritos residuários das caixas de gradeamento e secagem.	24
07	Serviço de remoção de areia e outros detritos residuários das caixas de gradeamento e secagem e remoção de material flutuante das lagoas de tratamento de efluente.	24
08	Serviço de manutenção e limpeza de poços de visita, contemplando remoção e destinação de areia e detritos.	100

**\*\* Visitas nas estações elevatórias deverá ser agendada com servidor do SAAE de Ceará Mirim com 24 horas de antecedência.**



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

### **4. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

- 4.1 A prestação dos serviços será de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço;
- 4.2 A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de EPI'S aos seus funcionários;
- 4.3 É de responsabilidade da contratada quaisquer danos ocasionados por seus colaboradores durante a execução do serviço.

### **5. FISCALIZAÇÃO:**

- 5.1. A fiscalização do contrato será realizada por servidor indicado pelo SAAE;
- 5.2. São obrigações do Fiscal do Contrato reportar ao Gestor do Contrato todo o transcorrer de execução dos serviços;
  - 5.2.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as suas obrigações contratuais, observando rigorosamente o estabelecido na legislação em vigor, não eximindo a empresa de suas responsabilidades contratuais;
  - 5.2.2. Expedir a Ordem de Serviços nos Termos contratuais;
  - 5.2.3. Comunicar ao seu superior imediato, por escrito, à ocorrência de circunstâncias que possam acarretar a imposição de multas à Contratada, ou mesmo a rescisão do contrato;
  - 5.2.4. Decidir sobre as questões levantadas pela CONTRATADA e comunicar ao seu superior imediato as soluções adotadas;
  - 5.2.5. Adotar, sempre que necessárias providências junto a terceiros, na ocorrência de dificuldades no transcurso normal do serviço;
  - 5.2.6. Efetuar, com a presença da CONTRATADA, a análise dos serviços já executados;
  - 5.2.7. Avaliar as faturas apresentadas pela CONTRATADA atestando-as para pagamento, se for o caso, observando os procedimentos estabelecidos em legislação própria do CONTRATANTE neste TR e em conformidade com os fornecimentos realizados;
  - 5.2.8. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das proposições constantes da Proposta por ela apresentada;
  - 5.2.9. Promover reuniões com a CONTRATADA para aprovar os métodos construtivos, sugerir modificações, procurando resolver possíveis problemas técnicos não previstos no ato convocatório e na documentação integrante do contrato;
  - 5.2.10. Autorizar a suspensão de quaisquer serviços que estejam sendo executados em desacordo com o contrato;
  - 5.2.11. Manter o controle permanente de custos e dos valores totais dos serviços realizados e a realizar.

### **6. VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

- 6.1. O prazo de vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e sua eficácia dar-se-á após a publicação na forma da Lei, podendo ser prorrogado no interesse da Administração, na forma do Art. 57, da Lei 8.666/93, consolidada.



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

### 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão pela seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	02.016	Serviço Autônomo de Água e Esgotos
Ação	1029	Ampliação e manutenção do sistema de abastecimento d'água
Natureza	339039	Outros serviços de terceiros PJ
Fonte	19900	Recursos do SAAE

### 8. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

8.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, depois de atestado a entrega dos serviços pelo servidor responsável e o fornecimento dos serviços pela Direção Administrativa e Financeira, que se dará em prazo não superior a 15 dias, e desde que a Contratada: (Resolução nº 032/2016 do TCE)

- tenha protocolado junto ao Setor Financeiro, por ocasião da prestação dos serviços, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, a contratada deverá tê-la encaminhada por meio eletrônico ao Setor Financeiro do SAAE de Ceará Mirim, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
- tenha entregue ao Setor Financeiro, por ocasião do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, as certidões de comprovação fiscal como o FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação;
- indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
- A solicitação de cobrança protocolada deve ser encaminhada, no prazo máximo de 48 horas, ao setor de gestão orçamentário-financeira, para que este proceda ao registro contábil da fase da despesa “em liquidação” no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil do SAAE.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na ARP e/ou no Contrato (Anexo II e III).

**Parágrafo segundo:** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do prestador dos serviços, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

### 9. DAS PENALIDADES:

9.1 – A recusa injusta da CONTRATADA em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da proposta;
- Suspensão temporária da participação em licitação e/ou impedimentos de contratar com o SAAE, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, emitida pela autoridade superior, enquanto perdurarem os motivos da punição.





## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

9.2 - Por atraso no fornecimento e/ou na realização dos serviços, fixada no Pregão e neste instrumento, observada a Legislação Regente.

### **10. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

10.1 O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93, com modificações ulteriores.

10.2 O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da Autarquia, de conformidade com o art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

### **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

a) A Empresa CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE CEARÁ MIRIM/RN, ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na realização dos serviços contratados, isentando o SAAE de todas e quaisquer reclamações que possam surgir decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

b) nos preços unitários propostos deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, cargas, descargas, sinalização, mão de obra, tributos, leis sociais, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre a execução do objeto licitado previstos, ou não, no Pregão.

c) A fiscalização dos serviços a serem realizados será efetuada pelo SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de CEARÁ MIRIM/RN.

d) quaisquer instruções, alterações, liberações e demais providências que a fiscalização julgar necessária para melhor desempenho da firma na realização dos serviços, deverá ser registrado no livro de ocorrência, não cabendo a CONTRATADA nenhuma reclamação decorrente de entendimentos verbais.

**Willi Lopes do Nascimento Júnior**  
**Diretor Operacional**



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

### ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O SAAE DE CEARÁ MIRIM/RN, com sede na Rua General João Varela, 1071, Centro, Ceará-Mirim/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado pelo Senhor Diretor Geral, inscrito(a) no CPF sob o nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2023, processo administrativo nº 173/2023, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para o eventual serviço ....., especificado (s) no (s) item (ns) ..... Do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº .... /2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

#### 3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

#### 4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.8.1. Por razão de interesse público; ou

4.8.2. A pedido do fornecedor.

## **5. CONDIÇÕES GERAIS**

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado,



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)  
fornecedor(s) registrado(s)



### ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

#### TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI  
O(A)..... E A  
EMPRESA**

.....

O SAAE DE CEARÁ MIRIM/RN, com sede na Rua General José Varela, 1071, Centro, na cidade de Ceará Mirim/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Diretor, inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 173/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é o serviço de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

2.2. O contrato terá início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento desta Autarquia, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	02.016	Serviço Autônomo de Água e Esgotos
Ação	1029	Ampliação e manutenção do sistema de abastecimento d'água
Natureza	339039	Outros serviços de terceiros PJ
Fonte	19900	Recursos do SAAE

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Poderá ser solicitada da CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.2. As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas no edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

## **9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



## **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Cidade de Ceará Mirim/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Ceará Mirim/RN, xx de xxxxxxxxxxxx de 2023.



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARA MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

### ANEXO IV - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A EMPRESA \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) senhor (a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_, apresenta conforme descrição abaixo e declara que:

Item	ESPECIFICAÇÃO ITEM	DO	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Global
Valor Total							

1. A validade desta proposta é de \*\* (\*\*\*\*\*) dias a contar da data de sua entrega.
2. No (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. O Prazo de entrega do objeto: EM ATÉ \*\* (\*\*\*\*) DIAS CORRIDOS, contado a partir do recebimento da Ordem de Compras.
4. A conta bancária da empresa é no Banco \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, e o nosso telefone para contato é \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_ e e-mail.
5. Dados do responsável pela assinatura do contrato e ARP: (Nome completo, endereço, CPF, RG, Estado civil, nacionalidade, cargo/função).
6. Estamos de acordo com as demais condições do edital e seus anexos.

Atenciosamente,

Local/UF, \*\* de \*\*\*\*\* de 2023.

\*\*\*\*\*

Diretor ou representante legal – RG/CPF



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CEARÁ MIRIM**

RUA GENERAL JOÃO VARELA, 1071, Centro, Ceará Mirim/RN CEP: 59570000 CNPJ: 08.120.370/0001-74

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

(usar papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2023

**D E C L A R A Ç ã O**

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF, nº \_\_\_\_\_, com endereço na av./rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, que:

( ) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores NÃO SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros vinculados ao SAAE de Ceará Mirim/RN, Câmara Municipal de Ceará Mirim/RN ou Prefeitura Municipal de Ceará Mirim/RN.

( ) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes, diretores SÃO CÔNJUGES, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados ao SAAE de Ceará Mirim/RN, Câmara Municipal de Ceará Mirim/RN ou Prefeitura Municipal de Ceará Mirim/RN.

Nome:

Cargo/Membro:

Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Local e data,

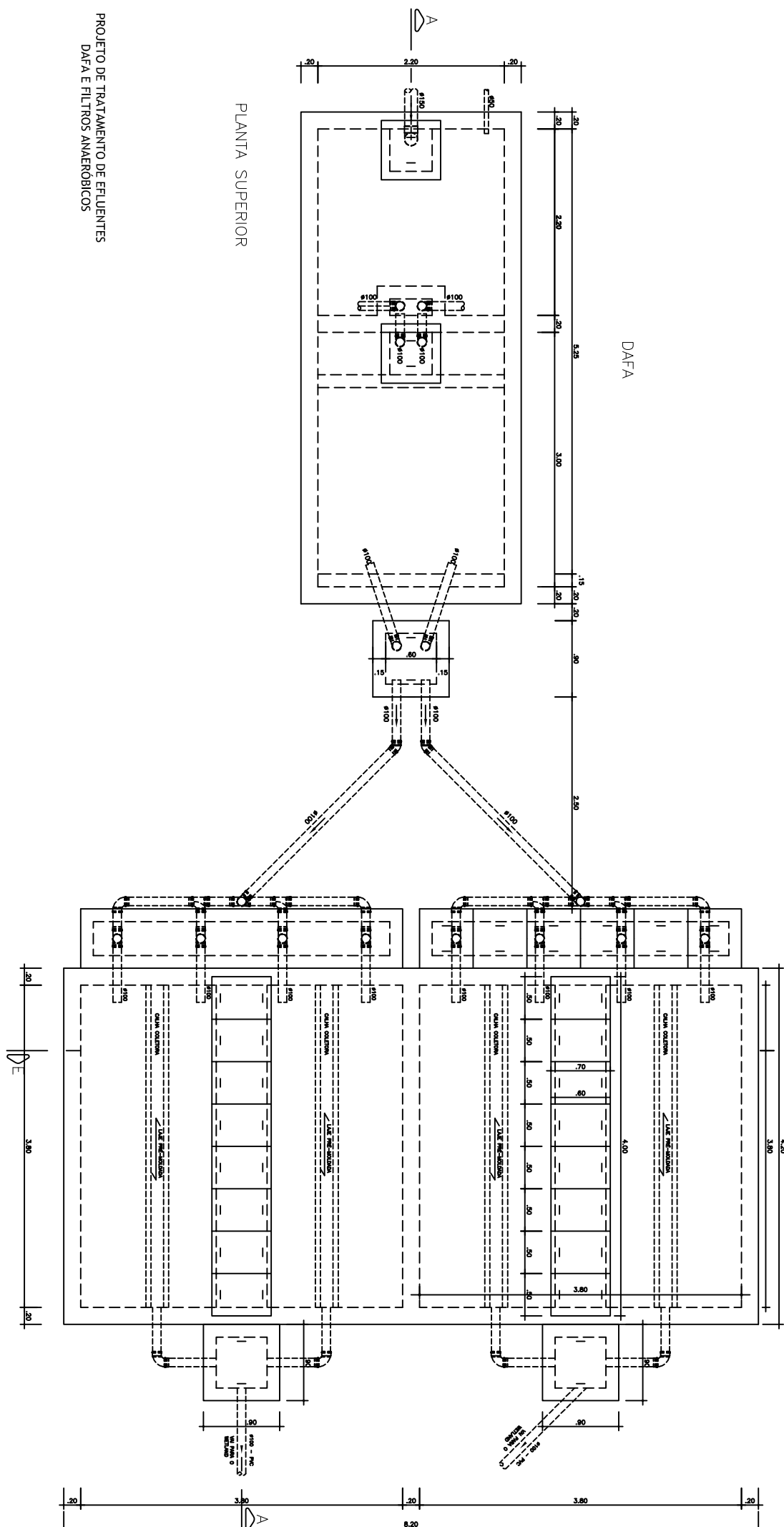
---

carimbo (ou nome legível) e assinatura  
Representante legal





# FILTROS ANAERÓBIOS

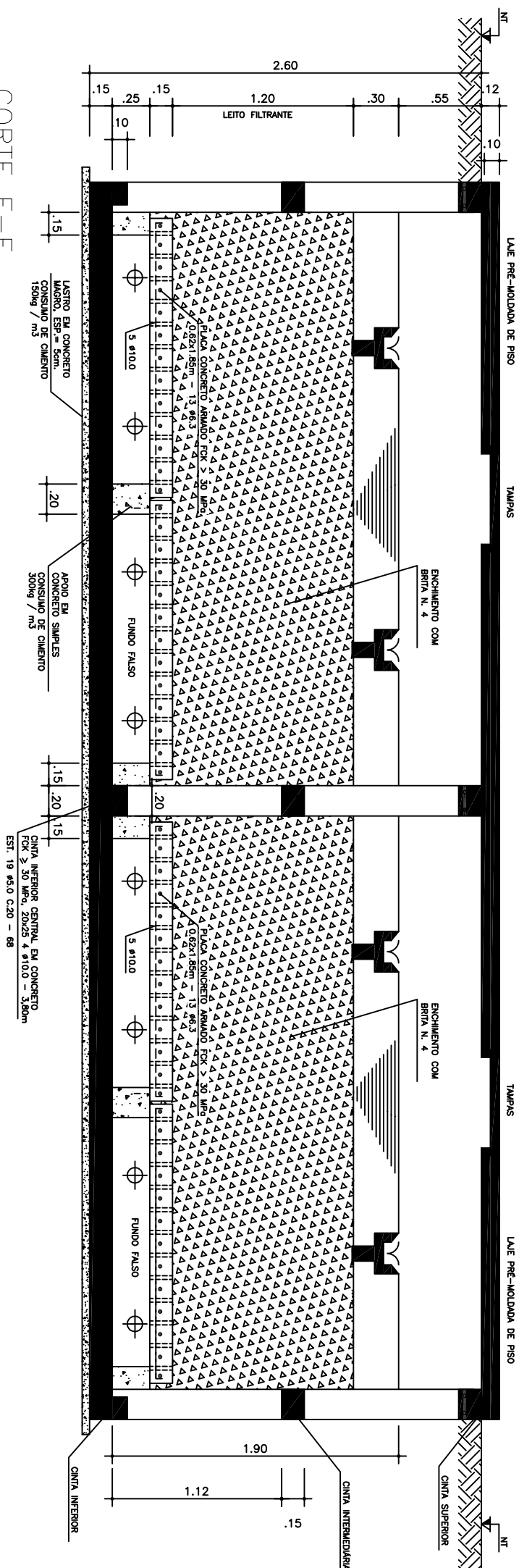


PLANTA SUPERIOR

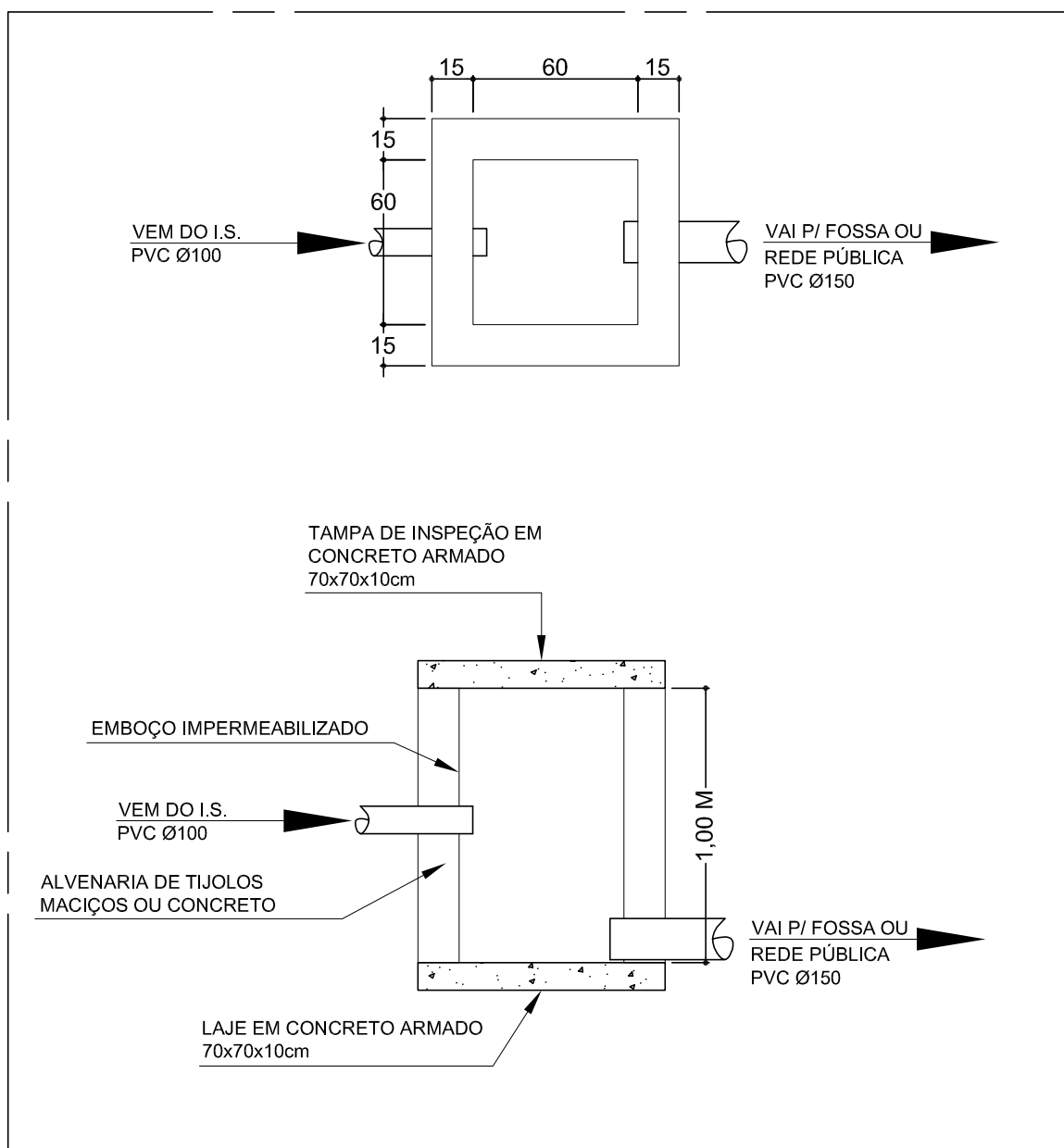
PROJETO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES  
DAFA E FILTROS ANAERÓBIOS

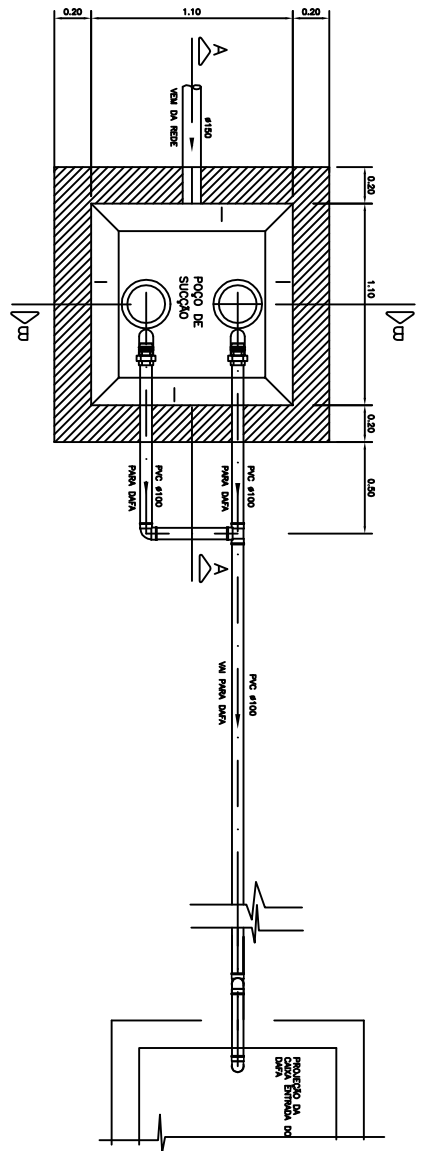


# CORTE E-E

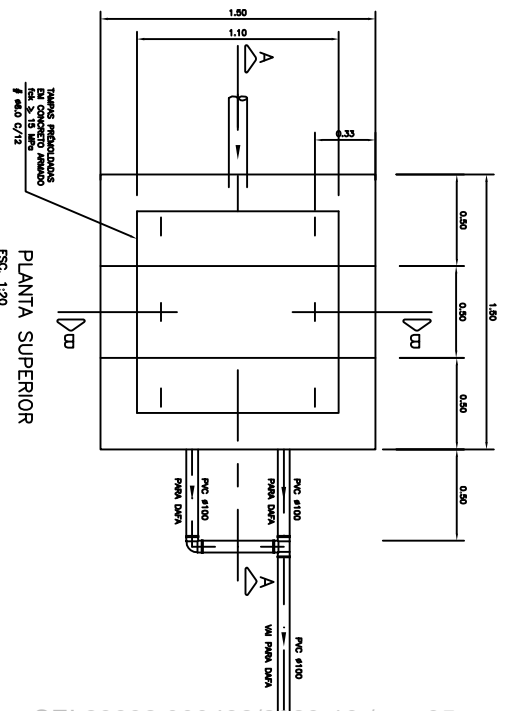


# CAIXA DE INSPEÇÃO

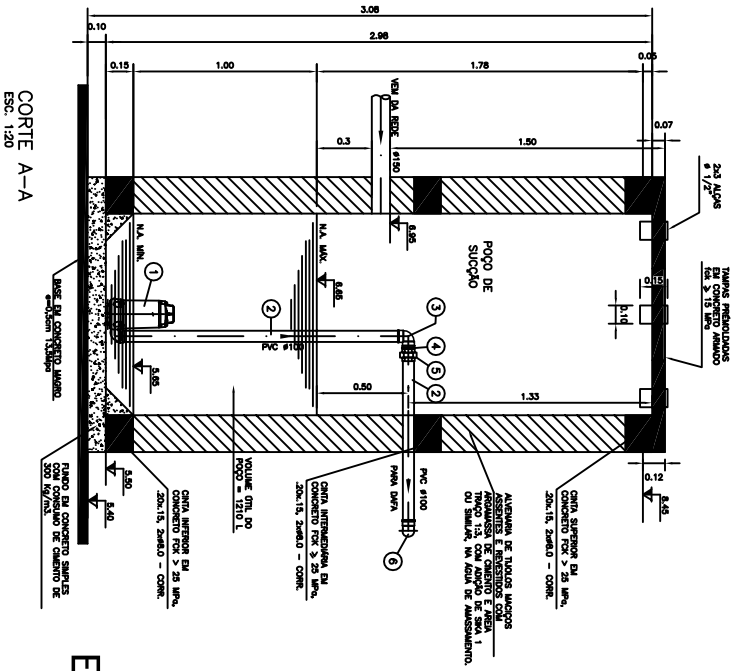




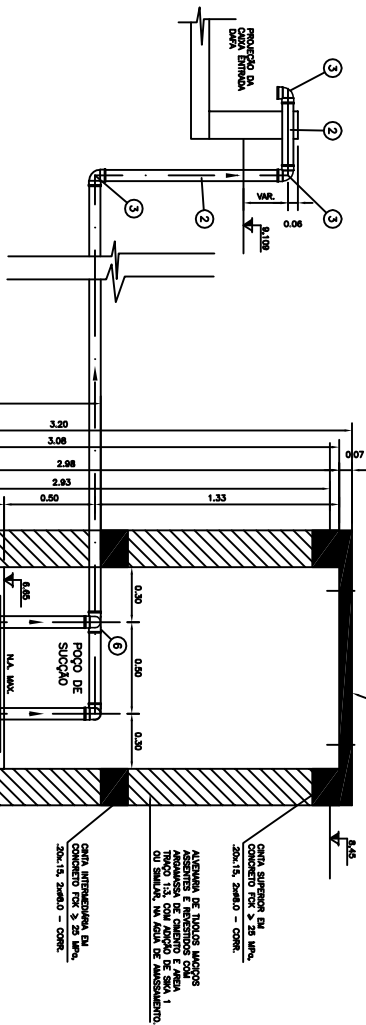
PLANTA BAIXA  
ESC. 1:20



PLANTA SUPERIOR  
ESC. 1:20



CORTE A-A  
ESC. 1:20



CORTE B-B  
ESC. 1:20

## ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO



**ABNT-Associação  
Brasileira de  
Normas Técnicas**

Sede:  
Rio de Janeiro  
Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar  
CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: PABX (021) 210-3122  
Telex: (021) 34333 ABNT - BR  
Endereço Telegráfico:  
NORMATÉCNICA

Copyright © 1993,  
ABNT—Associação Brasileira  
de Normas Técnicas  
Printed in Brazil/  
Impresso no Brasil  
Todos os direitos reservados

SET 1993

**NBR 7229**

# Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos

## Procedimento

Origem: Projeto NBR 7229/1992  
CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil  
CE-02:009.07 - Comissão de Estudo de Instalação Predial de Fossas Sépticas  
NBR 7229 - Project, construction and operation of septic tank systems - Procedure  
Descriptor: Septic tank  
Esta Norma substitui a NBR 7229/1982  
Válida a partir de 01.11.1993  
Incorpora as Erratas de JAN 1994 e nº 2 de SET 1997

Palavras-chave: Tanque séptico. Fossa séptica

15 páginas

## SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documentos complementares
- 3 Definições
- 4 Condições gerais
- 5 Condições específicas
- 6 Inspeção
- ANEXO A - Figuras

### 1 Objetivo

Esta Norma fixa as condições exigíveis para projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos, incluindo tratamento e disposição de efluentes e lodo sedimentado. Tem por objetivo preservar a saúde pública e ambiental, a higiene, o conforto e a segurança dos habitantes de áreas servidas por estes sistemas.

### 2 Documentos complementares

Na aplicação desta Norma é necessário consultar:

- NBR 5626 - Instalações prediais de água fria - Procedimento
- NBR 8160 - Instalações prediais de esgoto sanitário - Procedimento
- NBR 13969 - Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação

### 3 Definições

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições de 3.1 a 3.36.

### 3.1 Decantação

Processo em que, por gravidade, um líquido se separa dos sólidos que continha em suspensão.

### 3.2 Despejo industrial

Resíduo líquido de operação industrial.

### 3.3 Diâmetro nominal (DN)

Designação numérica de tamanho, que é comum a todos os componentes de um sistema de tubulação, exceto os componentes designados pelo diâmetro externo ou pelo tamanho da rosca.

### 3.4 Taxa de acumulação de lodo

Número de dias de acumulação de lodo fresco equivalente ao volume de lodo digerido a ser armazenado no tanque, considerando redução de volume de quatro vezes para o lodo digerido.

### 3.5 Digestão

Decomposição da matéria orgânica em substâncias progressivamente mais simples e estáveis.

### 3.6 Dispositivo de descarga de lodo

Instalação tubular para retirada, por pressão hidrostática, do conteúdo da zona de digestão.



**3.7 Dispositivo de entrada**

Dispositivo interno destinado a orientar a entrada do esgoto no tanque séptico, prevenindo sua saída em curto-circuito.

**3.8 Dispositivo de saída**

Dispositivo interno destinado a orientar a saída do efluente do tanque séptico, evitando curto-circuito, e a reter espuma.

**3.9 Efluente**

Parcela líquida que sai de qualquer unidade de tratamento.

**3.10 Efluente do tanque séptico**

Efluente ainda contaminado, originário do tanque séptico.

**3.11 Escuma**

Matéria graxa e sólidos em mistura com gases, que flutuam no líquido em tratamento.

**3.12 Água residuária**

Líquido que contém resíduo de atividade humana.

**3.13 Esgoto afluente**

Água residuária que chega ao tanque séptico pelo dispositivo de entrada.

**3.14 Esgoto doméstico**

Água residuária de atividade higiênica e/ou de limpeza.

**3.15 Esgoto sanitário**

Água residuária composta de esgoto doméstico, despejo industrial admissível a tratamento conjunto com esgoto doméstico e água de infiltração.

**3.16 Filtro anaeróbio**

Unidade destinada ao tratamento de esgoto, mediante afogamento do meio biológico filtrante.

**3.17 Intervalo entre limpezas**

Período de tempo entre duas operações consecutivas e necessárias de remoção do lodo do tanque séptico.

**3.18 Lodo**

Material acumulado na zona de digestão do tanque séptico, por sedimentação de partículas sólidas suspensas no esgoto.

**3.19 Lodo desidratado**

Lodo com baixo teor de umidade.

**3.20 Lodo digerido**

Lodo estabilizado por processo de digestão.

**3.21 Lodo fresco**

Lodo instável, em início de processo de digestão.

**3.22 Período de detenção do esgoto**

Tempo médio de permanência da parcela líquida do esgoto dentro da zona de decantação do tanque séptico.

**3.23 Período de digestão**

Tempo necessário à estabilização da parcela orgânica do lodo.

**3.24 Profundidade total**

Medida entre a face inferior da laje de fechamento e o nível da base do tanque.

**3.25 Profundidade útil**

Medida entre o nível mínimo de saída do efluente e o nível da base do tanque.

**3.26 Sedimentação**

Processo em que, por gravidade, sólidos em suspensão se separam do líquido que os continha.

**3.27 Sistema de esgotamento sanitário**

Conjunto de instalações que reúne coleta, tratamento e disposição das águas residuárias.

**3.28 Sistema de tanque séptico**

Conjunto de unidades destinadas ao tratamento e à disposição de esgotos, mediante utilização de tanque séptico e unidades complementares de tratamento e/ou disposição final de efluentes e lodo.

**3.29 Sumidouro ou poço absorvente**

Poço seco escavado no chão e não impermeabilizado, que orienta a infiltração de água residuária no solo.

**3.30 Tanque séptico**

Unidade cilíndrica ou prismática retangular de fluxo horizontal, para tratamento de esgotos por processos de sedimentação, flotação e digestão (ver Figura 1 do Anexo A).

**3.31 Tanque séptico de câmara única**

Unidade de apenas um compartimento, em cuja zona superior devem ocorrer processos de sedimentação e de flotação e digestão da espuma, prestando-se a zona inferior ao acúmulo e digestão do lodo sedimentado.

**3.32 Tanque séptico de câmaras em série**

Unidade com dois ou mais compartimentos contínuos, dispostos seqüencialmente no sentido do fluxo do líquido e interligados adequadamente, nos quais devem ocorrer, conjunta e decrescentemente, processos de flotação, sedimentação e digestão.

### 3.33 Vala de filtração

Sistema de tratamento biológico do efluente do tanque séptico, que consiste em um conjunto ordenado de caixa de distribuição, caixas de inspeção, tubulações perfuradas superiores, para distribuir o efluente sobre leito biológico filtrante, e tubulações perfuradas inferiores, para coletar o filtrado e encaminhá-lo à disposição final.

### 3.34 Vala de infiltração

Sistema de disposição do efluente do tanque séptico, que orienta sua infiltração no solo e consiste em um conjunto ordenado de caixa de distribuição, caixas de inspeção e tubulação perfurada assente sobre a camada-suporte de pedra britada.

### 3.35 Volume total

Volume útil acrescido de volume correspondente ao espaço destinado à circulação de gases no interior do tanque, acima do nível do líquido.

### 3.36 Volume útil

Espaço interno mínimo necessário ao correto funcionamento do tanque séptico, correspondente à somatória dos volumes destinados à digestão, decantação e armazenamento de espuma.

## 4 Condições gerais

### 4.1 Aplicação do sistema

4.1.1 O sistema de tanques sépticos aplica-se primordialmente ao tratamento de esgoto doméstico e, em casos plenamente justificados, ao esgoto sanitário.

4.1.2 O emprego de sistemas de tanque séptico para o tratamento de despejos de hospitais, clínicas, laboratórios de análises clínicas, postos de saúde e demais estabelecimentos prestadores de serviços de saúde deve ser previamente submetido à apreciação das autoridades sanitárias e ambiental competentes, para a fixação de eventuais exigências específicas relativas a pré e pós-tratamento.

4.1.3 Mesmo nos casos em que seja admitido o tratamento de esgoto sanitário com presença de substâncias tóxicas, nos termos das seções precedentes, cuidados especiais devem ser tomados na disposição do lodo.

4.1.4 O sistema deve ser dimensionado e implantado de forma a receber a totalidade dos despejos, com exceção dos despejos especificados em 4.3.2.

### 4.2 Indicações do sistema

O uso do sistema de tanque séptico somente é indicado para:

- a) área desprovida de rede pública coletora de esgoto;
- b) alternativa de tratamento de esgoto em áreas providas de rede coletora local;
- c) retenção prévia dos sólidos sedimentáveis, quando da utilização de rede coletora com diâmetro e/ou declividade reduzidos para transporte de efluente livre de sólidos sedimentáveis.

## 4.3 Restrições ao uso do sistema

4.3.1 O sistema em funcionamento deve preservar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, mediante estrita observância das restrições desta Norma, relativas à estanqueidade e distâncias.

4.3.2 É vedado o encaminhamento ao tanque séptico de:

- a) águas pluviais;
- b) despejos capazes de causar interferência negativa em qualquer fase do processo de tratamento ou a elevação excessiva da vazão do esgoto afluente, como os provenientes de piscinas e de lavagem de reservatórios de água.

## 4.4 Abrangência do projeto

4.4.1 Os sistemas de tanques sépticos devem ser projetados de forma completa, incluindo disposição final para efluente e lodo (ver Figura 2 do Anexo A), bem como, sempre que necessário, tratamento complementar destes conforme a NBR 13969.

4.4.2 Os projetos dos sistemas de tratamento complementar e disposição final de efluente e de lodo digerido devem atender ao disposto nas NBR 5626 e NBR 8160 e nas normas a elas relacionadas.

## 5 Condições específicas

### 5.1 Distâncias mínimas

Os tanques sépticos devem observar as seguintes distâncias horizontais mínimas:

- a) 1,50 m de construções, limites de terreno, sumidouros, valas de infiltração e ramal predial de água;
- b) 3,0 m de árvores e de qualquer ponto de rede pública de abastecimento de água;
- c) 15,0 m de poços freáticos e de corpos de água de qualquer natureza.

Nota: As distâncias mínimas são computadas a partir da face externa mais próxima aos elementos considerados.

### 5.2 Materiais

Os materiais empregados na execução dos tanques sépticos, tampões de fechamento e dispositivos internos devem atender às seguintes exigências:

- a) resistência mecânica adequada às solicitações a que cada componente seja submetido;
- b) resistência ao ataque químico de substâncias contidas no esgoto afluente ou geradas no processo de digestão.

### 5.3 Contribuição de despejos

No cálculo da contribuição de despejos, deve ser considerado o seguinte:

- a) número de pessoas a serem atendidas;
- b) 80% do consumo local de água. Em casos plenamente justificados, podem ser adotados percentuais diferentes de 80% e, na falta de dados locais relativos ao consumo, são adotadas as vazões e contribuições constantes na Tabela 1;
- c) nos prédios em que haja, simultaneamente, ocupantes permanentes e temporários, a vazão total de contribuição resulta da soma das vazões correspondentes a cada tipo de ocupante.

### 5.4 Período de detenção dos despejos

Os tanques sépticos devem ser projetados para períodos mínimos de detenção, conforme a Tabela 2.

### 5.5 Contribuição de lodo fresco

A contribuição de lodo fresco é estimada conforme a Tabela 1. Para os casos de esgotos não-domésticos, de acordo com 4.1.2, a contribuição deve ser fixada a partir de observações de campo ou em laboratório, pelos indicadores menos favoráveis.

### 5.6 Taxa de acumulação total de lodo

**5.6.1** A taxa de acumulação total de lodo, em dias, é obtida em função de:

- a) volumes de lodo digerido e em digestão, produzidos por cada usuário, em litros;

b) faixas de temperatura ambiente (média do mês mais frio, em graus Celsius);

c) intervalo entre limpezas, em anos.

**5.6.2** As taxas resultantes são as da Tabela 3. Para acumulação em períodos superiores a cinco anos, devem ser estudadas as condições particulares de contribuição, acumulação e adensamento do lodo em cada caso.

### 5.7 Dimensionamento do tanque séptico

O volume útil total do tanque séptico deve ser calculado pela fórmula:

$$V = 1000 + N (CT + K L_f)$$

Onde:

V = volume útil, em litros

N = número de pessoas ou unidades de contribuição

C = contribuição de despejos, em litro/pessoa x dia ou em litro/unidade x dia (ver Tabela 1)

T = período de detenção, em dias (ver Tabela 2)

K = taxa de acumulação de lodo digerido em dias, equivalente ao tempo de acumulação de lodo fresco (ver Tabela 3)

L<sub>f</sub> = contribuição de lodo fresco, em litro/pessoa x dia ou em litro/unidade x dia (ver Tabela 1)

**Tabela 1 - Contribuição diária de esgoto (C) e de lodo fresco (L<sub>f</sub>) por tipo de prédio e de ocupante**

Unid.: L

Prédio	Unidade	Contribuição de esgotos (C) e lodo fresco (Lf)	
1. Ocupantes permanentes			
- residência			
padrão alto	pessoa	160	1
padrão médio	pessoa	130	1
padrão baixo	pessoa	100	1
- hotel (exceto lavanderia e cozinha)	pessoa	100	1
- alojamento provisório	pessoa	80	1
2. Ocupantes temporários			
- fábrica em geral	pessoa	70	0,30
- escritório	pessoa	50	0,20
- edifícios públicos ou comerciais	pessoa	50	0,20
- escolas (externatos) e locais de longa permanência	pessoa	50	0,20
- bares	pessoa	6	0,10
- restaurantes e similares	refeição	25	0,10
- cinemas, teatros e locais de curta permanência	lugar	2	0,02
- sanitários públicos <sup>(A)</sup>	bacia sanitária	480	4,0

<sup>(A)</sup> Apenas de acesso aberto ao público (estação rodoviária, ferroviária, logradouro público, estádio esportivo, etc.).

**Tabela 2 - Período de detenção dos despejos, por faixa de contribuição diária**

Contribuição diária (L)	Tempo de detenção	
	Dias	Horas
Até 1500	1,00	24
De 1501 a 3000	0,92	22
De 3001 a 4500	0,83	20
De 4501 a 6000	0,75	18
De 6001 a 7500	0,67	16
De 7501 a 9000	0,58	14
Mais que 9000	0,50	12

**Tabela 3 - Taxa de acumulação total de lodo (K), em dias, por intervalo entre limpezas e temperatura do mês mais frio**

Intervalo entre limpezas (anos)	Valores de K por faixa de temperatura ambiente (t), em °C		
	$t \leq 10$	$10 \leq t \leq 20$	$t > 20$
1	94	65	57
2	134	105	97
3	174	145	137
4	214	185	177
5	254	225	217

**5.8 Geometria dos tanques**

Os tanques sépticos podem ser cilíndricos ou prismáticos retangulares. Os cilíndricos são empregados em situações onde se pretende minimizar a área útil em favor da profundidade; os prismáticos retangulares, nos casos em que sejam desejáveis maior área horizontal e menor profundidade.

**5.9 Medidas internas mínimas (ver Figuras 3 e 4 do Anexo A)**

As medidas internas dos tanques devem observar o que segue:

- profundidade útil: varia entre os valores mínimos e máximos recomendados na Tabela 4, de acordo com o volume útil obtido mediante a fórmula de 5.7;
- diâmetro interno mínimo: 1,10 m;
- largura interna mínima: 0,80 m;
- relação comprimento/largura (para tanques prismáticos retangulares): mínimo 2:1; máximo 4:1.

**Tabela 4 - Profundidade útil mínima e máxima, por faixa de volume útil**

Volume útil (m³)	Profundidade útil mínima (m)	Profundidade útil máxima (m)
Até 6,0	1,20	2,20
De 6,0 a 10,0	1,50	2,50
Mais que 10,0	1,80	2,80

**5.10 Número de câmaras**

O emprego de câmaras múltiplas em série é recomendado especialmente para os tanques de volumes pequeno a médio, servindo até 30 pessoas. Para observância de melhor desempenho quanto à qualidade dos efluentes, recomendam-se os seguintes números de câmaras:

- tanques cilíndricos: três câmaras em série;
- tanques prismáticos retangulares: duas câmaras em série.

**5.11 Proporção entre as câmaras (ver Figura 4 do Anexo A)**

Conforme sua conformação, cilíndrica ou prismática, os tanques têm as seguintes proporções entre câmaras:

- tanques cilíndricos: 2:1 em volume, da entrada para a saída;
- tanques prismáticos retangulares: 2:1 em volume, da entrada para a saída.

**5.12 Intercomunicação entre as câmaras**

As câmaras devem comunicar-se mediante aberturas com área equivalente a 5% da seção vertical útil do tanque no plano de separação entre elas. As seguintes relações de medida devem ser observadas para as aberturas (ver Figura 4 do Anexo A):

- distância vertical mínima da extremidade ou geratriz superior da abertura ao nível do líquido: 0,30 m;
- distância vertical mínima da extremidade inferior da abertura à soleira do tanque: metade da altura útil para tanques dimensionados para limpeza a intervalos de até três anos, e dois terços da altura útil para tanques dimensionados para limpeza a intervalos superiores a três anos;
- menor dimensão de cada abertura: 3 cm.

**5.13 Dispositivos de entrada e saída**

Os dispositivos de entrada e saída, constituídos por três sanitários ou septos, devem observar as seguintes relações de medidas (ver Figura 3 do Anexo A):

- dispositivo de entrada: parte emersa, pelo menos 5 cm acima da geratriz superior do tubo de entrada, e parte imersa aprofundada até 5 cm acima do nível correspondente à extremidade inferior do dispositivo de saída;

- b) dispositivo de saída: parte emersa nivelada, pela extremidade superior, ao dispositivo de entrada, e parte imersa medindo um terço da altura útil do tanque a partir da geratriz inferior do tubo de saída;
- c) as geratrizes inferiores dos tubos de entrada e saída são desniveladas em 5 cm;
- d) entre a extremidade superior dos dispositivos de entrada e saída e o plano inferior da laje de cobertura do tanque, deve ser preservada uma distância mínima de 5 cm.

#### 5.14 Aberturas de inspeção (ver Figura 5 do Anexo A)

As aberturas de inspeção dos tanques sépticos devem ter número e disposição tais que permitam a remoção do lodo e da espuma acumulados, assim como a desobstrução dos dispositivos internos. As seguintes relações de distribuição e medidas devem ser observadas:

- a) todo tanque deve ter pelo menos uma abertura com a menor dimensão igual ou superior a 0,60 m, que permita acesso direto ao dispositivo de entrada do esgoto no tanque;
- b) o máximo raio de abrangência horizontal, admissível para efeito de limpeza, é de 1,50 m, a partir do qual nova abertura deve ser necessária;
- c) a menor dimensão das demais aberturas, que não a primeira, deve ser igual ou superior a 0,20 m;
- d) os tanques executados com lajes removíveis em segmentos não necessitam de aberturas de inspeção, desde que as peças removíveis que as substituam tenham área igual ou inferior a 0,50 m<sup>2</sup>;
- e) os tanques prismáticos retangulares de câmaras múltiplas devem ter pelo menos uma abertura por câmara;
- f) os tanques cilíndricos podem ter uma única abertura, independentemente do número de câmaras, desde que seja observado o raio de abrangência disposto em 5.14-b) e que a distância entre o nível do líquido e a face inferior do tampão de fechamento seja igual ou superior a 0,50 m.

#### 5.15 Procedimentos construtivos

**5.15.1** Os tanques sépticos e respectivos tampões devem ser resistentes a solicitações de cargas horizontais e verticais, em dimensões suficientes para garantir a estabilidade em face de:

- a) cargas rodantes (veículos) e reaterro, no caso de os tanques estarem localizados em área pública, mesmo que não diretamente na via carroçável;
- b) sobrecargas aplicadas no dimensionamento das respectivas edificações, no caso de os tanques estarem localizados internamente aos lotes;
- c) pressões horizontais de terra;
- d) carga hidráulica devida à sobrelevação de lençol freático, em zonas suscetíveis a esse tipo de ocorrência.

**5.15.2** Para tanques sépticos de uso doméstico, individuais e coletivos, na faixa de até, aproximadamente, 6,0 m<sup>3</sup>, os requisitos de estabilidade são, em geral, atendidos por construções em alvenaria de tijolo inteiro (espessura de 20 cm a 22 cm, fora revestimento) ou por concreto armado, moldado no local, com espessura de 8 cm a 10 cm. É admissível também o uso de outros materiais e componentes pré-fabricados, como anéis de concreto armado, componentes de poliéster armado com fibra de vidro e chapas metálicas revestidas. Nestes casos, a resistência especificada pode ser atingida mediante espessuras inferiores às indicadas para construção convencional.

**5.15.3** A laje de fundo deve ser executada antes da construção das paredes, exceto nos casos plenamente justificados.

**5.15.4** Os tanques devem ser estanques; os construídos em alvenaria devem ser revestidos, internamente, com material de desempenho equivalente à camada de argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e espessura de 1,5 cm (ver Figura 6 do Anexo A).

#### 5.16 Identificação

Os tanques devem conter uma placa de identificação com as seguintes informações, gravadas de forma indelevel, em lugar visível (ver Figura 7 do Anexo A):

- a) identificação: nome do fabricante ou construtor e data de fabricação;
- b) tanque dimensionado conforme a NBR 7229;
- c) temperatura de referência: conforme o critério de dimensionamento adotado; indicação da faixa de temperatura ambiente. Para tanques dimensionados para condições mais rigorosas ( $T \leq 10^{\circ}\text{C}$ ), indicar "todas";
- d) condições de utilização: tabela associando números de usuários e intervalos de limpeza permissíveis, conforme os exemplos da Figura 7 do Anexo A.

### 6 Inspeção

#### 6.1 Verificação de estanqueidade dos tanques

**6.1.1** Antes de entrar em funcionamento, o tanque séptico deve ser submetido ao ensaio de estanqueidade, realizado após ele ter sido saturado por no mínimo 24 h.

**6.1.2** A estanqueidade é medida pela variação do nível de água, após preenchimento, até a altura da geratriz inferior do tubo de saída, decorridas 12 h. Se a variação for superior a 3% da altura útil, a estanqueidade é insuficiente, devendo-se proceder à correção de trincas, fissuras ou juntas. Após a correção, novo ensaio deve ser realizado.

#### 6.2 Manutenção

##### 6.2.1 Procedimento de limpeza dos tanques

**6.2.1.1** O lodo e a espuma acumulados nos tanques devem ser removidos a intervalos equivalentes ao período de limpeza do projeto, conforme a Tabela 3 (ver 5.6.2).

**6.2.1.2** O intervalo pode ser encurtado ou alongado quanto aos parâmetros de projeto, sempre que se verificarem alterações nas vazões efetivas de trabalho com relação às estimadas.

**6.2.1.3** Quando da remoção do lodo digerido, aproximadamente 10% de seu volume devem ser deixados no interior do tanque.

**6.2.1.4** A remoção periódica de lodo e espuma deve ser feita por profissionais especializados que disponham de equipamentos adequados, para garantir o não-contato direto entre pessoas e lodo. É obrigatório o uso de botas e luvas de borracha. Em caso de remoção manual, é obrigatório o uso de máscara adequada de proteção.

**6.2.1.5** No caso de tanques utilizados para o tratamento de esgotos não exclusivamente domésticos, como em estabelecimentos de saúde e hotéis, é obrigatória a remoção por equipamento mecânico de sucção e caminhão-tanque.

**6.2.1.6** Anteriormente a qualquer operação que venha a ser realizada no interior dos tanques, as tampas devem ser mantidas abertas por tempo suficiente à remoção de gases tóxicos ou explosivos (mínimo: 5 min).

#### **6.2.2 Acesso à limpeza dos tanques**

**6.2.2.1** Os tampões de fechamento dos tanques devem ser diretamente acessíveis para manutenção.

**6.2.2.2** O eventual revestimento de piso executado na área dos tanques sépticos não pode impedir a abertura das tampas. O recobrimento com azulejos, cacos de cerâmica ou

outros materiais de revestimento pode ser executado sobre as tampas, desde que sejam preservadas as juntas entre estas e o restante do piso.

#### **6.2.3 Disposição de lodo e espuma**

**6.2.3.1** O lodo e a espuma removidos dos tanques sépticos em nenhuma hipótese podem ser lançados em corpos de água ou galerias de águas pluviais.

**6.2.3.2** O lançamento do lodo digerido, em estações de tratamento de esgotos ou em pontos determinados da rede coletora de esgotos, é sujeito à aprovação e regulamentação por parte do órgão responsável pelo esgotamento sanitário na área considerada.

**6.2.3.3** No caso de tanques sépticos para atendimento a comunidades isoladas, deve ser prevista a implantação de leitos de secagem, projetados de acordo com a normalização específica. Estes devem estar localizados em cota adequada à disposição final ou ao retorno dos efluentes líquidos para os tanques.

**6.2.3.4** O lodo seco pode ser disposto em aterro sanitário, usina de compostagem ou campo agrícola, sendo que, neste último, só quando ele não é voltado ao cultivo de hortaliças, frutas rasteiras e legumes consumidos crus.

**6.2.3.5** Quando a comunidade não dispuser de rede coletora de esgoto, os órgãos responsáveis pelo meio ambiente, saúde e saneamento básico devem ser consultados sobre o que fazer para os lodos coletados dos tanques sépticos poderem ser tratados, desidratados e dispostos sem prejuízos à saúde e ao meio ambiente.

---

/ANEXO A





## ANEXO A - Figuras

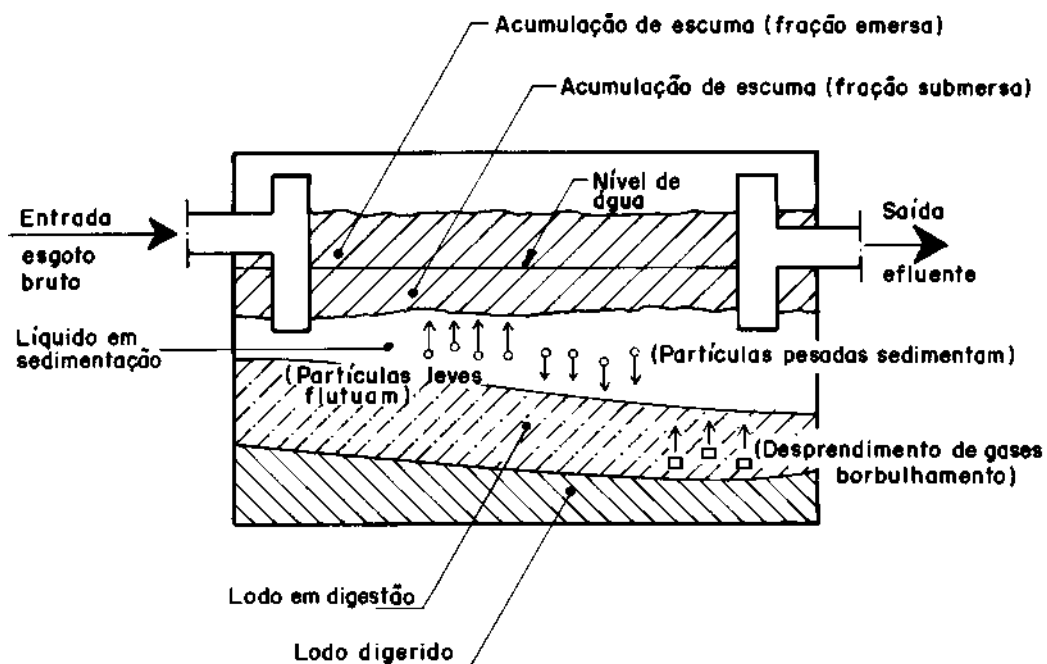
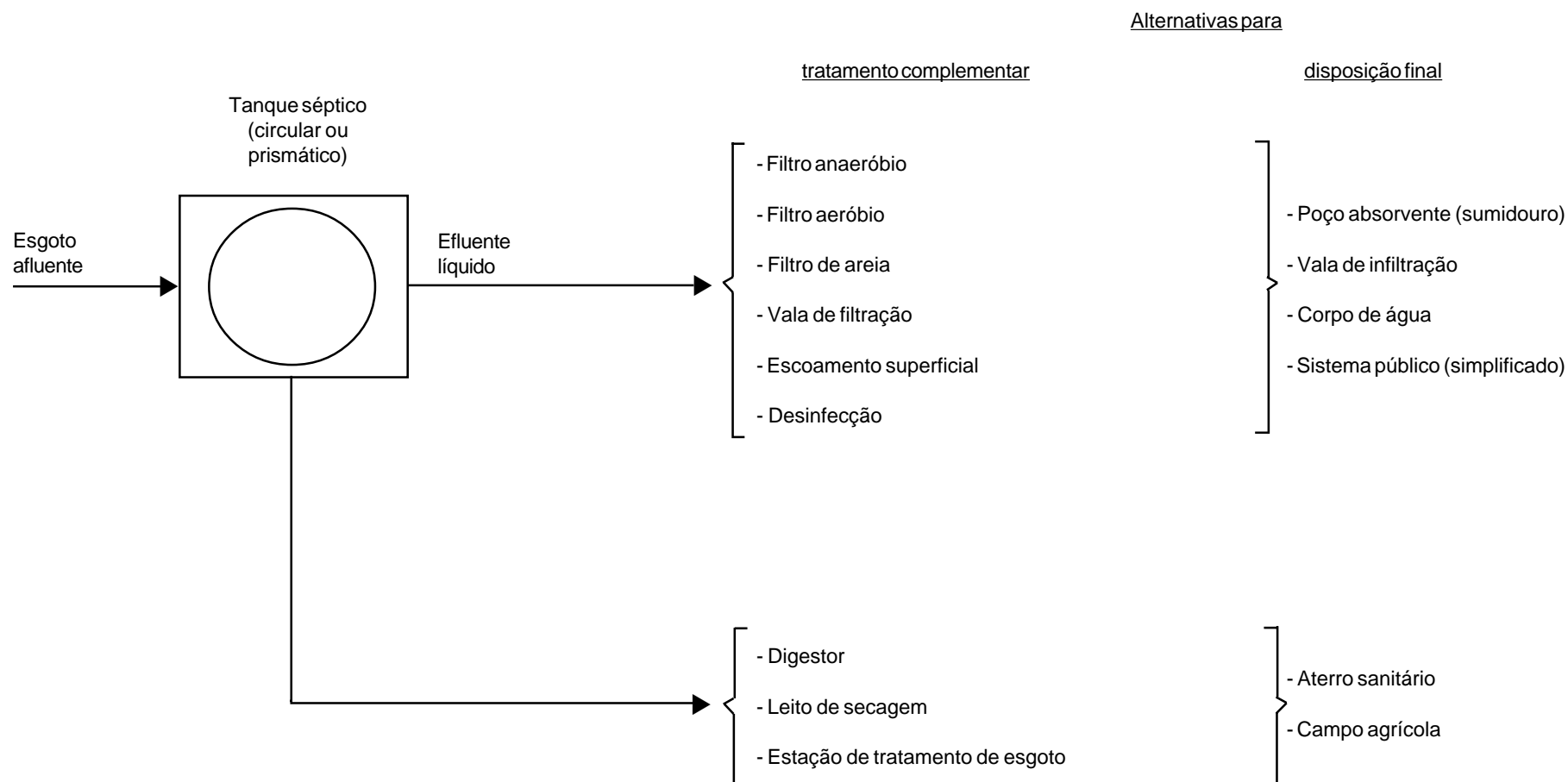
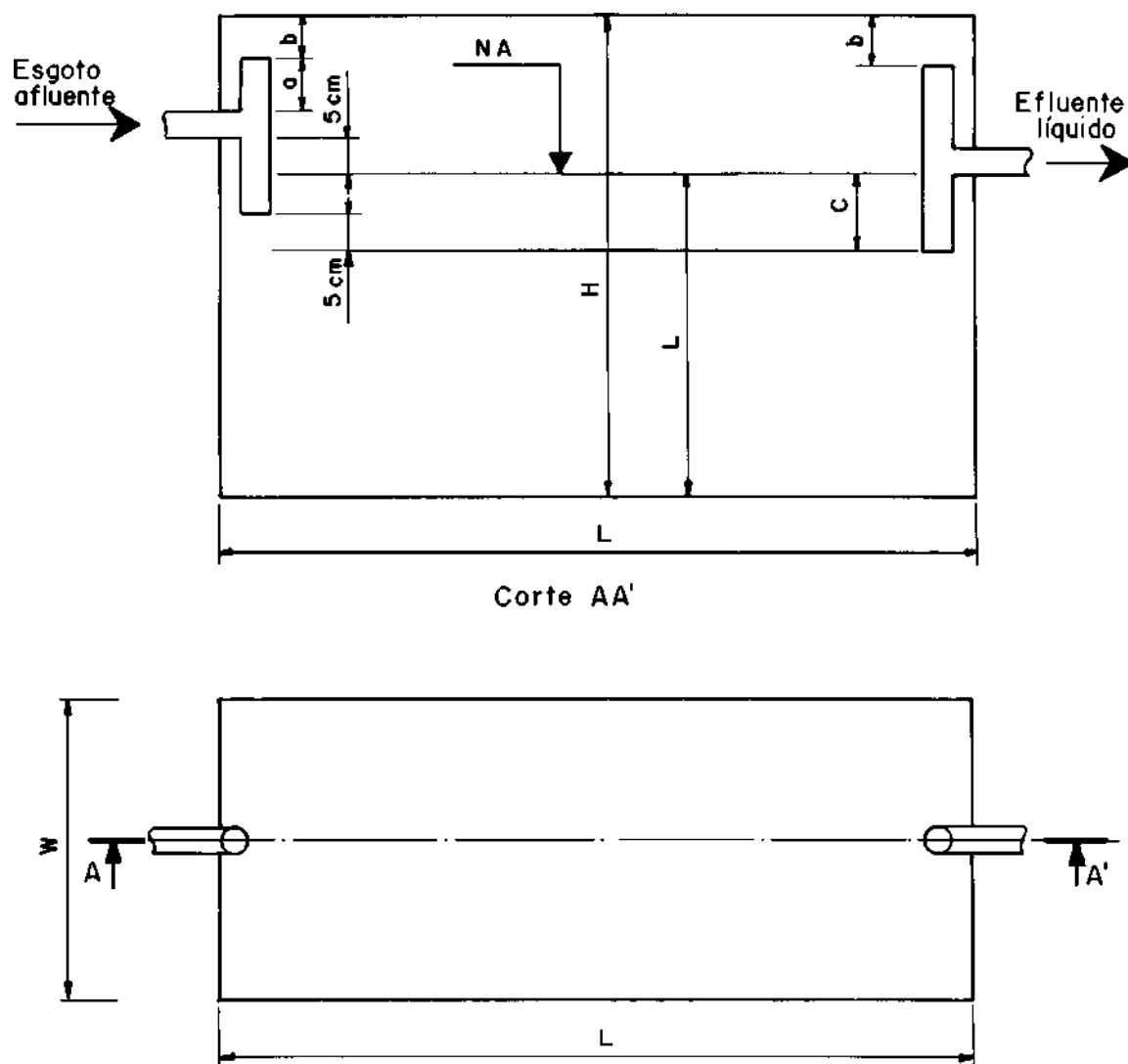


Figura 1 - Funcionamento geral de um tanque séptico



Nota: Pode haver combinação de alternativas.

**Figura 2 - Sistema de tanque séptico - Esquema geral**



$a \geq 5 \text{ cm}$

$b \geq 5 \text{ cm}$

$c = 1/3 h$

$h$  = profundidade útil

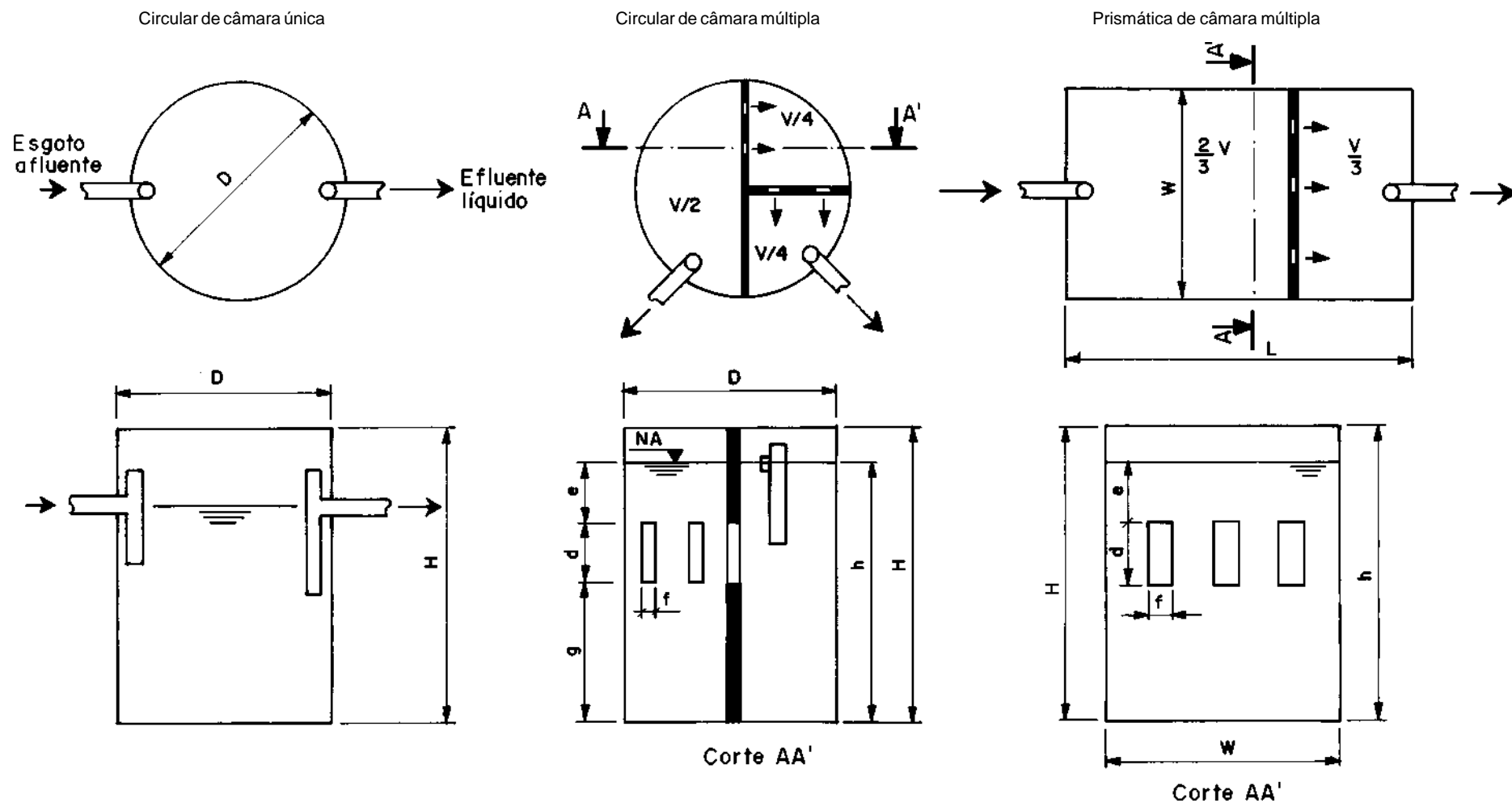
$H$  = altura interna total

$L$  = comprimento interno total

$W$  = largura interna total ( $\geq 80 \text{ cm}$ )

Relação  $L/W$ : entre 2:1 e 4:1

**Figura 3 - Detalhes e dimensões de um tanque séptico de câmara única**



D = diâmetro interno ( $\geq 1,10$  m)

$e \geq 30$  cm - n = número de abertura em cada parede

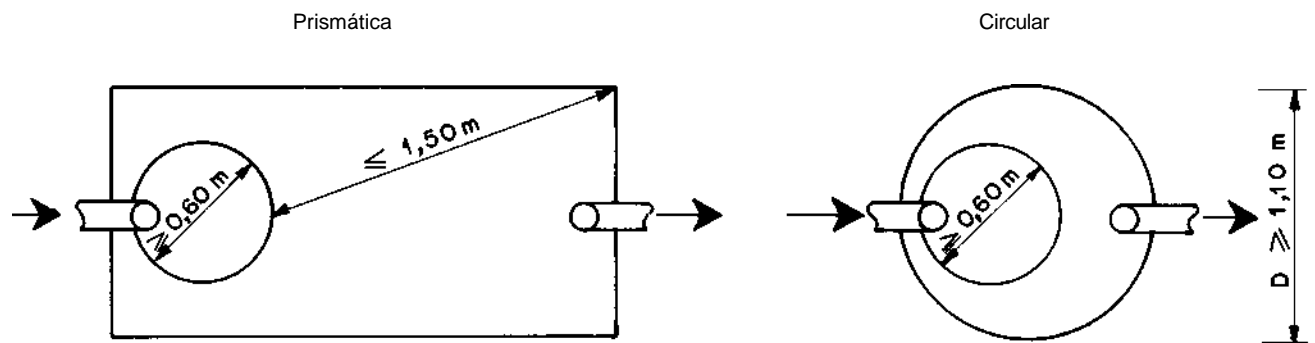
d = altura da abertura ( $\geq 3$  cm)

f = largura da abertura ( $\geq 3$  cm)

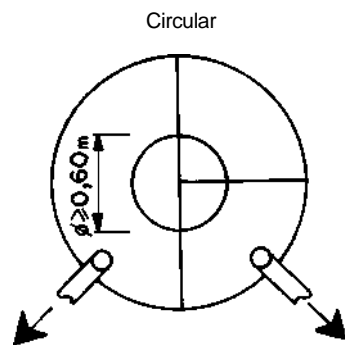
g =  $\begin{cases} 0,5 \text{ h para tanques com intervalo de limpeza de até quatro anos} \\ 2/3 \text{ h para tanques com intervalo de limpeza acima de cinco anos} \end{cases}$

$$n \cdot d \cdot f = \begin{cases} 0,05 \cdot h \cdot W \text{ (prismática retangular)} \\ 0,05 \cdot h \cdot D \text{ (cilíndrico de câmara dupla)} \\ 0,025 \cdot h \cdot D \text{ (cilíndrico de três câmaras)} \end{cases}$$

Figura 4 - Dimensões dos tanques sépticos

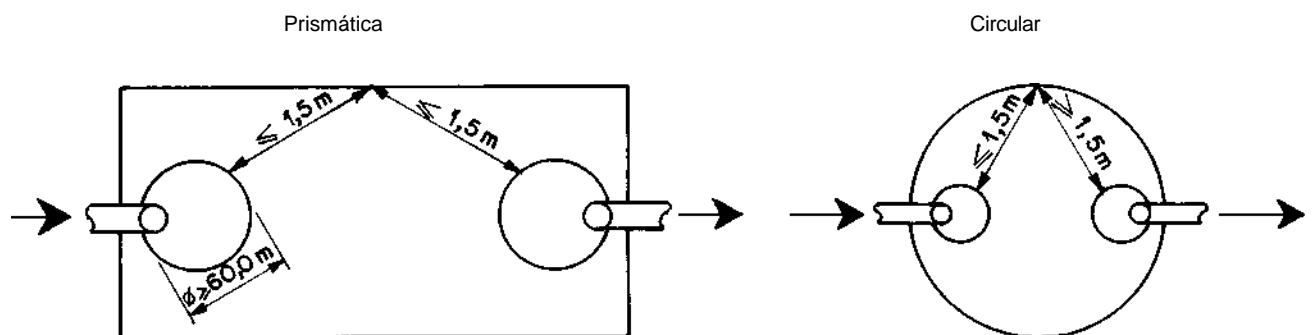


a-1 Câmara única

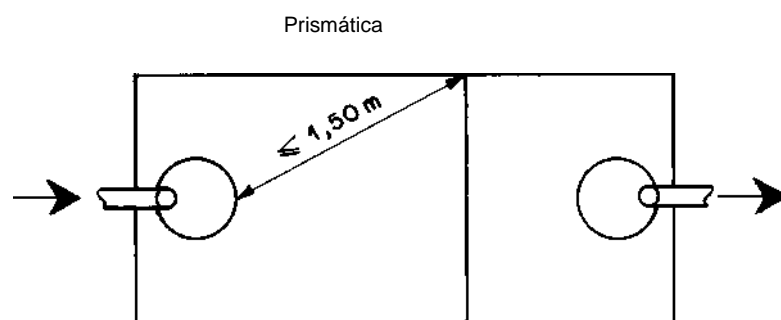


a-2 Câmaras múltiplas

Figura 5-(a) - Tanque com única abertura



b-1 Câmara única

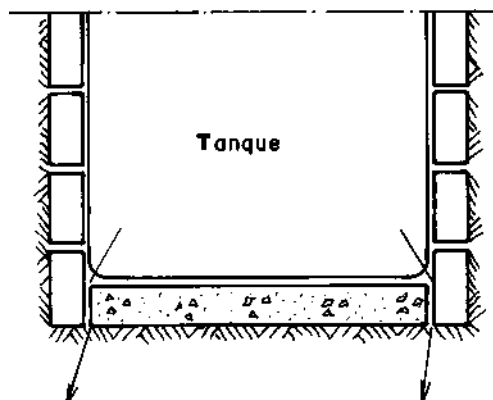


b-2 Câmaras múltiplas

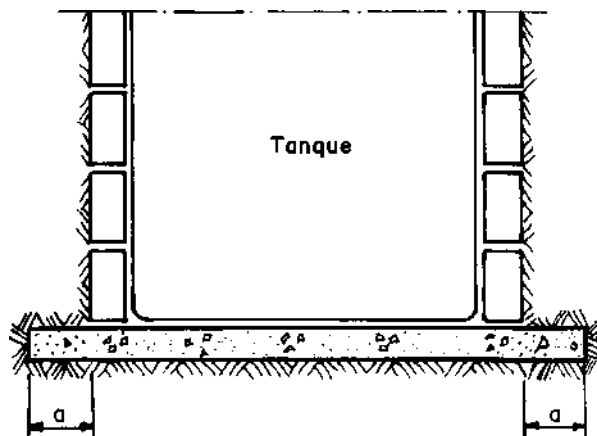
Figura 5-(b) - Tanque com múltipla abertura

Figura 5 - Disposição das aberturas

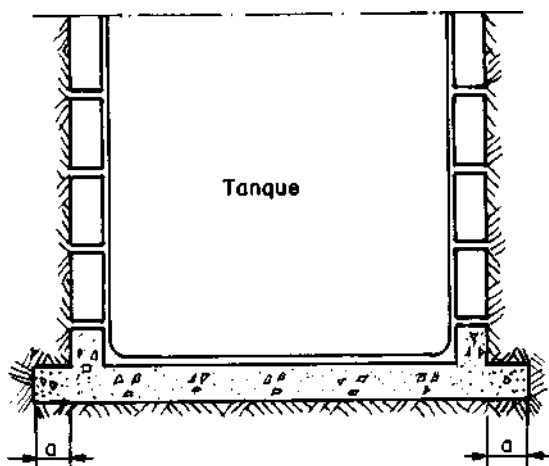




Procedimento inaceitável (vazamentos inevitáveis)



Procedimento aceitável (vazamentos controlados se o revestimento interno for de boa qualidade)



Procedimento desejável (vazamentos pela junta quase impossíveis)

Nota: a = dimensão de acordo com dimensionamento para não-flutuação devido ao empuxo.

**Figura 6 - Junção laje de fundo/paredes laterais**

FABRICANTE/CONSTRUTOR:\_\_\_\_\_

ENDEREÇO: Rua \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

VOLUME TOTAL: \_\_\_\_\_ m³ \_\_\_\_\_ Volume útil \_\_\_\_\_ m³ \_\_\_\_\_

CAPACIDADE NORMAL: \_\_\_\_\_ Pessoas/un. \_\_\_\_\_ Vazão \_\_\_\_\_ m³/d \_\_\_\_\_

TEMPERATURA AMBIENTE: \_\_\_\_\_ °C a \_\_\_\_\_ °C \_\_\_\_\_ Data de fabricação: \_\_\_\_\_

RECOMENDA-SE A LIMPEZA CONFORME TABELA ABAIXO

Pessoa/un.							
Intervalo (anos)							

- Este tanque séptico foi dimensionado e construído conforme a NBR 7229/1993.

Figura 7 - Placa de identificação



**ABNT-Associação  
Brasileira de  
Normas Técnicas**

Sede:  
Rio de Janeiro  
Av. Treze de Maio, 13 - 28º andar  
CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: PABX (21) 210-3122  
Fax: (21) 220-1762/220-6436  
Endereço Eletrônico:  
www.abnt.org.br

Copyright © 1997,  
ABNT—Associação Brasileira  
de Normas Técnicas  
Printed in Brazil/  
Impresso no Brasil  
Todos os direitos reservados

SET 1997

**NBR 13969**

# **Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação**

Origem: Projeto 02:144.07-002:1996  
CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil  
CE-02:144.07 - Comissão de Estudo de Instalação Predial de Tanques Sépticos  
NBR 13969 - Septic tank - Units for treatment and disposal of liquid effluents -  
Project, construction and operation  
Descriptor: Septic tank  
Válida a partir de 30.10.1997

Palavra-chave: Tanque séptico

60 páginas

## **Sumário**

- Prefácio
- Introdução
- 1 Objetivo
- 2 Referências normativas
- 3 Definições, símbolos e abreviaturas
- 4 Tratamento complementar dos efluentes de tanque séptico
- 5 Disposição final dos efluentes de tanque séptico
- 6 Amostragem para análise do desempenho e do monitoramento

## **ANEXOS**

- A** Procedimento para estimar a capacidade de percolação do solo (K)
- B** Figuras referentes à instalação
- C** Referências bibliográficas
- D** Figuras referentes a dados climatológicos

## **Prefácio**

A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos CB e ONS, circulam para Votação Nacional entre os associados da ABNT e demais interessados.

Esta Norma faz parte de uma série de três normas referentes ao "Sistema de tratamento de esgotos", sendo a primeira desta série a NBR 7229:1993 - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos.

Esta Norma complementa a parte referente ao tratamento e disposição dos efluentes de tanques sépticos da NBR 7229:1993, que contemplava transitoriamente este assunto em seu anexo B, até a edição da presente Norma.

As alternativas para tratamento e disposição dos efluentes dos tanques sépticos foram revistas, ampliadas e detalhadas, assim como foram incluídas outras alternativas para possibilitar a adequação da qualidade do efluente para situações as mais diversas e exigentes possíveis, se for necessário.

A terceira norma, em fase de elaboração, cujo título é "Tratamento e disposição final de sólidos do sistema de tanque séptico", vai completar o assunto, abrangendo, desta forma, todos os aspectos de tratamento no sistema local de tratamento de esgotos.

Esta Norma inclui os anexos A e B, de caráter normativo, e os anexos C e D, de caráter informativo.

## **Introdução**

Esta Norma foi elaborada para oferecer aos usuários do sistema local de tratamento de esgotos, que têm tanque séptico como unidade preliminar, alternativas técnicas consideradas viáveis para proceder ao tratamento complementar e disposição final do efluente deste. Em

decorrência das necessidades de saneamento básico efetivo das áreas não abrangidas por sistema de rede coletora e tratamento de esgotos de porte, da proteção do meio ambiente e do manancial hídrico, tornou-se imperativo oferecer opções coerentes com aquelas necessidades. Isto não impede que um fabricante ou usuário desenvolva outros processos mais compactos, econômicos e eficientes, como, por exemplo, já incorporando tanque anaeróbio em substituição ao tanque séptico; reator biológico o qual faz uso da membrana filtrante para obtenção direta do efluente para reuso; sistema incorporando aproveitamento de biogás; sistema de desinfecção por ultravioleta compacto etc., desde que devidamente comprovados.

As alternativas aqui apresentadas foram detalhadas e explicadas. No entanto, o usuário não pode eximir-se da responsabilidade de verificação de alguns aspectos técnicos por ocasião do estudo para implantação do sistema, tais como os dados sobre vazões reais a serem tratadas, as características do esgoto, do solo, do nível aquífero, das condições climáticas locais etc., quando for o caso.

De modo geral, em um sistema de tratamento de esgotos, os custos de implantação e de operação são proporcionais ao volume de esgoto a ser tratado. Além disso, como regra geral, quanto mais concentrado é o esgoto, mais fácil é o seu processo de depuração.

Sendo assim, no planejamento do sistema de tratamento de esgotos, é de fundamental importância a redução do seu volume. Isto exige, freqüentemente, a mudança de procedimento nas atividades consumidoras de água, no hábito dos usuários, na adoção de equipamentos e dispositivos sanitários que demandem menos água para funcionamento, tais como torneiras com menor vazão e mesmo poder de lavagem, vasos sanitários com volume menor de água necessária, no reuso das águas antes do seu lançamento ao sistema de tratamento, etc.

Diante da escassez dos recursos hídricos facilmente exploráveis, o atendimento da população das áreas urbanas com água potável em abundância está sendo tarefa cada vez mais difícil de ser cumprida.

Com a crescente pressão demográfica, uma das alternativas para contornar este problema é, sem dúvida, o reuso de esgoto, sendo esta a política que deve ser seguida tanto no setor produtivo, para o qual prevê-se sensível elevação do custo de água no futuro próximo, quanto pela população em geral.

Com um bom planejamento, pode-se obter, não raras vezes, uma redução de até 50% no volume de esgoto. O benefício de redução do volume de esgoto se estende a todas as alternativas técnicas de tratamento, mais especialmente nos casos de sistemas de disposição final por valas de infiltração, sumidouros e canteiros de evapotranspiração.

É igualmente importante que sejam avaliados padrões de emissão estabelecidos nas leis, necessidade de proteção do manancial hídrico da área circunvizinha, disponibilidade da água etc., para seleção das alternativas que compõem o sistema local de tratamento de esgotos. As mesmas observações relativas ao consumo de água valem para determinados poluentes, cuja tecnologia para

sua remoção ainda é onerosa (por exemplo: fósforo). A substituição de determinados produtos (detergentes) por outros que contenham menor teor daquela substância tem mais eficácia em evitar a poluição do que operar um sistema complexo para sua remoção e reduz o custo de tratamento.

Também constam informações acerca de temperaturas médias e índices pluviométricos das regiões do Brasil (ver anexo D), de modo que o usuário possa obter noções rápidas sobre aqueles dados, uma vez que diversos processos são afetados pelos fatores climáticos. No entanto, para locais mais críticos, tais como a região sul, o usuário deve obter informações mais detalhadas da área onde se pretende implantar o sistema, de modo a assegurar o seu funcionamento adequado.

A aplicação correta desta Norma constitui uma alternativa paralela e confiável ao sistema convencional de saneamento, e contribui para a evolução do saneamento básico e proteção ao nosso meio ambiente.

## 1 Objetivo

Esta Norma tem por objetivo oferecer alternativas de procedimentos técnicos para o projeto, construção e operação de unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos de tanque séptico, dentro do sistema de tanque séptico para o tratamento local de esgotos. As alternativas aqui citadas devem ser selecionadas de acordo com as necessidades e condições locais onde é implantado o sistema de tratamento, não havendo restrições quanto à capacidade de tratamento das unidades. Conforme as necessidades locais, as alternativas citadas podem ser utilizadas complementarmente entre si, para atender ao maior rigor legal ou para efetiva proteção do manancial hídrico, a critério do órgão fiscalizador competente.

## 2 Referências normativas

As normas relacionadas a seguir contêm disposições que, ao serem citadas neste texto, constituem prescrições para esta Norma. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir. A ABNT possui a informação das normas em vigor em um dado momento.

NBR 11799:1990 - Material filtrante - Areia, antracito e pedregulho - Especificação

NBR 11887:1991 - Hipoclorito de cálcio - Especificação

## 3 Definições, símbolos e abreviaturas

Para os efeitos desta Norma, aplicam-se as seguintes definições.

**3.1 sistema local de tratamento de esgotos:** Sistema de saneamento onde as distâncias entre as fontes geradoras de esgotos, seu tratamento e disposição final são próximas entre si, não necessitando normalmente de rede coletora extensa, coletor-tronco, poços de visita, emissários, elevatórias etc.

**3.2 reuso local de esgoto tratado:** Utilização local do esgoto tratado para diversas finalidades, exceto para o consumo humano.

**3.3 reator biológico:** Unidade que concentra microorganismos e onde ocorrem as reações bioquímicas responsáveis pela remoção dos componentes poluentes do esgoto.

**3.4 filtro anaeróbio de leito fixo com fluxo ascendente; filtro anaeróbio:** Reator biológico com esgoto em fluxo ascendente, composto de uma câmara inferior vazia e uma câmara superior preenchida de meio filtrante submersos, onde atuam microorganismos facultativos e anaeróbios, responsáveis pela estabilização da matéria orgânica.

**3.5 filtro aeróbio submerso; filtro aeróbio:** Reator biológico composto de câmara reatora contendo meio filtrante submerso, basicamente aeróbia, onde ocorre a depuração do esgoto, e a câmara de sedimentação, onde os flocos biológicos são sedimentados e retornados para a câmara reatora.

**3.6 filtro de areia:** Tanque preenchido de areia e outros meios filtrantes, com fundo drenante e com esgoto em fluxo descendente, onde ocorre a remoção de poluentes, tanto por ação biológica quanto física.

**3.7 vala de filtração:** Vala escavada no solo, preenchida com meios filtrantes e provida de tubos de distribuição de esgoto e de coleta de efluente filtrado, destinada à remoção de poluentes através de ações físicas e biológicas sob condições essencialmente aeróbias.

**3.8 meio filtrante:** Material destinado a reter sólidos ou fixar microorganismos na sua superfície para depuração de esgotos.

**3.9 área específica do meio filtrante:** Área total de superfície de uma unidade de volume de um meio filtrante.

**3.10 diâmetro efetivo do meio filtrante,  $D_n$ :** Diâmetro ( $D_n$ ) dos grãos do meio filtrante em milímetros, tal que  $n$ , em percentagem, dos grãos seja menor que aquele, em termos de massa.

**3.11 coeficiente de uniformidade do meio filtrante:** Relação entre os diâmetros efetivos  $D_{60}$  e  $D_{10}$ , a qual expressa a dispersão dos diâmetros de grãos componentes do meio; quanto maior este número, mais variados são os diâmetros dos grãos.

**3.12 porosidade do meio filtrante,  $n$ :** Relação entre o volume total de vazios e o volume total de um meio filtrante, expressa pela relação  $n = 100 (V_v/V_t)$ .

**3.13 índice de vazio do meio filtrante,  $e$ :** Relação entre o volume total de vazios e o volume total de sólidos, tendo a relação tal que  $n = 100 e/(1+e)$ .

**3.14 membrana filtrante:** Filme com poros de determinados diâmetros para separação da fase líquida e fase sólida, utilizado para obtenção do efluente de determinada qualidade.

**3.15 vala de infiltração:** Vala escavada no solo, destinada à depuração e disposição final do esgoto na subsuperfície do solo sob condição essencialmente aeróbia, contendo tubulação de distribuição e meios de filtração no seu interior.

**3.16 poço absorvente; sumidouro:** Poço escavado no solo, destinado à depuração e disposição final do esgoto no nível subsuperficial.

**3.17 canteiro de infiltração e evapotranspiração:** Canteiro artificial de solo, destinado ao tratamento e à disposição final de esgoto, onde se permite a infiltração e evapotranspiração da parte líquida do esgoto.

**3.18 taxa de evapotranspiração:** Altura da coluna de água, dada em milímetros, perdida pelos mecanismos de transpiração da vegetação e da evaporação.

**3.19 lodo ativado por batelada, [LAB]:** Processo de tratamento essencialmente aeróbio, onde as etapas de depuração e a separação dos flocos biológicos são realizadas em um mesmo tanque, intermitentemente.

**3.20 lodo biológico:** Material formado de flocos biológicos, sólidos orgânicos e inorgânicos, resultantes do crescimento biológico no reator.

**3.21 tempo de retenção de sólidos biológicos, [TRS]:** Tempo médio em que os sólidos biológicos permanecem dentro de um reator biológico.

**3.22 lodo biológico excedente:** Parte do lodo biológico gerado no reator, que deve ser retirada para manter bom funcionamento do processo biológico.

**3.23 taxa de aplicação hidráulica superficial:** Relação entre a vazão de esgoto e a área superficial de uma unidade de tratamento.

**3.24 tempo de detenção hidráulica:** Tempo médio que a massa hidráulica fica dentro de um tanque.

**3.25 escoamento superficial:** Tratamento complementar ou disposição final que consiste no escoamento do esgoto na superfície do solo de pequena declividade e com vegetação, com emprego ou não de sulcos no solo.

**3.26 demanda bioquímica de oxigênio de cinco dias, a 20°C, [DBO<sub>5,20</sub>]:** Quantidade de oxigênio consumido para estabilizar bioquimicamente o material orgânico biodegradável contido no esgoto, sob condição aeróbia, no teste de incubação durante cinco dias, a 20°C.

**3.27 demanda química de oxigênio, [DQO]:** Quantidade de oxigênio consumida para oxidação da matéria orgânica contida no esgoto, estimada através da reação química, utilizando o dicromato de potássio como reagente, sob condição ácida e quente.

**3.28 sólidos não filtráveis, [SNF]; sólidos em suspensão:** Parcela das partículas sólidas contidas no esgoto ou na água e que são retidas pelo processo de filtração utilizando papel de filtro de diversos materiais.

**3.29 indicadores de contaminação fecal; coliformes:** Agentes biológicos que servem de indicadores da contaminação do meio hídrico com fezes de animais.



**3.30 agentes patogênicos:** Agentes biológicos contidos no esgoto, responsáveis pela transmissão de doenças, tais como vírus, bactérias, protozoários etc.

**3.31 macronutrientes inorgânicos:** Componentes inorgânicos dos poluentes contidos no esgoto, essencialmente os derivados de nitrogênio e fósforo.

**3.32 desidratação de lodos:** Processos naturais ou mecânicos, através dos quais se reduz o conteúdo líquido do lodo, para posterior disposição final.

**3.33 taxa nominal de transferência de oxigênio:** Taxa que mede a capacidade de um equipamento de aeração de transferir oxigênio livre para o meio hídrico, sob condições-padrão de 20°C e 1,0 atm, em água limpa.

**3.34 esgoto comercial:** Despejos líquidos oriundos de atividades comerciais, passíveis de serem tratados biologicamente.

**3.35 lagoa com plantas aquáticas:** Tratamento onde o esgoto é mantido em um tanque raso com plantas aquáticas flutuantes, cuja remoção de poluentes se dá através de plantas e microorganismos fixos nas raízes das mesmas.

**3.36 leito de secagem:** Unidade destinada à desidratação de lodo removido, por processo natural de evaporação e infiltração, contendo dispositivo de drenagem do líquido.

#### 4 Tratamento complementar dos efluentes de tanque séptico

As seções a seguir, de 4.1 a 4.4, detalham as alternativas técnicas para o tratamento do efluente de tanque séptico. São alternativas que resultam, ainda, na emissão do efluente tratado que deve ser disposto em algum corpo receptor. Para facilitar o trabalho do usuário na consulta desta Norma com respeito à escolha do processo a ser selecionado, são apresentadas as tabelas 1 e 2, que indicam, respectivamente e de modo genérico, as faixas de remoção das alternativas apresentadas e as respectivas características principais. Conforme representado no anexo B, figura B.1, são indicadas algumas alternativas de leiaute da disposição das unidades de pós-tratamento/reuso do efluente de tanque séptico.

Todas as tubulações de transporte de esgoto do sistema devem ser protegidas contra cargas rodantes para não causar extravasamento ou obstrução do sistema.

##### 4.1 Filtro anaeróbio de leito fixo com fluxo ascendente; filtro anaeróbio

O filtro anaeróbio consiste em um reator biológico onde o esgoto é depurado por meio de microorganismos não aeróbios, dispersos tanto no espaço vazio do reator quanto nas superfícies do meio filtrante. Este é utilizado mais como retenção dos sólidos.

Todo processo anaeróbio, é bastante afetado pela variação de temperatura do esgoto; sua aplicação deve ser feita de modo criterioso. O processo é eficiente na redução de cargas orgânicas elevadas, desde que as

outras condições sejam satisfatórias. Os efluentes do filtro anaeróbio podem exalar odores e ter cor escura.

##### 4.1.1 Dimensionamento

###### 4.1.1.1 Volume

O volume útil do leito filtrante ( $V_u$ ), em litros, é obtido pela equação:

$$V_u = 1,6 \text{ NCT}$$

onde:

N é o número de contribuintes;

C é a contribuição de despejos, em litros x habitantes/dia (conforme a tabela 3);

T é o tempo de detenção hidráulica, em dias (conforme a tabela 4).

NOTA - O volume útil mínimo do leito filtrante deve ser de 1 000 L.

A altura do leito filtrante, já incluindo a altura do fundo falso, deve ser limitada a 1,20 m.

A altura do fundo falso deve ser limitada a 0,60 m, já incluindo a espessura da laje.

Construção do fundo falso: no caso de haver dificuldades de construção de fundo falso, todo o volume do leito pode ser preenchido por meio filtrante. Nesse caso, o esgoto afluente deve ser introduzido até o fundo, a partir do qual é distribuído sobre todo o fundo do filtro através de tubos perfurados (ver anexo B, figuras B.2 e B.3);

A altura total do filtro anaeróbio, em metros (ver anexo B, figura B.5), é obtida pela equação:

$$H = h + h_1 + h_2$$

onde:

H é a altura total interna do filtro anaeróbio;

h é a altura total do leito filtrante;

$h_1$  é a altura da calha coletora;

$h_2$  é a altura sobressalente (variável).

###### 4.1.1.2 Perda de carga hidráulica entre o tanque séptico e o filtro anaeróbio

A perda de carga hidráulica a ser prevista entre o nível mínimo no tanque séptico e o nível máximo no filtro anaeróbio é de 0,10 m.

###### 4.1.1.3 Sistema de distribuição de esgoto no filtro anaeróbio

A distribuição de esgoto afluente no fundo do filtro anaeróbio deve ser feita:

a) através de tubos verticais com bocais perpendiculares ao fundo plano, com uma distância entre aqueles de 0,30 m (ver anexo B, figura B.5); a área

do fundo do filtro a ser abrangida por cada bocal de distribuição deve ser inferior a 3,0 m<sup>2</sup>;

b) através de tubos perfurados (de PVC ou de concreto), instalados sobre o fundo inclinado do filtro (ver anexo B, figuras B.2, B.3 e B.4).

#### 4.1.1.4 Divisão de vazão nos casos de bocais múltiplos ou reatores múltiplos

A divisão eqüitativa de vazão de esgoto entre os bocais de um mesmo reator ou entre os reatores é de fundamental importância para o bom desempenho dos reatores. Para tanto, deve ser feita conforme segue:

a) no caso de divisão de vazão entre os bocais de um mesmo reator, o dispositivo interno para divisão deve ser conforme representado no anexo B, figura B.8 a);

b) no caso de se dividir a vazão entre os reatores distintos ou quando se quiser dividir a vazão externamente a um reator, o dispositivo deve ser feito conforme representado no anexo B, figura B.8 c).

#### 4.1.1.5 Coleta de efluentes

A coleta de efluentes deve ser feita através de:

a) canaletas, conforme representado no anexo B, figura B.7;

b) tubos perfurados;

c) a quantidade de canaletas ou tubulações e suas respectivas disposições devem ser definidas como segue:

- nos filtros cilíndricos, uma canaleta ou tubo por cada bocal de distribuição, dispostos paralelamente ou perpendicularmente (ver anexo B, figuras B.5 e B.6);

- nos filtros retangulares, uma canaleta ou tubo por cada bocal de distribuição de esgotos, devendo os mesmos serem dispostos na mesma direção do maior lado do retângulo;

- nos filtros cuja distribuição de esgoto afluente é feita através de tubos perfurados no fundo, como nos tanques retangulares, as canaletas ou tubos coletores devem ser dispostos paralelamente àquela do fundo (em planta), conforme representado no anexo B, figura B.2. A distância entre duas canaletas consecutivas não deve ser superior a 1,5 m;

- os vertedores das canaletas ou furos dos tubos coletores de efluentes do filtro anaeróbio devem ser dispostos horizontalmente, de modo a coletar os efluentes uniformemente em todas as suas extensões.

#### 4.1.1.6 Sistema de drenagem dos filtros anaeróbios

Todos os filtros devem possuir um dispositivo que permita a drenagem dos mesmos pelo fluxo no sentido descendente, conforme os casos a seguir:

a) nos casos de filtros com fundo falso, um tubo-guia (Ø 150 mm em PVC) para cada 3 m<sup>2</sup> do fundo (ver anexo B, figuras B.5 e B.6);

b) nos casos de filtros com distribuição de esgotos através de tubos perfurados instalados no fundo, este deve ter declividade de 1% em direção ao poço de drenagem, conforme representado no anexo B, figuras B.2 e B.3.

#### 4.1.1.7 Especificações do material filtrante

O material filtrante para filtro anaeróbio deve ser especificado como a seguir:

a) brita, peças de plástico (em anéis ou estruturados) ou outros materiais resistentes ao meio agressivo. No caso de brita, utilizar a nº 4 ou nº 5, com as dimensões mais uniformes possíveis. Não deve ser permitida a mistura de pedras com dimensões distintas, a não ser em camadas separadas, para não causar a obstrução precoce do filtro;

b) a área específica do material filtrante não deve ser considerada como parâmetro na escolha do material filtrante.

#### 4.1.1.8 Furos no fundo falso e nos tubos de distribuição e coleta de esgotos

No fundo falso, o diâmetro dos furos deve ser de 2,5 cm. O número total de cavas deve ser de tal modo que a somatória da área dos cavas corresponda, no mínimo, a 5% da área do fundo falso, conforme representado no anexo B, figura B.5.

Nos tubos perfurados, os furos devem ter diâmetro de 1,0 cm com a variação admissível de mais ou menos 5%. A disposição dos furos deve seguir conforme representado no anexo B, figura B.4.

No caso de se utilizar material plástico como meio filtrante, o fundo falso pode ser dispensado, substituindo-o por telas em aço inoxidável ou por próprio material já estruturado.

#### 4.1.1.9 Cobertura do filtro anaeróbio

O filtro anaeróbio deve possuir uma cobertura em laje de concreto, com a tampa de inspeção localizada em cima do tubo-guia para drenagem. Esta pode ser substituída pela camada de brita, nos casos de se ter tubos perfurados para coleta de efluentes e onde não houver acesso de pessoas, animais, carros ou problemas com odor, com a parede sobressalente acima do solo, de modo a impedir o ingresso de águas superficiais (ver anexo B, figuras B.2, B.3 e B.5).



**Tabela 1 - Faixas prováveis de remoção dos poluentes, conforme o tipo de tratamento, consideradas em conjunto com o tanque séptico (em %)<sup>1), 2), 3)</sup>**

Processo Parâmetro	Filtro anaeróbio submerso	Filtro aeróbio	Filtro de areia	Vala de filtração	LAB	Lagoa com plantas
DBO <sub>5,20</sub>	40 a 75	60 a 95	50 a 85	50 a 80	70 a 95	70 a 90
DQO	40 a 70	50 a 80	40 a 75	40 a 75	60 a 90	70 a 85
SNF	60 a 90	80 a 95	70 a 95	70 a 95	80 a 95	70 a 95
Sólidos sedimentáveis	70 ou mais	90 ou mais	100	100	90 a 100	100
Nitrogênio amoniacal	-	30 a 80	50 a 80	50 a 80	60 a 90	70 a 90
Nitrato	-	30 a 70	30 a 70	30 a 70	30 a 70	50 a 80
Fosfato	20 a 50	30 a 70	30 a 70	30 a 70	50 a 90	70 a 90
Coliformes fecais	-	-	99 ou mais	99,5 ou mais	-	-

<sup>1)</sup> Para obtenção de melhores resultados, deve haver combinações complementares.

<sup>2)</sup> Os valores limites inferiores são referentes a temperaturas abaixo de 15°C; os valores limites superiores são para temperaturas acima de 25°C, sendo também influenciados pelas condições operacionais e grau de manutenção.

<sup>3)</sup> As taxas de remoção dos coliformes não devem ser consideradas como valores de aceitação, mas apenas de referência, uma vez que 0,5% residual de coliformes do esgoto representa centenas de milhares destes.

**Tabela 2 - Algumas características dos processos de tratamento (exclui tanque séptico)**

Processo Característica	Filtro anaeróbio	Filtro aeróbio submerso	Filtro de areia	Vala de filtração	LAB	Lagoa com plantas
Área necessária	Reduzida	Reduzida	Média	Média	Média	Média
Operação	Simples	Simples	Simples	Simples	Simples	Simples
Custo operacional	Baixo	Alto	Médio	Baixo	Alto	Baixo
Manutenção	Simples	Simples	Simples	Simples	Mediana complexidade	Simples
Odor/cor no efluente	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

**Tabela 3 - Contribuição diária de despejos e de carga orgânica por tipo de prédio e de ocupantes**

Prédio	Unidade	Contribuição de esgoto L/d	Contribuição de carga orgânica gDBO <sub>5,20</sub> /d
1. Ocupantes permanentes			
Residência			
Padrão alto	Pessoa	160	50
Padrão médio	Pessoa	130	45
Padrão baixo	Pessoa	100	40
Hotel (exceto lavanderia e cozinha)	Pessoa	100	30
Alojamento provisório	Pessoa	80	30
2. Ocupantes temporários			
Fábrica em geral	Pessoa	70	25
Escritório	Pessoa	50	25
Edifício público ou comercial	Pessoa	50	25
Escolas (externatos) e locais de longa permanência	Pessoa	50	20
Bares	Pessoa	6	6
Restaurantes e similares	Pessoa	25	25
Cinemas, teatros e locais de curta permanência	Lugar	2	1
Sanitários públicos <sup>1)</sup>	Bacia sanitária	480	120
<sup>1)</sup> Apenas de acesso aberto ao público (estação rodoviária, ferroviária, logradouro público, estádio de esportes, locais para eventos etc.).			

**Tabela 4 - Tempo de detenção hidráulica de esgotos (T), por faixa de vazão e temperatura do esgoto (em dias)**

Vazão L/dia	Temperatura média do mês mais frio		
	Abaixo de 15°C	Entre 15 °C e 25°C	Maior que 25°C
Até 1 500	1,17	1,0	0,92
De 1 501 a 3 000	1,08	0,92	0,83
De 3 001 a 4 500	1,00	0,83	0,75
De 4 501 a 6 000	0,92	0,75	0,67
De 6 001 a 7 500	0,83	0,67	0,58
De 7 501 a 9 000	0,75	0,58	0,50
Acima de 9 000	0,75	0,50	0,50

#### 4.1.2 Número e disposição do filtro anaeróbio

Conforme a concepção do sistema local de tratamento, pode-se instalar desde um filtro anaeróbio para cada tanque séptico até um único filtro anaeróbio para um grupo de tanques sépticos.

#### 4.1.3 Materiais de construção

O filtro anaeróbio pode ser construído em concreto armado, plástico de alta resistência ou em fibra de vidro de alta resistência, de modo a não permitir a infiltração da água externa à zona reatora do filtro e vice-versa. Quando instalado no local onde há trânsito de pessoas ou carros, o cálculo estrutural deve levar em consideração aquelas cargas. No caso de filtros abertos sem a cobertura de laje, somente são admitidas águas de chuva sobre a superfície do filtro. Quando instalado na área de alto nível aquífero, deve ser prevista aba de estabilização.

#### 4.1.4 Limpeza do filtro anaeróbio

O filtro anaeróbio deve ser limpo quando for observada a obstrução do leito filtrante, observando-se os dispostos a seguir:

- a) para a limpeza do filtro deve ser utilizada uma bomba de recalque, introduzindo-se o mangote de sucção pelo tubo-guia, quando o filtro dispuser daquele;
- b) se constatado que a operação acima é insuficiente para retirada do lodo, deve ser lançada água sobre a superfície do leito filtrante, drenando-a novamente. Não deve ser feita a "lavagem" completa do filtro, pois retarda a partida da operação após a limpeza;
- c) nos filtros com tubos perfurados sobre o fundo inclinado, a drenagem deve ser feita colocando-se mangote de sucção no poço de sucção existente na caixa de entrada, conforme representado no anexo B, figuras B.2 e B.3. Se constatada a insuficiência de remoção de lodo, deve-se seguir a instrução da alínea b).

#### 4.1.5 Disposição de despejos resultantes da limpeza de filtro anaeróbio

Os despejos resultantes da limpeza do filtro anaeróbio em nenhuma hipótese devem ser lançados em cursos de água ou nas galerias de águas pluviais. Seu recebimento em Estações de Tratamento de Esgotos é sujeito à prévia aprovação e regulamentação por parte do órgão responsável pelo sistema sanitário local.

No caso de o sistema já possuir um leito de secagem, o despejo resultante da limpeza do filtro anaeróbio deve ser lançado naquele.

#### 4.1.6 Identificação

O filtro anaeróbio fabricado conforme esta Norma deve ser identificado através de placa afixada em lugar facilmente visível, ou por outro meio distinto, contendo:

- a) data de fabricação e nome de fabricante;

- b) a conformidade com esta Norma;

- c) o volume útil total e o número de contribuintes admissíveis.

### 4.2 Filtro aeróbio submerso

O filtro aeróbio submerso é o processo de tratamento de esgoto que utiliza um meio de fixação dos microorganismos, imerso no reator, sendo o oxigênio necessário fornecido através de ar introduzido por meio de equipamento. Sua característica é a capacidade de fixar grandes quantidades de microorganismos nas superfícies do meio, reduzindo o volume do reator biológico, permitindo depuração em nível avançado de esgoto, sem necessidade de recirculação de lodo, como acontece com o lodo ativado.

#### 4.2.1 Câmaras componentes do filtro aeróbio submerso

O filtro aeróbio submerso é composto de duas câmaras, sendo uma de reação e outra de sedimentação. A câmara de reação pode ser subdividida em outras menores, para a remoção eficiente de poluentes tais como nitrogênio e fósforo. A câmara de sedimentação deve ser separada da câmara de reação através de uma parede com abertura na sua parte inferior para permitir o retorno dos sólidos por gravidade.

#### 4.2.2 Dimensionamento das câmaras e características dos elementos componentes

##### 4.2.2.1 Volume útil das câmaras

Os volumes úteis, em litros, de cada câmara são calculados como segue:

- a) câmara de reação:

$$V_{ur} = 400 + 0,25 NC$$

- b) câmara de sedimentação:

$$V_{us} = 150 + 0,20 NC$$

onde:

$V_{ur}$  e  $V_{us}$  são os volumes úteis das câmaras de reação e de sedimentação;

$N$  é o número de contribuintes à unidade;

$C$  é o volume de esgoto por pessoa por dia (litros/dia x pessoa - ver tabela 3).

##### 4.2.2.2 Divisão da câmara de reação

Pode-se optar pela divisão da câmara de reação em duas ou mais partes, para obter melhor remoção de poluentes. Na divisão em duas câmaras será feita a primeira aeróbia aerada e a segunda anóxica sem aeração. A proporção

de volumes deve ser de 3:1. Para divisão em três câmaras, a sequência deve ser aeróbia-anóxica-aeróbia, com proporção de volumes de 2:1:1. Ver figuras B.9 e B.10.

#### 4.2.2.3 Área superficial da câmara de sedimentação

A área superficial ( $A_s$ ) da câmara de sedimentação deve ser calculada pela equação:

$$A_s = 0,07 + \frac{NC}{15}$$

onde:

$A_s$  é a área superficial em metros quadrados;

N é o número de contribuintes à unidade;

C é o volume de esgoto por pessoa por dia (metros cúbicos/dia x pessoa).

#### 4.2.2.4 Emprego de dispositivo acelerador de sedimentação

Permite-se o emprego de dispositivo acelerador de sedimentação para redução da área superficial da câmara de sedimentação e amortecimento do choque hidráulico (ver figuras B.9 e B.10). Deve-se prever o uso deste quando é prevista intensa variação de vazão afluente, mesmo quando a área superficial da câmara de decantação obtida satisfaça os valores convencionais da taxa de aplicação superficial.

#### 4.2.2.5 Dimensionamento do dispositivo de sedimentação

Para o dimensionamento do dispositivo de sedimentação deve ser consultado o anexo C, referência bibliográfica nº 20, e atendido o disposto a seguir:

- a) os aceleradores de sedimentação podem ser de tubo circular ou quadrado, placas paralelas ou, ainda, de outros formatos que permitam, comprovadamente, a boa remoção das partículas no decantador; pode-se também utilizar material similar empregado como meio filtrante na câmara de reação, porém com uma área específica maior (ver anexo B, figuras B.9 e B.10);
- b) o ângulo de inclinação do dispositivo não deve ser superior a 40° em relação à horizontal;
- c) o comprimento relativo do sedimentador (caso seja utilizado) deve ser inferior a 40;
- d) a disposição dos sedimentadores deve ser de tal forma que facilite sua lavagem periódica.
- e) o dispositivo de sedimentação, como acima especificado, pode ser substituído por meio filtrante similar ao utilizado no reator, porém com área específica do meio de pelo menos 150 m<sup>2</sup>/m<sup>3</sup>. A espessura da

camada filtrante deve ser de pelo menos 0,50 m, devendo permitir sua fácil lavagem/remoção, quando necessário.

#### 4.2.2.6 Características do material de sedimentadores

Os sedimentadores devem ser fabricados em material resistente contra a agressividade do meio, não devendo apresentar deformações durante o uso. Devem ser modulados e permitir a fácil remoção, substituição ou lavagem.

#### 4.2.2.7 Inclinação das paredes e abertura da câmara de sedimentação

As paredes da câmara devem ter inclinação no mínimo de 60° em relação à horizontal, para permitir deslizamento por gravidade dos sólidos sedimentados e seu retorno para a câmara de reação. A abertura inferior da parede separadora entre as câmaras de sedimentação e de reação deve ser de 0,15 m.

#### 4.2.2.8 Passagem do esgoto da câmara de reação para a câmara de sedimentação

O esgoto efluente da câmara de reação deve ser introduzido para a câmara de sedimentação por meio de uma passagem com largura de no mínimo 0,05 m. Não deve ser utilizada a abertura inferior da câmara de sedimentação para tal fim.

#### 4.2.2.9 Características de material do meio filtrante

O leito filtrante da câmara de reação deve ser enchido por material que permita o crescimento dos microorganismos na sua superfície. Assim sendo, a área específica do material (em m<sup>2</sup>/m<sup>3</sup>) deve ser considerada no seu projeto. Deve ser evitado o emprego de materiais com elevado valor de área específica, que causem obstrução precoce do leito ou que dificultem a limpeza do leito filtrante, assim como aqueles com formato que permita passagem direta do fluxo (*by-pass*).

O material de enchimento deve ser resistente ao meio corrosivo, evitando-se o emprego de materiais que sofram desgastes ou deformações ao longo do tempo.

#### 4.2.2.10 Modulação dos meios filtrantes

Os meios filtrantes devem ser dispostos em módulos menores, de modo que permitam fácil retirada dos mesmos para manutenção.

#### 4.2.2.11 Altura do leito filtrante

A altura do leito filtrante deve ser definida deixando-se uma distância de no mínimo 0,40 cm entre o fundo da câmara e a parte inferior do leito filtrante.

#### 4.2.12 Equipamentos de aeração

O oxigênio necessário ao tratamento aeróbio é fornecido através de equipamentos de aeração de modo contínuo

e ininterrupto. Para tanto, os equipamentos de aeração devem satisfazer às condições de 4.2.12.1 a 4.2.12.4.

#### 4.2.12.1 Vazão de ar

Para o cálculo da vazão de ar a ser utilizada na câmara de reação devem ser seguidos os itens abaixo:

a) a vazão de ar necessária, em litros/minuto, para o filtro aeróbio submerso deve ser calculada como segue:

$$Q_{ar} = \frac{30 NC}{1440}$$

onde:

N é o número de contribuintes ao filtro aeróbio submerso;

C é o contribuição de esgoto por cada contribuinte, em litros/dia x pessoa (ver tabela 3);

b) para casos em que o sistema recebe esgotos de origem não exclusivamente doméstica (tais como bares, restaurantes etc.), a vazão de ar deve ser calculada considerando o valor de 80 m<sup>3</sup> de ar/dia por kg de DBO removido, devendo prever a concentração mínima de oxigênio dissolvido (OD) de 1,0 mg/L no efluente do reator aerado.

#### 4.2.12.2 Cálculo da potência necessária do soprador

Para o cálculo da potência de soprador deve-se atender ao disposto a seguir:

a) a potência necessária do soprador deve ser obtida levando-se em consideração todas as perdas relativas ao difusor de ar, tubos, curvas, válvulas, medidor de ar etc., calculadas para o ponto mais desfavorável do sistema de aeração;

b) a pressão de saída do soprador deve ser obtida somando-se a perda de carga acima apurada com a altura máxima de lâmina de água acima do difusor;

c) a potência requerida do soprador pode ser obtida pela equação abaixo:

$$P_s = \frac{wRT_0 \left[ \left( \frac{P}{P_0} \right)^{0,283} - 1 \right]}{8,41e}$$

onde:

P<sub>s</sub> é a potência requerida do soprador, em quilowatts;

w é a vazão da massa de ar, em quilogramas por segundo;

R é a constante de gás (8,314 kJ/kmol.K);

T<sub>0</sub> é a temperatura do ar na entrada, em Kelvins;

P<sub>0</sub> é a pressão absoluta da entrada, em quilopascals;

P é a pressão absoluta de saída, em quilopascals;

e é a eficiência da máquina;

d) dependendo do local e do ambiente a ser instalado, deve ser previsto filtro de ar no soprador, cuja perda de carga deve ser computada na alínea a).

#### 4.2.12.3 Dispositivos de difusão do ar

A difusão de ar no filtro aeróbio deve ser feita através de dispositivos que não permitam a fácil obstrução, como a seguir:

a) discos, placas ou tubos de cerâmica;

b) tubos perfurados envoltos por tecidos;

c) discos de bolhas grossas;

d) aeradores mecânicos submersíveis;

e) outros.

#### 4.2.12.4 Disposição do(s) difusor(es) de ar

A disposição do(s) difusor(es) de ar no fundo da câmara de reação deve ser de tal modo que permita a distribuição uniforme das bolhas de ar no volume do meio filtrante.

#### 4.2.13 Sistema de limpeza/retirada de lodo

Deve ser previsto, para cada câmara fechada de reação, um tubo-guia para limpeza desta. Para reatores com maiores dimensões, deve-se prever a instalação de uma bomba hidráulica de pequena potência para retirada periódica do lodo biológico acumulado no fundo para aumento do intervalo de limpeza.

#### 4.2.14 Instalação, manutenção e operação dos equipamentos eletromecânicos

##### 4.2.14.1 Soprador

O soprador deve ser acondicionado em uma caixa-abrigo e deve estar protegido contra chuva e umidade. O conjunto deve ser instalado, preferencialmente, sobre a tampa do reator. A caixa ou soprador deve estar munida de uma lâmpada-piloto para sinalização do funcionamento do soprador.

##### 4.2.14.2 Bomba de retirada do lodo biológico

Nas unidades maiores, o lodo biológico desprendido do meio filtrante deve ser removido periodicamente para impedir a deterioração da qualidade do efluente tratado e a obstrução precoce do meio filtrante. Deve ser prevista a instalação de uma bomba para retirada e envio do lodo para o tanque séptico ou para o leito de secagem.

##### 4.2.14.3 Sistema de operação dos equipamentos

O soprador deve ter operação contínua e a bomba deve ter acionamento/desligamento manual, devendo possuir lâmpada-piloto.



#### 4.2.14.4 Manutenção dos equipamentos eletromecânicos

Os equipamentos eletromecânicos devem ser inspecionados periodicamente, de acordo com as recomendações dos fabricantes, para manter o adequado funcionamento do processo.

#### 4.2.15 Operação e manutenção do sistema

Para manter um funcionamento adequado, deve ser observado o seguinte:

- a) o sistema de filtro aeróbio submerso deve ser inspecionado periodicamente;
- b) o lodo acumulado no fundo do reator deve ser removido periodicamente conforme a instrução do fabricante;
- c) o meio filtrante, assim como o sedimentador (quando houver) devem ser lavados com jato de água, após a drenagem do líquido do filtro;
- d) o fabricante do filtro aeróbio submerso deverá fornecer manual de operação do sistema para correto funcionamento do mesmo;
- e) o lodo acumulado no filtro e retirado periodicamente deve ser retornado ao tanque séptico instalado a montante do filtro; caso haja leito de secagem, o lodo poderá ser disposto diretamente nele;
- f) a limpeza do sistema deve ser feita com emprego de materiais e equipamentos adequados para impedir o contato direto do esgoto e lodo com o operador.

#### 4.2.16 Material e cuidados na construção do reator

##### 4.2.16.1 Estanqueidade e durabilidade

O material e o método de construção/fabricação do filtro aeróbio submerso devem ser selecionados de modo que permitam absoluta estanqueidade e durabilidade do conjunto.

##### 4.2.16.2 Sistema antilutuação

Para locais com alto nível aquífero, devem ser previstos dispositivos que permitam estabilidade do conjunto, contra a pressão de empuxo, tal como a aba de estabilidade.

##### 4.2.17 Tampão de inspeção

O filtro aeróbio submerso deve possuir tampões de inspeção para permitir a inspeção visual, instalação e remoção dos dispositivos internos, assim como a limpeza periódica.

##### 4.2.18 Identificação

O filtro aeróbio submerso fabricado conforme esta Norma deve ser identificado através de placa afixada em lugar facilmente visível ou por outro meio distinto, contendo:

- a) data, nome do fabricante, tipo e número de série;

- b) conformidade com esta Norma;

- c) volume útil total e número de contribuintes ou carga admissível;

- d) características dos equipamentos (vazão de ar, potência do motor, tensão, corrente etc.);

- e) volume e características do meio filtrante.

#### 4.2.19 Montagem e teste de funcionamento

O fabricante do filtro aeróbio submerso deverá proceder à montagem do filtro no campo e dar a partida inicial do processo, devendo garantir a qualidade do efluente conforme prescrito no Manual de Operação, conforme os procedimentos de amostragem e análises físico-químico-biológicas, conforme a seção 6.

#### 4.3 Valas de filtração e filtros de areia

São processos de tratamento clássicos, consistindo na filtração do esgoto através da camada de areia, onde se processa a depuração por meio tanto físico (retenção), quanto bioquímico (oxidação), devido aos microorganismos fixos nas superfícies dos grãos de areia, sem necessidade de operação e manutenção complexas.

##### 4.3.1 Aplicação

O sistema de filtração se caracteriza por permitir nível elevado de remoção de poluentes, com operação intermitente, podendo ser utilizado nos seguintes casos:

- a) quando o solo ou as condições climáticas do local não recomendam o emprego de vala de infiltração ou canteiro de infiltração/evapotranspiração ou a sua instalação exige uma extensa área não disponível;

- b) a legislação sobre as águas dos corpos receptores exige alta remoção dos poluentes dos efluentes do tanque séptico;

- c) por diversos motivos, for considerado vantajoso o aproveitamento do efluente tratado, sendo adotado como unidade de polimento dos efluentes dos processos anteriores.

##### 4.3.2 Características construtivas dos filtros de areia

Deve-se atender ao disposto a seguir:

- a) sobre a superfície do filtro aberto de areia devem ser admitidas somente as águas das precipitações pluviométricas diretas;

- b) não devem ser permitidas percolações ou infiltrações de esgotos ao meio externo ao filtro de areia;

- c) conforme a necessidade local, pode ser empregado o filtro compacto pré-fabricado de pressão em substituição ao filtro aberto.

##### 4.3.2.1 Fatores determinantes no projeto e na operação dos filtros de areia

Os seguintes fatores devem ser considerados no projeto e na operação dos filtros de areia:

- a) especificação do material para filtração;

- b) manutenção da condição aeróbia e intermitência na aplicação de esgotos;
- c) taxa de aplicação;
- d) alternância de uso;
- e) manutenção.

#### 4.3.2.2 Especificação do meio filtrante a ser utilizado para filtração

São os seguintes os materiais que podem ser utilizados como meio filtrante, conjuntamente ou isoladamente:

- a) areia, com diâmetro efetivo na faixa de 0,25 mm a 1,2 mm, com coeficiente de uniformidade inferior a 4;
- b) pedregulho ou pedra britada;

As disposições em camadas dos materiais filtrantes estão representadas no anexo B, figuras B.11 e B.12; as especificações adicionais devem ser de acordo com a NBR 11799.

#### 4.3.2.3 Manutenção da condição aeróbia e intermitência na aplicação

O filtro de areia deve ser operado de modo a manter condição aeróbia no seu interior.

Para tanto, a aplicação do efluente deve ser feita de modo intermitente, com emprego de uma pequena bomba ou dispositivo dosador, permitindo o ingresso de ar através do tubo de coleta durante o período de repouso.

Deve ser prevista caixa de reservação do efluente do tanque séptico com uma bomba de recalque ou com um sifão, a montante do filtro. A primeira é utilizada preferencialmente onde o nível previsto do filtro de areia está acima do nível de tubulação de efluente do tanque séptico; a segunda opção é adequada onde o filtro de areia está em nível inferior à saída do tanque séptico. O volume da caixa deve ser dimensionado de modo a permitir no máximo uma aplicação do efluente a cada 6 h.

As vazões do sifão podem ser calculadas como segue, não considerando as perdas:

$$Q = a\sqrt{(2gH)}$$

$$Q_1 = a\sqrt{(2gH_1)}$$

onde:

a é a área da seção transversal do tubo de sifão, em metros quadrados;

Q é a vazão do sifão no início da descarga, em metros cúbicos por minuto;

$Q_1$  é a vazão do sifão no final da descarga, em metros cúbicos por minuto;

H é a altura manométrica máxima, em metros;

$H_1$  é a altura manométrica mínima, em metros;

g é a aceleração da gravidade, em metros por segundo quadrado.

Os detalhes do filtro estão representados no anexo B, figuras B.11 e B.12; a caixa de sifão está representada no anexo B, figura B.8 b).

#### 4.3.2.4 Taxa de aplicação

A taxa de aplicação para cálculo da área superficial do filtro de areia deve ser limitada a 100 L/dia x m<sup>2</sup>, quando da aplicação direta dos efluentes do tanque séptico; 200 L/dia x m<sup>2</sup> para efluente do processo aeróbio de tratamento. Para locais cuja temperatura média mensal de esgoto é inferior a 10°C, aquelas taxas devem ser limitadas, respectivamente, a 50 L/dia x m<sup>2</sup> e 100 L/dia x m<sup>2</sup>.

#### 4.3.2.5 Alternância de uso

Além da intermitência do fluxo de efluente, deve ser prevista alternância de uso do filtro de areia para permitir a digestão do material retido no meio filtrante e remoção dos sólidos da superfície do filtro de areia. Para tanto, devem ser previstas duas unidades de filtro, cada uma com capacidade plena de filtração. O filtro deve ser substituído por outro quando se observar um excessivo retardamento na velocidade de filtração do esgoto.

#### 4.3.2.6 Manutenção do filtro de areia

Durante o período de repouso de um dos filtros, deve-se proceder à limpeza e manutenção daquele em repouso. Após a secagem da superfície do filtro de areia, deve-se proceder à raspagem e remoção do material depositado na superfície, juntamente com uma pequena camada de areia (0,02 m a 0,05 m). A camada removida de areia deve ser repostada imediatamente com areia limpa com características idênticas àquela removida. A eventual vegetação na superfície do filtro deve ser imediatamente removida.

#### 4.3.3 Vala de filtração

O sistema de vala de filtração se diferencia do filtro de areia por não possuir área superficial exposta ao tempo, sendo construído no próprio solo, podendo ter suas paredes impermeáveis. No anexo B, figuras B.13, B.14 e B.15, estão representados exemplos de instalação das valas de filtração.

##### 4.3.3.1 Fatores determinantes no projeto e na operação das valas de filtração

Para o projeto e operação das valas de filtração devem ser observados os seguintes fatores:

- a) especificação do material para filtração;
- b) taxa de aplicação;
- c) manutenção da condição aeróbia no interior do filtro e intermitência na aplicação de esgoto;
- d) processo construtivo;
- e) alternância.



#### 4.3.3.2 Especificação do material para filtração

São os seguintes os materiais que podem ser utilizados como meio filtrante, conjuntamente ou isoladamente:

- a) areia, com diâmetro efetivo na faixa de 0,25 mm a 1,2 mm, com índice de uniformidade inferior a 4;
- b) pedregulho ou pedra britada.

#### 4.3.3.3 Taxa de aplicação de efluente

A taxa de aplicação do efluente a ser considerada não deve ser superior a 100 L/dia x m<sup>2</sup> para efluente do tanque séptico, área relativa à superfície horizontal de apoio das tubulações. Os intervalos de aplicação de efluente do tanque séptico em vala de filtração não devem ser inferiores a 6 h.

#### 4.3.3.4 Manutenção da condição aeróbia na vala

A vala de filtração deve ser operada em condições aeróbias. Para tanto, devem ser previstos tubos de ventilação protegidos contra o ingresso de insetos, conforme representado no anexo B, figura B.13. Além disso, o funcionamento da vala deve ser intermitente, conforme descrito em 4.3.2.3.

#### 4.3.3.5 Processo construtivo e instalação

As valas de filtração devem ser construídas observando os seguintes aspectos:

- a) deve-se prever uma sobrelevação do solo, na ocasião de reaterro da vala, de modo a evitar a erosão do reaterro devido às chuvas, dando-se uma declividade entre 3% e 6% nas suas laterais;
- b) nos locais onde o terreno tem inclinação acentuada, como nas encostas de morros, as valas devem ser instaladas acompanhando as curvas de nível, similarmente ao caso da vala de infiltração representada no anexo B, figuras B.20 a) e B.20 b);
- c) no caso da alínea b), o campo de filtração deve possuir um sistema de drenagem das águas pluviais, de modo a não permitir a erosão da vala ou ingresso de águas nela;
- d) a camada de brita ou pedra situada acima da camada de areia deve ser coberta de material permeável, tal como tela fina contra mosquito, antes do reaterro com solo, para não permitir a mistura deste com a pedra e ao mesmo tempo permitir a evaporação da umidade;
- e) conforme as características geológicas do local, a vala de filtração deve ter as paredes do fundo e laterais protegidas com material impermeável, tipo mantas de PVC, de modo a não contaminar o aquífero;

f) os materiais de meio filtrante devem ser dispostos na vala conforme representados no anexo B, figuras B.13 e B.15;

g) para instalação da vala de filtração na área reduzida (por exemplo, quintal), pode-se optar pelo leiaute representado no anexo B, figura B.14.

#### 4.3.3.6 Alternância de uso

Para permitir a digestão aeróbia de material retido na vala de filtração e desobstrução dos poros do meio filtrante, as valas de filtração devem ser operadas alternadamente. Para tanto, devem ser previstas pelo menos duas unidades, cada uma com capacidade plena de filtração. O intervalo entre a alternância não deve ser superior a três meses.

### 4.4 Lodo ativado por batelada (LAB)

É o processo de tratamento que consiste na retenção de esgoto no tanque reator, onde se processa a depuração e formação de flocos de microorganismos basicamente aeróbios, cujo oxigênio necessário é fornecido através de ar injetado pelos equipamentos. Os flocos são separados do líquido tratado na fase de sedimentação no mesmo reator, drenando-se o efluente.

#### 4.4.1 Aplicação

O sistema de tratamento complementar do efluente de tanque séptico por processo LAB se caracteriza por sua eficiência comprovada na remoção de poluentes, aliada à simplicidade operacional e construtiva. Operacionalmente se caracteriza pela intermitência do processo depurativo, com drenagem periódica do esgoto tratado. Apesar da sua simplicidade operacional, ainda exige manutenção regular, com intervalos menores do que nos outros processos, tais como filtro aeróbio submerso, filtros de areia etc. Assim sendo, é um processo mais vantajoso para locais com vazões maiores, com parâmetros de lançamento no corpo receptor bastante restritivos. No anexo B, figura B.16, está representado esquema operacional de um LAB.

#### 4.4.2 Fatores e parâmetros de projeto do LAB

Similarmente ao filtro aeróbio submerso, essencialmente o LAB se compõe de um único tanque reator onde se processam a remoção de poluentes, sedimentação dos sólidos e drenagem do efluente tratado, de modo cíclico. Portanto, é um processo compacto de tratamento. Uma parte do lodo biológico gerado no processo deve ser retirada periodicamente (lodo excedente) e enviada para tanque séptico para digestão anaeróbia. O sistema de liga/desliga do equipamento de aeração deve ser através de *timer*, com sistema de drenagem manual ou automático. O tempo de detenção hidráulica a ser considerado é de um dia, com apenas um ciclo por dia, devendo a drenagem do efluente ser realizada no período de menor vazão afluente de esgoto. O dimensionamento deve atender ao disposto em 4.4.2.1 a 4.4.2.4.

##### 4.4.2.1 Volume útil total do reator, incluindo o volume correspondente ao lodo

Para casos onde há a possibilidade de apuração, sejam de origem doméstica ou comercial, baseada nos dados

levantados, obter o volume útil do reator multiplicando-se por dois a vazão diária apurada.

Para casos onde não há estimativas de vazão, adotar a seguinte equação:

$$V_{ur} = 2 NC$$

onde:

$V_{ur}$  é o volume útil total do reator, em litros;

$N$  é o número de contribuintes;

$C$  é a contribuição por pessoa de esgoto, em litros por dia (ver tabela 3).

#### 4.4.2.2 Altura de volume do lodo no reator

O volume de armazenamento do lodo a ser considerado deve ser igual ao volume diário de esgoto, devendo ser prevista uma altura de no mínimo 1,5 m para o volume de lodo.

#### 4.4.2.3 Altura sobressalente

Deve ser prevista uma altura sobressalente de 0,5 m acima da altura útil total do líquido.

#### 4.4.2.4 Formato do reator

Desde que se possa obter boa mistura no seu conteúdo por meio de equipamento de aeração selecionado, não há restrição ao formato do tanque reator.

#### 4.4.3 Dimensionamento do equipamento de aeração e mistura

Para o cálculo da potência do equipamento de aeração, devem ser considerados os prescritos em 4.4.3.1 a 4.4.3.7.

##### 4.4.3.1 Carga orgânica afluyente no reator

A carga orgânica afluyente no tanque reator deve ser avaliada conforme o tipo de esgoto a ser tratado (residencial, comercial ou misto).

Considerar em cerca de 30% a redução da carga orgânica devido ao tanque séptico. Para esgotos exclusivamente domésticos, considerar uma carga orgânica individual conforme a tabela 3, prevendo todas as cargas provenientes de eventual sazonalidade no uso e ocupação do imóvel.

##### 4.4.3.2 Carga orgânica afluyente diária

Considerar em 2,5 vezes a carga orgânica afluyente diária como sendo a demanda total de oxigênio no reator, já incluindo as demandas devidas à oxidação da matéria orgânica, nitrificação e respiração endógena.

##### 4.4.3.3 Aeração

Considerar como sendo 20 h o tempo de aeração no reator por dia.

#### 4.4.3.4 Potência do equipamento de aeração

Com o sistema de ar difuso:

a) a potência necessária do soprador deve ser obtida levando-se em consideração todas as perdas relativas ao difusor de ar, tubos, curvas, válvulas, medidor de ar etc., calculadas para o ponto mais desfavorável do sistema de aeração;

b) a pressão de saída do soprador deve ser obtida somando-se a perda de carga acima apurada com a altura máxima de lâmina de água acima do difusor;

c) a vazão de ar necessária pode ser calculada pela equação seguinte:

$$Q_{ar} = \frac{D_{ox}}{1,201 \times 0,232 E}$$

onde:

$D_{ox}$  é a demanda de oxigênio, em quilogramas por dia;

$Q_{ar}$  é a vazão de ar necessária, em metros cúbicos por dia;

$E$  é a eficiência de transferência do oxigênio do difusor;

d) a potência requerida do soprador deve ser obtida pela fórmula abaixo:

$$P_s = \frac{wRT_0 \left[ \left( \frac{P}{P_0} \right)^{0,283} - 1 \right]}{8,41e}$$

onde:

$P_s$  é a potência requerida do soprador, em quilowatts;

$w$  é a vazão da massa de ar, em quilogramas por segundo;

$R$  é a constante de gás, (8,314 kJ/kmol.K);

$T_0$  é a temperatura do ar na entrada, em Kelvins;

$P_0$  é a pressão absoluta da entrada, em quilopascals;

$P$  é a pressão absoluta de saída, em quilopascals;

$e$  é a eficiência da máquina;

e) filtro de ar dependendo do local, do ambiente e do tipo de difusor adotado; deve ser previsto filtro de ar no soprador, cuja perda de carga deve ser registrada em a).

Com outros equipamentos (aeradores mecânicos submersíveis ou flutuantes):

a) a demanda total de oxigênio deve ser plenamente satisfeita por equipamento de aeração, durante o tempo de aeração de 20 h; para isto, deve-se utilizar o valor da Taxa de Transferência de Oxigênio do equipamento, obtido sob condições reais de campo, conforme estabelecido pela "Standard Methods for Examination for Water and Wastewater, 18ª edição, anexo D, referência 85", sendo que a potência do equipamento deve ser obtida pela seguinte equação:

$$P_a = \frac{D_{ox}}{20 \text{ TTC}}$$

onde:

$P_a$  é a potência do aerador, em quilowatts;

$D_{ox}$  é a demanda de oxigênio, conforme 4.4.3.2, em quilogramas por dia;

TTC é a taxa de transferência no campo, em quilogramas de  $O_2$  por quilowatts-horas;

b) deve-se ter cuidado na sua seleção conforme o local de instalação do reator, em função da proximidade das residências/área de trânsito das pessoas ou animais domésticos, e estes equipamentos de aeração devem ser providos de dispositivos que reduzam o nível de emissão dos aerossóis/barulho ou, senão, equipamentos submersíveis que têm baixo nível de aerossóis.

#### 4.4.3.5 Dispositivo de drenagem

A coleta do efluente tratado é componente importante dentro do sistema de LAB. O dimensionamento e a localização adequados do dispositivo dentro do reator podem evitar a deterioração do efluente final na fase inicial da operação de drenagem.

A drenagem do efluente deve ser feita:

a) por dispositivo flutuante, de modo a captar o efluente a partir da superfície do líquido. O vertedor anexo ao dispositivo flutuante deve ter dimensões de modo que a taxa de aplicação hidráulica não seja superior a  $200 \text{ m}^3/(\text{m} \times \text{dia})$  em relação à vazão média. Este método tem a vantagem de reduzir o tempo necessário para início da drenagem. O dispositivo flutuante deve possuir tubos-guias para não causar seu tombamento;

b) de modo fixo, com altura do bocal de captação situado acima de 1,50 m do fundo. Este método simplifica o dispositivo de drenagem, mas exige maior intervalo entre a interrupção da aeração e o início de drenagem.

#### 4.4.3.6 Indicador de nível d'água

Sempre que possível, deve ser instalado um dispositivo indicador de nível d'água no reator, para a visualização deste, para facilitar a operação do sistema.

#### 4.4.3.7 Misturador

Conforme o nível de remoção exigido dos nutrientes contidos no efluente tratado, principalmente o N e o P, pode-se instalar um misturador submersível ou similar para promover a mistura entre o esgoto e a massa biológica durante a fase de carência de oxigênio.

#### 4.4.4 Material de construção do tanque reator

O tanque reator pode ser construído em talude de terra protegido com manta de PVC, FRP etc. Deve-se, sempre que o reator foi enterrado, prever drenos ao seu redor, de modo a evitar o ingresso das águas que não o esgoto.

#### 4.4.5 Operação do LAB

Encher o reator com esgoto, aerá-lo, sedimentá-lo e drenar o efluente tratado.

O ciclo completo está representado no anexo B, figura B.16.

Para sua operação adequada, devem ser observados os seguintes aspectos:

a) o controle do processo biológico deve ser feito por volume de lodo retirado do reator e enviado ao tanque séptico para digestão;

b) para promover a remoção eficiente de N e P, além de reduzir o consumo energético, devem ser introduzidos ciclos alternados de fase aeróbia e fase de carência de oxigênio, desligando-se o equipamento de aeração e ligando-se o misturador, tomando o cuidado de não haver obstrução precoce dos dispositivos difusores de ar.

#### 4.5 Lagoa com plantas aquáticas<sup>1)</sup>

##### 4.5.1 Aplicação

É recomendada para locais com temperatura média anual inferior a  $15^\circ\text{C}$ , com baixa taxa de incidência solar ou com alta ocorrência de neblinas e névoas que possam reduzir a incidência solar direta (basicamente, região sul do Brasil). Nestas condições, este processo tem a vantagem de não permitir a proliferação de pernlongos, fator crítico na instalação deste sistema em região de clima quente. Tem baixo custo construtivo em relação à lagoa de estabilização; operacionalmente simples e de baixo custo, com boa remoção de carga orgânica e de nutrientes.

Deve ser prevista uma área anexa para permitir a disposição e secagem das plantas aquáticas removidas. As

<sup>1)</sup> A lagoa com plantas aquáticas é uma lagoa de esgoto onde se permite o crescimento intenso de plantas aquáticas flutuantes, tais como aguapé e outras plantas com raízes abundantes, de modo a permitir fixação de microorganismos responsáveis pela depuração do esgoto nas mesmas. Além disso, as plantas aquáticas, ao crescerem, absorvem nutrientes contidos no esgoto.

passarelas ao redor da lagoa devem ter largura suficiente para o acesso de caminhão ou equipamento de coleta (quando for o caso) e remoção periódica das plantas em excesso.

#### 4.5.2 Dimensionamento da lagoa com planta aquática

A lagoa com plantas aquáticas deve ser dimensionada com os seguintes parâmetros:

- a) taxa de aplicação hidráulica superficial, devendo ser adotado o valor limite de  $600 \text{ m}^3/(\text{ha} \cdot \text{dia})$ ;
- b) a profundidade máxima da lâmina líquida deve ser limitada entre 0,7 m e 1,0 m, com altura sobresaliente de 0,30 m;
- c) a relação comprimento/largura da lagoa deve ser superior a 10, sendo que a largura deve estar limitada a 10 m;
- d) quando a relação acima não for possível, devido a problemas topográficos ou do formato de terreno, recomenda-se dividir a lagoa em unidades múltiplas em série;
- e) as lagoas com plantas aquáticas devem conter telas/anteparos suspensos facilmente removíveis, compartimentando a superfície da lagoa, de modo a permitir um crescimento uniforme das plantas em toda a sua área, mantendo-se a distância entre os anteparos inferior a 10 m (ver anexo B, figura B.17).

#### 4.5.3 Detalhes construtivos e operacionais da lagoa com plantas aquáticas

As margens, assim como as passarelas da lagoa, devem ser protegidas de modo a não permitir os danos causados pela operação de remoção periódica de plantas aquáticas.

Ao redor do dispositivo de saída do efluente deve ser instalada proteção com tela de material não corrosivo para impedir a saída das plantas junto com o efluente.

Não deve haver irregularidade no fundo da lagoa.

A operação para manutenção da lagoa com plantas aquáticas consiste basicamente na remoção periódica desta, de modo a manter uma população total controlada e a manutenção do crescimento permanente para remoção dos nutrientes. Além disso, a remoção periódica das plantas impede a morte delas e conseqüente aumento da carga poluente na lagoa e assoreamento precoce da mesma.

A coleta e a remoção das plantas em excesso podem ser feitas tanto manualmente quanto mecanicamente, de modo a manter populações de plantas aproximadamente iguais nos compartimentos.

A planta aquática removida pode ser misturada com outros materiais, após a secagem, para a produção de compostos orgânicos, ou introduzida diretamente no campo agrícola.

#### 4.6 Cloração

A cloração faz parte de uma série de alternativas para desinfecção do esgoto.

Todos os efluentes que tenham como destino final corpos receptores superficiais ou galerias de águas pluviais, além do reuso, devem sofrer desinfecção. Esta deve ser efetuada de forma criteriosa, compatível com a qualidade do corpo receptor e segundo as diretrizes do órgão ambiental.

Entre as alternativas existentes para cloração foi selecionado o método de cloração por gotejamento (hipoclorito de sódio) e por pastilha (hipoclorito de cálcio), uma vez que estes representam menor preocupação em nível operacional.

O menor tempo de detenção hidráulica para o contato ser considerado é de 30 min. Para o caso de hipoclorito, devem ser observadas as especificações constantes na NBR 11887.

No anexo B, figura B.18, está ilustrada uma das alternativas para a cloração. No entanto, onde o porte do sistema de tratamento justificar outro processo de desinfecção, este poderá ser adotado.

O esgoto clorado deve conter, após o tempo de contato, uma concentração de cloro livre de pelo menos 0,5 mg/L.

#### 5 Disposição final dos efluentes de tanque séptico

##### 5.1 Vala de infiltração

É o processo de tratamento/disposição final do esgoto que consiste na percolação do mesmo no solo, onde ocorre a depuração devido aos processos físicos (retenção de sólidos) e bioquímicos (oxidação). Como utiliza o solo como meio filtrante, seu desempenho depende grandemente das características do solo, assim como do seu grau de saturação por água.

##### 5.1.1 Emprego da vala de infiltração

A vala de infiltração pode ser utilizada para disposição final do efluente líquido do tanque séptico doméstico em locais com boa disponibilidade de área para sua instalação e com remota possibilidade presente ou futura de contaminação do aquífero.

Não é recomendado o uso de vala de infiltração onde o solo é saturado de água. Na medida do possível, deve ser adotado o sistema de aplicação intermitente, para melhorar a eficiência de tratamento e durabilidade do sistema de infiltração.

##### 5.1.2 Prevenção contra contaminação do aquífero

A instalação de vala de infiltração deve ser precedida por avaliação técnica, de modo a não haver a contaminação do aquífero utilizado na região, causada pelos nitratos, vírus e outros microorganismos patogênicos. Para tanto, o número máximo instalável de sistema tanque séptico-vala de infiltração deve ser limitado a 10 unidades/ha.

##### 5.1.3 Fatores determinantes no projeto e no uso da vala de infiltração

Para o projeto e o uso da vala de infiltração devem ser observados os seguintes parâmetros:

- a) características do solo onde a vala de infiltração será instalada;



- b) nível máximo do aquífero e a distância vertical mínima deste;
- c) manutenção da condição aeróbia no interior da vala;
- d) distância mínima do poço de captação de água;
- e) processo construtivo;
- f) alternância;
- g) índice pluviométrico.

#### 5.1.3.1 Características do solo

O sistema de infiltração do efluente no solo depende, basicamente, das características do solo onde é instalada a vala. Além da capacidade de percolação do solo, exerce influência fundamental na remoção eficiente dos agentes patogênicos e de fósforo, a composição química do solo constituinte, além da sua saturação. A capacidade de percolação no solo deve ser determinada através do teste descrito no anexo A.

#### 5.1.3.2 Distância mínima do lençol aquífero

Deve ser mantida uma distância mínima vertical entre o fundo da vala de infiltração e o nível máximo da superfície do aquífero de 1,5 m. Quando o nível do aquífero for alto e houver possibilidade de rebaixamento do mesmo por meio de sistema de drenagem, pode-se optar por drenagem para permitir a construção da vala, ao invés de canteiro de evapotranspiração (ver 5.5 e 5.6)

#### 5.1.3.3 Manutenção da condição aeróbia na vala

O sistema de vala de infiltração deve ser construído e operado de modo a manter condição aeróbia no interior da vala de infiltração. Devem ser previstos tubos de exaustão nas linhas de tubulação e uso alternado das valas, conforme representado no anexo B, figura B.19.

Quando a aplicação for por processo intermitente, o intervalo entre as aplicações não deve ser inferior a 6 h.

#### 5.1.3.4 Distância mínima do poço de captação de água

A vala de infiltração deve manter uma distância horizontal mínima conforme as características do solo de qualquer poço para captação de água, de modo a permitir tempo de percurso do fluxo de três dias até atingir o poço.

#### 5.1.3.5 Processo construtivo

No sistema de disposição final do efluente no subsolo, os detalhes construtivos exercem influência fundamental na sua durabilidade e funcionamento, devendo ser observados os seguintes aspectos:

- a) o fundo, assim como as paredes laterais da vala de infiltração, não devem sofrer qualquer compactação durante a sua construção;

b) as superfícies de percolação, quando houver compactação voluntária ou involuntária, devem ser escarificadas até uma profundidade de 0,10 m a 0,20 m antes da colocação do material de suporte do tubo de distribuição de esgoto;

c) todas as tubulações de transporte de esgoto do sistema devem ser protegidas contra cargas rodantes, para não causar extravasamento ou obstrução do sistema;

d) as tubulações de distribuição na vala devem ser instaladas de modo a não causar represamento do esgoto no interior da vala;

e) quando as condições locais forem propícias, deve-se optar por distribuição por conduto forçado para favorecer a distribuição uniforme e impedir a obstrução precoce do solo;

f) deve-se prever uma sobrelevação do solo, na ocasião de reaterro da vala, de modo a evitar a erosão do reaterro com a chuva, conforme representado na figura B.20 b);

g) nos locais onde o terreno tem inclinação acentuada, como nas encostas do morro, as valas devem ser instaladas acompanhando as curvas de nível, de modo a manter a declividade das tubulações, conforme alínea d) e anexo B, figura B.20 a);

h) no caso da alínea g), o campo de infiltração deve possuir um sistema de drenagem das águas pluviais, de modo a não permitir a erosão da vala ou ingresso das águas nela;

i) a camada de brita ou pedra deve ser coberta de material permeável, tal como tela fina, antes do reaterro com solo, para não haver a mistura deste com a pedra e, ao mesmo tempo, permitir a evaporação da umidade;

j) não permitir plantio de árvores próximo às valas, para não danificar as valas devido às raízes das árvores;

k) os detalhes de uma vala de infiltração típica estão representados no anexo B, figura B.19.

#### 5.1.3.6 Alternância do uso

Para manutenção da condição aeróbia no interior da vala de infiltração e desobstrução dos poros do solo, deve ser previsto uso alternado de valas. Assim, o número mínimo de valas deve ser dois, cada um correspondendo a 100% da capacidade total necessária.

Pode-se optar por três valas, cada uma com 50% da capacidade total. As valas devem ser alternadas em um prazo máximo de seis meses.

#### 5.1.3.7 Índice pluviométrico

Nos locais de alto índice pluviométrico, conforme representado no anexo D, deve ser evitado o ingresso de

águas pluviais nas valas de infiltração para não causar o desprendimento dos agentes patogênicos retidos, assim como condições anaeróbias na vala, sendo necessário prever uma cobertura com material impermeável sobre a camada de brita/pedra antes do reaterro.

Deve-se prever, também, sistema de drenagem das águas pluviais em torno do campo de infiltração.

#### 5.1.3.8 Dimensionamento da vala de infiltração

A vala de infiltração deve ser dimensionada considerando a mesma vazão adotada para o cálculo do tanque séptico. Para tanto, exceto nos casos onde haja levantamentos sobre o consumo de água e respectiva taxa de retorno, devem ser considerados os valores constantes na tabela 3, além dos estabelecidos abaixo:

- a) valores de taxa de aplicação: conforme a tabela A.1;
- b) o cálculo da área total necessária é feito conforme a tabela A.1;
- c) para efeito de cálculo da área de infiltração, devem ser consideradas as superfícies laterais e de fundo situadas no nível inferior ao tubo de distribuição do efluente, conforme representado no anexo B, figura B.19;
- d) os tubos de distribuição no interior da vala devem ter diâmetro de 100 mm, com cavas laterais de  $\varnothing 0,01$  m;
- e) a declividade do tubo deve ser de 0,003 m/m para aplicação por gravidade e contínua;
- f) sempre que possível, deve-se optar por conduto forçado, com distribuição de esgoto intermitente, ao invés de distribuição contínua por gravidade. Nesse caso, a declividade do tubo de distribuição pode ser zero. O intervalo entre as aplicações não deve ser inferior a 6 h;
- g) os materiais de enchimento da vala de infiltração podem ser britas até número quatro ou pedras com características correspondentes, dispostos conforme representado no anexo B, figura B.19 a);
- h) a distância, em planta, dos eixos centrais das valas de infiltração paralelas não deve ser inferior a 2 m.

## 5.2 Canteiro de infiltração e de evapotranspiração

É o processo que consiste na disposição final do esgoto, tanto pelo processo de evapotranspiração através das folhas de vegetação quanto pelo processo infiltrativo no solo.

### 5.2.1 Aplicação

O canteiro de infiltração e de evapotranspiração é empregado em locais não propícios à simples infiltração,

substituindo o solo e/ou condições desfavoráveis por solos de melhores características.

O canteiro permite também a evapotranspiração do líquido, reduzindo o volume final do esgoto.

O canteiro deve ser coberto de vegetação com raízes pouco profundas para a proteção do canteiro e para acelerar a evapotranspiração do líquido.

A área do canteiro não deve ser arborizada e, se possível, o canteiro deve ser instalado em local aberto, com boa ventilação e insolação.

O esgoto deve ser aplicado no canteiro de modo intermitente.

São considerados locais não propícios para infiltração:

- a) com nível aquífero raso;
- b) com rocha fissurada ou fraturada no subsolo que permita rápido escoamento do esgoto para o lençol aquífero;
- c) com camada de areia ou solo arenoso que não permita bom tratamento do esgoto, com taxas de percolação extremamente elevadas;
- d) com solos com taxas de percolação muito reduzidas, exigindo extensa área para infiltração.

### 5.2.2 Dimensionamento

Para o dimensionamento devem ser considerados os parâmetros prescritos em 5.2.2.1 a 5.2.2.7.

#### 5.2.2.1 Vala do canteiro

A vala do canteiro deve ser dimensionada conforme 5.1.3.8, adotando-se o valor de K estimado inicialmente para o tipo de solo a ser utilizado para formação do canteiro.

#### 5.2.2.2 Área superficial do canteiro

O dimensionamento da área do canteiro deve levar em conta o índice pluviométrico e a taxa de evapotranspiração disponíveis da região. Quando não houver estes dados disponíveis, admite-se o emprego de métodos de estimação tais como Combinado ou outros mais adequados. Caso a diferença líquida entre a precipitação e evapotranspiração não seja suficiente nos 50% do período de dados considerados (os dados avaliados não devem ser inferiores a cinco anos) para permitir a evapotranspiração do efluente aplicado no canteiro, este deve ser considerado como sendo apenas canteiro de infiltração.

A diferença líquida mensal entre a precipitação e evapotranspiração a ser considerada deve ser aquela menos favorável.

### 5.2.2.3 Altura total do canteiro

A altura total do canteiro deve ser definida como segue:

- a) no caso de nível aquífero raso, o fundo da vala deve situar-se no mínimo 1,5 m acima do nível máximo deste;
- b) no caso de subsolo com rocha fraturada, o fundo da vala deve estar no mínimo 1,5 m acima da rocha;
- c) no caso de solo com elevada taxa de percolação, o fundo da vala deve estar no mínimo a 1,5 m da superfície do solo;
- d) no caso de solo com taxa de percolação muito baixa, o fundo da vala deve estar no mínimo a 1,5 m da superfície do solo natural;
- e) a inclinação do talude deve ser de um (vertical) para dois (horizontal), no mínimo.

### 5.2.2.4 Solo a ser utilizado para formação do canteiro

O solo a ser utilizado para formação do canteiro deve ter capacidade de percolação determinada após a formação do canteiro e antes da instalação de sistema de infiltração para dimensionamento correto da extensão total necessária do canteiro.

### 5.2.2.5 Construção do canteiro

Para a construção do canteiro deve ser minimizado o emprego de equipamentos pesados, tais como caminhões e tratores, para não causar a compactação do solo e conseqüente redução da capacidade infiltrativa do canteiro.

### 5.2.2.6 Aplicação de esgoto no canteiro

Na aplicação intermitente de esgoto no canteiro, o sistema de aplicação deve ser dimensionado para permitir até quatro aplicações por dia.

### 5.2.2.7 Detalhes do canteiro de evapotranspiração

Os detalhes do canteiro de evapotranspiração devem ser conforme representados na figura B.21.

## 5.3 Sumidouro

O sumidouro é a unidade de depuração e de disposição final do efluente de tanque séptico verticalizado em relação à vala de infiltração. Devido a esta característica, seu uso é favorável somente nas áreas onde o aquífero é profundo, onde possa garantir a distância mínima de 1,50 m (exceto areia) entre o seu fundo e o nível aquífero máximo.

Os critérios e as considerações principais seguem aquelas relativas às da vala de infiltração, exceto no que tange

ao processo aeróbio, uma vez que se torna difícil manter aquela condição no interior do poço. Por esta razão, a obstrução das superfícies internas do sumidouro é mais precoce. Na ocasião da substituição por outro poço, recomenda-se a exposição ao ar livre das paredes internas do sumidouro substituído, durante pelo menos seis meses, tomando-se o cuidado de não ocorrer acidentes, para permitir a recuperação da capacidade infiltrativa.

Para o dimensionamento, adotar os parâmetros da vala de infiltração. No entanto, sendo o sumidouro uma unidade geralmente verticalizada, é freqüente à ocorrência de diversas camadas com características distintas, necessitando, normalmente, de se proceder a apuração da capacidade de infiltração para cada camada, para depois obter a capacidade média de percolação ( $K_{\text{médio}}$ ). Pode-se obter o valor de  $K_{\text{médio}}$  somando-se os produtos de  $K$  para cada camada pela respectiva espessura e dividindo-se o resultado pela soma total de espessuras das camadas, conforme o anexo A.

No anexo B, figura B.22, estão ilustrados alguns leiautes de aplicação do sumidouro.

### 5.3.1 Sumidouro na região não arenosa ( $K_{\text{médio}} > 500 \text{ min/m}$ )

Neste caso, o dimensionamento deve seguir os parâmetros prescritos em 5.3.1.1 a 5.3.1.7.

#### 5.3.1.1 Cálculo da área de infiltração

Para o cálculo da área de infiltração deve ser considerada a área vertical interna do sumidouro abaixo da geratriz inferior da tubulação de lançamento do afluente no sumidouro, acrescida da superfície do fundo.

#### 5.3.1.2 Cálculo da área total

O cálculo da área total necessária deve ser obtido conforme o anexo A.

#### 5.3.1.3 Altura útil

A altura útil do sumidouro deve ser determinada de modo a manter distância vertical mínima de 1,50 m entre o fundo do poço e o nível máximo aquífero.

#### 5.3.1.4 Redução da altura útil

Caso haja necessidade de reduzir a altura útil do sumidouro, devido à proximidade do nível aquífero, pode-se reduzir tanto o diâmetro quanto a altura do mesmo, aumentando porém o número daqueles conforme representado no anexo B, figura B.22 b1).

#### 5.3.1.5 Distância

A distância mínima entre as paredes dos poços múltiplos deve ser de 1,50 m.

#### 5.3.1.6 Diâmetro interno

O menor diâmetro interno do sumidouro deve ser de 0,30 m.



### 5.3.1.7 Distribuição do esgoto

A distribuição do esgoto aos sumidouros múltiplos deve ser feita através de caixa distribuidora de vazão, conforme representado no anexo B, figura B.8 c).

### 5.3.2 Sumidouro na região arenosa com nível de aquífero profundo

Para região arenosa, com baixo valor de K (menor que 500 min/m), pode-se optar, para não contaminar o aquífero, por alternativas como segue:

- a) para garantir a proteção do aquífero no solo, deve ser prevista uma camada filtrante envolvente do sumidouro com solo, tendo  $K > 500$  min/m, conforme representado na figura B.23;
- b) a distância do fundo do sumidouro e o nível máximo do aquífero deve ser superior a 1,50 m;
- c) a espessura da camada protetora não deve ser inferior a 0,3 m, não devendo sofrer compactação mecânica durante o enchimento do poço.

### 5.4 Galeria de águas pluviais

O efluente do sistema local de tratamento de esgoto pode ser lançado nas galerias de águas pluviais, desde que satisfaça aos seguintes requisitos:

- a) possuir padrões de características físico-químico-biológicas de lançamento ao corpo receptor para onde a galeria lança suas águas, inclusive os casos definidos em 5.5.1;
- b) o padrão mínimo de lançamento na galeria deve ter características conforme a tabela 5;
- c) todos os efluentes lançados nas galerias de águas pluviais devem sofrer desinfecção, atendendo ao descrito em 4.6;
- d) deve ser dada autorização pelo órgão local competente para o lançamento do efluente tratado na galeria de águas pluviais;

e) os parâmetros da tabela 5 devem ser verificados em pelo menos 80% das amostras coletadas ao longo do período de 12 meses, em intervalos regulares.

### 5.5 Águas superficiais

Os efluentes do sistema local de tratamento de esgotos podem ser lançados diretamente nas águas superficiais, tais como rios, lagos, mares etc., observando-se os seguintes aspectos:

#### 5.5.1 Qualidade do efluente

O efluente deve ser de qualidade tal que atenda aos parâmetros de lançamento ao corpo receptor, fixados na legislação federal, estadual ou municipal. Na ausência destes parâmetros, devem ser observadas as classificações seguintes e os respectivos parâmetros, conforme a tabela 6:

- classe a: na represa destinada ao abastecimento público, ou nos rios formadores da represa até 10 km a montante dela, independente da distância do ponto de captação e do volume de reservação da represa;
- classe b: nos corpos receptores com captação a jusante para abastecimento público;
- classe c: nas águas litorâneas, praias e nos rios que desaguam nas praias frequentadas pelas pessoas para recreação;
- classe d: nos demais corpos receptores.

#### 5.5.2 Dispositivos de lançamento

Devem ser previstas proteções adequadas para o lançamento do efluente no corpo receptor, de modo a não causar erosão na margem ou para não causar obstrução no fluxo da água ou trânsito das pessoas. Estas proteções devem ser aprovadas por órgãos competentes quanto à sua instalação, devendo ser resistentes contra enchentes ou marés, além de evitar o refluxo da água na ocasião daquelas.

**Tabela 5 - Valores para lançamento nas galerias de águas pluviais**

Parâmetro	Valor	Parâmetro	Valor
DBO <sub>5,20</sub>	Inferior a 60 mg/L	Oxigênio dissolvido	Superior a 1,0 mg/L
DQO	Inferior a 150 mg/L	Sólidos sedimentáveis	Inferior a 0,5 mg/L
pH	Entre 6,0 e 9,0	Sólidos não filtráveis totais	Inferior a 50 mg/L
Temperatura	Inferior a 40°C	Coliformes fecais	< 1 000 NMP/100 mL
Óleos e graxas	Inferiores a 50 mg/L	Cloro residual livre	Superior a 0,5 mg/L

**Tabela 6 - Parâmetros e seus valores limites do efluente tratado nas águas superficiais de acordo com as classes de lançamento**

Parâmetro	Classe a	Classe b	Classe c	Classe d
Temperatura (°C)	Inferior a 40	Inferior a 40	Inferior a 40	Inferior a 40
PH	Entre 6 e 9	Entre 6 e 9	Entre 6 e 9	Entre 6 e 9
DBO <sub>5,20</sub> (mg/L)	Inferior a 20	Inferior a 30	Inferior a 50	Inferior a 60
DQO (mg/L)	Inferior a 50	Inferior a 75	Inferior a 125	Inferior a 150
Oxigênio dissolvido (mg/L)	Superior a 2	Superior a 2	Superior a 2	Superior a 2
Sólidos sedimentáveis (ml/L)	Inferior a 0,1	Inferior a 0,1	Inferior a 0,5	Inferior a 1
SNF totais (mg/L)	Inferior a 20	Inferior a 20	Inferior a 50	Inferior a 60
Nitrogênio amoniacal (mg/L)	Inferior a 5	Inferior a 5	Inferior a 5	Inferior a 5
Nitrato - N (mg/L)	Inferior a 20	Inferior a 20	Inferior a 20	Inferior a 20
Fosfato (mg/L)	Inferior a 1	Inferior a 1	Inferior a 2	Inferior a 5
Coliformes fecais (NMP/100 mL)	Inferior a 1 000	Inferior a 1 000	Inferior a 500	Inferior a 1 000
Óleo e graxas (mg/L)	Inferior a 30	Inferior a 30	Inferior a 10	Inferior a 50

### 5.6 Reuso local

No caso do esgoto de origem essencialmente doméstica ou com características similares, o esgoto tratado deve ser reutilizado para fins que exigem qualidade de água não potável, mas sanitariamente segura, tais como irrigação dos jardins, lavagem dos pisos e dos veículos automotivos, na descarga dos vasos sanitários, na manutenção paisagística dos lagos e canais com água, na irrigação dos campos agrícolas e pastagens etc.

O uso local de esgoto tem a vantagem de evitar problemas como a ligação com a rede de água potável, flexibilidade nos graus de qualidade das águas a serem reusadas conforme a necessidade local etc.

O tipo de reuso pode abranger desde a simples circulação de água de enxágue da máquina de lavagem, com ou sem tratamento aos vasos sanitários, até uma remoção em alto nível de poluentes para lavagens de carros.

Freqüentemente, o reuso é apenas uma extensão do tratamento de esgotos, sem investimentos adicionais elevados; assim como nem todo o volume de esgoto gerado deve ser tratado para ser reutilizado.

Admite-se também que o esgoto tratado em condições de reuso possa ser exportado para além do limite do sistema local para atender à demanda industrial ou outra demanda da área próxima.

No caso de utilização como fonte de água para canais e lagos para fins paisagísticos, dependendo das condições locais, pode ocorrer um crescimento intenso das plantas aquáticas devido à abundância de nutrientes no esgoto tratado. Neste caso, deve-se dar preferência à alternativa

de tratamentos que removam eficientemente o fósforo do esgoto. No anexo B, a figura B.1 representa alguns esquemas de reuso local de esgotos.

#### 5.6.1 Planejamento do sistema de reuso

O reuso local de esgoto deve ser planejado de modo a permitir seu uso seguro e racional para minimizar o custo de implantação e de operação.

Para tanto, devem ser definidos:

- a) os usos previstos para esgoto tratado;
- b) volume de esgoto a ser reutilizado;
- c) grau de tratamento necessário;
- d) sistema de reservação e de distribuição;
- e) manual de operação e treinamento dos responsáveis.

#### 5.6.2 Os usos previstos para o esgoto tratado

Devem ser considerados todos os usos que o usuário precisar, tais como lavagens de pisos, calçadas, irrigação de jardins e pomares, manutenção das águas nos canais e lagos dos jardins, nas descargas dos banheiros etc. Não deve ser permitido o uso, mesmo desinfetado, para irrigação das hortaliças e frutas de ramas rastejantes (por exemplo, melão e melancia). Admite-se seu reuso para plantações de milho, arroz, trigo, café e outras árvores frutíferas, via escoamento no solo, tomando-se o cuidado de interromper a irrigação pelo menos 10 dias antes da colheita.

### 5.6.3 Volume de esgoto a ser reutilizado

Os usos definidos para todas as áreas devem ser quantificados para obtenção do volume total final a ser reusado. Para tanto, devem ser estimados os volumes para cada tipo de reuso, considerando as condições locais (clima, frequência de lavagem e de irrigação, volume de água para descarga dos vasos sanitários, sazonalidade de reuso etc.).

### 5.6.4 Grau de tratamento necessário

O grau de tratamento para uso múltiplo de esgoto tratado é definido, regra geral, pelo uso mais restritivo quanto à qualidade de esgoto tratado. No entanto, conforme o volume estimado para cada um dos usos, podem-se prever graus progressivos de tratamento (por exemplo, se o volume destinado para uso com menor exigência for expressivo, não haveria necessidade de se submeter todo o volume de esgoto a ser reutilizado ao máximo grau de tratamento, mas apenas uma parte, reduzindo-se o custo de implantação e operação), desde que houvesse sistemas distintos de reservação e de distribuição.

Nos casos simples de reuso menos exigente (por exemplo, descarga dos vasos sanitários) pode-se prever o uso da água de enxágüe das máquinas de lavar, apenas desinfetando, reservando aquelas águas e recirculando ao vaso, em vez de enviá-las para o sistema de esgoto para posterior tratamento. Em termos gerais, podem ser definidas as seguintes classificações e respectivos valores de parâmetros para esgotos, conforme o reuso:

- classe 1: Lavagem de carros e outros usos que requerem o contato direto do usuário com a água, com possível aspiração de aerossóis pelo operador, incluindo chafarizes: turbidez inferior a cinco, coliforme fecal inferior a 200 NMP/100 mL; sólidos dissolvidos totais inferior a 200 mg/L; pH entre 6,0 e 8,0; cloro residual entre 0,5 mg/L e 1,5 mg/L.

Nesse nível, serão geralmente necessários tratamento aeróbio (filtro aeróbio submerso ou LAB) seguido por filtração convencional (areia e carvão ativado) e, finalmente, cloração.

Pode-se substituir a filtração convencional por membrana filtrante;

- classe 2: lavagens de pisos, calçadas e irrigação dos jardins, manutenção dos lagos e canais para fins paisagísticos, exceto chafarizes: turbidez inferior a cinco, coliforme fecal inferior a 500 NMP/100 mL, cloro residual superior a 0,5 mg/L.

Nesse nível é satisfatório um tratamento biológico aeróbio (filtro aeróbio submerso ou LAB) seguido de filtração de areia e desinfecção.

Pode-se também substituir a filtração por membranas filtrantes;

- classe 3: reuso nas descargas dos vasos sanitários: turbidez inferior a 10, coliformes fecais inferiores a 500 NMP/100 mL. Normalmente, as águas de enxágüe das máquinas de lavar roupas satisfazem a este padrão, sendo necessário apenas uma cloração. Para casos gerais, um tratamento aeróbio seguido de filtração e desinfecção satisfaz a este padrão;

- classe 4: reuso nos pomares, cereais, forragens, pastagens para gados e outros cultivos através de escoamento superficial ou por sistema de irrigação pontual. Coliforme fecal inferior a 5 000 NMP/100 mL e oxigênio dissolvido acima de 2,0 mg/L. As aplicações devem ser interrompidas pelo menos 10 dias antes da colheita.

### 5.6.5 Sistema de reservação e de distribuição

O reuso local de esgoto seguro e racional tem como base um sistema de reservação e de distribuição. Ao mesmo tempo, todo o sistema de reservação e de distribuição para reuso deve ser identificado de modo claro e inconfundível para não ocorrer uso errôneo ou mistura com o sistema de água potável ou outros fins.

Devem ser observados os seguintes aspectos referentes ao sistema:

- a) todo o sistema de reservação deve ser dimensionado para atender pelo menos 2 h de uso de água no pico da demanda diária, exceto para uso na irrigação da área agrícola ou pastoril;

- b) todo o sistema de reservação e de distribuição do esgoto a ser reutilizado deve ser claramente identificado, através de placas de advertência nos locais estratégicos e nas torneiras, além do emprego de cores nas tubulações e nos tanques de reservação distintas das de água potável;

- c) quando houver usos múltiplos de reuso com qualidades distintas, deve-se optar pela reservação distinta das águas, com clara identificação das classes de qualidades nos reservatórios e nos sistemas de distribuição;

- d) no caso de reuso direto das águas da máquina de lavar para uso na descarga dos vasos sanitários, deve-se prever a reservação do volume total da água de enxágüe;

- e) o sistema de reservação para aplicação nas culturas cujas demandas pela água não são constantes durante o seu ciclo deve prever uma preservação ou área alternada destinada ao uso da água sobressalente na fase de menor demanda.

### 5.6.6 Manual de operação e treinamento dos responsáveis

Todos os gerenciadores dos sistemas de reuso, principalmente aqueles que envolvem condomínios residenciais ou comerciais com grande número de pessoas voltadas para a manutenção de infra-estruturas básicas, devem indicar o responsável pela manutenção e operação do sistema de reuso de esgoto.

Para tanto, o responsável pelo planejamento e projeto deve fornecer manuais do sistema de reuso, contendo figuras e especificações técnicas quanto ao sistema de tratamento, reservação e distribuição, procedimentos para operação correta, além de treinamento adequado aos responsáveis pela operação.

### 6 Amostragem para análise do desempenho e do monitoramento

Todos os processos de tratamento e disposição final de esgotos devem ser submetidos à avaliação periódica do

desempenho, tanto para determinar o grau de poluição causado pelo sistema de tratamento implantado como para avaliação do sistema implantado em si, para efeitos de garantia do processo oferecido pelo fornecedor. Esta avaliação deve ser mais freqüente e minuciosa nas áreas consideradas sensíveis do ponto de vista ambiental e sanitário, mas principalmente do ponto de vista de proteção de mananciais.

A amostragem do afluente e do efluente do sistema local de tratamento deve ser feita, exceto na fase inicial de operação, quando deve haver acompanhamento pelo menos quinzenal até entrar em regime, com freqüência pelo menos trimestral.

O tipo de amostragem a ser considerada deve ser composta proporcional à vazão, com campanha horária cobrindo pelo menos 12 h consecutivas. Quando não houver condições para determinação correta da vazão, esta deve ser estimada conforme as observações baseadas nos usos de água.

Para monitoramento dos sistemas de infiltração no solo (vala de infiltração, sumidouro, canteiro de infiltração e de evapotranspiração), devem ser feitas amostragens a partir dos poços ou cavas escavados em volta das unidades, em profundidades distintas, por meio de amostras compostas não proporcionais.

Os parâmetros a serem analisados são relativos a:

a) nos lançamentos aos corpos receptores superficiais e nas galerias de águas pluviais, aqueles definidos nas legislações municipal, estadual e federal, assim como definidos nesta Norma;

b) na disposição no subsolo, nitrato, pH, coliformes fecais e vírus.

Todas as amostras coletadas devem ser imediatamente preservadas e analisadas de acordo com os procedimentos descritos no "Standard Methods for Examination of Water and Wastewater" na sua última edição.

/ANEXO A



**Anexo A (normativo)**  
**Procedimento para estimar a capacidade de percolação do solo (K)**

**A.1 Para a vala de infiltração**

O ensaio para estimar a capacidade de percolação descrito aqui deve ser feito cuidadosamente, tendo em mente que conforme o modo de execução pode resultar em valores bastante distintos para um mesmo tipo de solo.

A época de execução do ensaio é também fator que influencia nos resultados.

O ensaio deve ser precedido de uma etapa preliminar para simular a condição de solo saturado (condição crítica no sistema de absorção).

Apesar da imprecisão, este ensaio é o mais simples que se conhece e, desde que seja utilizado em conjunto com os ensaios de tato e visual do solo, pode ser instrumento útil para avaliação da capacidade de infiltração do solo.

O nível máximo do aquífero na área prevista deve ser conhecido antecipadamente.

**A.1.1** Os instrumentos necessários para se proceder ao ensaio são os seguintes:

- relógio;
- cronômetro;
- régua;
- trado com  $\varnothing$  150 mm;
- dispositivo para medição do nível d'água na cava, conforme ilustrado na figura B.16-c;
- água em abundância.

**A.1.2** Os procedimentos a serem seguidos são os seguintes:

a) o número de locais de ensaio deve ser no mínimo 3 pontos, distribuídos aproximadamente de modo a cobrir áreas iguais no local indicado para campo de infiltração;

b) com o trado de  $\varnothing$  150 mm, escavar uma cava vertical, de modo que o fundo da cava esteja aproximadamente no mesmo nível previsto para fundos das valas;

NOTA - Este nível deve ser determinado, levando em conta a distância mínima do fundo da vala em relação ao nível máximo do aquífero local (cerca de 1,50 m) e cota de saída do efluente de tanque séptico.

c) retirar os materiais soltos no fundo da cava e cobrir o fundo com cerca de 0,05 m de brita;

d) encher a cava com água até a profundidade de 0,30 m do fundo e manter esta altura durante pelo menos 4 h, completando com água na medida em que desce o nível. Este período deve ser prolongado para 12 h ou mais se o solo for argiloso; esta constitui uma etapa preliminar para saturação do solo;

e) se toda a água inicialmente colocada infiltrar no solo dentro de 10 min, pode-se começar o ensaio imediatamente;

f) exceto para solo arenoso, o ensaio de percolação não deve ser feito 30 h após o início da etapa de saturação do solo;

g) determinar a taxa de percolação como a seguir:

- colocar 0,15 m de água na cava acima da brita, cuidando-se para que durante todo o ensaio, não seja permitido que o nível da água supere 0,15 m;

- imediatamente após o enchimento, determinar o abaixamento do nível d'água na cava a cada 30 min (queda do nível) e, após cada determinação, colocar mais água para retornar ao nível de 0,15 m;

- o ensaio deve prosseguir até que se obtenha diferença de rebaixamento dos níveis entre as duas determinações sucessivas inferior a 0,015 m, em pelo menos três medições necessariamente;

- no solo arenoso, quando a água colocada se infiltra no período inferior a 30 min, o intervalo entre as leituras deve ser reduzido para 10 min, durante 1 h; assim sendo, nesse caso, o valor da queda a ser utilizado é aquele da última leitura;

h) calcular a taxa de percolação para cada cava escavada, a partir dos valores apurados, dividindo-se o intervalo de tempo entre determinações pelo rebaixamento lido na última determinação.

Por exemplo: se o intervalo utilizado é de 30 min e o desnível apurado é de 0,03 m, tem-se a taxa de percolação de  $30/0,03 = 1\ 000$  min/m;

i) o valor médio da taxa de percolação da área é obtido calculando-se a média aritmética dos valores das cavas;

j) o valor real a ser utilizado no cálculo da área necessária da vala de infiltração deve ser o especificado na tabela A.1;

k) obtém-se o valor da área total necessária para área de infiltração dividindo-se o volume total diário estimado de esgoto ( $m^3$ /dia) pela taxa máxima de aplicação diária.



## A.2 Para o sumidouro

O sumidouro é uma unidade de infiltração vertical, que atravessa frequentemente algumas camadas de solos com características distintas.

Neste caso, o ensaio para estimar a capacidade de infiltração no solo deve ser feito por camada (desde que estas camadas sejam consideradas áreas infiltrativas no sumidouro, ou seja, abaixo da tubulação de entrada do esgoto).

O valor final da taxa de percolação deve ser obtido fazendo a média ponderada destes valores.

Todos os dispositivos, assim como os procedimentos para obtenção dos valores da taxa de percolação, são idênticos à seção anterior conforme descritos a seguir:

a) a cota do fundo da cava para ensaio deve ser aproximadamente a mesma do sumidouro. Por sua

vez, aquela cota é determinada a partir da distância mínima da cota máxima do aquífero local e da cota de saída da tubulação do tanque séptico;

b) quando é feito ensaio sobre várias camadas, o resultado de cada cava é obtido como segue:

$$K_{\text{média}} = \frac{\sum (K_i \times H_i)}{\sum (H_i)}$$

onde:

$K_i$  e  $H_i$  são, respectivamente, as taxas e alturas das camadas onde foram realizados os ensaios.

**Tabela A.1 - Conversão de valores de taxa de percolação em taxa de aplicação superficial<sup>1)</sup>**

Taxa de percolação min/m	Taxa máxima de aplicação diária m³/m².d	Taxa de percolação min/m	Taxa máxima de aplicação diária m³/m².d
40 ou menos	0,20	400	0,065
80	0,14	600	0,053
120	0,12	1200	0,037
160	0,10	1400	0,032
200	0,09	2400	0,024

<sup>1)</sup> Adaptado da referência (43) do anexo C.

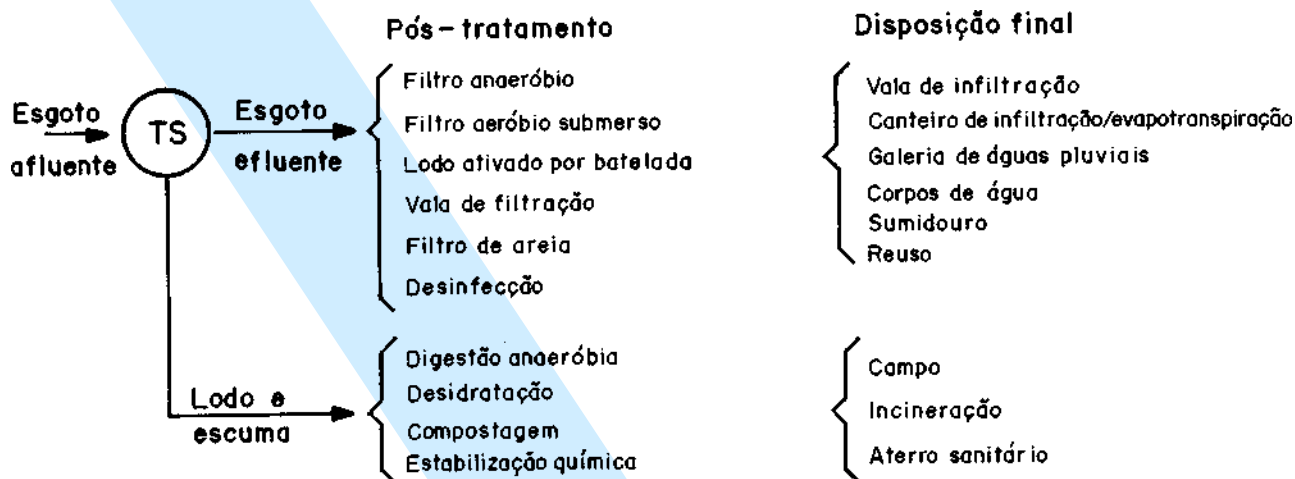
/ANEXO B

### Anexo B (normativo) Figuras referentes à instalação

**B.1** As figuras B.1 a B.23 são ilustrações de alguns dos casos possíveis de instalação, com detalhes de dispositivos e respectivas disposições.

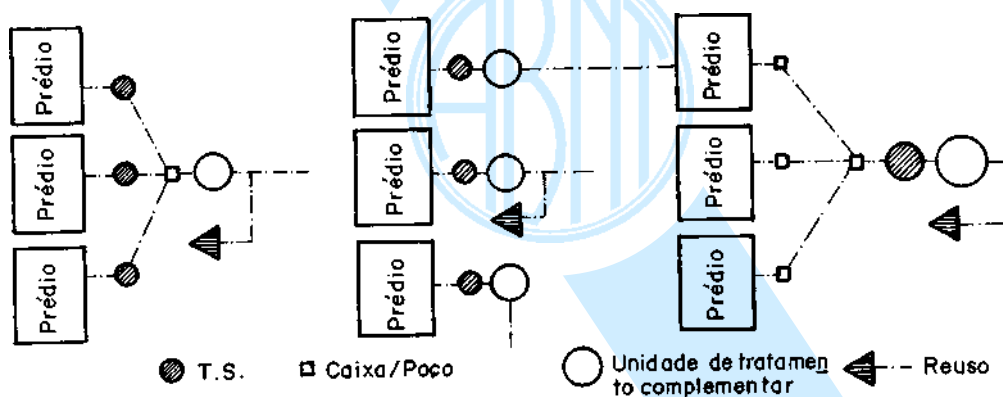
**B.2** No entanto, os exemplos ilustrados não representam os únicos modelos de leiaute, uma vez que são nume-

rosas as situações que exigem adaptações e/ou variações das instalações.

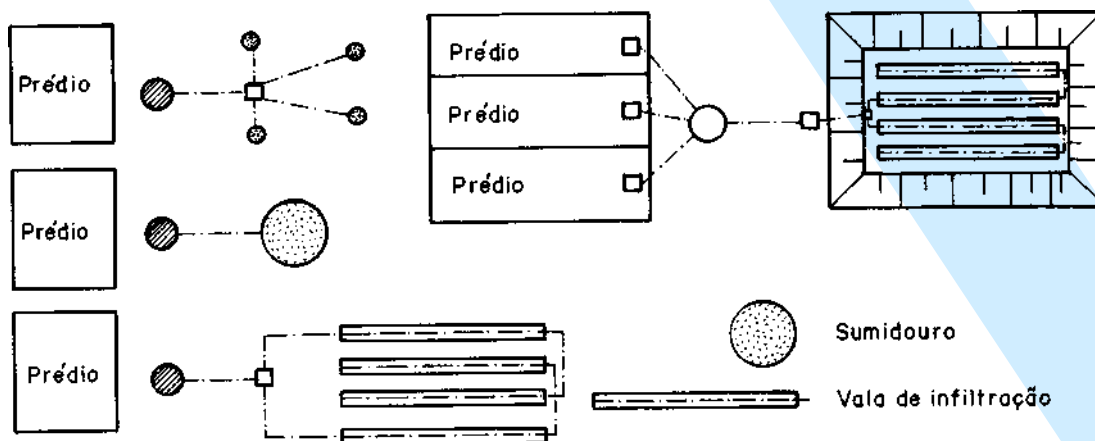


Obs: Pode haver combinações das alternativas

a) Fluxograma do sistema local de tratamento



b) Com disposição no corpo receptor/reuso



c) Com disposição final no solo/evapotranspiração

**Figura B.1 - Exemplos de esquemas alternativos do sistema local de tratamento de esgotos**



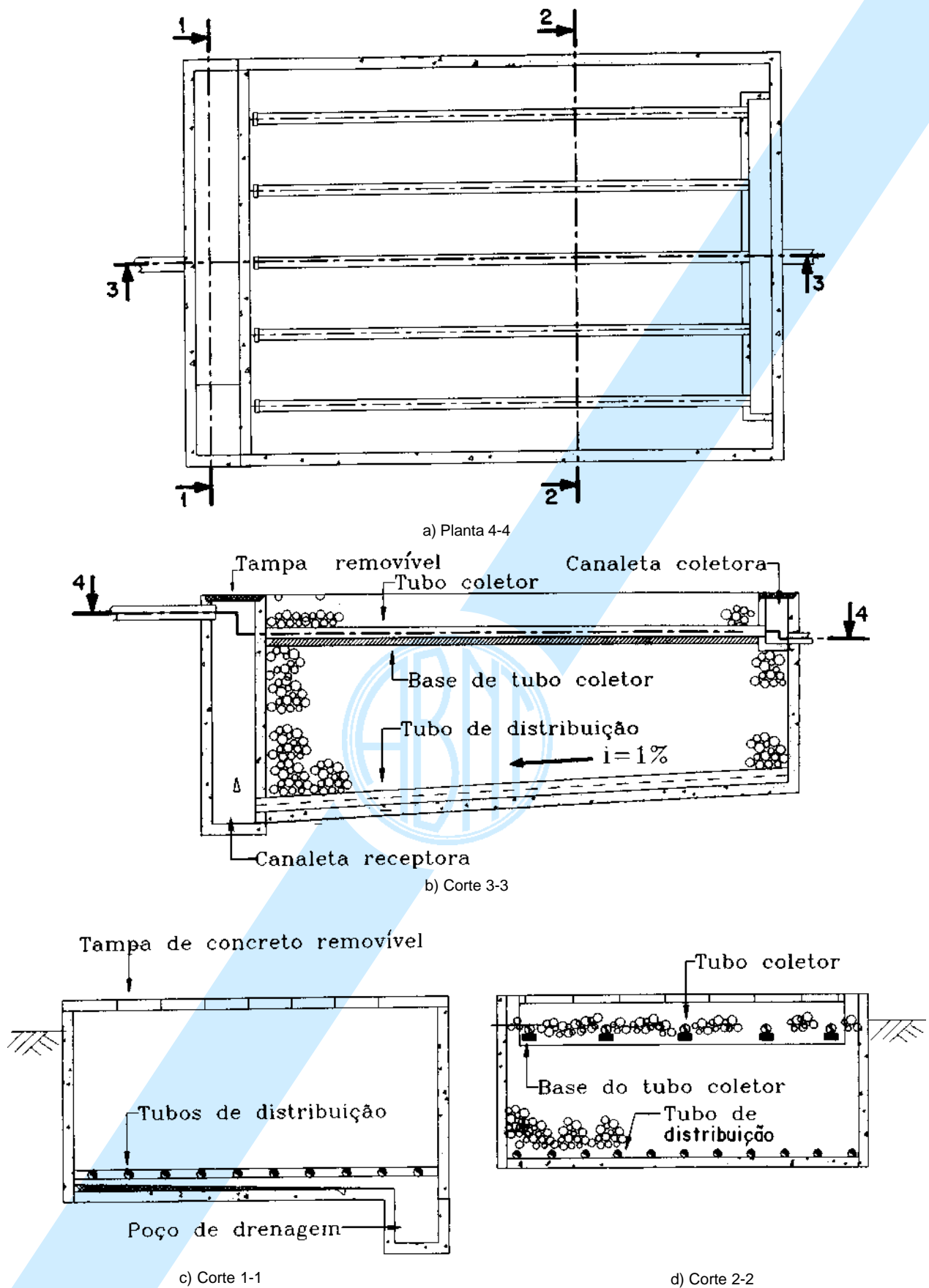
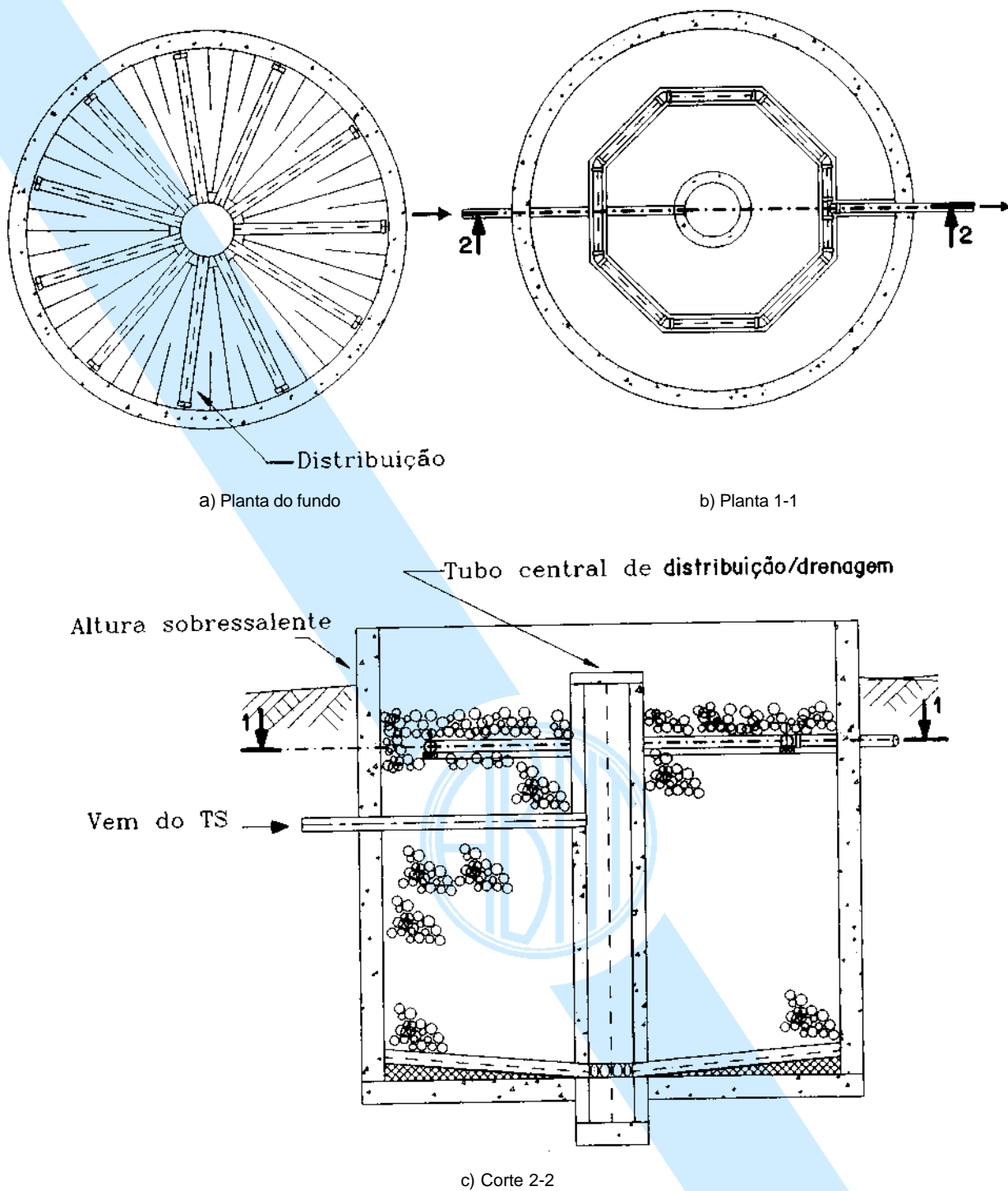
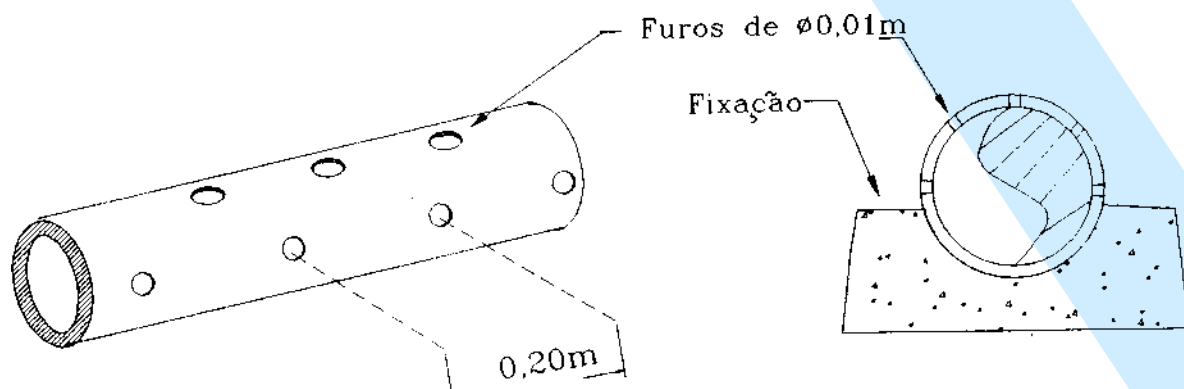


Figura B.2 - Filtro anaeróbio tipo retangular totalmente enchido de britas (sem laje de concreto)



**Figura B.3 - Filtro anaeróbio tipo circular totalmente enchido de britas (sem laje de concreto)**



**Figura B.4 - Detalhe do tubo de distribuição de esgoto**

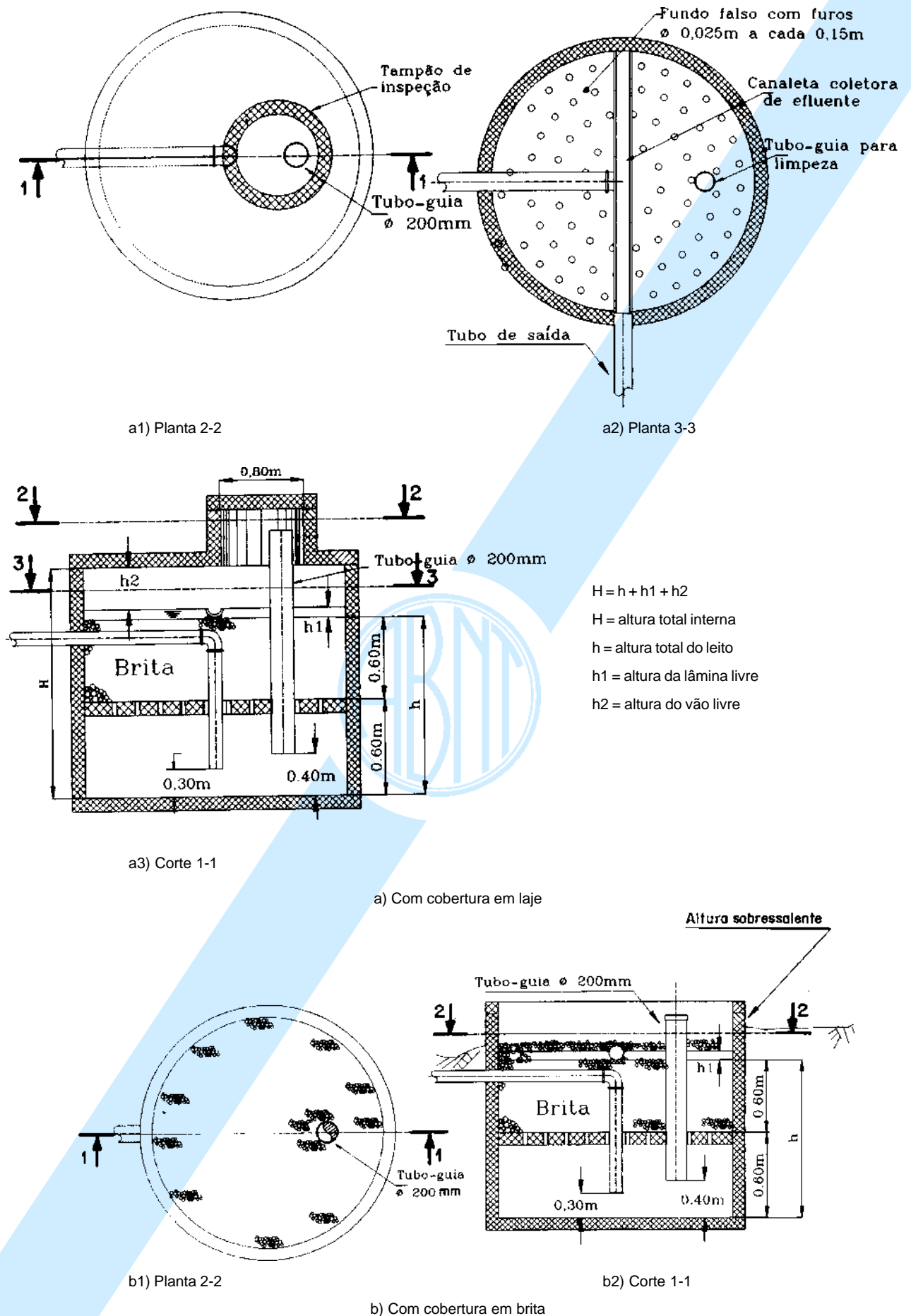


Figura B.5 - Filtro anaeróbio tipo circular com entrada única de esgoto

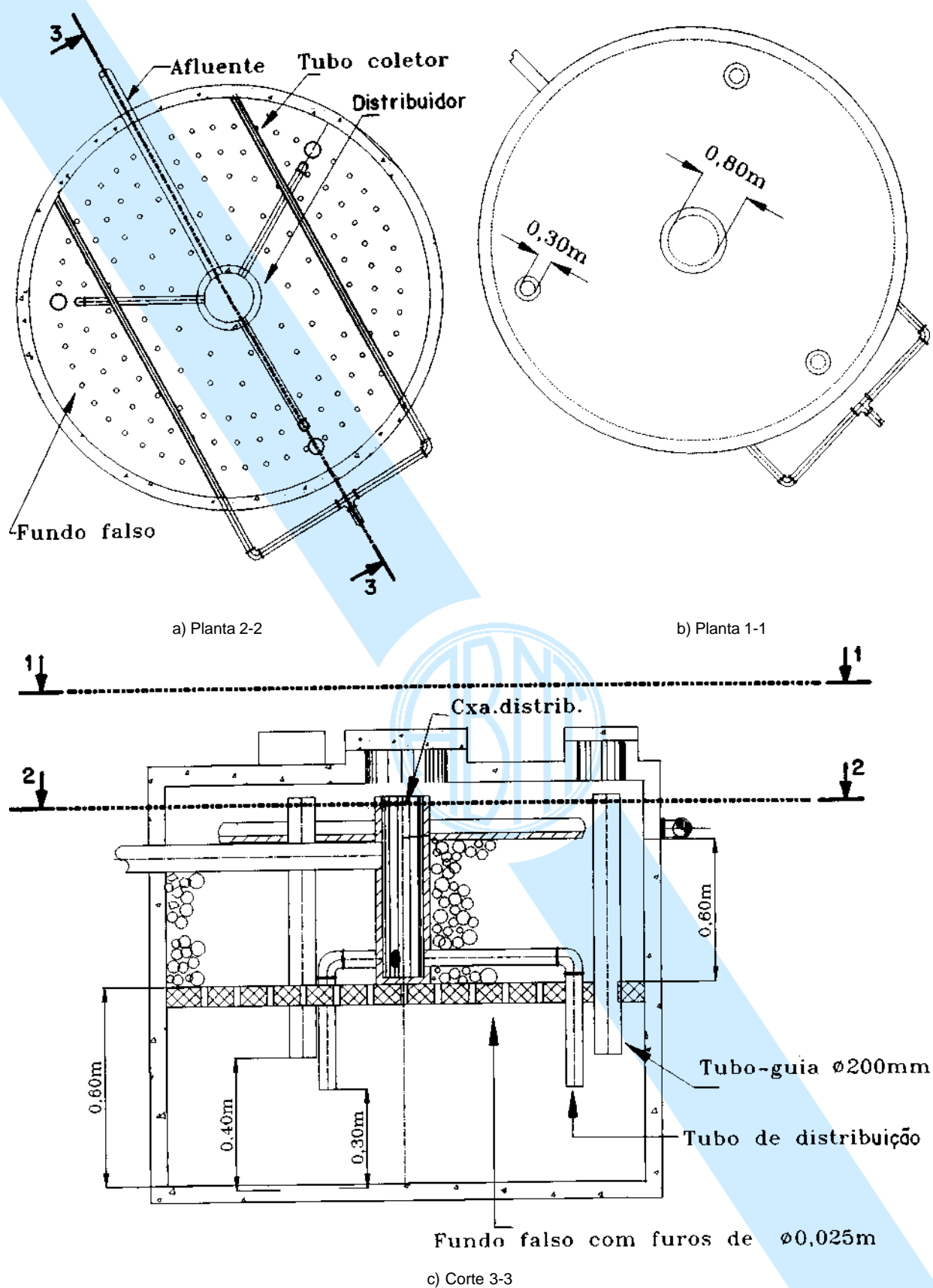


Figura B.6 - Filtro anaeróbio tipo circular com múltiplas entradas de esgoto

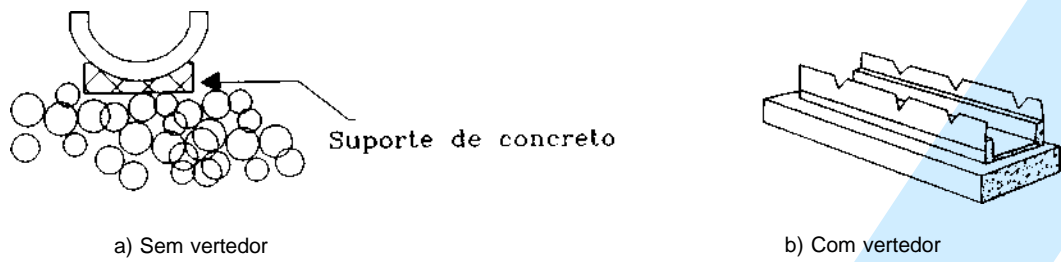
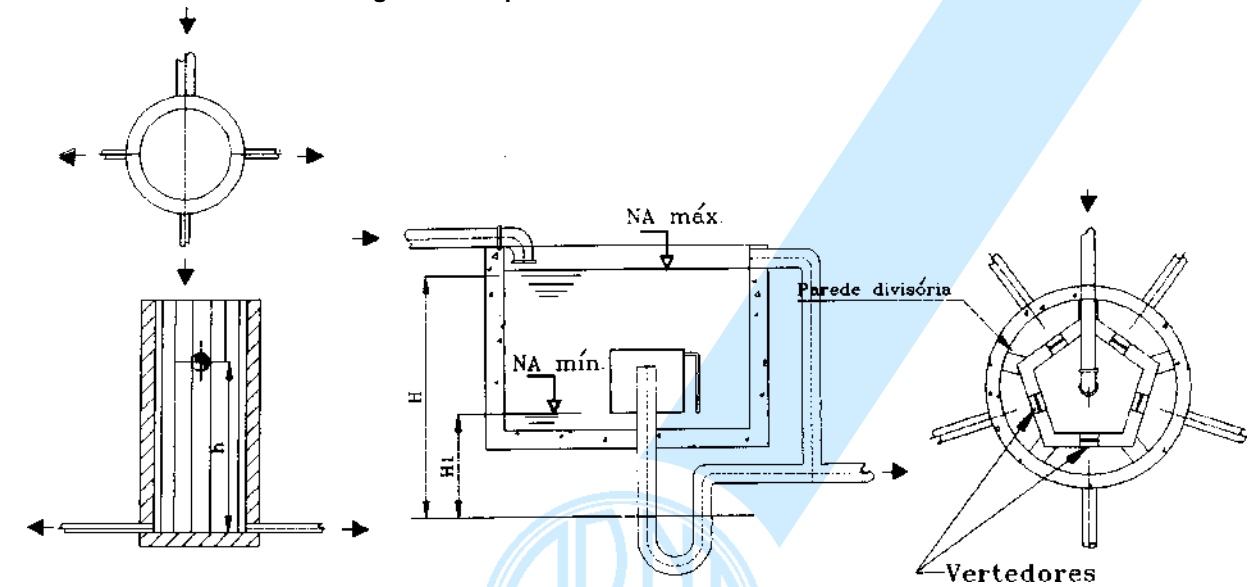
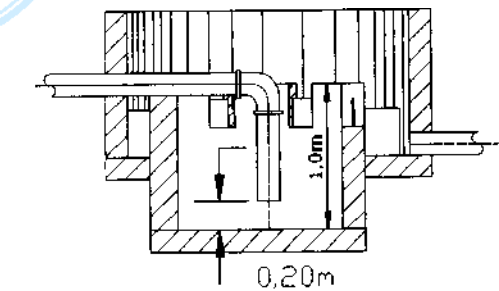
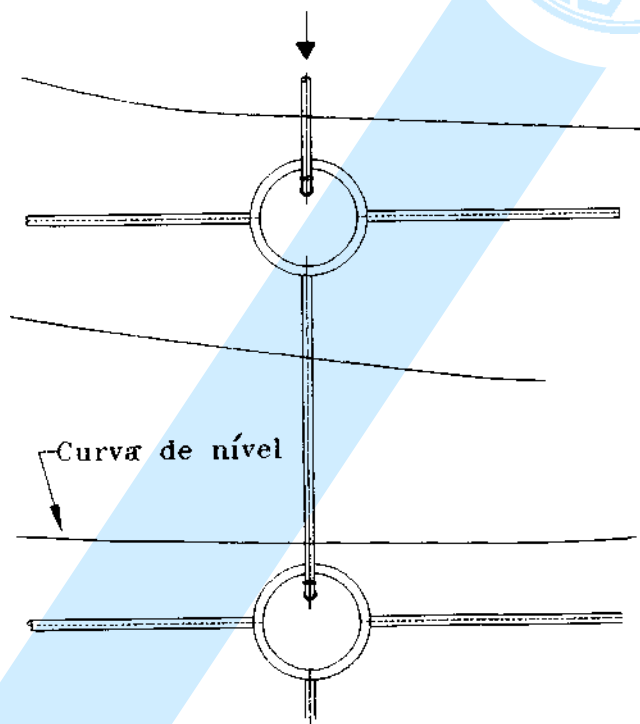


Figura B.7 - Tipos de canaletas coletoras de efluentes

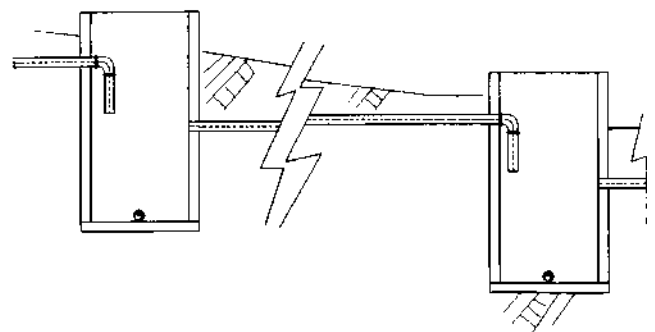


a) Interna ao filtro anaeróbio  
(perdas de carga iguais nas  
tubulações de distribuição) - Planta  
e corte

b) Caixa com sifão para descarga intermitente de esgoto



c) Externa ao filtro anaeróbio (perdas de carga desiguais  
nas tubulações de distribuição) - Planta e corte



d) Dispositivo de distribuição para valas de infiltração - Planta e corte

Figura B.8 - Caixas e dispositivos de distribuição de esgotos

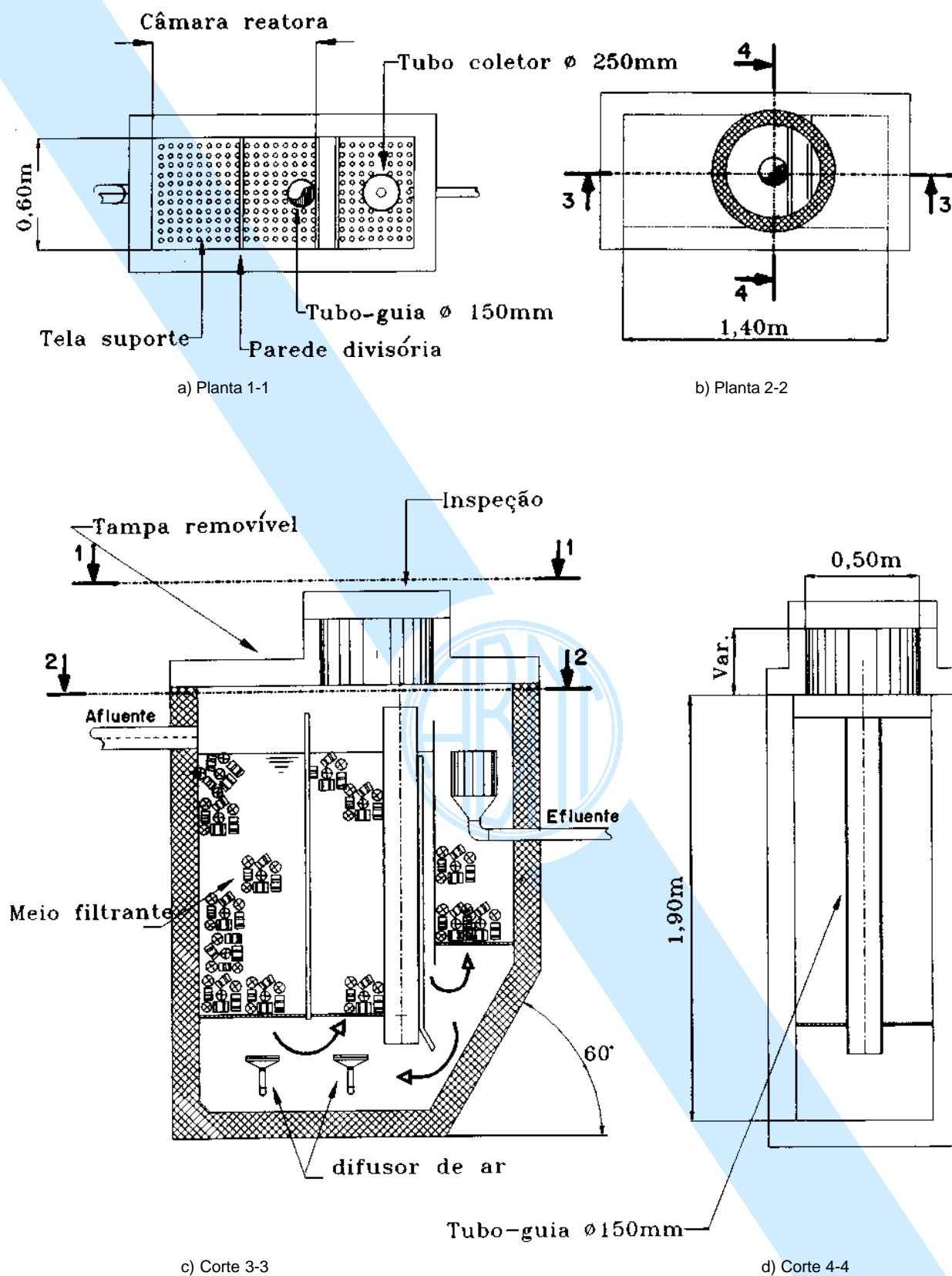
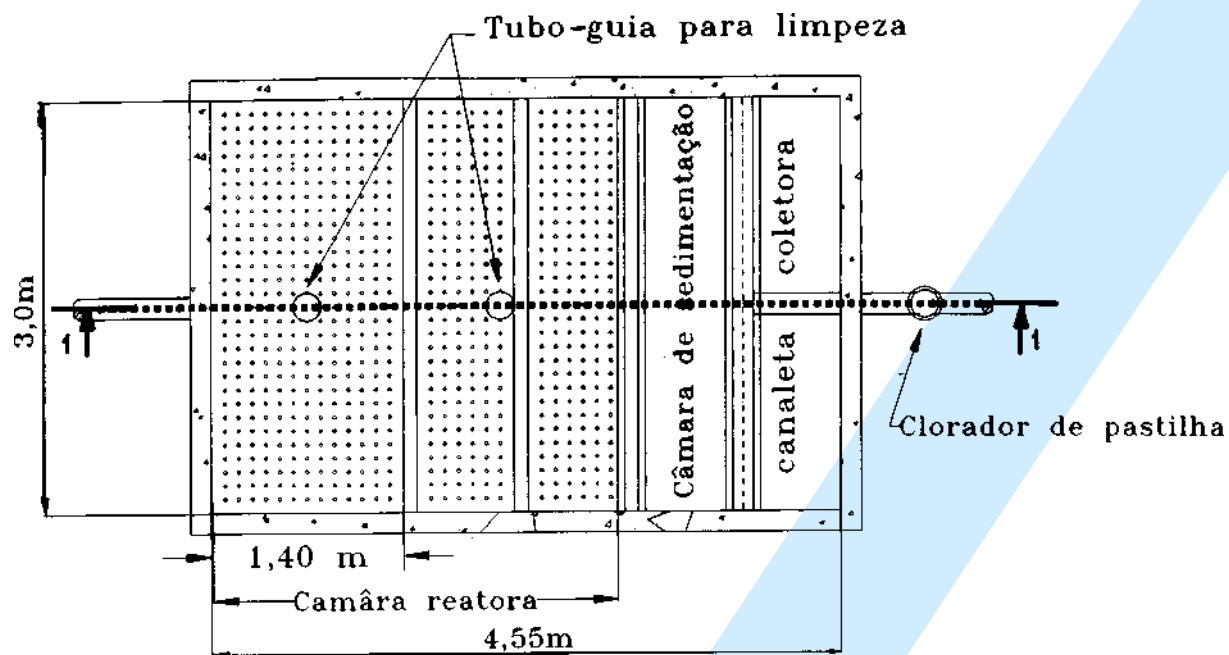
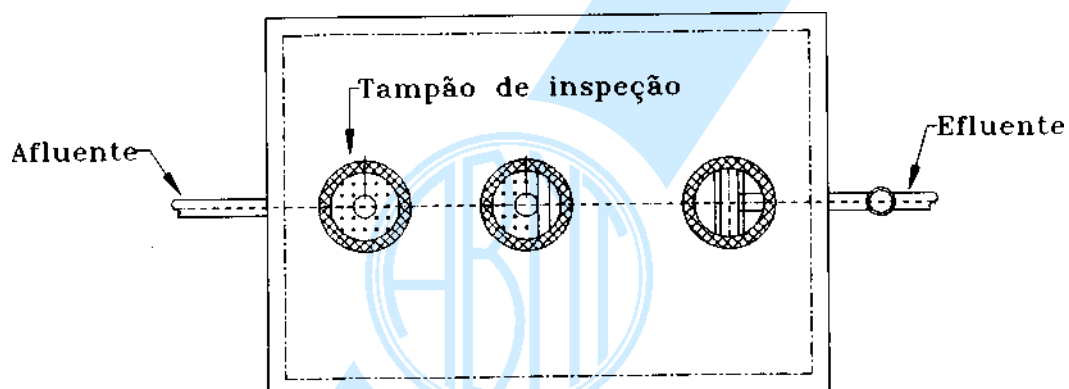


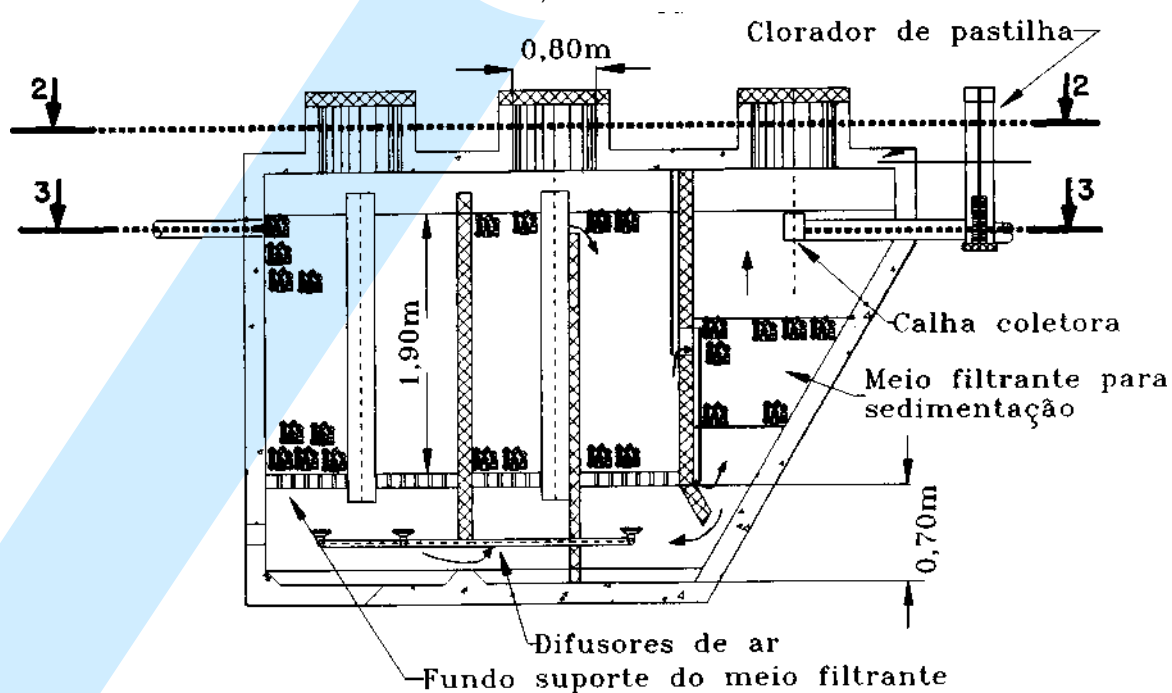
Figura B.9 - Filtro aeróbio submerso - Tipo retangular (exemplo para cinco pessoas)



a) Planta 3-3



b) Planta 2-2



c) Corte 1-1

Figura B.10 - Filtro aeróbio submerso - Tipo retangular (exemplo para 500 pessoas)



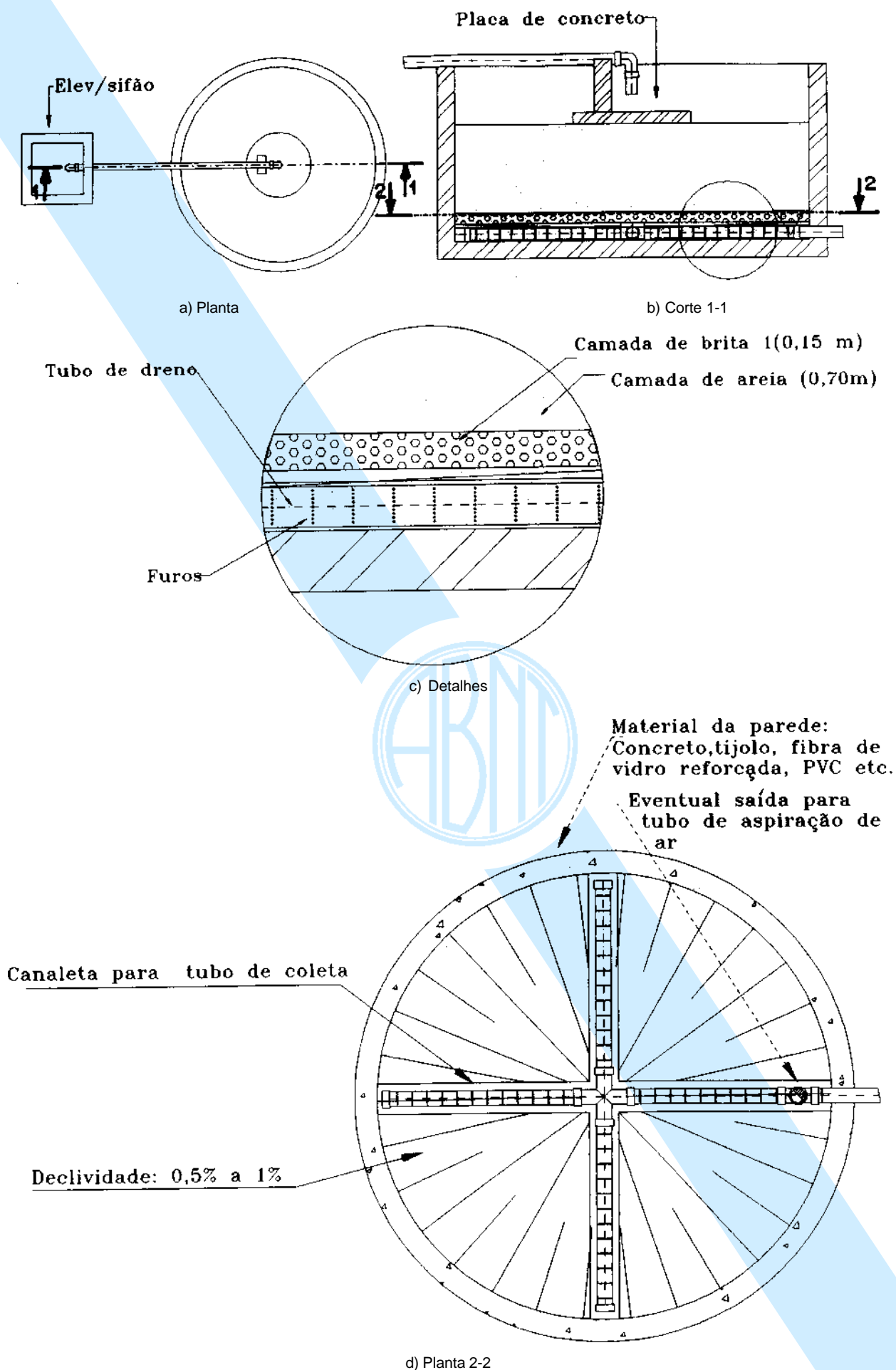
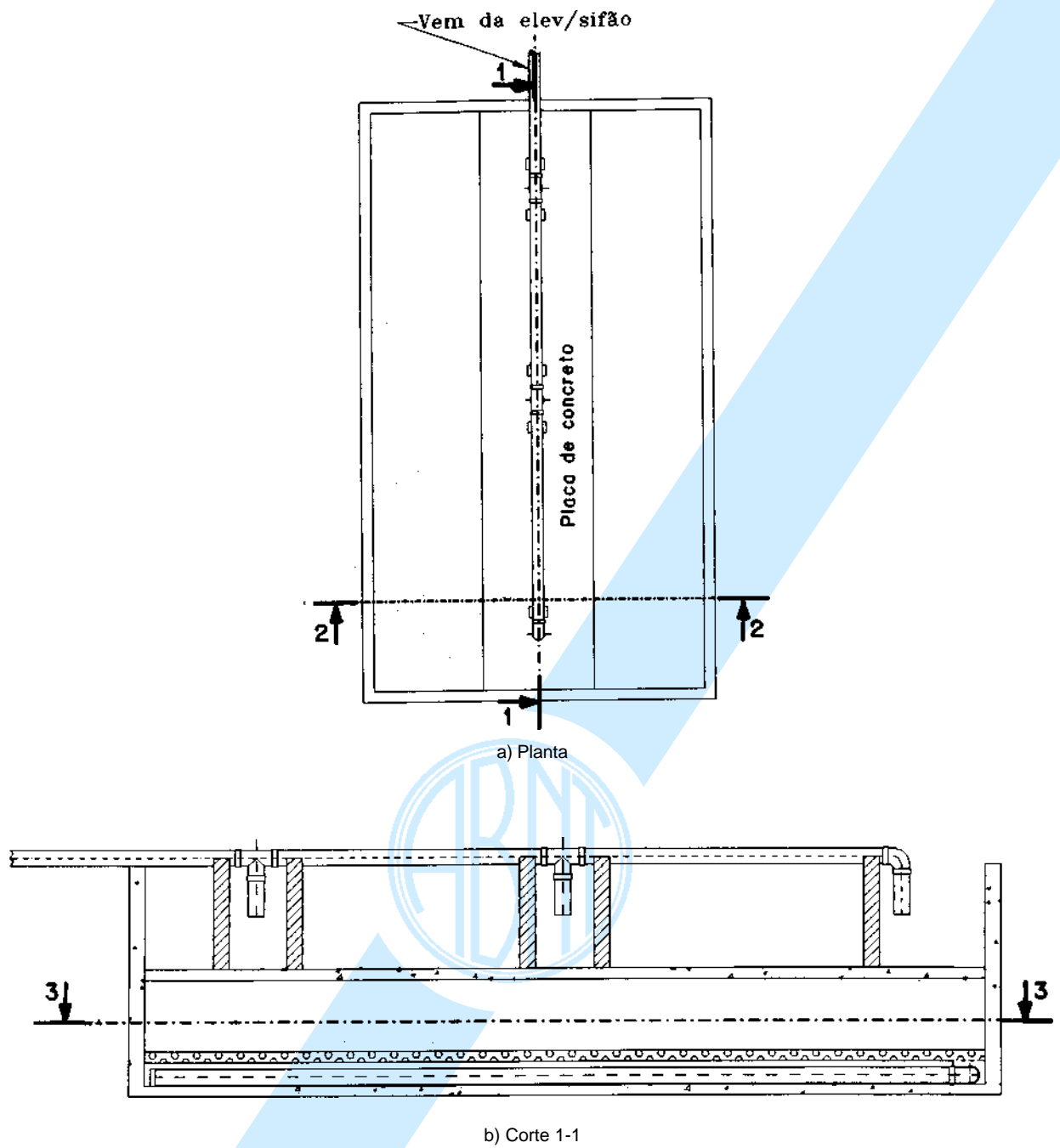
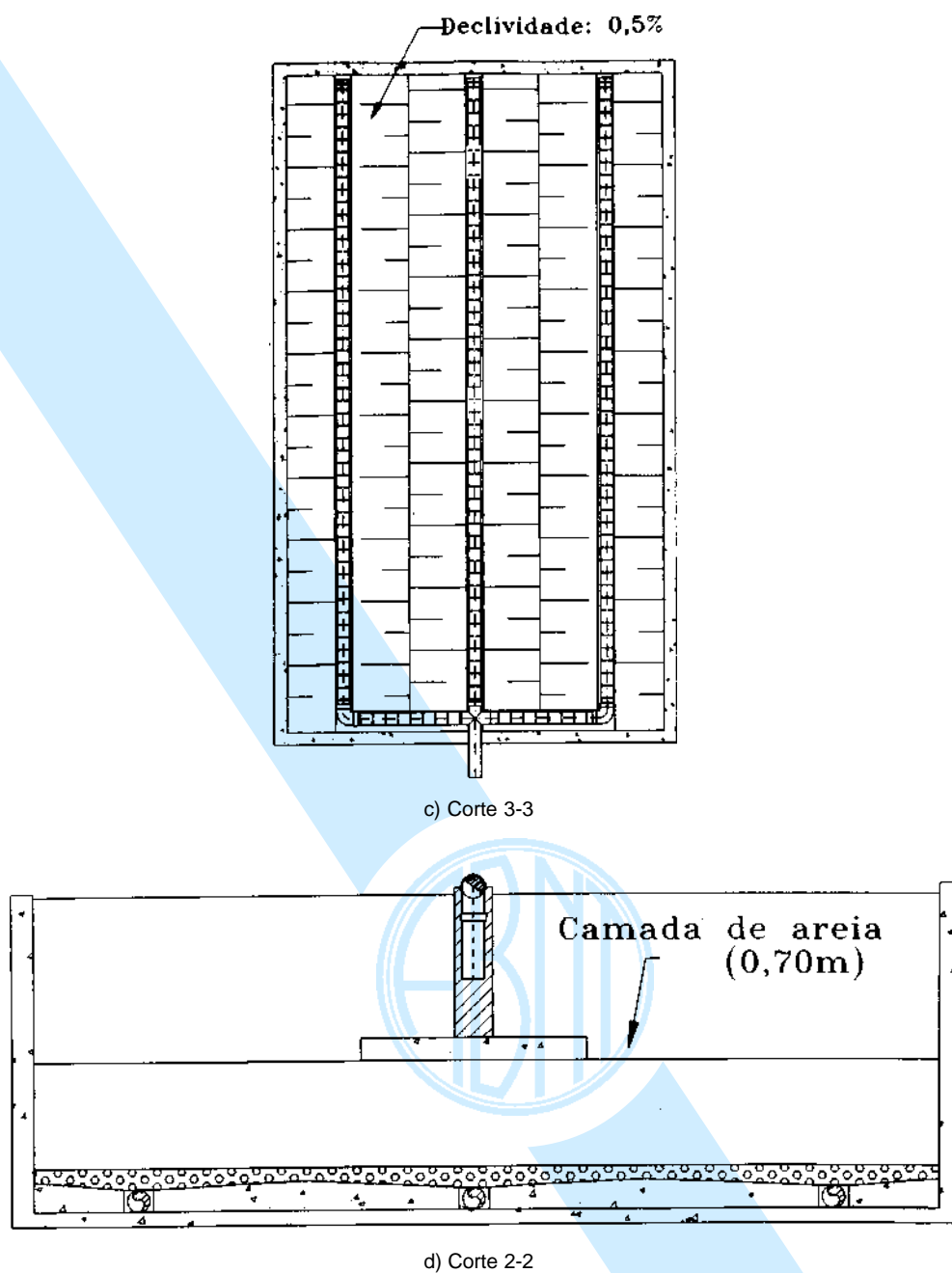


Figura B.11 - Exemplo de filtro de areia tipo circular





**Figura B.12 - Exemplo de filtro de areia tipo retangular com respectivos dispositivos**

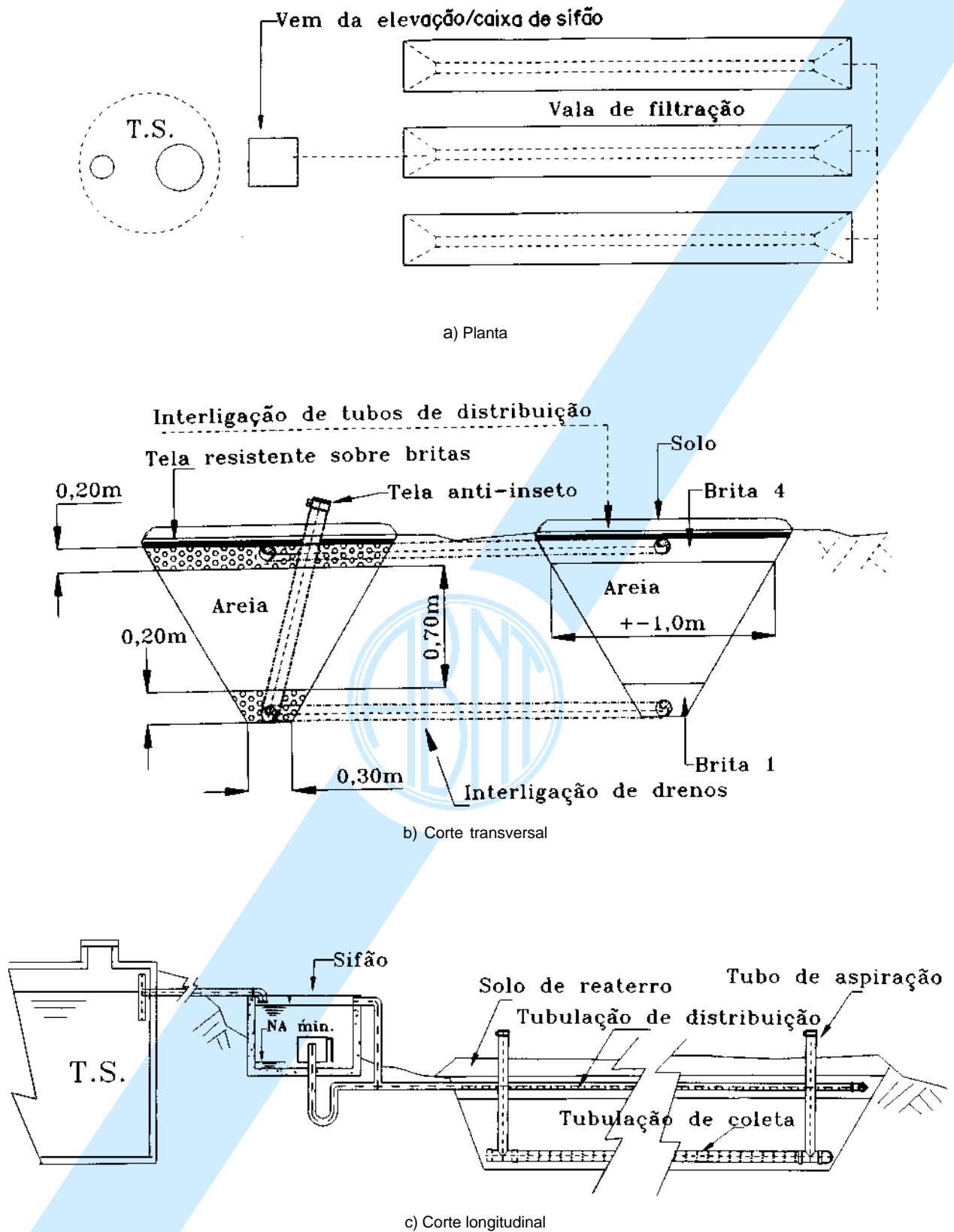


Figura B.13 - Vala de filtração típica

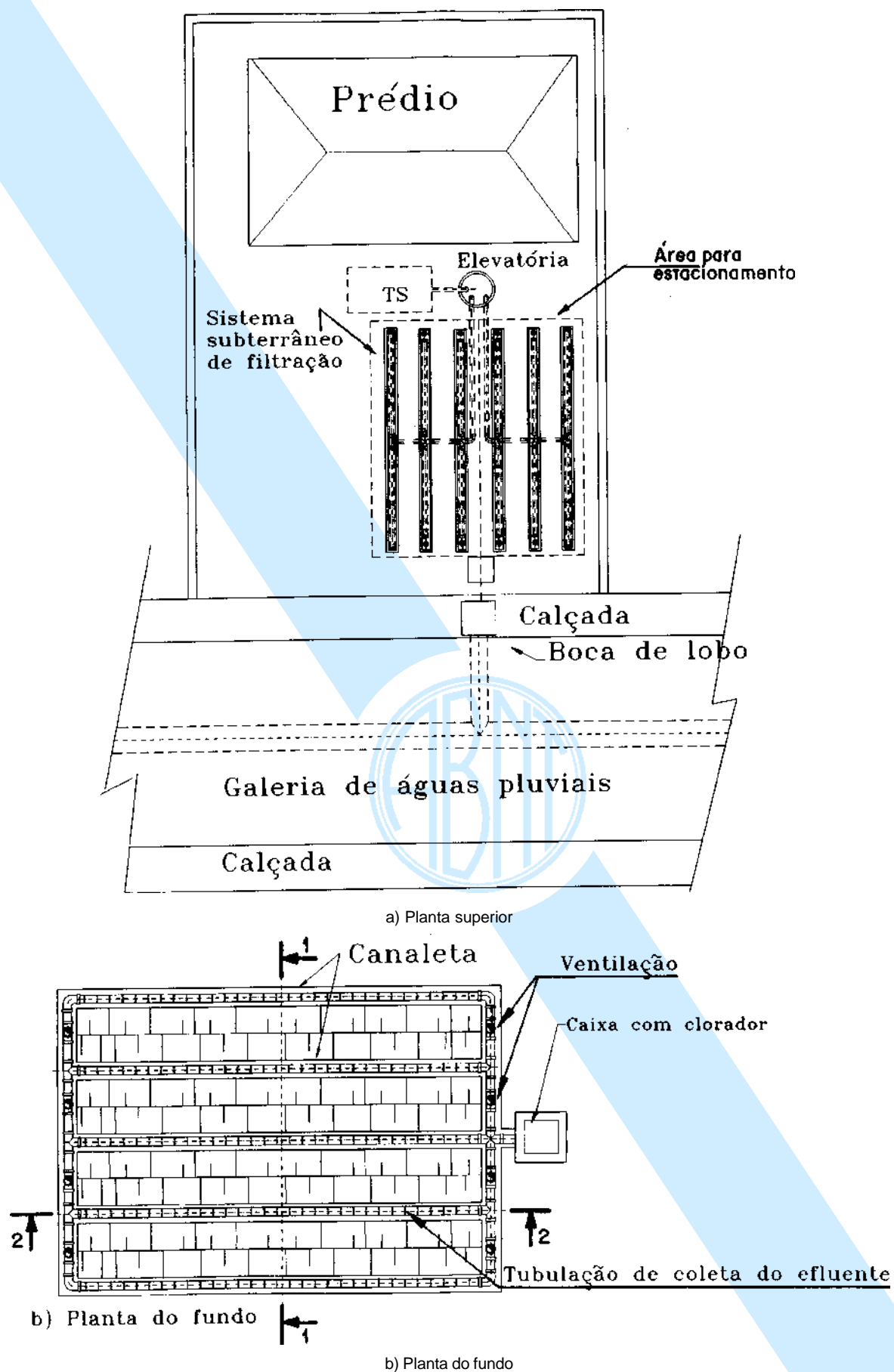


Figura B.14 - Exemplo de instalação da vala no local com espaço limitado - Plantas

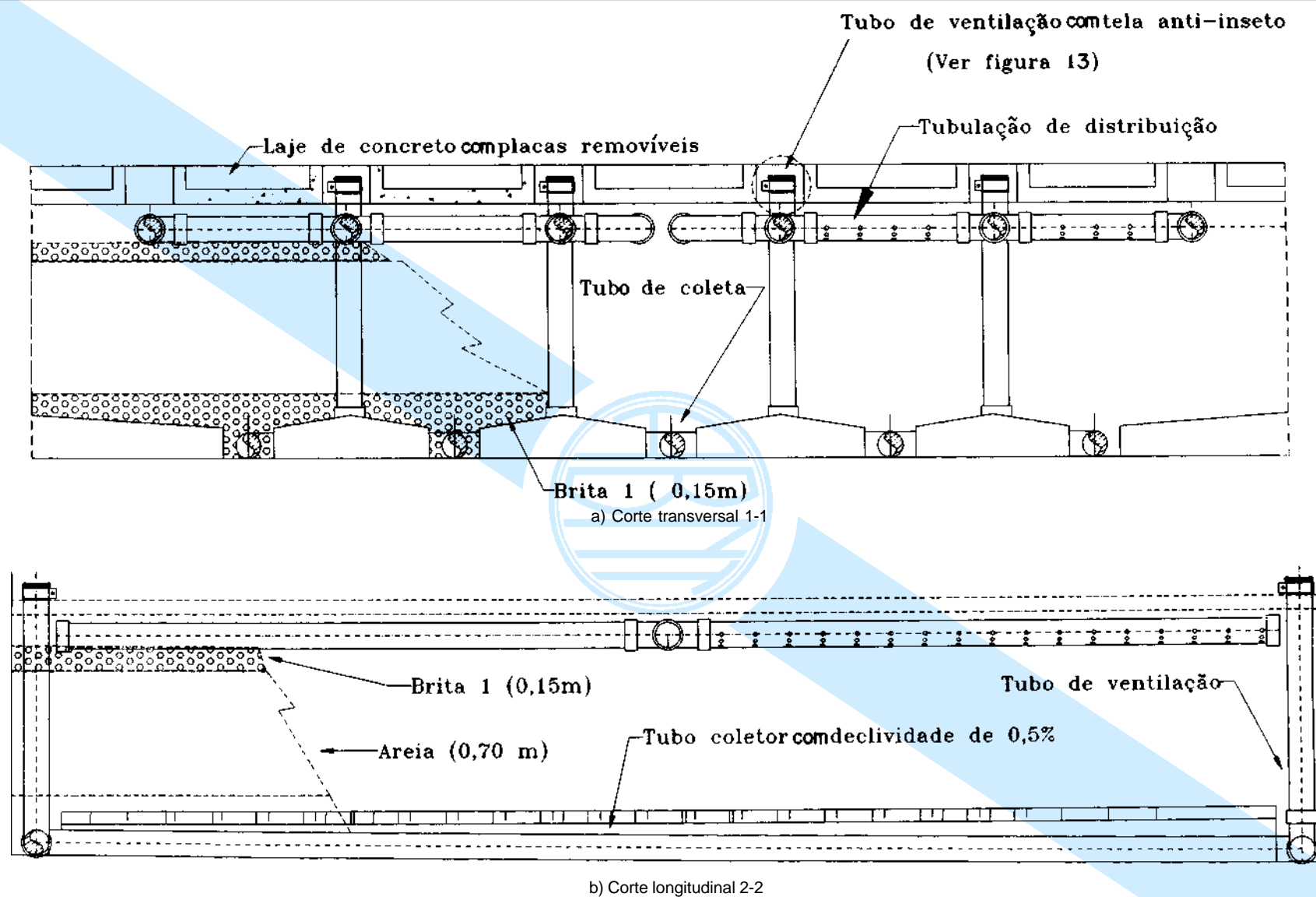
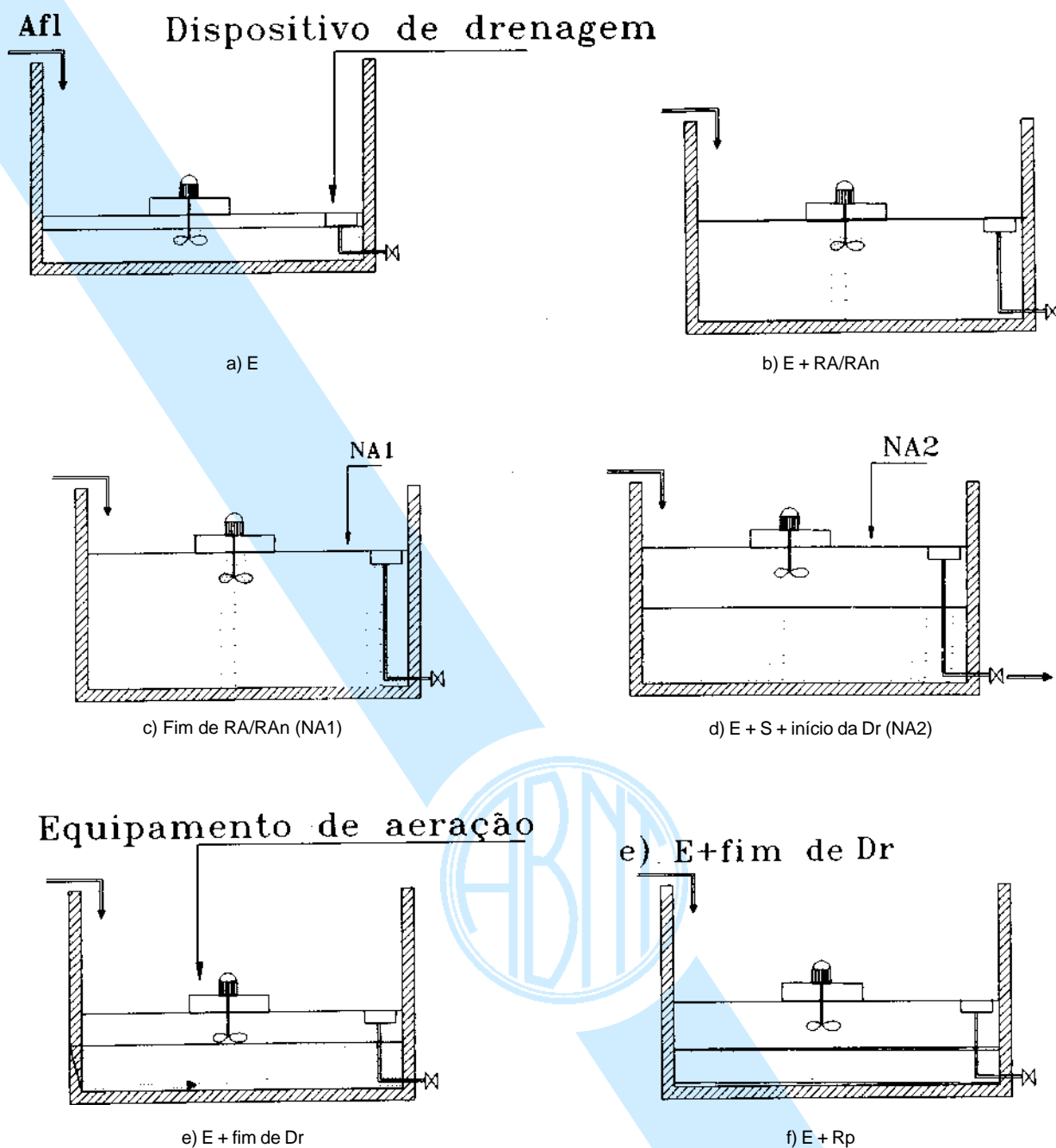


Figura B.15 - Exemplo de instalação da vala no local com espaço limitado - Cortes



E = Enchimento  
 Rp = Repouso  
 RA = Reação aeróbia  
 RAn = Reação anóxica  
 Dr = Drenagem  
 S = Sedimentação  
 R1 = Reator 1  
 R2 = Reator 2  
 NA1 e NA2 = Níveis de água  
 Afl = Esgoto afluente

**Figura B.16 - Esquema operacional de um reator de LAB**



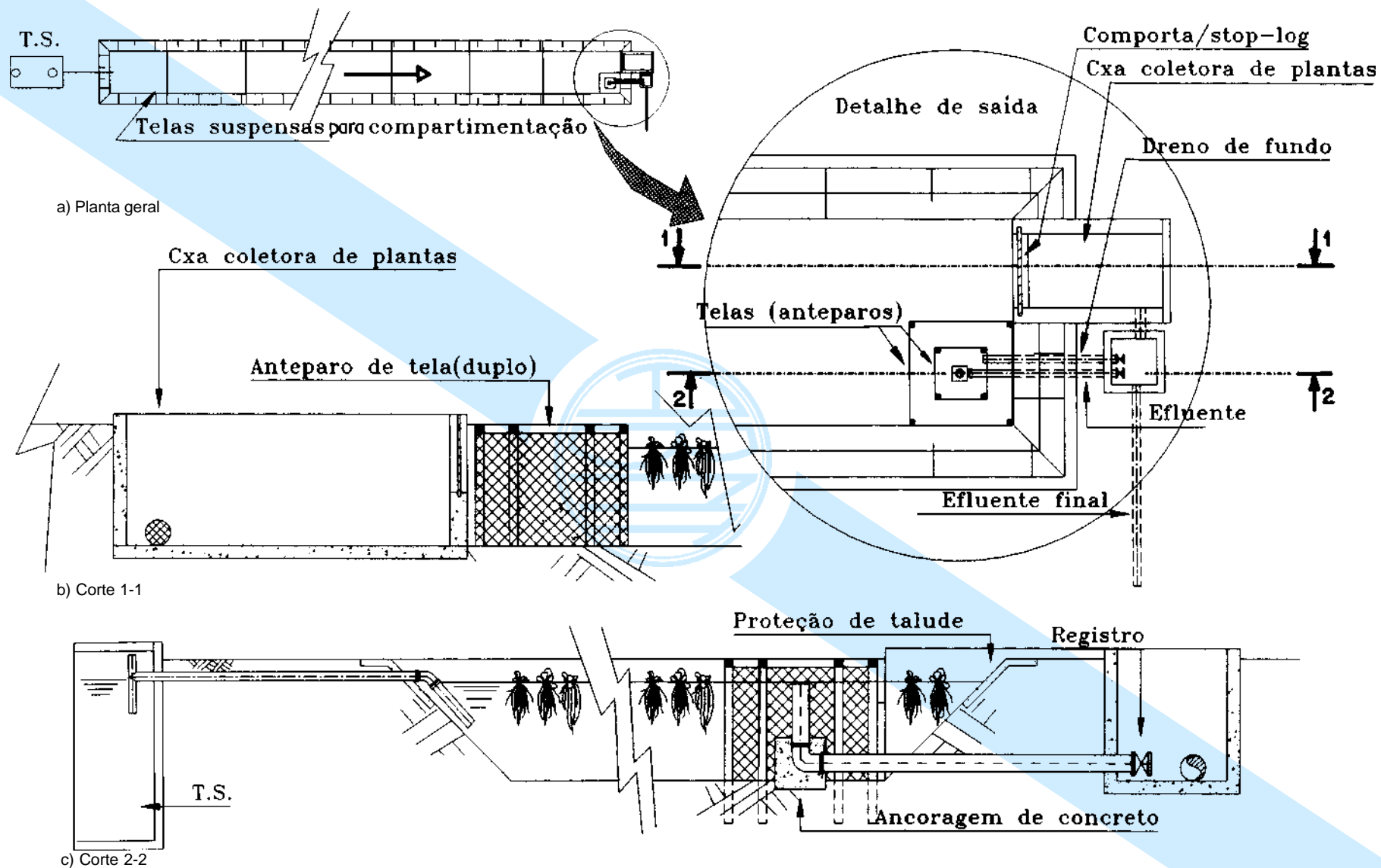


Figura B.17 - Lagoa com plantas aquáticas com exemplo de dispositivos de saída

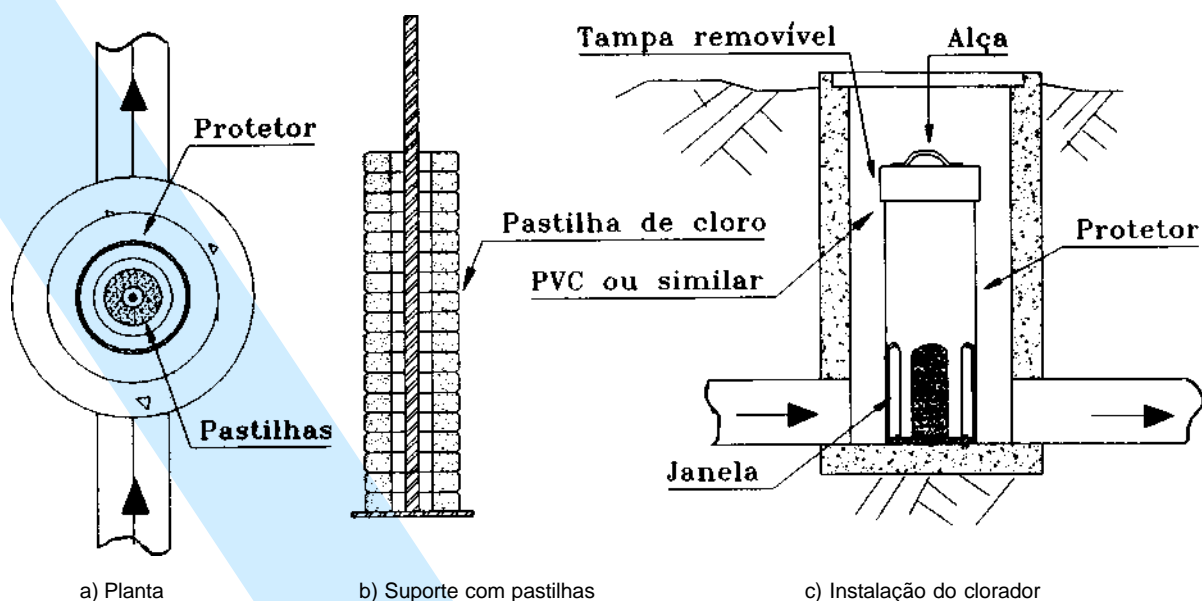


Figura B.18 - Exemplo de clorador de pastilha

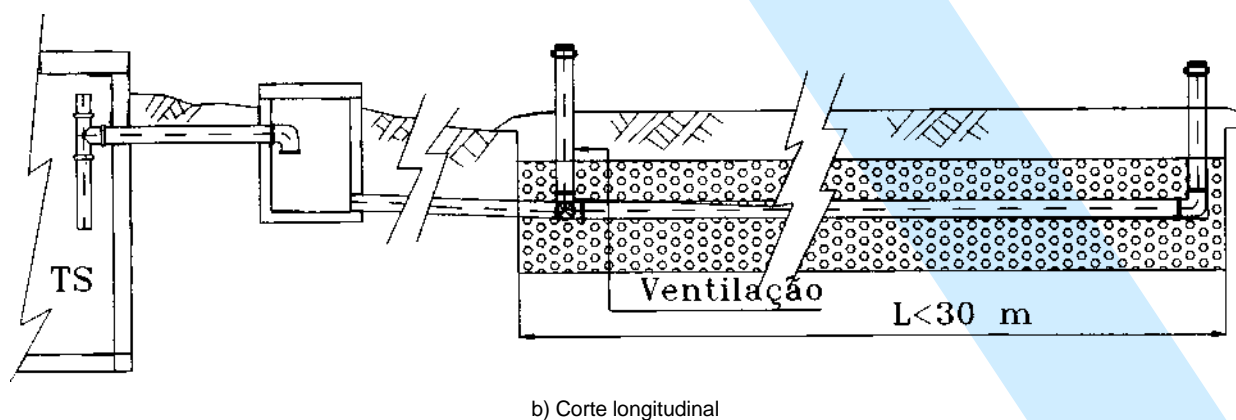
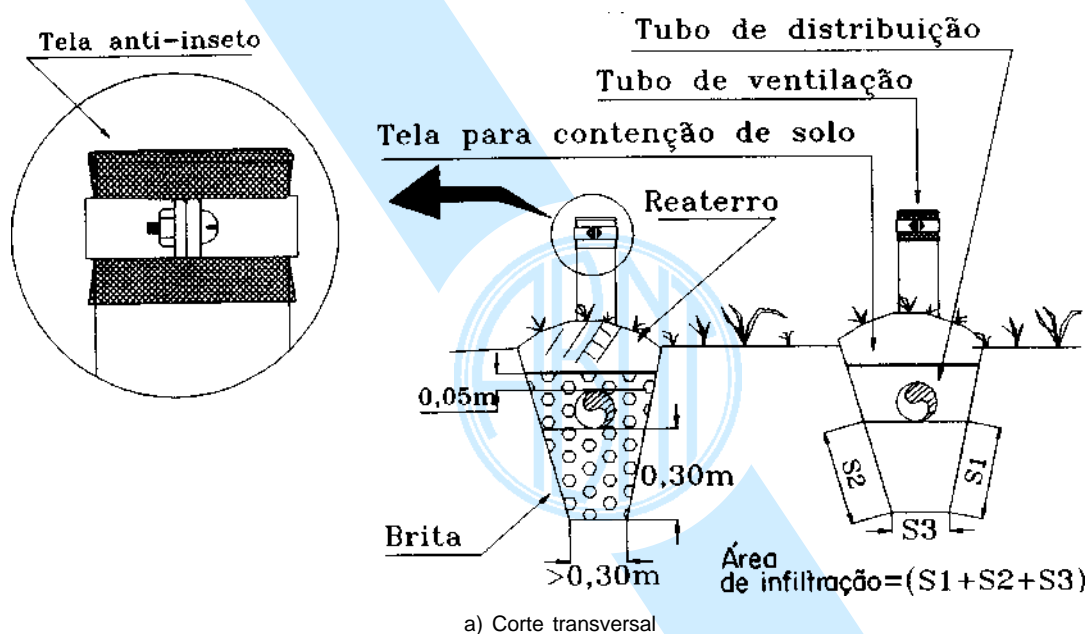


Figura B.19 - Vala de infiltração - Detalhes

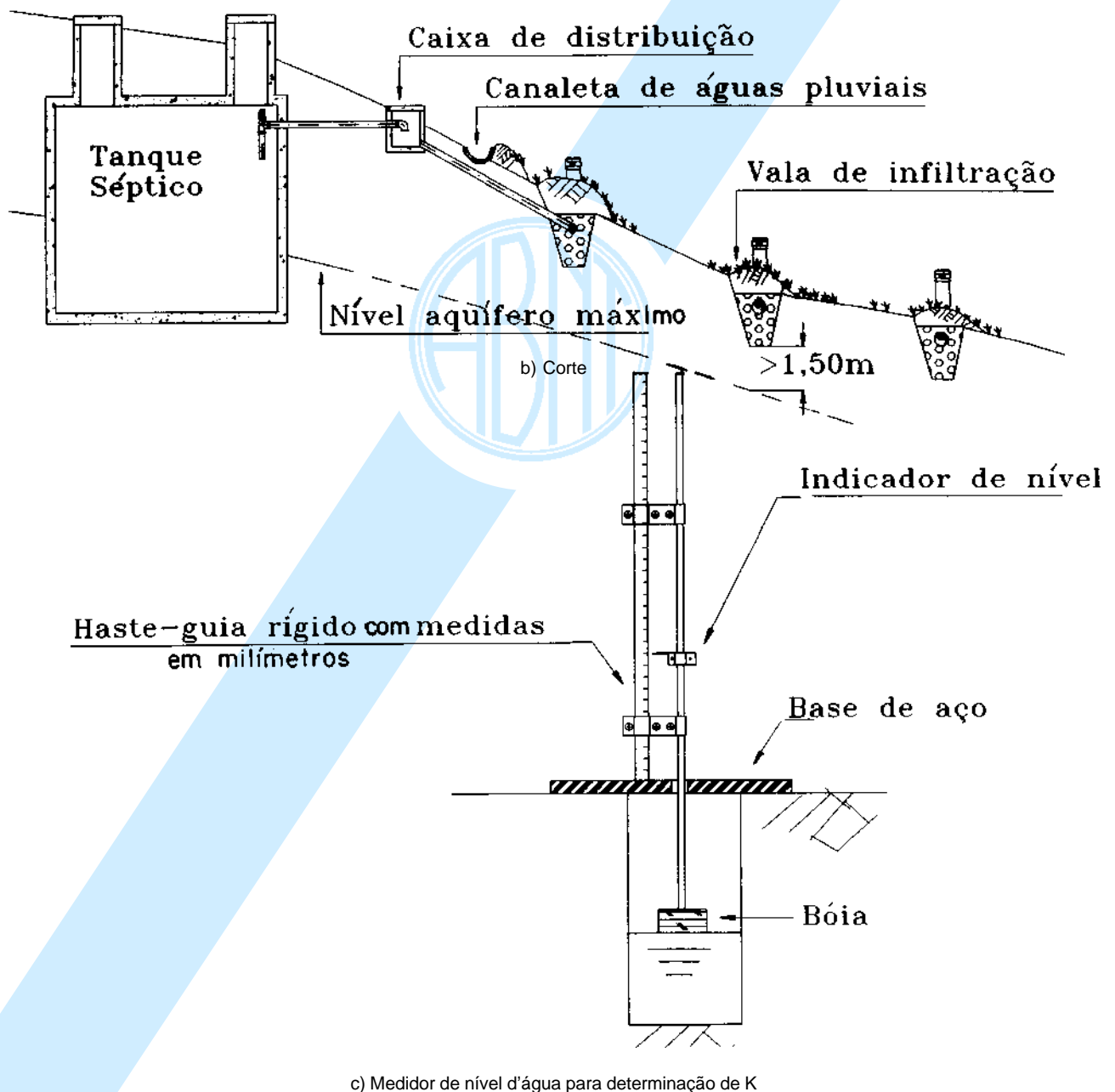
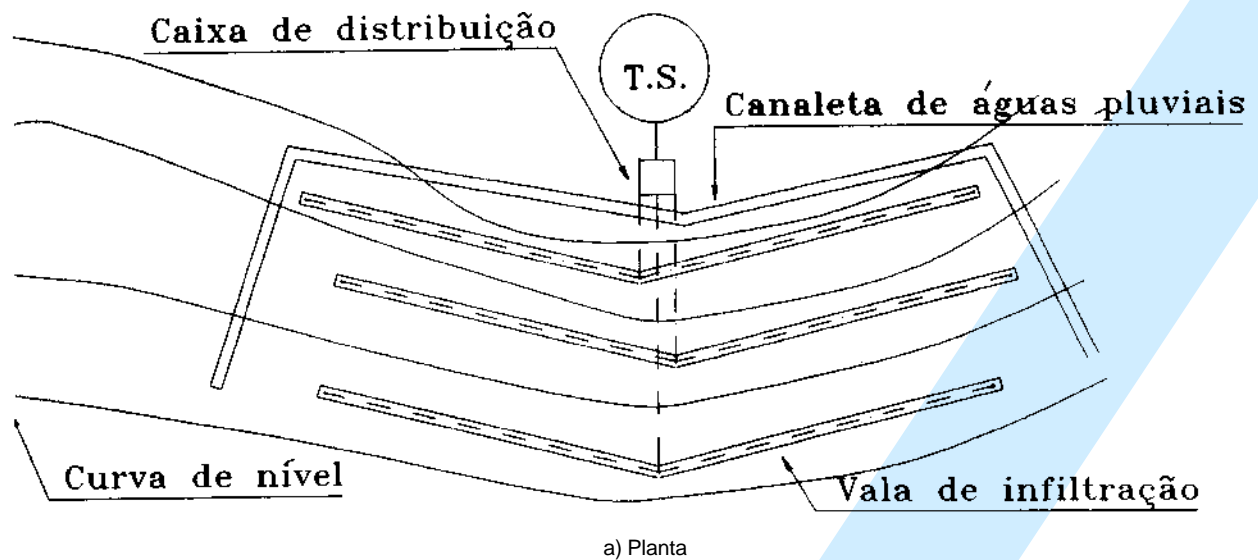


Figura B.20 - Exemplo de instalação de valas de infiltração e medidor de nível d'água para determinação de K

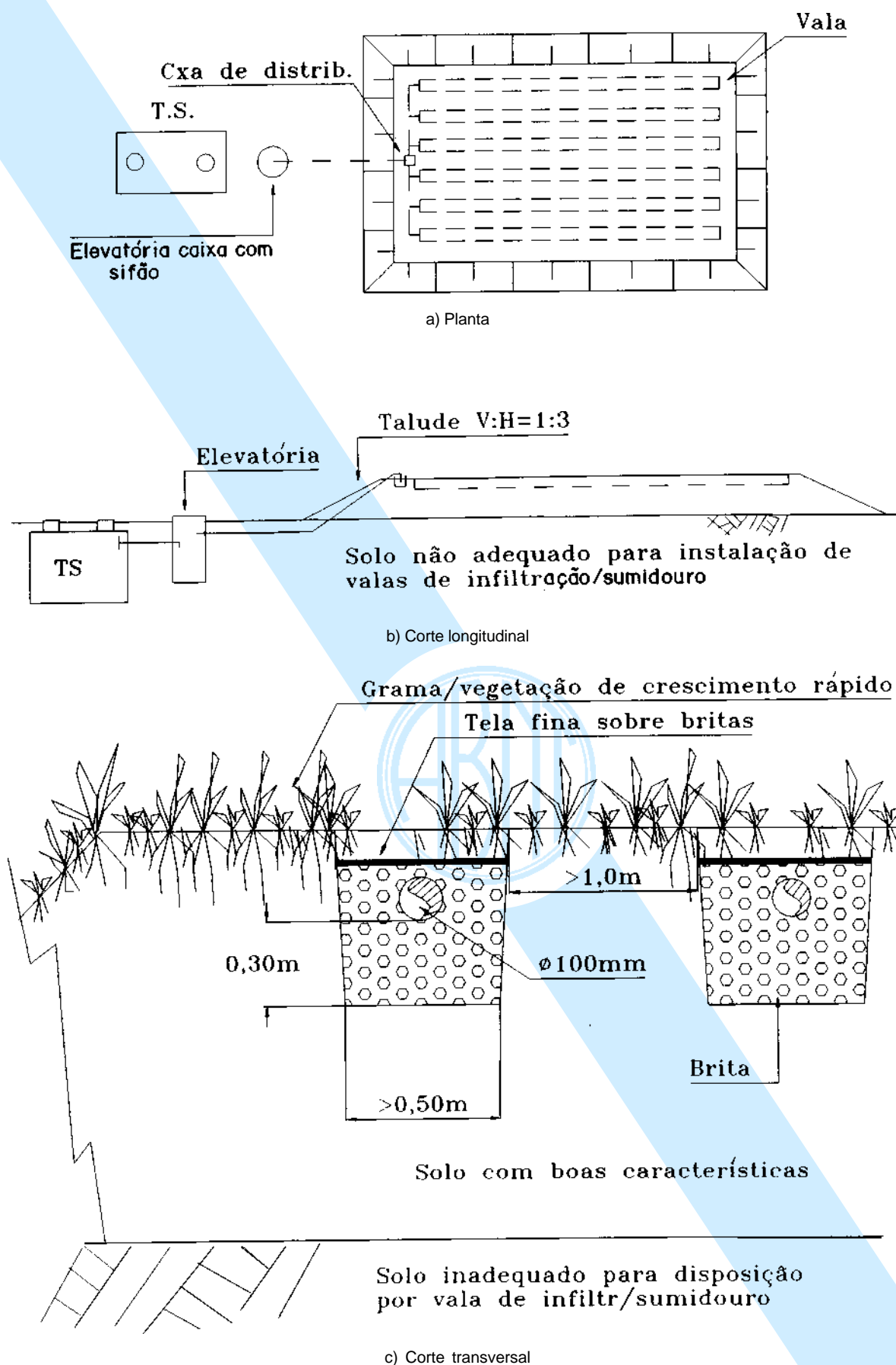
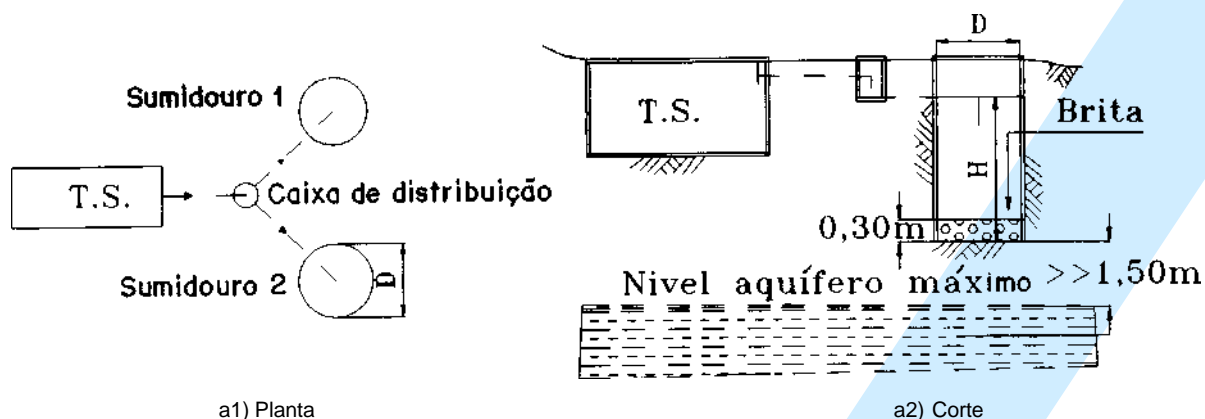
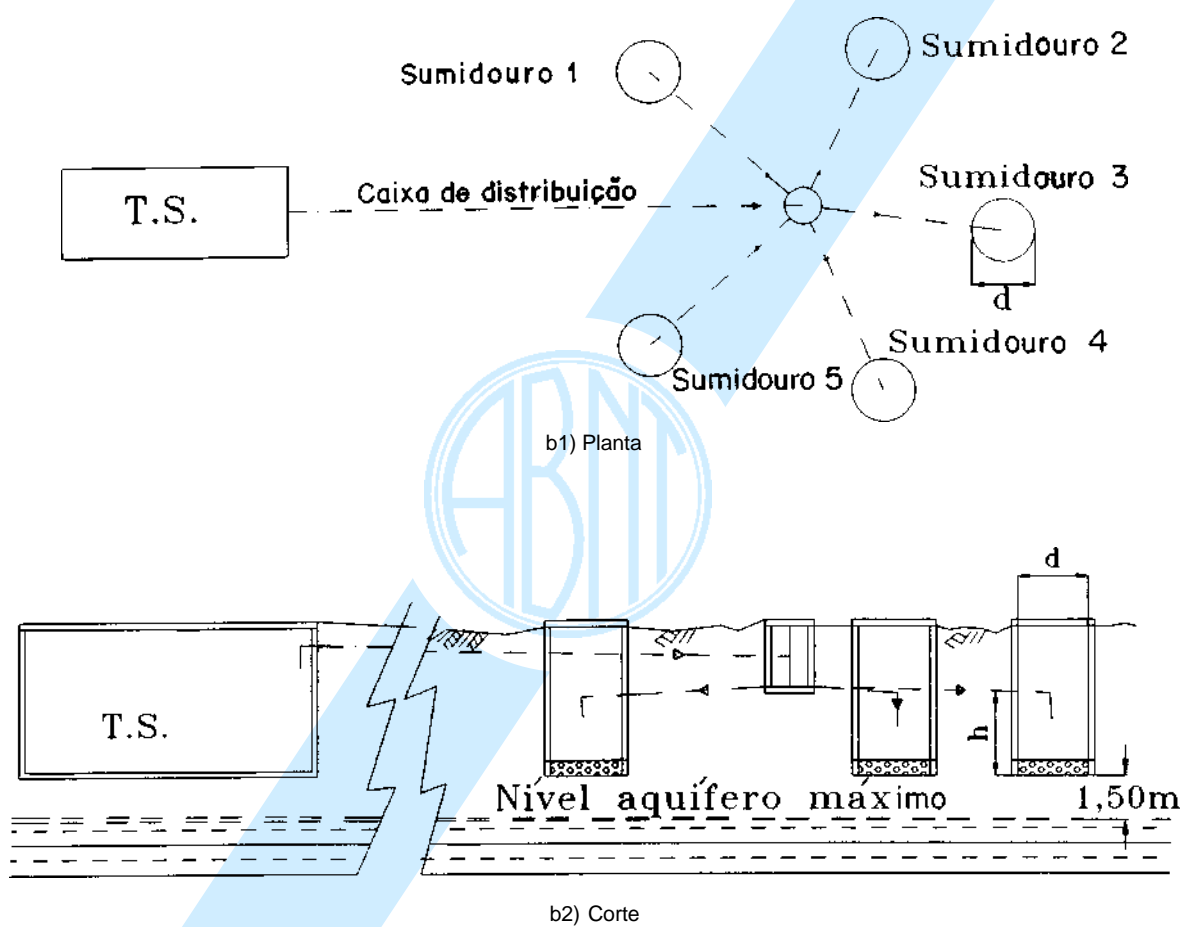


Figura B.21 - Exemplo de canteiro de infiltração - Evapotranspiração



a1) Planta  
a2) Corte  
a) Nível aquífero profundo, com poucos sumidouros de grandes diâmetros (D) e profundidades (H)



b1) Planta  
b2) Corte  
b) Nível aquífero pouco profundo, com vários sumidouros de pequenos diâmetros (d) e rasos (h)

**Figura B.22 - Sumidouros - Exemplos de instalação conforme nível aquífero**

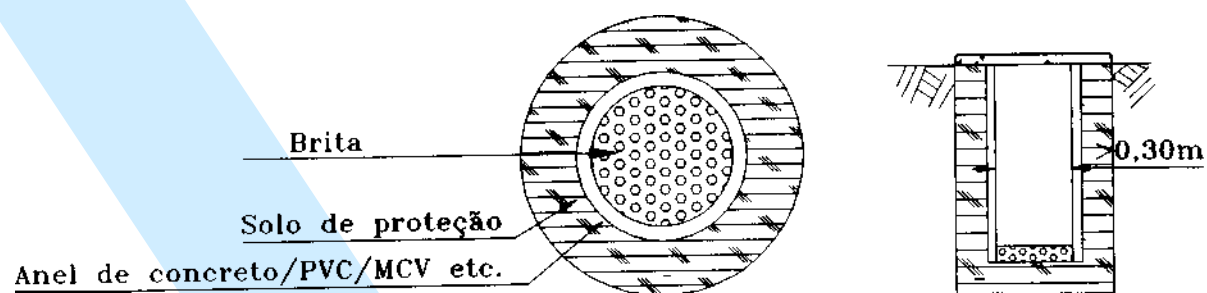


Figura B.23 - Sumidouro com proteção - Planta e corte

/ANEXO C



### Anexo C (informativo) Referências bibliográficas

As referências bibliográficas listadas a seguir são as principais fontes que serviram tanto para orientação na elaboração do texto da Norma, quanto para os dados utilizados. As referências foram divididas conforme o assunto tratado. Os assuntos classificados como não específicos ou que abrangem mais de um assunto estão sob o título "Geral".

#### Filtro anaeróbio

1. Construção e instalação de fossas sépticas e disposição dos efluentes finais - NBR 7229. Março/1982. ABNT.
2. Chiang, C. F. and Dague, R. R. "Effects of Reactor Configuration and Biomass Activity on Performance of Upflow Static Media Anaerobic Reactors" Water Environment Research, Vol. 64, Nº 2, Mars/April, 1992.
3. Genung, R. K. ; Donaldson, T. L. and Reed, G. D. "Pilot Scale Development of Anaerobic Filter Technology for Municipal Wastewater" Proceeding of The Seminar/Workshop Anaerobic Treatment of Sewage. Armhest, Ma, USA, 1985.
4. Guiot, S. R. and van den Berg, L. "Performance and Biomass Retention of Upflow An Anaerobic Reactor Combining a Sludge Blanket and A Filter" Biotechnology Letters. Vol. 06, Nº 3, pp. 161-164. 1984.
5. Kamiyama, Hissashi. "Revisão e Aperfeiçoamento do Sistema Tanque Séptico-Filtro Anaeróbio para o Tratamento de Esgoto Sanitário - Parte I." Revista DAE, Vol 53, nº 169, 1993.
6. Kamiyama, Hissashi. "Revisão e Aperfeiçoamento do Sistema Tanque Séptico-Filtro Anaeróbio para o Tratamento de Esgoto Sanitário - Parte II." Revista DAE, Vol 53 nº 169, 1993.
7. Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. NBR 7229. Setembro de 1993. ABNT.
8. Song, K. H. and Young, J. C. "Media Design Factors for Fixed Bed Filters" . Journal WPCF, Vol. 58, 1986.
9. Young, J. C. and McCarty, P. L. "The Anaerobic Filter for Waste Treatment" Journal WPCF, Vol. 41, Nº 5, part 02, May 1969.
10. Young, J. C. and Yang, B. S. "Design Consideration for Full Scale Anaerobic Filters" Journal WPCF, Vol. 61, Nº 9, September 1989.

#### Filtro aeróbio submerso

11. Circular nº 1292 de 14/07/1980. Ministério da Construção do Governo Japonês - (Novos critérios para o tratamento domiciliar de esgotos).
12. Hamoda, M. F. and Abd-El-Bary, M. F. "Operating Characteristics of The Aerated Submerged Fixed-Film (ASFF) Bioreactor" Water Research, Vol. 21, Nº 8, pp. 939-947. 1987.

13. Haug, Roger and McCarty, Perry L. "Nitrification with submerged filters" Journal WPCF, Vol. 44, nº 11, November/1972. pp. 2086-2102.

14. Lee, Kun M. and Stensel, H. David. "Aeration and substrate utilization in a sparged packed-bed biofilm reactor" Journal WPCF, Vol. 58, nº 11, November/1986. pp. 1066-1072.

15. Partos, D. Amar e outros. "The Use of An Upflow Fixed Bed Reactor for Treatment of a Primary Settled Domestic Sewage" Water Research, Vol. 20, Nº 1, pp.9-14. 1986.

16. Reis, L. G. Costa e Jr, G. L. Sant'Anna. "Aerobic Treatment of Concentrated Wastewater in A Submerged Bed Reactors" Water Research, Vol. 19, Nº 11, pp. 1341-1345. 1985.

17. Rusten, Bjørn. "Wastewater treatment with aerated submerged biological filters" Journal WPCF, Vol. 56, nº 5, May/1984. pp. 424-431

18. Stensel, H. D. e outros. "Biological Aerated Filter Evaluation" Journal of the Environmental Engineering Division - ASCE. Vol. 114, nº 3, June 1982. pp. 655-667.

19. Technical Advances In Biofilm Reactors. Proceedings of the IAWPRC Conference held in Nice, France, 4-6 April 1989. Editor: J. Bernard. Pergamon Press 1990.

20. Yao, K. M. "Theoretical Study of High - Rate Sedimentation" Journal WPCF, Vol. 42, nº 2, part 1, February, 1970 pp. 218-219.

#### Vala de filtração e filtro de areia

21. Septic Tank-Sand Filter Systems For Treatment of Domestic Sewage. Applied Science Section Pollution Control Branch. Publication nº W.64, June 1977. Ministry of the Environment, Toronto, Ontario, Canada.
22. Philippi, Luiz Sérgio. "Étude Experimentale de Dispositifs D'Assainissement Autonome. Applications en Conditions Reelles." Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutor da Universidade de Montpellier I. França, abril de 1992.
23. Simons, A.P. and Magdoff, F.R. "Disposal of Septic Tank Effluent in Mound and Sand Filter-Trench Systems on a Clay Soil." Journal of Environmental Quality - Vol. 8, nº 4, 1979. pp. 469-473.
24. Willman, B.P.; Petersen, G.W. and Fritton, D.D. "Renovation of Septic Tank Effluent in Sand-Clay Mixtures." Journal of Environmental Quality - Vol. 10, nº 4, 1981. pp. 439-444.
25. Gross, M.A. and Mitchell, D. "Virus Removal by Sand Filtration of Septic Tank Effluent" Journal of Environmental Engineering. Vol. 116, nº 4, July/August, 1990. ASCE. pp. 711-720.



26. Pell, Mikael; Nyberg, Fred and Ljunggren, Hans. "Microbial Numbers and Activity During Infiltration of Septic Tank Effluent in a Subsurface Sand Filter" Water Research, Vol. 24, nº 11, pp.1347-1354, 1990.

27. Brandes, Marek. "Effect of Precipitation and Evapotranspiration of a Septic Tank-Sand Filter Disposal System". Journal WPCF, Vol. 52, nº 1, January/1980. pp. 59-75.

28. Influence De La Granulometrie Du Materiau Filtrant En Epuration Par Infiltration-Percolation. Ministere De L'Environnement. Direction De L'Eau. Etude Inter Agences De L'Eau Nº 8. França, 1992.

#### **Lodo ativado por batelada (LAB)**

29. Kamiyama, Hissashi. "Lodo Ativado por Batelada (LAB): Suas vantagens no tratamento de esgotos das comunidades de médio e pequeno porte - Parte I" Revista DAE, vol. 49 nº 157. 1989

30. Kamiyama, Hissashi. "Lodo Ativado por Batelada (LAB): Suas vantagens no tratamento de esgotos das comunidades de médio e pequeno porte-parte II" Revista DAE, Vol. 50 nº 159. 1990.

31. Qasim, Syed R. Wastewater Treatment Plants. Planning, Design, and Operation. CBS College Publishing. Holt, Rinehart and Winston. 1985.

#### **Disposição final dos efluentes de tanque séptico**

32. Alternatives for small wastewater treatment systems - On-site disposal/septage treatment and disposal . USEPA - Technology Transfer Seminar Publication-625/4-77-011

33. Bouchard, Dermont C. Williams, Mary K. and Surampalli, Rao Y. "Nitrate contamination of groundwater: Sources and potential health effects". Journal AWWA, September 1992, pp.85-90.

34. Bouma, J. e outros. "A Mound System for Onsite Disposal of Septic Tank Effluent in Slowly Permeable Soils with Seasonally Perched Water Tables". Journal of Environmental Quality - Vol. 4, nº 3, 1975.

35. Cogger, Craig. "On-site septic systems: The risk of groundwater contamination" - Journal of Environmental Health - vol. 51, nº 01 pp 12-16.

36. Coutinho, Ataulpho. "Estudo sobre o emprego de fossas sépticas". Tese apresentada à Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil para o concurso de Livre Docência da Cadeira XVI. Rio de Janeiro, janeiro de 1966.

37. Design manual on-site wastewater treatment and disposal systems - EPA - 1980

38. Ebers, T. and Bischofsberger, W. "Contamination of groundwater by septic tank percolation systems." Water Science Technology. Vol.19, Rio. pp 1275-1279. 1987.

39. Hagedorn, C; Hansen, D.T. and Simonsen, G.H. "Survival and Movement of Fecal Indicator Bacteria in Soil under Conditions of Saturated Flow". Journal of Environmental Quality - Vol. 7, nº 1, 1978. pp.55-59.

40. Hurst, Christon J; Gerba, Charles P. and Cech, Irina. "Effects of Environmental Variables and Soil Characteristics on Virus Survival in Soil" . Applied and Environmental Microbiology, Dec.1980, pp1067-1079.

41. Lewis, V.H; Jones, P.W. and Redhead, D.L. "The Fate of Bacterial Pathogens in Sewage Treatment Processes" Water Pollution Control, 1981, pp.42-53.

42. Magdoff, F.R. e outros. "Columns Representing Mound-type Disposal Systems for Septic Tank Effluent: II. Nutrient Transformation and Bacterial Populations." Journal of Environmental Quality - Vol. 3, nº 3, 1974. pp. 228-234.

43. Manual Para El Diseño, Operation Y Mantenimiento De Tanques Septicos. U.S. Department of Health, Education, and Welfare. 1965. Tradução e edição mexicana pelo Centro Regional De Ayuda Tecnica, México.

44. McGinnis, James A and DeWalle, Foppe. "The movement of typhoid organisms in saturated, permeable soil" Journal AWWA. June 1983. pp. 266-271.

45. Otis, Richard J. "Pressure Distribution Design for Septic Tank Systems" Journal of the Environmental Engineering Division - ASCE. Vol.108, nº EE1, February 1982. pp. 123-140.

46. Perkins, Richard J. "Septic Tanks, Lot Size and Pollution of Water Table Aquifers." Journal of Environmental Health. Vol. 46, nº 6. pp. 298-304.

47. Risco de Poluição do Lençol Freático por Sistemas de Disposição Local de Esgotos. Edição da IRCWD. Tradução e edição brasileira pelo Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. 1989.

48. Sullivan, A. Eugene. "Longer Life for Subsurface Disposal Systems." WaterSewage Works. February, 1975. pp.56-59.

49. Thomas, Harold A. e outros. "Technology and economics of household sewage disposal systems" Journal WPCF, vol. 32, nº 2, pp. 113-140.

50. Viraraghavan, T. "Travel of microorganisms from a septic tile". Water, Air, and Soil Pollution 9(1978) 355-362. D.Reidel Publishing Company, Dordrecht, Holland.

51. Vries, J. DE. "Soil filtration of wastewater effluent and the mechanism of pore clogging." Journal WPCF. Vol. 44, nº 4, April 1972. pp. 565-573.

52. Walker, W.G e outros. "Nitrogen Transformation During Subsurface Disposal of Septic Tank Effluent in Sands: II. Ground Water Quality". Journal of Environmental Quality - Vol. 2, nº 4, 1973. pp.521-525.

#### **Reuso**

53. Brown, Lester R. Qualidade de Vida 1993. Salve o Planeta! Worldwatch Institute Tradução de Newton Roberval Eichemberg e Maria de Lourdes Eichenberger. Editora Globo, 1993.

54. Duncan, David L. "Individual household recirculating waste disposal system for rural Alaska." Journal WPCF Vol 36, nº 12. pp.1468-1478.

55. Nelson, John Olaf. "Water Audit Encourages Residents to Reduce Consumption" Journal AWWA, October 1992, pp.59-64.

56. Ploeser, Jane H.;Pike, Charles W. and Kobrick, J.D. "Nonresidential Water Conservation: A Good Investment" Journal AWWA, October 1992, pp.65-73.

57. Rothstein, Eric. "Water Demand Monitoring in Austin, Texas." Journal AWWA, October 1992, pp.52-58.

58. Water Reuse - Manual of Practice SM-3. Water Pollution Control Federation . 1989 Second edition.

### Geral

59. Bailey, James R. e outros. "Water Flow Reduction from Households." WaterSewage Works. Reference Number-1975. pp. R-57 - R-66.

60. Barshed, Robert D. and El-Baroudi, Hassan M. "Physical - chemical treatment of septic tank effluent" - Journal WPCF. Vol. 46, nº 10, October 1974. pp. 2347-2354.

61. Dea, Stanley J. and Head, P.E.Glen. "Aerobic Digestion and Evapotranspiration in Home Disposal Systems." WaterSewage Works. Reference Number-1975. pp. R-76 - R-82.

62. Decreto nº 32.955, de 07/02/1991. Regulamenta a Lei Estadual nº 6.134 de 02/06/1988.

63. DeWalle, Foppe B; Schaff, Russell M and Hatlen, Jack B. "Well water quality deterioration in Central Pierce County, Washington". Journal AWWA. September, 1980.

64. Epuration Par Infiltration-Percolation: Aspects Régimentaires Lies Au Rejet Dans Milieu Souterrain. Ministère De L'Environnement. Direction De L'Eau. Etude Inter Agences De L'Eau Nº4.. França, 1991.

65. Groundwater Pollution. An Executive Overview of the Latin American Caribbean Situation in Relation to Potable Water Supply. WHO, 1987.

66. Gunther, F. Craun." Outbreaks of waterborne disease in the United States -1971-1978. Journal AWWA. July 1981. pp360-369.

67. Ho, Goen E. e outros. "Groundwater Recharge of Sewage Effluent Through Amended Sand." Water Research. Vol 26, nº 3, pp.285-293. 1992.

68. Jr, Joseph A. Salvato. Environmental Engineering and Sanitation. Environmental Science and Technology Series. 2º Edition. USA.

69. Kamiyama, Hissashi. "Sistema Local de Tratamento de Esgotos e a Revisão da NBR 7229/82" Trabalho apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Salvador, 17 a 23/09/95

70. Legislação Federal. Controle de Poluição Ambiental (atualização até outubro/1993). Série Documentos. Cetesb, 1993.

71. Legislação Estadual - Controle da Poluição Ambiental. Estado de São Paulo.(atualizado até fevereiro/1994). Série Documentos. Cetesb, 1994.

72. Lei Estadual nº 6.134 de 02/06/1988. Dispõe sobre a preservação dos depósitos de águas subterrâneas do Estado de SP e dá outras providências.

73. Metcalf & Eddy . Wastewater Engineering. Treatment, Disposal and Reuse. Third Edition. McGraw-Hill International Editions. Singapore, 1991.

74. Monahan, Rosemary e outros. "Controlling Nitrogen in Coastal Waters" Civil Engineering. March 1992. pp. 56-59.

75. Nimer, Edmon. Climatologia do Brasil. IBGE, 2ª edição, Rio de Janeiro.

76. Noss, Richard R and Ellis, Michael. "Septic System Maintenance Management". Journal of Urban Planning and Development . Vol. 114, nº 2, Dec. 1988. ASCE. pp. 73-90.

77. Olivieri, Adam W; Roche, Robert J. and Johnston, G.L. "Guideline for control of septic tank systems" Journal of the Environmental Engineering Division - ASCE. Vol. 107, nº EE5. October, 1981. pp. 1025-1033.

78. Otis, R.J.;Hutzler, N.J. and Boyle, W.C. "On-site household wastewater treatment alternatives: Laboratory and field studies." Water Research. Vol 8, pp. 1099-1113. 1974.

79. Pacheco, A. e outros. "Cemeteries - A Potential Risk to Groundwater" Water Science Technology. Vol. 24, nº 11. pp.97-104. 1991.

80. Prins, Christopher J. and Lustig, Kenneth W. "Innovative septic systems management". Journal WPCF, Vol. 60, nº 5. pp.614-620.

81. Rajagopal, R. e outros. "Water quality and economic criteria for rural wastewater and water supply systems" . Journal WPCF. Vol 47, nº 7, July 1975. pp. 1834-1846.

82. Rossin, Antonio C; Narchi, Hélio; Aizawa, Eduardo K. "Uma verificação do uso de fossas sépticas em comunidades do litoral paulista" Trabalho apresentado no Seminário Internacional - CIB W 62. São Paulo, de 14 a 16 de setembro de 1987.

83. Siegrist, R.; Witt, Michael and Boyle, William C. "Characteristics of rural household wastewater" Journal of the Environmental Engineering Division - ASCE. Vol. 102, nº EE3, June 1976. pp. 533-548.

84. Shulters, Michael V. "Water quality monitoring in a limited-use watershed" Journal AWWA. July 1981. pp.334-339.

85. Small Wastewater Treatment Plants. Proceedings of the IAWPRC Conference held in Trondheim, Norway, 26-28 June 1989. Editor: H. Degaard.. Pergamon Press, 1990.

86. Standard Methods for Examination for Water and Wastewater -AWWA e EPA- 18ª edição ou posterior.

87. Teixeira, A. de Rosa e Morandi, Iara C. "Fossas sépticas em uso na cidade de Porto Alegre.". Trabalho apresentado no 1º Simpósio Ítalo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro-RJ, 29/03/1992 a 03/04/1992.

88. Traitement Des Eaux Usees Domestiques Par Lits D'Infiltration-Percolation Sur Sable Etude Experimentale Du Site De Saint Symphorien De Lay (42). Mnistere De L'Énvironment. Direction De L'Eau. Etude Inter Agences De L'Eau. França, 1991.

89. Tucci, Carlos E.M. (organizador). Hidrologia - Ciência e aplicação. Editora da Universidade: ABRH: Edusp, 1993.

---

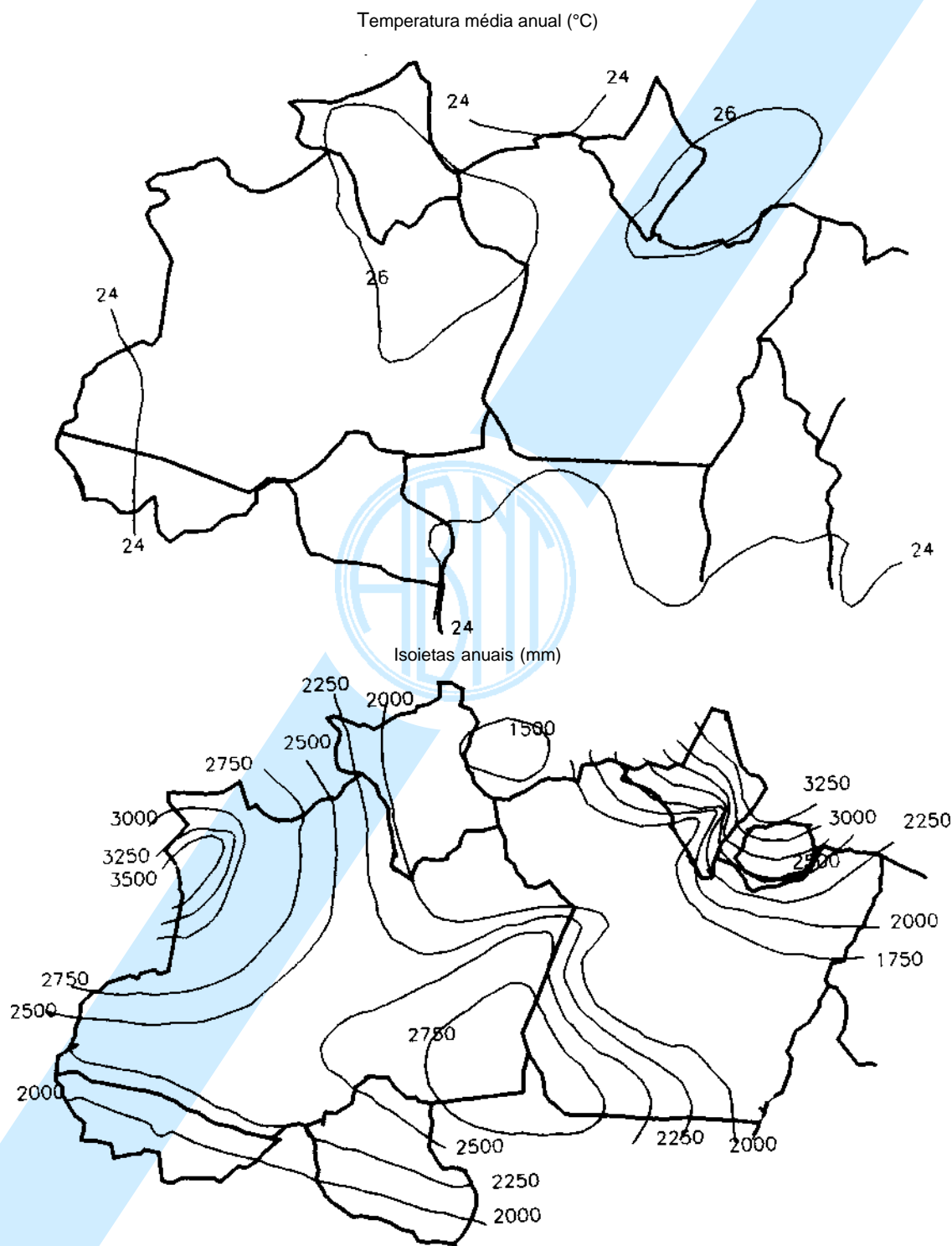
/ANEXO D



**Anexo D (informativo)**  
**Figuras referentes a dados climatológicos**

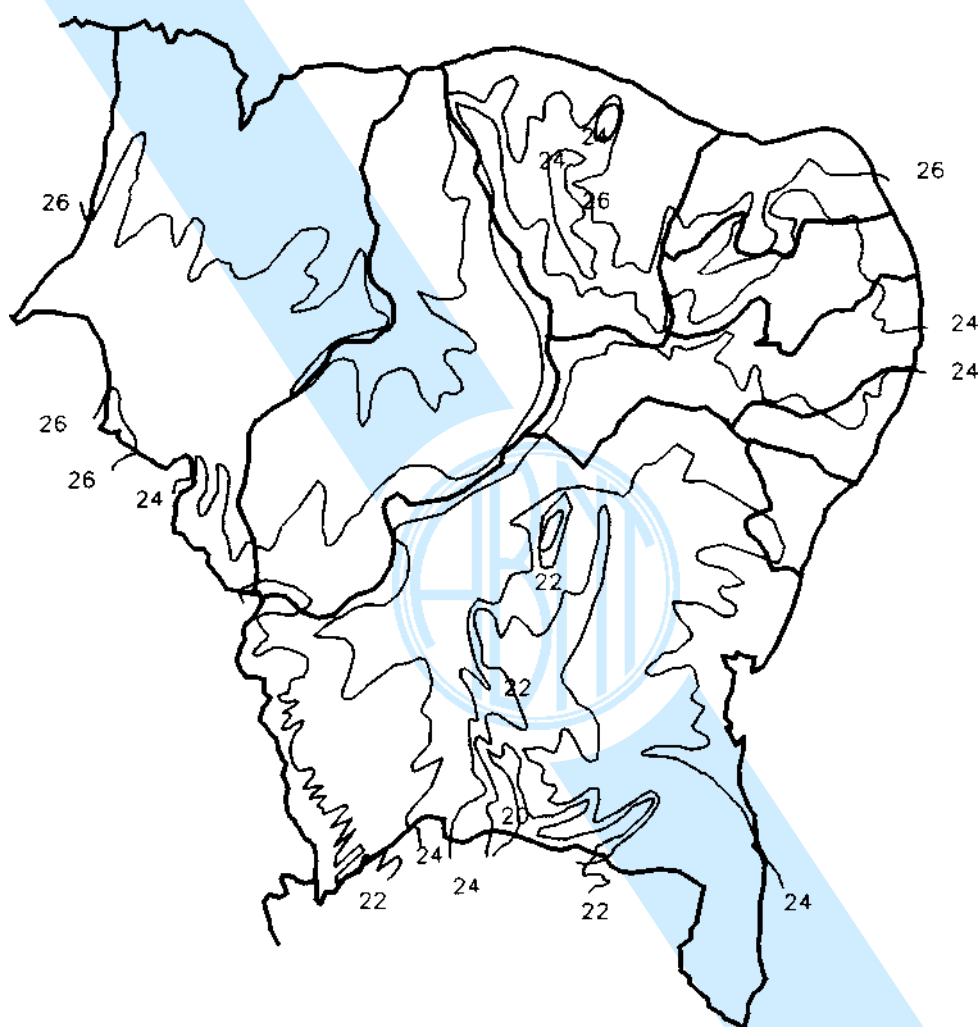
**D.1** As figuras D.1 a D.9 apresentam as características climáticas do Brasil, referentes ao índice pluviométrico e à temperatura, divididos em regiões, cujos valores representados são médias anuais, para oferecer aos usuários rápida consulta sobre aqueles dados, quando necessário.

**D.2** Porém, para efeito de projeto mais criterioso, torna-se necessária uma pesquisa mais detalhada sobre aqueles dados, para cada local em questão.



**Figura D.1 - Região norte - Temperaturas e precipitações médias**

Temperatura média anual (°C)



**Figura D.2 - Região nordeste - Temperaturas médias**

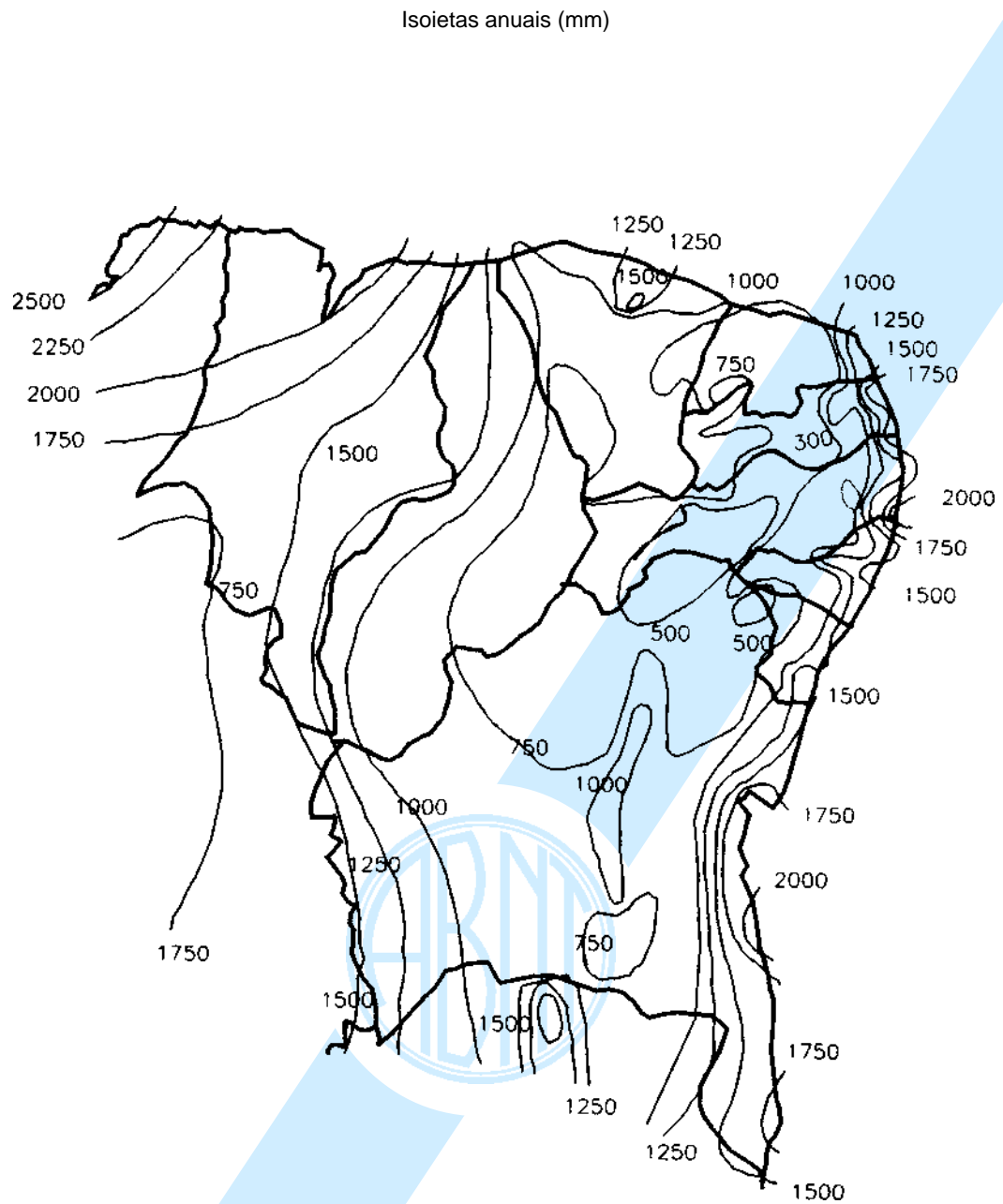


Figura D.3 - Região nordeste - Precipitações médias

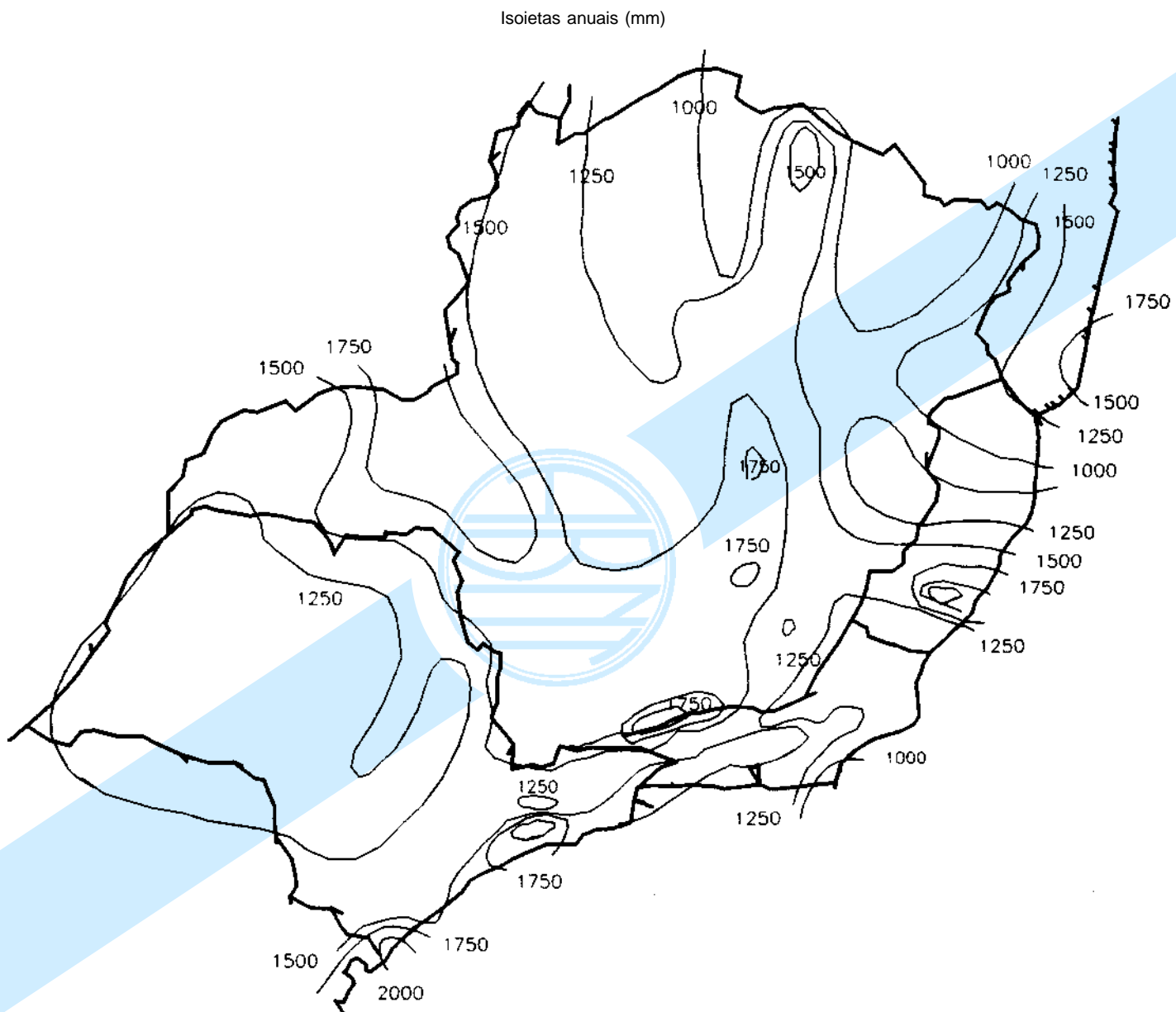


Figura D.4 - Região sudeste - Precipitações médias



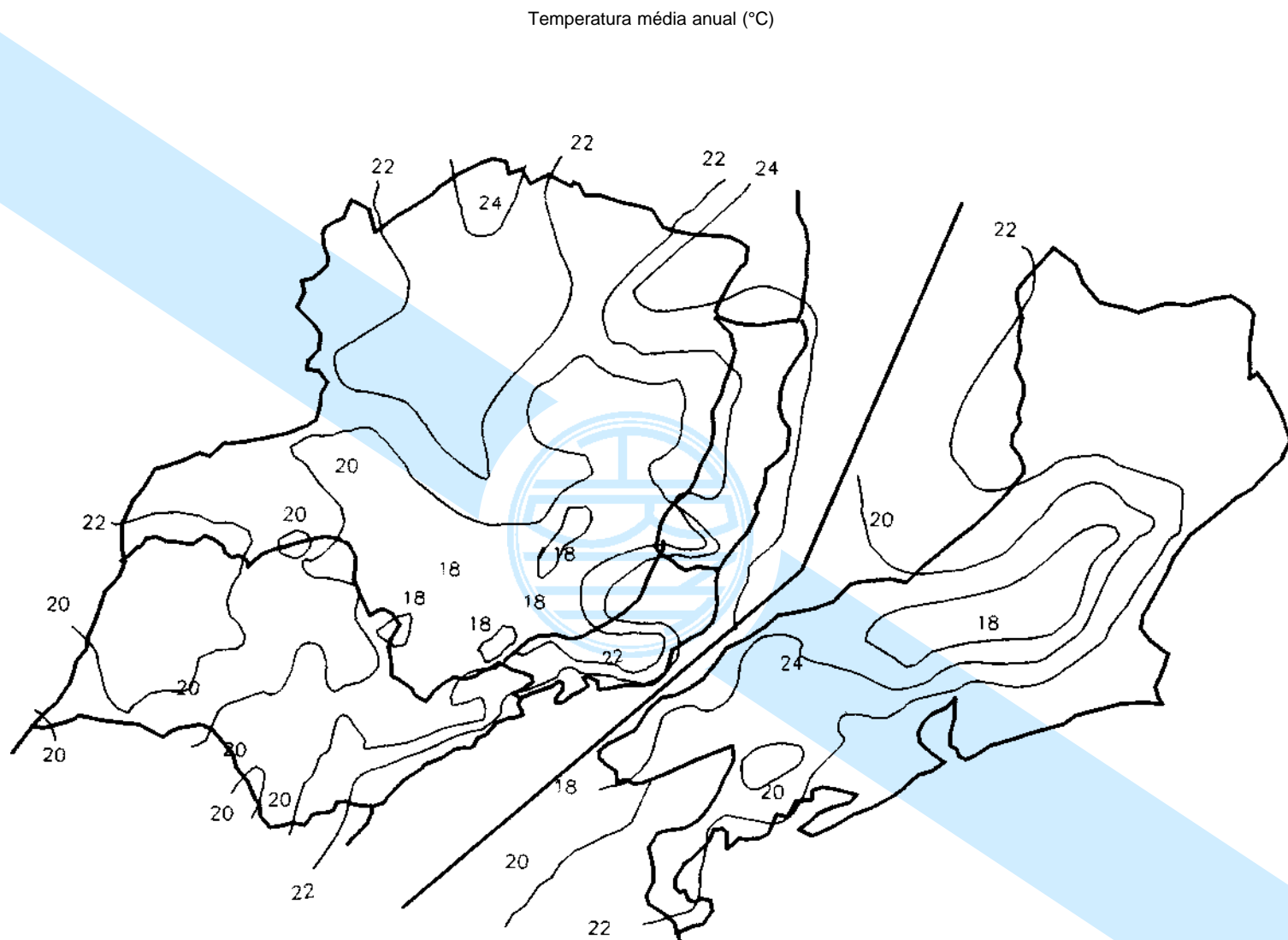
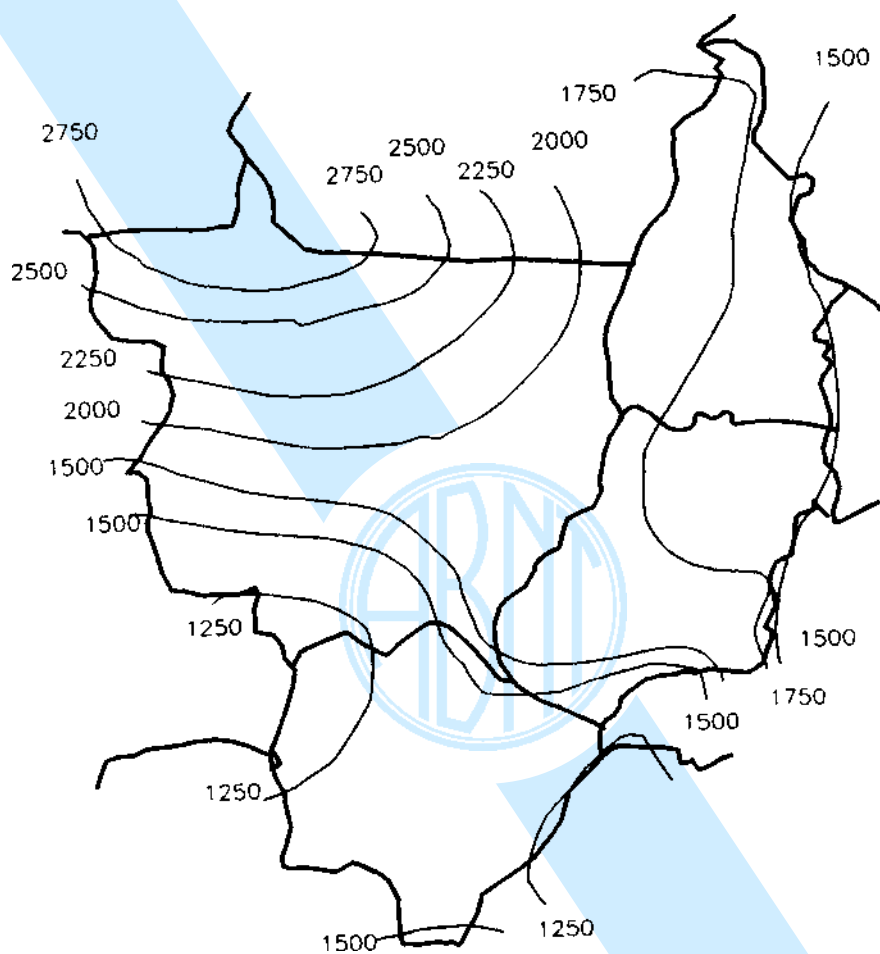


Figura D.5 - Região sudeste - Temperaturas médias

Isoietas anuais (mm)

**Figura D.6 - Região centro-oeste - Precipitações médias**

Temperatura média do ano (°C)

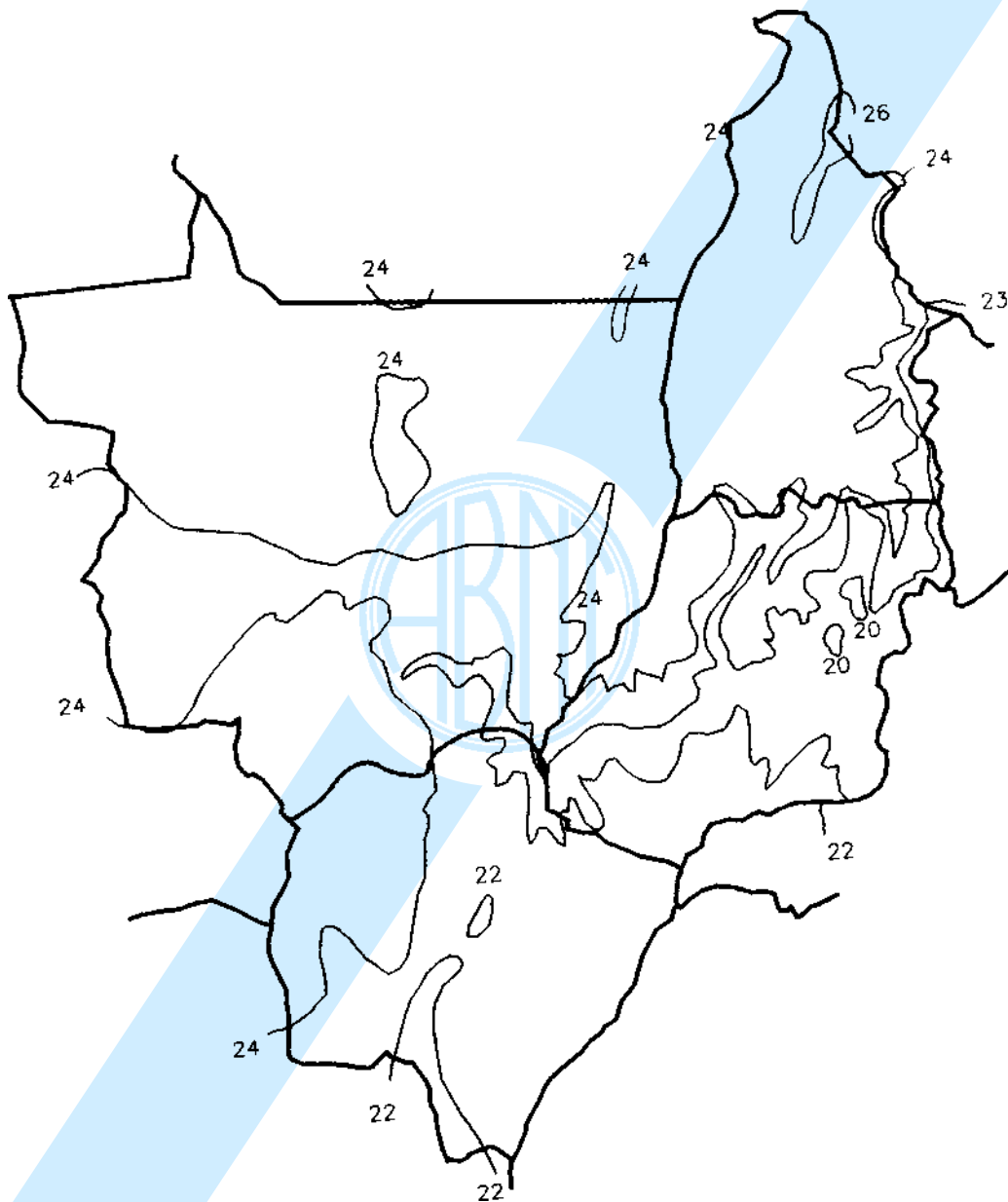
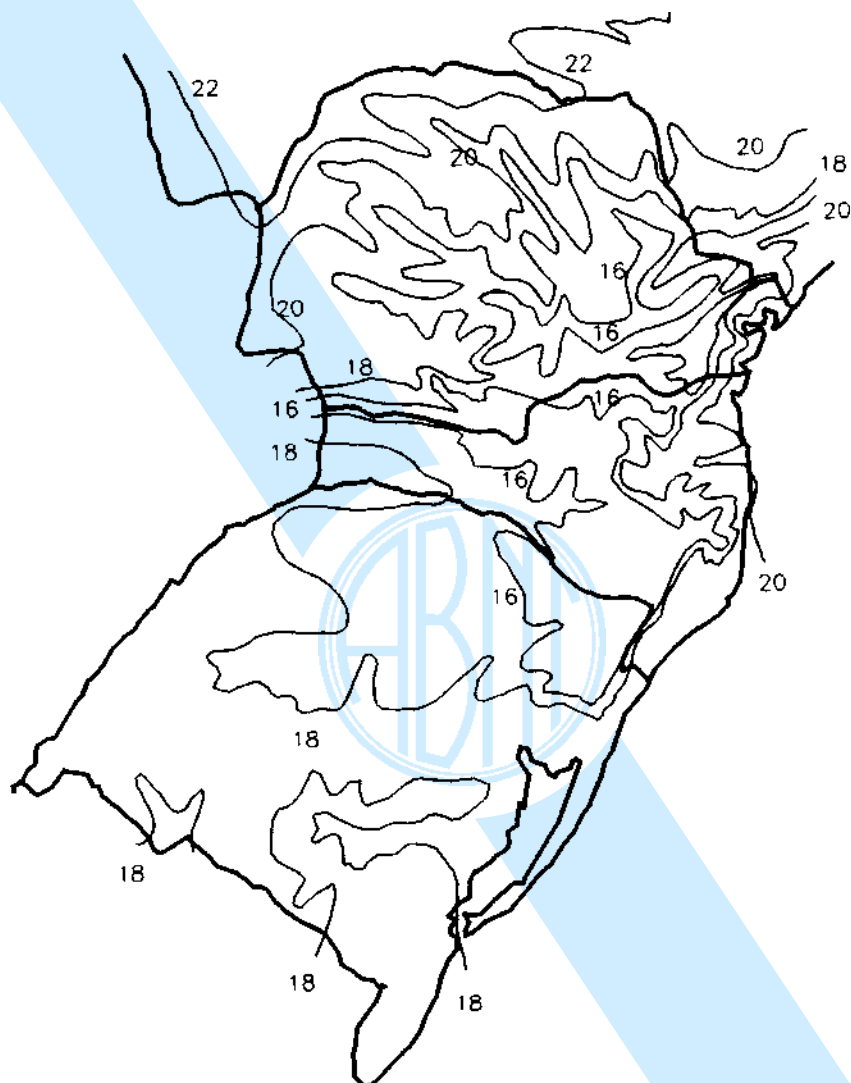


Figura D.7 - Região centro-oeste - Temperaturas médias

Temperatura média anual (°C)



**Figura D.8 - Região sul - Temperaturas médias**

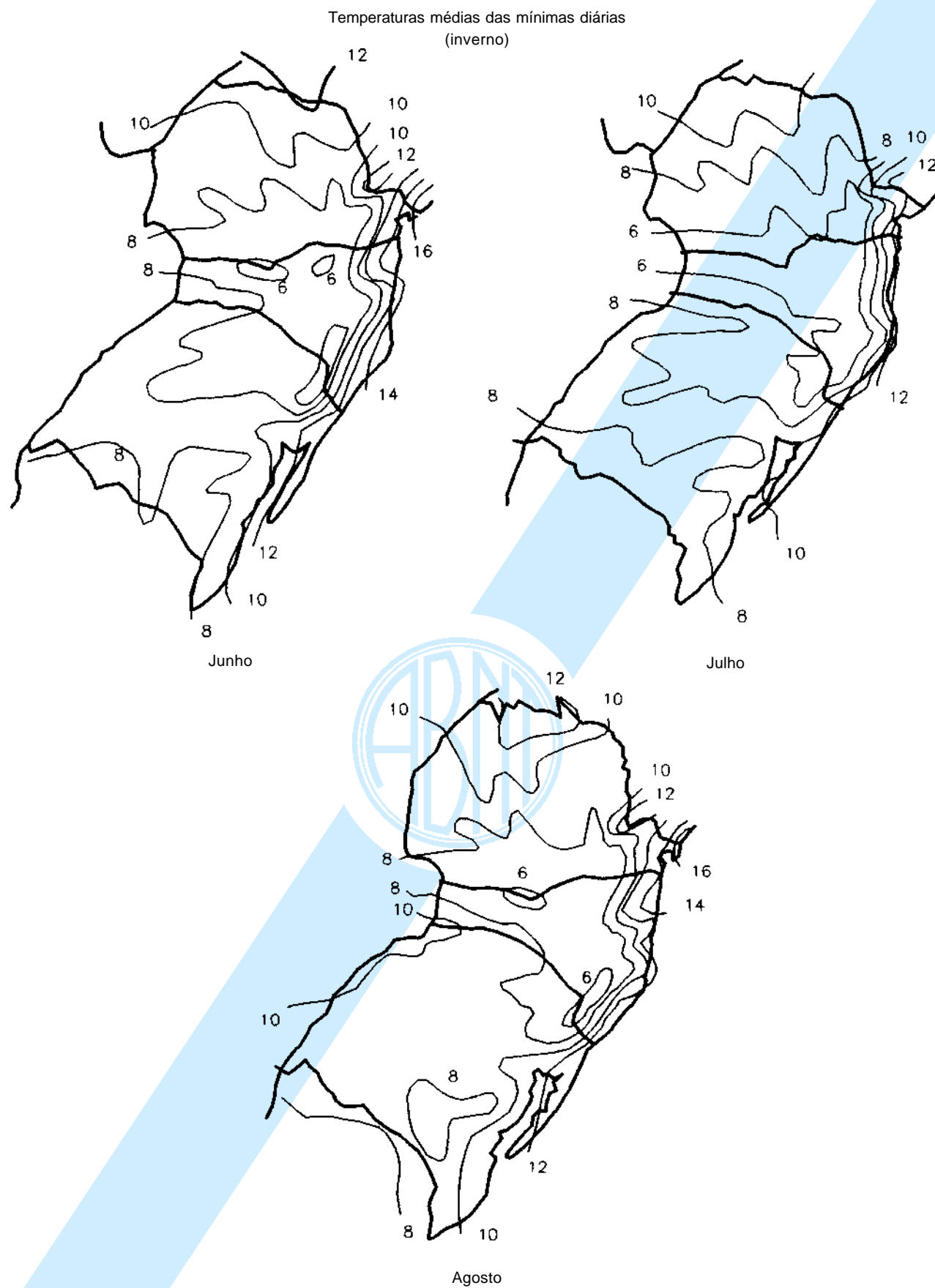


Figura D.9-(a) - Região sul - Temperaturas médias das mínimas diárias

Isoietas anuais (mm)

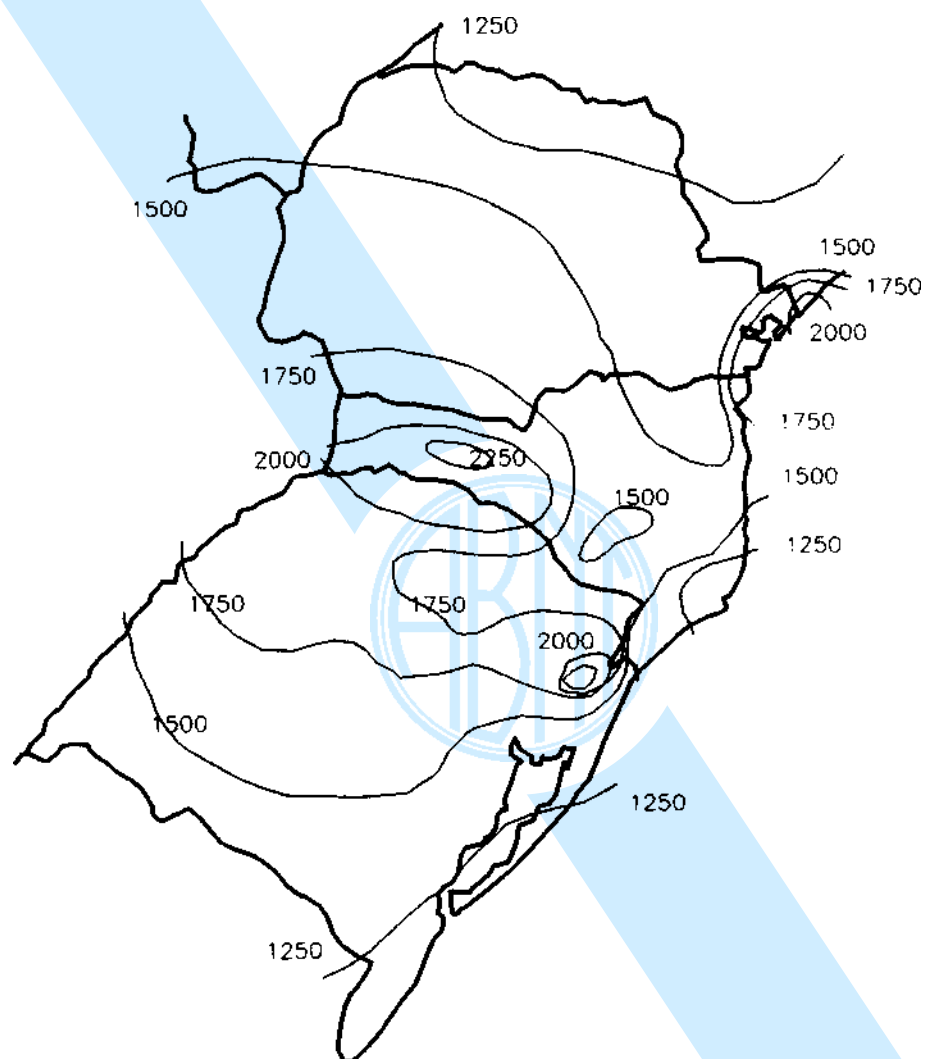


Figura D.9-(b) - Região sul - Precipitações médias

Termo de Referência 8/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2023	154680-INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS SOCORRO	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA	27/11/2023 12:21 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23832.000482/2023-13

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, *campus* Nossa Senhora do Socorro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

QUADRO 1 - REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbio, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbio:3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1	7.870,00	7.870,00
2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1	407,66	407,66
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1	1.501,54	1.501,54
TOTAL						9.779,20



1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que o pagamento será em uma única parcela, após serviços efetivamente prestados, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que o item a ser contratado é de clara quantificação e medição, isto é, o serviço pode ser mensurado por unidade de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual *de 2023*, conforme detalhamento a seguir:

CAMPUS SOCORRO (Gerenciador do Planejamento da Contratação):

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000006/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1279

IV) Classe/Grupo: 941 - SERVIÇOS DE ESGOTO

V) Identificador da Futura Contratação: 154680-2/2023

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução no 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG no 1, de 19 /01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3o e 10 da Resolução CONAMA no 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

#### Indicação de marcas ou modelos

### 4.2. SUPRESSÃO

#### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

### 4.3. SUPRESSÃO

#### Da exigência de carta de solidariedade

### 4.4. SUPRESSÃO

#### Subcontratação

#### 4.5. SUPRESSÃO

4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação:

4.6.2. A subcontratação fica limitada aos serviços de manutenção corretiva das 02 bombas submersas da Estação Elevatória, juntamente com seu quadro de comando;

4.6.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

#### Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.7.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

4.7.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### Transição Contratual

#### 4.9. SUPRESSÃO

4.10. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.10.1. A empresa vencedora do processo licitatório deverá realizar serviços de manutenção preventiva com limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de Inspeção e de Gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e nos Filtros Anaeróbios, com caminhão equipado com bomba e tanque compatível para transporte do material coletado, conforme programação anexa à ordem de serviço. Deverá também executar serviços de manutenção corretiva da Estação elevatória composta por duas bombas submersas e quadro de comando, incluindo troca de peças, se necessário, de forma a deixar o sistema funcionando.

4.10.1.1. Deverá ser providenciada a execução do serviço, por parte da empresa contratada, em horário combinado com o *Campus*, de forma a não prejudicar as atividades; qualquer alteração em dia e horários deverá ser previamente comunicado ao campus que poderá autorizar ou não;

4.10.1.2. Utilizar mão-de-obra especializada para a boa execução dos serviços, tendo em seu quadro funcional, equipe técnica adequada e proporcional à demanda do serviço;

4.10.1.3. A contratada deverá garantir que não fique nenhum resíduo dos serviços na superfície, gramas, calçadas e passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente;

4.10.1.4. Os efluentes recolhidos pela contratada deverão ser entregues a empresas especializadas para seu tratamento e disposição final, com apresentação de comprovante de recebimento de responsabilidade da contratada;

4.10.1.5. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA;

4.10.1.6. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;

4.10.1.7. A execução do objeto será gerida pelos fiscais administrativos e técnicos do campus, com autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização do serviço contratado;

4.10.2. Trata-se de serviço não continuado de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), campus Socorro

#### **Vistoria**

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.16. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

##### **5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

5.1.1. Início da execução do objeto será após assinatura do contrato mediante o envio de notificação pelo fiscal do contrato;

##### **5.1.2. O procedimento de manutenção preventiva com limpeza do sistema de tratamento de esgoto deve seguir os seguintes passos:**

5.1.2.1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho.

5.1.2.2. Revisão e limpeza geral com verificação do nível dos efluentes e verificação da integridade das tampas;

5.1.2.3. A tampa do DAFA e do filtro anaeróbico devem ser abertas para que ambos possam “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente desses sistemas é primordial sua abertura por alguns instantes (e vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse trâmite)

5.1.2.4. O mangote ou tubo de limpeza deve ser introduzido diretamente nas caixas de inspeção, nas caixas de gordura, no DAFA e no Filtro anaeróbico. Vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção.

5.1.2.5. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;

5.1.2.6. Emissão de relatório dos serviços realizados por parte da empresa;

5.1.2.7. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo do DAFA e nem dos Filtros Anaeróbios, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior dos mesmos.

**5.1.3. A manutenção corretiva da Estação Elevatória, com duas bombas submersível, será realizada de forma a deixar o sistema funcionando e deverá seguir os seguintes passos:**

1. Verificar o funcionamento das 02 bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V.;
2. Verificar o funcionamento dos automáticos de nível;
3. Realizar limpeza e regulagem na caixa de grade e na caixa de manobra;
4. Medir Amperagem dos equipamentos;
5. Avaliar os disjuntores, medir a voltagem e a amperagem no painel de comando;
6. Caso seja necessário, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema;
7. A manutenção das bombas deverá seguir as orientações dos fabricantes, devendo sempre haver duas bombas instaladas, sendo uma para operação e outra para reserva e rodízio. Em caso de defeito, a bomba avariada deverá ser imediatamente remetida para conserto e substituída.
8. Outras atividades que julgar necessárias visando a garantia total da elevatória de esgotos de forma a deixar o sistema funcionando

**5.1.4. Destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:**

- A destinação final dos dejetos retirados do sistema de tratamento de esgoto é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços;
- O transporte ainda deverá ser acompanhado de Manifesto emitidos através do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010);
- A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontram localizados todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nos elementos do sistema, nas vias urbanas e no prédio do IFS – Campus Socorro);
- A empresa deve-se sempre observar as recomendações das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados durante o expediente normal, no horário das 8h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feiras no IFS - Campus Nossa Senhora do Socorro.

5.1.6. O prazo máximo de execução será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, e com agendamento prévio junto aos fiscais. As condições e prazos de recebimento são aqueles previstos no Edital e anexos da licitação.

5.1.7. O prazo para início da obra será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

### Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

**IFS – Campus Socorro: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, Conjunto Marcos Freire II, Bairro Taiçoca, CEP: 49.156-183, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.**

### Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor preço global, obedecendo-se as exigências deste Termo de Referência. A LICITANTE deverá fornecer obrigatoriamente o valor dos serviços com base na tabela apresentada no item 1.1. deste Termo de Referência;

5.4.2. Os valores unitários estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.3. Os valores máximos aceitáveis estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.4. Todos os custos com materiais de consumo, hospedagem, alimentação, transporte, dentre outros, para a perfeita execução dos serviços são de responsabilidade da licitante, e devem estar inclusos na proposta.

### Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente; os ofícios e notificações. Telefonemas não serão considerados para fins de decisões administrativas sobre a execução contratual;

6.14.2. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.14.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico, através de relatório em consonância com suas atribuições, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução do contrato. O relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato após a execução dos serviços, juntamente com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto;

6.14.4. Recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, que analisará o relatório da fiscalização solicitando as correções necessárias à Contratada, se necessário, e comunicando-a para que emita nota fiscal /fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará relatórios técnicos para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. SUPRESSÃO

7.2. SUPRESSÃO

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A unidade de medida dos serviços contratados para as manutenções preventivas será a unidade (Unid);

7.3.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.3.3. A apuração do valor devido à Contratada considerará, ainda, a medição dos resultados atingidos pela prestação dos serviços no mês de competência, conforme Relatórios Técnicos;

7.3.4. As informações sobre o cálculo de multa, estão indicadas no item referente a SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Termo de Referência;

7.3.5. A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana, inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

7.3.6. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será com base nos resultados, conforme as seguintes diretrizes:

7.3.6.1. A manutenção preventiva, que envolve a limpeza de todo o sistema de tratamento de esgoto, a a manutenção corretiva que envolve as correções na estação elevatória, serão pagas após a realização dos serviços.

7.3.6.2. Os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços são:

- Correção dos defeitos verificados;
- Realização dos serviços na data pré-estabelecida;
- Adequação do material ao serviço prestado;
- Utilização das ferramentas adequadas;
- Utilização dos EPI's adequados;
- Adequação do tempo aos serviços prestados;
- Fornecimento do relatório dos serviços prestados;
- Fornecimento da ART;
- Completa realização dos serviços indicados no item 5 (MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO) deste Termo de Referência;
- Completa verificação funcional da subestação, cubículo de medição ou rede;

## **Do recebimento**

### **7.4. SUPRESSÃO**

#### **7.4.1. SUPRESSÃO**

7.4.2. O contratado também apresentará os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento (SUPRESSÃO)**

##### **Cessão de crédito**

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.36.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Critérios de aceitabilidade de preços

8.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.3.1. valor global, conforme valor estimado da licitação

8.3.2. custos unitários conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

### Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Exigências de habilitação

#### Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Ato de autorização para o exercício das atividades de manutenções preventivas e corretivas por parte dos profissionais habilitados, deverão ser, obrigatoriamente, expedido pelo CREA através de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nos termos das normas pertinentes (Lei nº 6.496/77 e nº 12.378/2010), podendo, caso necessário, ser auxiliado por assistente. A empresa também deverá apresentar Registro ou inscrição no conselho profissional competente, CREA.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.



8.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.32.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.33. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, CREA;

8.33.1. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada, além do registro no CREA, Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;

8.34. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.34.1. Técnico(s) Responsável(is): compete os serviços de supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

8.34.2. Técnicos auxiliares: compete os serviços de manutenção do sistema de tratamento de esgoto de acordo com suas atribuições;

8.35. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.36. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.37. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.37.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de 02 atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.37.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.37.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.37.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

8.37.5. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das

condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES /MP n. 5/2017.

8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.38.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38.3. Prova do atendimento aos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.39.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.779,20

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 9.779,20 (nove mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

#### 10.1.1. SUPRESSÃO

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: REQUISITANTE GERENCIADOR

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

COORDENADORA DE MANUTENÇÃO



Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 11:54:02.

Despacho: ORDENADOR DE DESPESAS.

**JOSE FRANCO DE AZEVEDO**

DIRETOR GERAL - CAMPUS SOCORRO



Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 10:30:21.

Despacho: INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**DIANA INGRID PORTO FONTES CANUTO**

Pregoeiro





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SOCORRO**  
**DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO - CAMPUS SOCORRO**

Despacho nº 0359522/2023/CM - SOC/CADM - SOC/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhor Diretor,

Segue processo 23832.000482/2023-13, referente ao planejamento da licitação de

Senhor Diretor,

Segue processo 23832.000482/2023-13, referente ao planejamento da licitação de aquisição de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Socorro, para devidos encaminhamentos. Informo que o processo foi classificado como Acesso Restrito de acordo com Inciso XII, art. 3º c/c 20, do Decreto nº 7.724/20).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA, Coordenador(a)**, em 28/11/2023, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0359522** e o código CRC **7EB03DF6**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**

Despacho nº 0360306/2023/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Ao DEL,

Para registro e envio para pesquisa de preços.

Atenciosamente,

**Valdemar Alves da Costa Neto**  
Diretor de Licitações e Contratos  
Portaria nº 1603/2020



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMAR ALVES DA COSTA NETO, Diretor(a)**, em 28/11/2023, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0360306** e o código CRC **AC3ACEAF**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0360306



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0360924/2023/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À CM/CAMPUS SOCORRO,

Para alguns ajustes no Termo de Referência, de modo a conter:

- Com clareza que o serviço será realizado de uma única vez, não sendo de natureza continuada;
- Revisão do prazo de vigência contratual, caso este não esteja adequado para esta contratação, bem como os prazos contidos nos tópicos 5.1.6 e 5.1.7;
- Sugere-se a retirada da Garantia Contratual (tópico 4.7 e subitens) tendo em vista que não se trata de licitação de grande vulto ou com mão de obra exclusiva, tampouco é contrato continuado;
- Sugere-se a SUPRESSÃO dos tópicos da Qualificação econômico-financeira, tendo em vista que se tratará de licitação exclusiva para ME/EPP, para as quais não há a obrigatoriedade de apresentação de balanço patrimonial.

Finalizados os ajustes, devolver os autos a este departamento.

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 28/11/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0360924** e o código CRC **4EDFF4E5**.



# Estudo Técnico Preliminar 11/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23832.000482/2023-13

## 2. Descrição da necessidade

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), *campus* Socorro, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar a referida contratação.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS), *campus* Socorro, possui um sistema de tratamento de esgoto composto por Caixas de Inspeção, Estação Elevatória, DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente), Filtro Anaeróbio e Wetland. Os efluentes de esgoto são coletados através das caixas de inspeção e de gordura, e lançados nesse sistema de tratamento. O sistema de coleta e tratamento de esgoto ainda não passou por manutenção e nem limpeza, uma vez que a quantidade de contribuição prevista para o sistema ainda não foi atingida. No entanto, com o crescimento de ofertas de curso técnico subsequente, curso técnico integrado e curso FIC, o número de usuários cresceu e tende a crescer mais ainda com novas ofertas, aumentando assim a contribuição no sistema citado. Com o aumento dessa demanda, o sistema passa a necessitar de limpeza periódica.

Vale ressaltar que a limpeza do sistema de coleta e de tratamento de esgoto do *campus* devem ser feitas a fim de evitar:

- A obstrução das caixas e tubulações do sistema de coleta;
- Falha no funcionamento da Estação elevatória;
- O acúmulo de lodo do sistema de tratamento de esgoto, o que prejudica a saúde das colônias de bactérias e consequentemente a eficiência da filtragem e vazão dos resíduos tratados.

Além do apresentado acima, para a Renovação da Licença de Operação (R-LO) perante a Adema é necessário apresentar comprovante da realização dos serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários, realizado por empresa licenciada pela ADEMA, de acordo com o item nº 10 da Licença de Operação nº 55/2017, anexo I deste processo.

Tendo em vista que o IFS, *campus* Socorro, não dispõe de mão de obra com pronto atendimento especializado e nem equipamentos para esse tipo de manutenção e limpeza, é notória a necessidade de contratação de serviços de manutenção para o sistema de tratamento dos esgotos sanitários, evitando eventuais problemas que possam comprometer o andamento das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas diariamente, como mau cheiro, vazamentos, entupimentos, entre outros.

Esta contratação tem como principal objetivo, oferecer aos servidores, alunos e visitantes um ambiente que não cause riscos à saúde, além de inibir a proliferação de doenças, contaminação do meio ambiente e atender as condicionantes da licença de Operação da ADEMA nº 55/2017, anexo I deste processo.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
IFS/Campus Socorro/Coordenadoria de Manutenção (Unidade Supridora Gerenciadora)	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A pretendida contratação abrange, especificamente, a atuação técnica na realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva. Como manutenção preventiva entende-se como aquela destinada a prevenir a ocorrência de defeitos nas instalações do sistema de tratamento de esgotos mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto e normas técnicas específicas. No caso da manutenção corretiva entende-se aquela destinada a corrigir os defeitos da estação elevatória que envolve o funcionamento de duas bombas submersas juntamente com seu quadro de comando.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados de acordo com os manuais de saneamento e normas técnicas específicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter o sistema em perfeitas condições de funcionamento. A empresa deve apresentar documentação que comprove capacidade técnica para a execução dos serviços demandados e utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor. A empresa também deve apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados ao serviço a ser realizado, quando for o caso, com todos os custos inclusos na proposta.

A empresa vencedora do processo licitatório deverá realizar serviços de limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de Inspeção e de Gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e no Filtro Anaeróbio, com caminhão equipado com bomba e tanque compatível para transporte do material coletado, conforme programação anexa à ordem de serviço. Deverá também executar serviços de manutenção corretiva da Estação elevatória, realizando, se necessário, a limpeza e consertos das bombas submersas e seu quadro de comando.

Deverá ser providenciada a execução do serviço, por parte da empresa contratada, em horário combinado com o Campus, de forma a não prejudicar as atividades; qualquer alteração em dia e horários deverá ser previamente comunicado ao campus que poderá autorizar ou não. Além disso, a contratada deverá garantir que não fique nenhum resíduo dos serviços na superfície, gramas, calçadas e passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente.

A limpeza e os efluentes recolhidos pela contratada deverão respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos", com apresentação de comprovante de recebimento de responsabilidade da contratada.

Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA.

O IFS registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

a. 1.

Atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;

b. 2.

Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;

c. 3.

Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;

d. 4.

Fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;

e. 5.

Determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;

f. 6.

Sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;

g. 7.

Registrar as ocorrências havidas, firmado com o preposto da CONTRATADA;

h. 8.

Emitir certificação de adimplemento contratual no prazo de 01 (um) dia a partir do recebimento da Nota Fiscal /fatura.

A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

Não será aceita a realização de serviço do caminhão limpa-fossa que não tenha sido autorizado ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

## 5. Levantamento de Mercado

Conforme consulta e estudo realizados em Termos de Referência de outros órgãos da administração pública, verificou-se que este estudo foi realizado em formato semelhante das soluções aplicadas atualmente no mercado. Chegou-se à conclusão de que não há alternativa que substitua a contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários no campus Socorro.

Sendo assim, a escolha do tipo de solução a contratar para os serviços de manutenção do objeto em tela baseou-se nos procedimentos convencionais de manutenção adotados atualmente no mercado, a exemplo da contratação de serviços de limpeza de fossas com caminhões de variadas capacidades e diferentes unidades de medida.

Entendemos que desta forma a administração ampliará a concorrência da licitação, pois empresas que possuam caminhões de diferentes capacidades estarão aptas a realizar os serviços.

Para a descrição dos serviços e estimativa do valor total do serviço de manutenção/limpeza do sistema de tratamento de esgoto, foi tomado como base o processo nº 23463.000335/2022-08, realizado pelo IFS - *Campus Estância*, cujo objetivo foi a contratação de serviço de manutenção e limpeza de fossa séptica com ou sem filtro anaeróbio. Nesse caso o valor estimado dos serviços de manutenção preventiva com limpeza do DAFA com Filtros Anaeróbicos foi reajustado pelo INCC (abril/2023 à setembro/2023). Para o serviço de limpeza das caixas de inspeção e de gordura, foi utilizado o valor do ORSE com referência de agosto de 2023. Para o valor do serviço de manutenção corretiva da estação elevatória foram tomados como base termos de referência de pregões de 2022 e 2023 de órgãos públicos. Esses valores estão expressos nas documentações e planilha de referência para a obtenção do valor estimado, apresentadas no anexo II deste processo.

## 6. Descrição da solução como um todo

Diante da necessidade apontada e dos levantamentos realizados, a solução consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva no sistema de tratamento dos esgotos sanitários do IFS, *campus Socorro*. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico Tradicional.

A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de inspeção e de gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e no Filtro Anaeróbio, bem como manutenção corretiva na Estação Elevatória, do Instituto Federal de Sergipe – *Campus Socorro*, incluindo a destinação final adequada para os dejetos.

#### 6.1. Especificações técnicas para a realização dos serviços:

O escopo dos serviços será:

a. 1.

Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA e comprovar que já realizou, no mínimo uma (01) manutenção em sistemas de tratamento de esgotos composto por Estação de Elevatória, DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente), Filtro Anaeróbio e Wetland, sob pena de inabilitação;

b. 2.

Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente, os ofícios e notificações;

c. 3.

As manutenções preventivas deverão ser realizadas conforme data a ser definida em conjunto com a Fiscalização e a Direção do campus.

#### 6.2. Da manutenção preventiva: A CONTRATADA deverá realizar os serviços de:

- Revisão e limpeza geral;
- Verificação do nível dos efluentes;
- Verificação da integridade das tampas;
- Os serviços deverão ser executados durante o expediente normal, no horário das 8h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feiras;
- Emissão de relatório dos serviços realizados;
- O procedimento de Limpeza deve seguir os seguintes passos:
  1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho;
  2. A tampa do DAFA e do filtro anaeróbico devem ser abertas para que ambos possam “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente desses sistemas é primordial sua abertura por alguns instantes (e vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse trâmite);
  3. O mangote ou tubo de limpeza deve ser introduzido diretamente nas caixas de inspeção, nas caixas de gordura, no DAFA e no Filtro anaeróbico. Vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção.
  4. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;
  5. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo do DAFA e do Filtro anaeróbico, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior dos mesmos.

#### 6.3. Da manutenção corretiva da Estação Elevatória: A CONTRATADA deverá realizar os serviços de:

1. Verificar o funcionamento das 02 bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V.;
2. Verificar o funcionamento dos automáticos de nível;
3. Realizar limpeza e regulagem na caixa de grade e na caixa de manobra;
4. Medir Amperagem dos equipamentos;
5. Avaliar os disjuntores, medir a voltagem e a amperagem no painel de comando;
6. Caso seja necessário, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema;
7. A manutenção das bombas deverá seguir as orientações dos fabricantes, devendo sempre haver duas bombas instaladas, sendo uma para operação e outra para reserva e rodízio. Em caso de defeito, a bomba avariada deverá ser consertada.
8. Outras atividades que julgar necessárias visando a garantia total da elevatória de esgotos de forma a deixar o sistema funcionando.

#### 6.4. Destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:

1. A destinação final dos dejetos retirados do sistema de tratamento de esgoto é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços.
2. O transporte ainda deverá ser acompanhado de Manifesto emitidos através do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010).
3. A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontram localizados todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nos elementos do sistema, nas vias urbanas e no prédio do IFS – *Campus Socorro*).

O atendimento técnico para o serviço de manutenção preventiva dar-se-á no seguinte endereço:

**IFS – *Campus Socorro*: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, Conjunto Marcos Freire II, Bairro Taiçoca, CEP: 49.156-183, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.**

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A metodologia para calcular a estimativa das quantidades foi baseada na análise, in locu, do sistema de coleta e de tratamento de esgoto construído nas dependências do *campus Socorro* e que atualmente encontra-se em funcionamento, conforme memorial descritivo e projetos em anexo. Levou-se em consideração também o processo de contratação de serviço de limpeza de fossa, esgoto, boca de lobo realizado pelo *campus Estância*, bem como os processos de aquisição congêneres de outras instituições públicas. Abaixo, o quantitativo estimado:

REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE		QUANT.
			CATSER	DE MEDIDA	
GRUPO 1	1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico: 3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1

<b>CAMPUS SOCORRO</b>	<b>2</b>	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1
	<b>3</b>	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.779,20

A metodologia de estimativa de preços referenciais foi a pesquisa de mercado (orçamentos com empresas reconhecidas no mercado local) e utilização das bases de dados governamentais dos sistemas orçamentários ORSE. Para a descrição dos serviços e estimativa do valor total do serviço de manutenção/limpeza do sistema de tratamento de esgoto, foi tomado como base o processo nº 23463.000335/2022-08, realizado pelo IFS - *Campus Estância*, cujo objetivo foi a contratação de serviço de manutenção e limpeza de fossa séptica com ou sem filtro anaeróbio. Nesse caso o valor estimado do serviço de limpeza do DAFA com Filtro Anaeróbico foi reajustado pelo INCC (abril/2023 à setembro/2023). Para o serviço de limpeza das caixas de inspeção e de gordura, foi utilizado o valor do ORSE com referência de agosto de 2023. Para o valor do serviço de manutenção corretiva da estação elevatória foram tomados como base termos de referência de pregões de 2022 e 2023 de órgão públicos. Esses valores estão expressos na planilha de referência para a obtenção do valor estimado, no anexo II deste processo. As dimensões dos elementos do sistema de tratamento de esgoto foram baseadas nos projetos arquitetônicos enviados pela DIPOP, de acordo com anexo III deste processo. Abaixo, quadro-resumo dos valores estimados para a contratação dos serviços:

REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>GRUPO 1</b>	<b>1</b>	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico: 3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1	7.870,00	7.870,00
	<b>2</b>	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1	407,66	407,66
	<b>3</b>	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersíveis modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1	1.501,54	1.501,54

TOTAL 9.779,20

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de licitação para contratação por grupo único já que se trata de uma solução única, em que os itens são interdependentes porque todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto estão interligados. O parcelamento pode acarretar na não padronização dos serviços por serem executados por vários fornecedores. Sendo assim optamos pelo não parcelamento da solução em que uma única empresa executará os 3 itens do grupo 1 (grupo único) apresentados no item 7 deste ETP.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto proposto neste estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme Mapa Estratégico do Instituto Federal de Sergipe referente ao período 2020 – 2024, o processo de contratação de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários está alinhado aos objetivos da Instituição, pois dentre da Perspectiva Processos encontra-se o Objetivo Estratégico OE02: “Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades institucionais da comunidade”. Alinhando com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unidade. Além desse, a atual demanda está prevista no Plano Anual de Contratações 2023, descrito como serviço de manutenção de redes: água/esgoto, item 01 da DFD 43/2023 da UASG 154680 (IFS/Campus Socorro).

Id do item no PCA: 446;

Classe/Grupo: 871 - Serviços de manutenção e Reparo de Produtos Fabricados de Metal, Maquinaria e Equipamentos;

Identificador da Futura Contratação: 154680-15/2022.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços prestados para a comunidade acadêmica, além de atender as condicionantes da ADEMA, apresentada na Licença de Operação nº 55/2017, quanto a comprovação da realização dos serviços de limpeza e manutenção dos sistemas de tratamento dos esgotos sanitários, realizados por empresa devidamente licenciada.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão para a execução deste serviço.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios de Sustentabilidade:

Conforme a instrução normativa número 01, de 19 de janeiro de 2010:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº

48.138, de 8 de outubro de 2003;

3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: INTEGRANTE GERENCIADOR

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO - CAMPUS SOCORRO



*Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 11:39:39.*

Despacho: INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**JOSE FRANCO DE AZEVEDO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 11:31:07.*

# Termo de Referência 8/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2023	154680-INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS SOCORRO	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA	30/11/2023 09:49 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	90002/2023	23832.000482/2023-13

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, *campus* Nossa Senhora do Socorro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

QUADRO 1 - REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
GRUPO 1 CAMPUS SOCORRO	1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico:3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1	7.870,00	7.870,00
	2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1	407,66	407,66
	3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS					

	Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1	1.501,54	1.501,54
<b>TOTAL</b>						<b>9.779,20</b>

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias. A contratada tem 10 dias para iniciar os serviços, contados a partir da ordem de serviço ou assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que a prestação do serviço será imediata sem a necessidade de caráter permanente, ou seja, o pagamento será em uma ÚNICA PARCELA após serviços efetivamente prestados, de acordo com o descrito no GRUPO 1 do Quadro 1 acima.

1.5. O contrato, caso exista, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que o grupo a ser contratado é de clara quantificação e medição, isto é, os serviços podem ser mensurados por unidade de medida, cujo valor total contratado é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023, conforme detalhamento a seguir:

CAMPUS SOCORRO (Gerenciador do Planejamento da Contratação):

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000006/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1279

IV) Classe/Grupo: 941 - SERVIÇOS DE ESGOTO

V) Identificador da Futura Contratação: 154680-2/2023

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução no 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG no 1, de 19 /01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3o e 10 da Resolução CONAMA no 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

##### Indicação de marcas ou modelos

#### 4.2. SUPRESSÃO

##### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

#### 4.3. SUPRESSÃO

##### **Da exigência de carta de solidariedade**

#### 4.4. SUPRESSÃO

##### **Subcontratação**

#### 4.5. SUPRESSÃO

4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação:

4.6.2. A subcontratação fica limitada aos serviços de manutenção corretiva das 02 bombas submersas da Estação Elevatória, juntamente com seu quadro de comando;

4.6.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

##### **Garantia da contratação**

#### 4.7. SUPRESSÃO

#### 4.8. SUPRESSÃO

##### **Transição Contratual**

#### 4.9. SUPRESSÃO

4.10. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.10.1. A empresa vencedora do processo licitatório deverá realizar serviços de manutenção preventiva com limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de Inspeção e de Gordura, no Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente (DAFA) e nos Filtros Anaeróbios, com caminhão equipado com bomba e tanque compatível para transporte do material coletado, conforme programação anexa à ordem de serviço. Deverá também executar serviços de manutenção corretiva da Estação elevatória composta por duas bombas submersas e quadro de comando, incluindo troca de peças, se necessário, de forma a deixar o sistema funcionando.

4.10.1.1. Deverá ser providenciada a execução do serviço, por parte da empresa contratada, em horário combinado com o *Campus*, de forma a não prejudicar as atividades; qualquer alteração em dia e horários deverá ser previamente comunicado ao campus que poderá autorizar ou não;

4.10.1.2. Utilizar mão-de-obra especializada para a boa execução dos serviços, tendo em seu quadro funcional, equipe técnica adequada e proporcional à demanda do serviço;

4.10.1.3. A contratada deverá garantir que não fique nenhum resíduo dos serviços na superfície, gramas, calçadas e passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente;

4.10.1.4. Os efluentes recolhidos pela contratada deverão ser entregues a empresas especializadas para seu tratamento e disposição final, com apresentação de comprovante de recebimento de responsabilidade da contratada;

4.10.1.5. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA;

4.10.1.6. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;

4.10.1.7. A execução do objeto será gerida pelos fiscais administrativos e técnicos do campus, com autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização do serviço contratado;

4.10.2. Trata-se de serviço não continuado de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), campus Socorro

#### **Vistoria**

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.16. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

##### **5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

5.1.1. Início da execução do objeto será após assinatura do contrato mediante o envio de notificação pelo fiscal do contrato;

##### **5.1.2. O procedimento de manutenção preventiva com limpeza do sistema de tratamento de esgoto deve seguir os seguintes passos:**

5.1.2.1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho.

5.1.2.2. Revisão e limpeza geral com verificação do nível dos efluentes e verificação da integridade das tampas;

5.1.2.3. A tampa do DAFA e do filtro anaeróbico devem ser abertas para que ambos possam “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente desses sistemas é primordial sua abertura por alguns instantes (e vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse trâmite)

5.1.2.4. O mangote ou tubo de limpeza deve ser introduzido diretamente nas caixas de inspeção, nas caixas de gordura, no DAFA e no Filtro anaeróbico. Vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção.

5.1.2.5. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;

5.1.2.6. Emissão de relatório dos serviços realizados por parte da empresa;

5.1.2.7. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo do DAFA e nem dos Filtros Anaeróbios, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior dos mesmos.

**5.1.3. A manutenção corretiva da Estação Elevatória, com duas bombas submersível, será realizada de forma a deixar o sistema funcionando e deverá seguir os seguintes passos:**

1. Verificar o funcionamento das 02 bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V.;
2. Verificar o funcionamento dos automáticos de nível;
3. Realizar limpeza e regulagem na caixa de grade e na caixa de manobra;
4. Medir Amperagem dos equipamentos;
5. Avaliar os disjuntores, medir a voltagem e a amperagem no painel de comando;
6. Caso seja necessário, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema;
7. A manutenção das bombas deverá seguir as orientações dos fabricantes, devendo sempre haver duas bombas instaladas, sendo uma para operação e outra para reserva e rodízio. Em caso de defeito, a bomba avariada deverá ser imediatamente remetida para conserto e substituída.
8. Outras atividades que julgar necessárias visando a garantia total da elevatória de esgotos de forma a deixar o sistema funcionando

**5.1.4. Destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:**

- A destinação final dos dejetos retirados do sistema de tratamento de esgoto é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços;
- O transporte ainda deverá ser acompanhado de Manifesto emitidos através do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010);
- A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontram localizados todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nos elementos do sistema, nas vias urbanas e no prédio do IFS – Campus Socorro);
- A empresa deve-se sempre observar as recomendações das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados durante o expediente normal, no horário das 8h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feiras no IFS - Campus Nossa Senhora do Socorro.

5.1.6. O prazo máximo de execução será de 30 (trinta) dias, contados a partir do início da execução dos serviços. Início esse que ocorrerá de acordo com o agendamento prévio junto aos fiscais. As condições e prazos de recebimento são aqueles previstos no Edital e anexos da licitação.

5.1.7. O prazo para início da obra será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou ordem de serviço.



**Local da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

**IFS – Campus Socorro: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, Conjunto Marcos Freire II, Bairro Taiçoca, CEP: 49.156-183, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.**

**Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor preço global, obedecendo-se as exigências deste Termo de Referência. A LICITANTE deverá fornecer obrigatoriamente o valor dos serviços com base na tabela apresentada no item 1.1. deste Termo de Referência;

5.4.2. Os valores unitários estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.3. Os valores máximos aceitáveis estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.4. Todos os custos com materiais de consumo, hospedagem, alimentação, transporte, dentre outros, para a perfeita execução dos serviços são de responsabilidade da licitante, e devem estar inclusos na proposta.

**Especificação da garantia do serviço**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. Modelo de gestão do contrato****6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente; os ofícios e notificações. Telefonemas não serão considerados para fins de decisões administrativas sobre a execução contratual;

6.14.2. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.14.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico, através de relatório em consonância com suas atribuições, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução do contrato. O relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato após a execução dos serviços, juntamente com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto;

6.14.4. Recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, que analisará o relatório da fiscalização solicitando as correções necessárias à Contratada, se necessário, e comunicando-a para que emita nota fiscal /fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará relatórios técnicos para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. SUPRESSÃO

7.2. SUPRESSÃO

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A unidade de medida dos serviços contratados para as manutenções preventivas será a unidade (Unid);

7.3.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.3.3. A apuração do valor devido à Contratada considerará, ainda, a medição dos resultados atingidos pela prestação dos serviços no mês de competência, conforme Relatórios Técnicos;

7.3.4. As informações sobre o cálculo de multa, estão indicadas no item referente a SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Termo de Referência;

7.3.5. A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana, inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

7.3.6. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será com base nos resultados, conforme as seguintes diretrizes:

7.3.6.1. A manutenção preventiva, que envolve a limpeza de todo o sistema de tratamento de esgoto, a manutenção corretiva que envolve as correções na estação elevatória, serão pagas após a realização dos serviços.

7.3.6.2. Os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços são:

- Correção dos defeitos verificados;
- Realização dos serviços na data pré-estabelecida;
- Adequação do material ao serviço prestado;
- Utilização das ferramentas adequadas;
- Utilização dos EPI's adequados;
- Adequação do tempo aos serviços prestados;
- Fornecimento do relatório dos serviços prestados;
- Fornecimento da ART;
- Completa realização dos serviços indicados no item 5 (MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO) deste Termo de Referência;
- Completa verificação funcional da subestação, cubículo de medição ou rede;

## **Do recebimento**

### **7.4. SUPRESSÃO**

#### **7.4.1. SUPRESSÃO**

7.4.2. O contratado também apresentará os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

7.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento (SUPRESSÃO)**

##### **Cessão de crédito**

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.36.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

**Critérios de aceitabilidade de preços**

8.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.3.1. valor global, conforme valor estimado da licitação

8.3.2. custos unitários conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

**Exigências de habilitação**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Exigências de habilitação****Habilitação jurídica**

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



8.15. Ato de autorização para o exercício das atividades de manutenções preventivas e corretivas por parte dos profissionais habilitados, deverão ser, obrigatoriamente, expedido pelo CREA através de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nos termos das normas pertinentes (Lei nº 6.496/77 e nº 12.378/2010), podendo, caso necessário, ser auxiliado por assistente. A empresa também deverá apresentar Registro ou inscrição no conselho profissional competente, CREA.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.25. SUPRESSÃO

8.26. SUPRESSÃO

8.27. SUPRESSÃO

8.28. SUPRESSÃO

8.29 SUPRESSÃO

8.30. SUPRESSÃO

8.31. SUPRESSÃO

#### **Qualificação Técnica**

8.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.32.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.33. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, CREA;

8.33.1. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada, além do registro no CREA, Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;

8.34. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.34.1. Técnico(s) Responsável(is): compete os serviços de supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

8.34.2. Técnicos auxiliares: compete os serviços de manutenção do sistema de tratamento de esgoto de acordo com suas atribuições;

8.35. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.36. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.37. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.37.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de 02 atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.37.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.37.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.37.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

8.37.5. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.38.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38.3. Prova do atendimento aos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.39.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.779,20

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 9.779,20 (nove mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

#### 10.1.1. SUPRESSÃO

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: REQUISITANTE GERENCIADOR

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

COORDENADORA DE MANUTENÇÃO



*Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 11:54:02.*

Despacho: ORDENADOR DE DESPESAS.

**JOSE FRANCO DE AZEVEDO**

DIRETOR GERAL - CAMPUS SOCORRO



*Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 10:30:21.*

Despacho: INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**DIANA INGRID PORTO FONTES CANUTO**

Pregoeiro



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
CAMPUS SOCORRO

DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO - CAMPUS SOCORRO

**CERTIFICAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA**

*Ordem de Serviço Conjunta Reitoria/PF-IFS nº 01/2015, de XX de fevereiro de 2015.*

**CERTIFICO:**

Que as minutas integrantes (tratar-se de modelos de minutas atualizados) do presente processo foram extraídas do sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União – AGU (Modelos de Licitações e Contratos) no endereço <http://www.agu.gov.br>;

E ainda,

**DECLARO** que:

( ) **Não foram realizadas quaisquer alterações nas minutas.**

( **X** ) Foram incluídos os trechos na minuta de Termo de Referência pelos motivos a seguir expostos (especificar item incluído):

1.6. - Esse item apresenta informações relevantes quanto o regime de execução do objeto;

8.33.1. - Esse subitem cita as documentações necessárias que a empresa deve apresentar em relação a sua qualificação técnica, e cita também as normas técnicas que devem seguir - São requisitos importante para a avaliação prévia quanto a garantia da eficiência dos serviços que serão executados

10.3. - A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente - a dotação orçamentária será emitida posteriormente.

( **X** ) Foram suprimidos os trechos indicados pela expressão (SUPRESSÃO) na minuta de Termo de Referência.

Pelos motivos a seguir expostos (especificar item suprimido):

4.2. - Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares - Não se aplica;

4.3. - Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas - Não se aplica;

4.4. - Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato - Não se aplica, pois não se trata de uma situação excepcional;

4.5. - O item informa que não será admitida a subcontratação - Nesse caso será admitida a subcontratação;

4.7. - O item e seus subitens discorrem sobre as garantias da contratação - Não se aplica pois não se trata de licitação de grande vulto ou com mão de obra exclusiva, tampouco é contrato continuado;

4.8. - O item fala que os detalhes das regras da garantia será melhor detalhado no contato - Não se aplica pois não se trata de licitação de grande vulto ou com mão de obra exclusiva, tampouco é contrato continuado;

4.9. - O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços - Não se aplica;

7.1.1. - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada. - Não se aplica pois serão utilizados relatórios técnicos para aferição da qualidade da prestação dos serviços e as sanções serão as apresentadas no edital e no contrato;

7.2. - A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. - Não será utilizado o IMR, pois não se aplica em relação a forma da prestação de serviço;

7.4. - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada. - Não se aplica pois o serviço será executado em uma única etapa;

7.4.1 - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade. Não se aplica pois o serviço será executado em uma única etapa;

7.27. a 7.35. - Os itens discorrem sobre a antecipação de pagamento. - Não se aplica ao objeto;

8.25. a 8.31. - os itens discorrem sobre a Qualificação Econômico-Financeira - Não se aplica tendo em vista que se tratará de licitação exclusiva para ME/EPP, para as quais não há a obrigatoriedade de apresentação de balanço patrimonial;

10.1.1. - A contratação será atendida pela seguinte dotação. Esse item descreve sobre a dotação orçamentária. - Não se aplica pois trata-se de SRP.

DECLARO, ao final, possuir competência para firmar a presente certificação.

**Obs:** Este documento deverá ser assinado pelo responsável pelo termo de referência.

PORTARIA Nº 1.063 DE 13 DE ABRIL DE 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA, Coordenador(a)**, em 30/11/2023, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0362727** e o código CRC **C4B82A19**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0362727



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SOCORRO**  
**DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO - CAMPUS SOCORRO**

Despacho nº 0362808/2023/CM - SOC/CADM - SOC/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhora Diretora,

Após os ajustes apontados no despacho 0360924, segue processo para os devidos encaminhamentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA, Coordenador(a)**, em 30/11/2023, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0362808** e o código CRC **7D23566E**.





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0362931/2023/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À CPP,

Encaminhamento para pesquisa de preços referente à contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Campus Socorro, o qual incluirá a limpeza e a troca de peças, conforme detalhado no Termo de Referência (SEI0362670).

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 30/11/2023, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0362931** e o código CRC **95CAB4C0**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0362931



Eliza Nascimento &lt;orcamentista.eliza22@gmail.com&gt;

## ORÇAMENTO - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários

5 mensagens

**Eliza Nascimento** <orcamentista.eliza22@gmail.com>

30 de novembro de 2023 às 16:49

Para: lokmix@lokmix.com.br

Cc: Coordenadoria de Pesquisa de Preços Reitoria &lt;cpp.rei@ifs.edu.br&gt;, Departamento de Licitações &lt;licitacoes@ifs.edu.br&gt;

Cco: estreladomar@fazksm.com.br, licitacao@s2rservicos.com.br, "hareformas2021@gmail.com"

&lt;hareformas2021@gmail.com&gt;, licitacao02@clenex.com.br, "kalahari.tec@gmail.com" &lt;kalahari.tec@gmail.com&gt;, licitacao@casaecorms.com.br

Prezado(a): Boa tarde,

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe necessita de um orçamento dos itens em anexo do e-mail. Solicitamos seu orçamento no prazo máximo de 05 dias úteis para retorno, desde já agradecemos a colaboração **mesmo na hipótese de uma negativa apreciamos a cortesia da resposta. Gostaríamos de pedir também que nos envie o CNPJ.**

Att,

Eliza Nascimento

Orçamentista -DELC- Departamento de Licitações e Contratos

(79)3711-1867

**Formulário para Orçamento.docx**

750K

**Mail Delivery Subsystem** <mailer-daemon@googlemail.com>

30 de novembro de 2023 às 16:52

Para: orcamentista.eliza22@gmail.com



### Endereço não encontrado

A mensagem não foi entregue para **estreladomar@fazksm.com.br** porque o domínio [fazksm.com.br](mailto:estreladomar@fazksm.com.br) não foi encontrado. Verifique se há erros de digitação ou espaços desnecessários e tente novamente.

[SAIBA MAIS](#)

A resposta foi:

DNS Error: DNS type 'mx' lookup of [fazksm.com.br](https://support.google.com/mail/?p=BadRcptDomain) responded with code NXDOMAIN Domain name not found: [fazksm.com.br](https://support.google.com/mail/?p=BadRcptDomain) Learn more at <https://support.google.com/mail/?p=BadRcptDomain>

Final-Recipient: rfc822; [estreladomar@fazksm.com.br](mailto:estreladomar@fazksm.com.br)

Action: failed

Status: 5.1.2

Diagnostic-Code: smtp; DNS Error: DNS type 'mx' lookup of [fazksm.com.br](https://support.google.com/mail/?p=BadRcptDomain) responded with code NXDOMAIN Domain name not found: [fazksm.com.br](https://support.google.com/mail/?p=BadRcptDomain) Learn more at <https://support.google.com/mail/?p=BadRcptDomain>

Last-Attempt-Date: Thu, 30 Nov 2023 11:52:17 -0800 (PST)

----- Mensagem encaminhada -----

From: Eliza Nascimento <[orcamentista.eliza22@gmail.com](mailto:orcamentista.eliza22@gmail.com)>

To: [lokmix@lokmix.com.br](mailto:lokmix@lokmix.com.br)

Cc: "Coordenadoria de Pesquisa de Preços Reitoria" <[cpp.rei@ifs.edu.br](mailto:cpp.rei@ifs.edu.br)>, "Departamento de Licitações" <[licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br)>

Bcc: [estreladomar@fazksm.com.br](mailto:estreladomar@fazksm.com.br)

Date: Thu, 30 Nov 2023 16:49:32 -0300

Subject: ORÇAMENTO - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários

----- Message truncated -----

---

**Eliza Nascimento** <[orcamentista.eliza22@gmail.com](mailto:orcamentista.eliza22@gmail.com)>

6 de dezembro de 2023 às 08:35

Para: [lokmix@lokmix.com.br](mailto:lokmix@lokmix.com.br)

Cc: Coordenadoria de Pesquisa de Preços Reitoria <[cpp.rei@ifs.edu.br](mailto:cpp.rei@ifs.edu.br)>

Prezado(a): Bom dia,

[Texto das mensagens anteriores oculto]



**Formulário para Orçamento.docx**

750K

---

**Eliza Nascimento** <[orcamentista.eliza22@gmail.com](mailto:orcamentista.eliza22@gmail.com)>

11 de dezembro de 2023 às 09:18

Para: [comercial@lokmix.com.br](mailto:comercial@lokmix.com.br), [lokmix@lokmix.com.br](mailto:lokmix@lokmix.com.br)

Cc: Coordenadoria de Pesquisa de Preços Reitoria <[cpp.rei@ifs.edu.br](mailto:cpp.rei@ifs.edu.br)>, Departamento de Licitações <[licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br)>

[Texto das mensagens anteriores oculto]



**Formulário para Orçamento.docx**

750K

---

**COMERCIAL** <[comercial@lokmix.com.br](mailto:comercial@lokmix.com.br)>

11 de dezembro de 2023 às 10:00

Para: [orcamentista.eliza22@gmail.com](mailto:orcamentista.eliza22@gmail.com)

Cc: [cpp.rei@ifs.edu.br](mailto:cpp.rei@ifs.edu.br), [licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br)

Prezados,

Bom dia!

Segue em anexo o orçamento, conforme solicitado.

Estamos a disposição para maiores esclarecimentos!

Atenciosamente,



**De:** Luana Barroso [mailto:[lokmix@lokmix.com.br](mailto:lokmix@lokmix.com.br)]

**Enviada em:** segunda-feira, 11 de dezembro de 2023 09:23

**Para:** Comercial

**Assunto:** Fwd: ORÇAMENTO - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários

----- Mensagem original -----

**Assunto:**Fwd: ORÇAMENTO - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários

**Data:**2023-12-11 09:18

**De:**Eliza Nascimento <[orcamentista.eliza22@gmail.com](mailto:orcamentista.eliza22@gmail.com)>

**Para:**[comercial@lokmix.com.br](mailto:comercial@lokmix.com.br), [lokmix@lokmix.com.br](mailto:lokmix@lokmix.com.br)

**Cópia:**Coordenadoria de Pesquisa de Preços Reitoria <[cpp.rei@ifs.edu.br](mailto:cpp.rei@ifs.edu.br)>, Departamento de Licitações <[licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br)>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Não contém vírus.[www.avg.com](http://www.avg.com)

---

 **IFS - FOSSA.pdf**  
295K



# PROPOSTA COMERCIAL

AO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Segue abaixo nossa Proposta, conforme solicitado:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbio, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbio:3,80 x3,80x1,90m, cada. Campus <b>NOSSA SENHORA DO SOCORRO</b>	Serviço	1	<b>R\$ 6.500,00</b>
2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos Campus <b>NOSSA SENHORA DO SOCORRO</b>	Serviço	1	<b>R\$ 1.800,00</b>
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	Serviço	1	<b>R\$ 8.100,00</b>
VALOR TOTAL				<b>16.400,00</b>



**DADOS DA EMPRESA:**

Razão: **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**

CNPJ nº **09.152.062/0001-93**

Endereço: **Rua Jose Deodato Soares, nº 209, com Rua Alessandro Santos de Santana, nº 200, Bairro Ponto Novo, Aracaju/SE, CEP 49097-340**

Fone: **79 3252-8787 / 79 3252-3967**

Email: [lokmix@lokmix.com.br](mailto:lokmix@lokmix.com.br) / [comercial@lokmix.com.br](mailto:comercial@lokmix.com.br)

Aracaju, 11 de Dezembro de 2023.



---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**

**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**

**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**  
**COORDENADORIA DE PESQUISA DE PREÇOS DA PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO-**  
**CPPPROAD/DEL/DLC/PROAD**

**RELATÓRIO Nº** 0369892/2023/CPPPROAD - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS  
**PROCESSO Nº** 23832.000482/2023-13  
**INTERESSADO:** ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

**Ao Departamento de Licitações,**

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME.

Trata-se de pesquisa de preços para contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, *campus* Nossa Senhora do Socorro.

A pesquisa de preços foi realizada no período de 06/12/2023 a 11/12/2023.

A metodologia aplicada ao valor de referência foi aferida por meio do menor valor.

A fonte de pesquisa utilizada levou em consideração o art. 5º da IN 65/2021/SEGES/ME, em especial os incisos IV.

Ressalto que, de todos os potenciais fornecedores, apenas um respondeu à solicitação, conforme pode ser verificado nas tratativas por e-mail em 0369885.

Após análise detalhada da proposta, chegou-se ao preço de referência, a seguir especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico: 3,80 x 3,80x1,90m, cada.	SERVIÇO	1	6.500,00



2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	SERVIÇO	1	1.800,00
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS UASG 154680 Termo de Referência 8/2023 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Serviços Comuns de Engenharia — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 2 de 18 Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	SERVIÇO	1	8.100,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>16.400,00</b>

É este, pois, o nosso relatório. À consideração superior para ciência e adoção das medidas que entender necessárias.

Respeitosamente,

**RÔMULO SANTANA DO AMARAL**

Coordenador de Pesquisa de Preços

Portaria nº 2.418, de 13 de outubro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **ROMULO SANTANA DO AMARAL, Coordenador(a)**, em 11/12/2023, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0369892** e o código CRC **993E4C53**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0370186/2023/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À GADM/CAMPUS SOCORRO,

Trata-se do serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Campus Socorro. Após pesquisa de preços, o preço encontrado no mercado foi R\$ 16.400,00.

Dito isto, encaminho para:

1. Disponibilidade orçamentária e detalhamento da despesa para continuidade dos trâmites processuais (seja via pregão tradicional ou através de possível lançamento de dispensa eletrônica, tendo em vista que se trata de pequeno valor);
2. Envio ao requisitante para ajuste dos tópicos 1.1, 9 e 9.1 que se referem ao valor estimado da contratação, adequando ao valor de R\$ 16.400,00;

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 11/12/2023, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0370186** e o código CRC **845A361B**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
CAMPUS SOCORRO  
DIREÇÃO GERAL - CAMPUS SOCORRO  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

nº 0372151/2023/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

O processo em tela se enquadra conforme disponibilidade orçamentária abaixo:

EXERCÍCIO FINANCEIRO	FONTE	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	UGR	GRUPO DE DESPESA	VALOR DA DESPESA	CRÉDITO ORÇAMENTÁ
2024	1000000000	20RL - Funcionamento	154680	3 – Outras despesas correntes	R\$ 16.400,00	R\$ 1.238.199,53

Declaro que existe disponibilidade orçamentária no Instituto Federal de Sergipe (IFS) para atender a despesa em tela conforme informações acima, atendendo aos requisitos exigidos no art. 14 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Deste modo destacamos que a execução de tal despesa não compromete o planejamento orçamentário.

À Direção Geral,

Para emissão da declaração de adequação orçamentária, financeira e autorização da despesa. Após envio à DICO, para emissão de empenho ou pré-empenho.

**Observação:** Este formulário somente será considerado válido após assinatura da Diretoria ou Gerência de Administração.



Documento assinado eletronicamente por **REVSON DONATO PINTO**, Gerente, em 12/12/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0372151** e o código CRC **4220267F**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SOCORRO**  
**DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**

Despacho nº 0372200/2023/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhora Coordenadora,

Segue o processo para o atendimento do **item 2** do despacho 0370186.

Em seguida, favor enviar o processo à **DEL-REITORIA**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **REVSON DONATO PINTO, Gerente**, em 12/12/2023, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0372200** e o código CRC **0DFCDCCA**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0372200

# Termo de Referência 8/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2023	154680-INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS SOCORRO	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA	13/12/2023 11:12 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	90002/2023	23832.000482/2023-13

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, *campus* Nossa Senhora do Socorro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

QUADRO 1 - REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
GRUPO 1 CAMPUS SOCORRO	1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico:3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1	6.500,00	6.500,00
	2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1	1.800,00	1.800,00
	3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS					

	Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1	8.100,00	8.100,00
<b>TOTAL</b>						<b>16.400,00</b>

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias. A contratada tem 10 dias para iniciar os serviços, contados a partir da ordem de serviço ou assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que a prestação do serviço será imediata sem a necessidade de caráter permanente, ou seja, o pagamento será em uma ÚNICA PARCELA após serviços efetivamente prestados, de acordo com o descrito no GRUPO 1 do Quadro 1 acima.

1.5. O contrato, caso exista, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que o grupo a ser contratado é de clara quantificação e medição, isto é, os serviços podem ser mensurados por unidade de medida, cujo valor total contratado é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023, conforme detalhamento a seguir:

CAMPUS SOCORRO (Gerenciador do Planejamento da Contratação):

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000006/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1279

IV) Classe/Grupo: 941 - SERVIÇOS DE ESGOTO

V) Identificador da Futura Contratação: 154680-2/2023

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução no 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG no 1, de 19 /01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3o e 10 da Resolução CONAMA no 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

##### Indicação de marcas ou modelos

#### 4.2. SUPRESSÃO

##### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

#### 4.3. SUPRESSÃO

##### **Da exigência de carta de solidariedade**

#### 4.4. SUPRESSÃO

##### **Subcontratação**

#### 4.5. SUPRESSÃO

4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação:

4.6.2. A subcontratação fica limitada aos serviços de manutenção corretiva das 02 bombas submersas da Estação Elevatória, juntamente com seu quadro de comando;

4.6.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

##### **Garantia da contratação**

#### 4.7. SUPRESSÃO

#### 4.8. SUPRESSÃO

##### **Transição Contratual**

#### 4.9. SUPRESSÃO

4.10. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.10.1. A empresa vencedora do processo licitatório deverá realizar serviços de manutenção preventiva com limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de Inspeção e de Gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e nos Filtros Anaeróbios, com caminhão equipado com bomba e tanque compatível para transporte do material coletado, conforme programação anexa à ordem de serviço. Deverá também executar serviços de manutenção corretiva da Estação elevatória composta por duas bombas submersas e quadro de comando, incluindo troca de peças, se necessário, de forma a deixar o sistema funcionando.

4.10.1.1. Deverá ser providenciada a execução do serviço, por parte da empresa contratada, em horário combinado com o *Campus*, de forma a não prejudicar as atividades; qualquer alteração em dia e horários deverá ser previamente comunicado ao campus que poderá autorizar ou não;

4.10.1.2. Utilizar mão-de-obra especializada para a boa execução dos serviços, tendo em seu quadro funcional, equipe técnica adequada e proporcional à demanda do serviço;

4.10.1.3. A contratada deverá garantir que não fique nenhum resíduo dos serviços na superfície, gramas, calçadas e passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente;

4.10.1.4. Os efluentes recolhidos pela contratada deverão ser entregues a empresas especializadas para seu tratamento e disposição final, com apresentação de comprovante de recebimento de responsabilidade da contratada;

4.10.1.5. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA;



4.10.1.6. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;

4.10.1.7. A execução do objeto será gerida pelos fiscais administrativos e técnicos do campus, com autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização do serviço contratado;

4.10.2. Trata-se de serviço não continuado de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), campus Socorro

#### **Vistoria**

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.16. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

##### **5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

5.1.1. Início da execução do objeto será após assinatura do contrato mediante o envio de notificação pelo fiscal do contrato;

##### **5.1.2. O procedimento de manutenção preventiva com limpeza do sistema de tratamento de esgoto deve seguir os seguintes passos:**

5.1.2.1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho.

5.1.2.2. Revisão e limpeza geral com verificação do nível dos efluentes e verificação da integridade das tampas;

5.1.2.3. A tampa do DAFA e do filtro anaeróbico devem ser abertas para que ambos possam “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente desses sistemas é primordial sua abertura por alguns instantes (e vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse trâmite)

5.1.2.4. O mangote ou tubo de limpeza deve ser introduzido diretamente nas caixas de inspeção, nas caixas de gordura, no DAFA e no Filtro anaeróbico. Vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção.

5.1.2.5. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;

5.1.2.6. Emissão de relatório dos serviços realizados por parte da empresa;

5.1.2.7. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo do DAFA e nem dos Filtros Anaeróbios, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior dos mesmos.

**5.1.3. A manutenção corretiva da Estação Elevatória, com duas bombas submersível, será realizada de forma a deixar o sistema funcionando e deverá seguir os seguintes passos:**

1. Verificar o funcionamento das 02 bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V.;
2. Verificar o funcionamento dos automáticos de nível;
3. Realizar limpeza e regulagem na caixa de grade e na caixa de manobra;
4. Medir Amperagem dos equipamentos;
5. Avaliar os disjuntores, medir a voltagem e a amperagem no painel de comando;
6. Caso seja necessário, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema;
7. A manutenção das bombas deverá seguir as orientações dos fabricantes, devendo sempre haver duas bombas instaladas, sendo uma para operação e outra para reserva e rodízio. Em caso de defeito, a bomba avariada deverá ser imediatamente remetida para conserto e substituída.
8. Outras atividades que julgar necessárias visando a garantia total da elevatória de esgotos de forma a deixar o sistema funcionando

**5.1.4. Destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:**

- A destinação final dos dejetos retirados do sistema de tratamento de esgoto é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços;
- O transporte ainda deverá ser acompanhado de Manifesto emitidos através do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010);
- A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontram localizados todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nos elementos do sistema, nas vias urbanas e no prédio do IFS – Campus Socorro);
- A empresa deve-se sempre observar as recomendações das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados durante o expediente normal, no horário das 8h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feiras no IFS - Campus Nossa Senhora do Socorro.

5.1.6. O prazo máximo de execução será de 30 (trinta) dias, contados a partir do início da execução dos serviços. Início esse que ocorrerá de acordo com o agendamento prévio junto aos fiscais. As condições e prazos de recebimento são aqueles previstos no Edital e anexos da licitação.

5.1.7. O prazo para início da obra será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou ordem de serviço.

**Local da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

**IFS – Campus Socorro: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, Conjunto Marcos Freire II, Bairro Taiçoca, CEP: 49.156-183, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.**

**Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor preço global, obedecendo-se as exigências deste Termo de Referência. A LICITANTE deverá fornecer obrigatoriamente o valor dos serviços com base na tabela apresentada no item 1.1. deste Termo de Referência;

5.4.2. Os valores unitários estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.3. Os valores máximos aceitáveis estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.4. Todos os custos com materiais de consumo, hospedagem, alimentação, transporte, dentre outros, para a perfeita execução dos serviços são de responsabilidade da licitante, e devem estar inclusos na proposta.

**Especificação da garantia do serviço**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. Modelo de gestão do contrato****6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente; os ofícios e notificações. Telefonemas não serão considerados para fins de decisões administrativas sobre a execução contratual;

6.14.2. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.14.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico, através de relatório em consonância com suas atribuições, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução do contrato. O relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato após a execução dos serviços, juntamente com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto;

6.14.4. Recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, que analisará o relatório da fiscalização solicitando as correções necessárias à Contratada, se necessário, e comunicando-a para que emita nota fiscal /fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará relatórios técnicos para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. SUPRESSÃO

7.2. SUPRESSÃO

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A unidade de medida dos serviços contratados para as manutenções preventivas será a unidade (Unid);

7.3.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.3.3. A apuração do valor devido à Contratada considerará, ainda, a medição dos resultados atingidos pela prestação dos serviços no mês de competência, conforme Relatórios Técnicos;

7.3.4. As informações sobre o cálculo de multa, estão indicadas no item referente a SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Termo de Referência;

7.3.5. A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana, inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

7.3.6. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será com base nos resultados, conforme as seguintes diretrizes:

7.3.6.1. A manutenção preventiva, que envolve a limpeza de todo o sistema de tratamento de esgoto, a a manutenção corretiva que envolve as correções na estação elevatória, serão pagas após a realização dos serviços.

7.3.6.2. Os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços são:

- Correção dos defeitos verificados;
- Realização dos serviços na data pré-estabelecida;
- Adequação do material ao serviço prestado;
- Utilização das ferramentas adequadas;
- Utilização dos EPI's adequados;
- Adequação do tempo aos serviços prestados;
- Fornecimento do relatório dos serviços prestados;
- Fornecimento da ART;
- Completa realização dos serviços indicados no item 5 (MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO) deste Termo de Referência;
- Completa verificação funcional da subestação, cubículo de medição ou rede;

## **Do recebimento**

### **7.4. SUPRESSÃO**

#### **7.4.1. SUPRESSÃO**

7.4.2. O contratado também apresentará os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

7.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento (SUPRESSÃO)**

#### **Cessão de crédito**

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.36.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Critérios de aceitabilidade de preços

8.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.3.1. valor global, conforme valor estimado da licitação

8.3.2. custos unitários conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

### Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Exigências de habilitação

#### Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Ato de autorização para o exercício das atividades de manutenções preventivas e corretivas por parte dos profissionais habilitados, deverão ser, obrigatoriamente, expedido pelo CREA através de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nos termos das normas pertinentes (Lei nº 6.496/77 e nº 12.378/2010), podendo, caso necessário, ser auxiliado por assistente. A empresa também deverá apresentar Registro ou inscrição no conselho profissional competente, CREA.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.25. SUPRESSÃO

8.26. SUPRESSÃO

8.27. SUPRESSÃO

8.28. SUPRESSÃO

8.29 SUPRESSÃO

8.30. SUPRESSÃO

8.31. SUPRESSÃO

#### **Qualificação Técnica**

8.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- 8.32.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 8.33. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, CREA;
- 8.33.1. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada, além do registro no CREA, Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;
- 8.34. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- 8.34.1. Técnico(s) Responsável(is): compete os serviços de supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- 8.34.2. Técnicos auxiliares: compete os serviços de manutenção do sistema de tratamento de esgoto de acordo com suas atribuições;
- 8.35. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 8.36. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.37. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.37.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de 02 atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 8.37.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 8.37.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 8.37.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;
- 8.37.5. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.38.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38.3. Prova do atendimento aos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.39.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 16.400,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. SUPRESSÃO

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: REQUISITANTE GERENCIADOR

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

COORDENADORA DE MANUTENÇÃO



*Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 11:54:02.*

Despacho: ORDENADOR DE DESPESAS.

**JOSE FRANCO DE AZEVEDO**

DIRETOR GERAL - CAMPUS SOCORRO



*Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 10:30:21.*

Despacho: INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**DIANA INGRID PORTO FONTES CANUTO**

Pregoeiro



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SOCORRO**  
**DIREÇÃO GERAL - CAMPUS SOCORRO**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**  
**COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO - CAMPUS SOCORRO**

Despacho nº 0373329/2023/CM - SOC/CADM - SOC/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhora Diretora,

Segue processo com as demandas atendidas de acordo com o despacho 0370186.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA, Coordenador(a)**, em 13/12/2023, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0373329** e o código CRC **BCB890BB**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0373516/2023/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À GADM/CAMPUS SOCORRO,

Restou inserir o detalhamento da despesa realizado no SIAFI.

Saneada esta pendência, devolver os autos para divulgação da dispensa eletrônica.

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 13/12/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0373516** e o código CRC **E42C827A**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0373516





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SOCORRO**  
**DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**

Despacho nº 0373537/2023/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhor Diretor,

Em atendimento ao **item 1** do despacho 0370186, respondi conforme a declaração de disponibilidade orçamentária 0372151.

Porém, o despacho 0373516 solicita a esta Gerência o detalhamento da despesa realizado no SIAFI.

Assim, solicito a Vossa intervenção no sentido de nos orientar se o referido detalhamento da despesa no SIAFI é possível, uma vez que a despesa está prevista para a realização no **exercício financeiro de 2024**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **REVSON DONATO PINTO, Gerente**, em 13/12/2023, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0373537** e o código CRC **0BBC8F6A**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS - PROAD**

Despacho nº 0373808/2023/DICOF - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À GADM-SOC.

O registro do detalhamento orçamentário no SIAFI, feito por Nota de Dotação (ND), somente é realizado quando a despesa a ser contratada ocorre no próprio exercício. Como neste processo, a declaração de disponibilidade orçamentária e a de adequação orçamentária e financeira se referem ao orçamento de 2024, não é possível registrá-las (detalhar a despesa) no SIAFI2023.

Por oportuno, ressaltamos que é conveniente que todo processo de compras, independente da modalidade de licitação, passe pela contabilidade para opinarmos sobre a coerência do CATMAT ou CATSER com a natureza da despesa orçamentária. A não observância desse rito pode impossibilitar a emissão de empenho, se houver incoerência. No caso do termo de referência (0373328), verificamos que o CATSER informado está coerente, pois será utilizada a ND 33903916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO TAVARES DOS SANTOS, Diretor(a)**, em 13/12/2023, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0373808** e o código CRC **A24B1432**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SOCORRO**  
**DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**

Despacho nº 0373965/2023/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhora Chefe de Departamento,

Segue o despacho 0373808 em resposta à solicitação do detalhamento da despesa realizado no SIAFI constante no despacho 0373516.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **REVSON DONATO PINTO, Gerente**, em 13/12/2023, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0373965** e o código CRC **716525CB**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0373965



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0390792/2024/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À pregoeira Andreia,

Encaminho os autos para elaboração de minutas de edital e seus anexos, que será um pregão tradicional.

Consta Declaração de Disponibilidade Orçamentária para o exercício financeiro 2024. Atentar-se para solicitar o detalhamento da despesa quando do retorno da procuradoria, o que deve ser suprido antes da publicação do edital.

A licitação ocorrerá nos moldes da nova Lei de Licitações e Contratos (nº 14.133/2021) e a minuta de edital e demais anexos encontra-se disponível no portal de Compras Governamentais.

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 08/01/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0390792** e o código CRC **E79475DA**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

**PORTARIA Nº 3025, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020**

**A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, e considerando o decreto 10.024/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem a função de Pregoeiros Oficiais/Equipe de Apoio da Reitoria deste Instituto:

Ancilla Miriam Carvalho Moura, CPF: 011.938.33574, matrícula SIAPE 1141047;  
Andreia dos Santos Almeida, CPF: 000.120.80551, matrícula SIAPE 1873946;  
Clara de Assis Dantas dos Santos, CPF: 036.180.085-11, matrícula SIAPE 2187683;  
Karine Lessa Dantas, CPF: 010.318.115-67, matrícula SIAPE 2414072;  
Lorena de Souza Silva Medeiros, CPF: 028.108.585-43, matrícula SIAPE 2153830;  
Maria Alice Correa de Moraes, CPF: 326.514.735-53, matrícula SIAPE 2152187;  
Mary Lourdes Santos, CPF: 839.447.295-87, matrícula SIAPE 2320973;  
Priscilla Karine Santos Corrêa, 019.339.395-67, matrícula SIAPE 2152526;  
Rômulo Santana do Amaral, CPF: 006.805.415-78, matrícula SIAPE 2733632;  
Valdemar Alves da Costa Neto, CPF: 035.806.20550, matrícula SIAPE 1743872;  
Victor Emanuel Nascimento de Abreu Oliveira, CPF: 051.229.445-39, matrícula SIAPE 2993259;  
Waldik Viana da Silva, CPF: 947.884.722-87, matrícula SIAPE 1344019.

Art. 2º Determinar que, nas ausências e impedimentos legais do pregoeiro, qualquer pregoeiro da Equipe de Apoio exerça a função de pregoeiro.

Art. 3º Estabelecer que o Pregão seja realizado com a presença de um pregoeiro e, no mínimo, um membro da Equipe de Apoio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. O documento assinado pode ser baixado através do endereço eletrônico [https://sipac.ifs.edu.br/public/jsp/boletim\\_servico/busca\\_avancada.jsf](https://sipac.ifs.edu.br/public/jsp/boletim_servico/busca_avancada.jsf), através do número e ano da portaria.

# Edital 1/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA	10/01/2024 09:37 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23832.000482/2023-13

## Preâmbulo

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2024.

(Processo Administrativo nº 23832.000483/2023-13)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS – Reitoria, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado na Rua Francisco Portugal, nº 150, Bairro Salgado Filho, CEP: 49020-390, Aracaju/SE, inscrito no CNPJ /MF sob o nº 10.728.444/0001-00, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. Do registro de preços

### ~~2. DO REGISTRO DE PREÇOS (SUPRESSÃO)~~

### 2. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 3 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 **Havendo divergências entre as especificações descritas neste instrumento e o sistema Comprasnet, prevalecerão as deste Edital.**

### **3. Da participação na licitação**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,

acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



## 4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

~~4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.~~ **(SUPRESSÃO)**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. ~~(SUPRESSÃO) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.~~

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1. valor total do item;**

**5.1.2. Marca;** ~~(SUPRESSÃO)~~

**5.1.3. Fabricante;** **(SUPRESSÃO)**

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

~~5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006. (SUPRESSÃO)~~

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11.( SUPRESSÃO) ~~Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções~~

~~coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.~~

~~5.12. (SUPRESSÃO) Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.~~

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

### **6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

~~6.12. (SUPRESSÃO) Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.~~

~~6.12.1.(SUPRESSÃO) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.~~

~~6.12.2.(SUPRESSÃO) Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~6.12.3. (SUPRESSÃO) No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

~~6.12.4. (SUPRESSÃO) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~6.12.5.(SUPRESSÃO) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.~~

~~6.13.(SUPRESSÃO) Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.~~

~~6.13.1.(SUPRESSÃO) Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

~~6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~6.13.3.(SUPRESSÃO) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~6.13.4. (SUPRESSÃO) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~

~~6.13.5.(SUPRESSÃO) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~6.13.6. (SUPRESSÃO) Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

~~6.22.2 (SUPRESSÃO) [Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:~~

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

~~7.4. (SUPRESSÃO) Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.~~

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~7.7.(SUPRESSÃO) Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

1. 7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, caso necessário, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.12.2. (SUPRESSÃO)** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**7.12.3. (SUPRESSÃO)** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. **(SUPRESSÃO)** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. **(SUPRESSÃO)** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. **(SUPRESSÃO)** ~~Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.~~

7.16. **(SUPRESSÃO)** ~~Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.~~

7.17. **(SUPRESSÃO)** ~~Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

7.18. **(SUPRESSÃO)** ~~No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.~~

7.19. **(SUPRESSÃO)** ~~Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.~~

## 8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos previstos no item 8 do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão encaminhados, exclusivamente por meio do sistema.**

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

~~8.13.2. (SUPRESSÃO) Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.~~

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. Da formação do cadastro de reserva**

### **~~10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA (SUPRESSÃO)~~**

## **9. Da ata de registro de preços**

### **~~9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (SUPRESSÃO)~~**

## **11. Dos recursos**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br).

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, [licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br) e [andrea.almeida@ifs.edu.br](mailto:andrea.almeida@ifs.edu.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



## 14. Das disposições gerais

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III - Projetos arquitetônicos - elementos do sistema

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 10/01/2024 às 09:37:53.*

Contrato 1/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA	10/01/2024 09:17 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23832.000482/2023-13

PREÂMBULO

TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23832.000482/2023-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A União / Autarquia ..... / Fundação ....., (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no DOU de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23832.000482/2023-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. Cláusula primeira - do objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...				[A3]		

1.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.

~~2.3. (SUPRESSÃO) O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. (SUPRESSÃO) A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ,~~ **atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:**

1.
  - a. 1.1. **Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;**
  - b. 1.2. **Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;**
  - c. 1.3. **Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;**
  - d. 1.4. **Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;**
  - e. 1.5. **Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.**

1.

**2.5. (SUPRESSÃO) O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.**

**2.6. (SUPRESSÃO) A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.**

**2.7. (SUPRESSÃO) Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.**

**2.8. (SUPRESSÃO) O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.**

### 3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. Cláusula quarta - subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. Cláusula quinta - preço

~~5.1. (SUPRESSÃO) O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).~~

1.

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. Cláusula sétima - reajuste

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. Cláusula oitava - obrigações do contratante**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. Cláusula nona - obrigações do contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme Termo de referência;

9.24.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância.

9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.26.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. 1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. 3. der causa à inexecução total do contrato;
- d. 4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. 5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. 6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. 7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. 8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

### IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias ;

2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1.

2.1.1.

2.1.1.1.

a. 2.1.1.1.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

. 1.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### 13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. 1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. 2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**13.4. (SUPRESSÃO) ~~O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~**

~~13.5. (SUPRESSÃO) O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~13.6. (SUPRESSÃO) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~13.7. (SUPRESSÃO) Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.~~

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3 Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.

I. 1.1. Gestão/Unidade:

II. 1.2. Fonte de Recursos:

III. 1.3. Programa de Trabalho:

IV. 1.4. Elemento de Despesa:

V. 1.5. Plano Interno:

#### VI. 1.6. Nota de Empenho:

1.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. Cláusula décima sexta - alterações**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **17. Cláusula décima sétima - publicação**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **18. Cláusula décima oitava - foro**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Sergipe, Seção Judiciária de Aracaju para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA**

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 10/01/2024 às 09:17:09.





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
REITORIA  
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA  
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL  
DIVISÃO DE SERVIÇOS - DS-DEL

**APÊNDICE CERTIFICAÇÃO PROCESSUAL**

**CERTIFICAÇÃO PROCESSUAL**

*Ordem de Serviço Conjunta Reitoria/PF-IFS nº 01/2015, de XX de fevereiro de 2015.*

**IDENTIFICAÇÃO PROCESSUAL:**

**Processo IFS nº: 23832.000482/2023-13**

**Volume(s):** ( x ) Único ( ) 02 ( ) 03 ( ) 04 ( ) 05 ( ) Outros: Pelo SEI não há quantidade de volumes.

**Quantidade de laudas;** No SEI não há numeração de páginas.

**Há processo(s) apensado(s)?** ( x ) Não ( ) Sim

*Caso sim, identifi cá-lo(s):* Processo IFS nº :

**Interessado(s):** CM/Campus Socorro

**CARACTERIZAÇÃO LICITATÓRIA:**

( ) Aquisição ( X ) Contratação DOD/DFD: (nº SEI do documento)

**MODALIDADE:**

( x ) Pregão sem SRP ( ) Pregão com SRP ( ) Convite ( ) Tomada de Preços

( ) Concorrência ( ) Leilão ( ) Concurso ( ) Dispensa ( ) Inexigibilidade

**TIPO:**

( X ) Menor Preço: ( ) por item ( x ) por grupo ( ) por item e grupo

( ) Melhor Técnica ( ) Técnica e Preço

Descrição do objeto:

Valor Estimado da contratação/aquisição: R\$ 16.400(dezesseis mil e quatrocentos).

**CONSTAM dos autos em epígrafe as seguintes peças/documentos:**

- ☐ Termo de Autorização de Licitação, assinado pela autoridade competente (nº SEI do documento)
- ☒ Propostas e documentação pertinente à pesquisa de preços (nº SEI 0369885,0369890 e 0369892 )
- ☒ Designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio (nº SEI 0392606)
- ☐ Pareceres técnicos ou jurídicos sobre a licitação/dispensa/inexigibilidade (nº SEI do documento)
- ☐ Declaração de Regularidade Fiscal, Certidões Negativas de Improbidade Administrativa e de Débitos trabalhistas (nº SEI do documento)
- ☒ Pré-empenho, codificação e apontamento da natureza da Despesa, previsão de impacto orçamentário-financeiro e declaração de compatibilidade da despesa a ser criada com as normas orçamentárias vigentes (nº SEI 0372151 - declaração de disponibilidade)
- ☒ Termo de Referência, aprovado pela autoridade competente (nº SEI 0373328)
- ☒ Edital/convite (e respectivos anexos), aprovado pela autoridade competente (nº SEI 0392641)
- ☒ Termo de contrato (nº SEI 0392643)
- ☐ Extrato da Intenção do Registro de Preços – IRP (nº SEI )
- ☐ Ata de Registro de Preços (nº SEI 0032672)
- ☐ Outros ( \_\_\_\_\_ ) (nº SEI do documento)

**CERTIFICO:**

Que as minutas integrantes do presente processo foram extraídas do sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União – AGU (Modelos de Licitações e Contratos) no endereço <http://www.agu.gov.br>;

Que conferi tratar-se de modelos de minutas atualizados, tendo rubricado todas as páginas dos documentos, conforme estabelecido na **Ordem de Serviço Conjunta Reitoria / PF-IFS nº 01/2015, de 10 de abril de 2015**; e

Que a instrução processual foi devidamente cotejada com as listas de verificação (*check-lists*) disponíveis no mesmo sítio acima apontado, justificando nos autos os documentos faltantes (*caso seja necessário*). E ainda,

**DECLARO** que:

- ☐ **Utilizei** Parecer Referencial confeccionado previamente pela PF/IFS, atendendo suas condicionantes conforme o caso requer.
- ☐ **Não utilizei** Parecer Referencial confeccionado previamente pela PF/IFS, pelos motivos a seguir expostos:

**DECLARO** que:

☐ **Não foram realizadas quaisquer alterações nas minutas.**

( x ) Foram **incluídos** os trechos **negritados e sublinhados** na minuta de:

( ) Edital ( ) Contrato ( ) Termo de Referência

( ) Outros: \_\_\_\_\_

Pelos motivos a seguir expostos (especificar item incluído):

**1.3 do edital – Divergências entre compras.gov e edital** – necessário para clareza da licitação.

**8.5 do edital – envio de documentos de habilitação pelo sistema** – necessário para que os licitante não envie por email.

( x ) Foram **suprimidos** os trechos indicados pela expressão **(SUPRESSÃO)** na minuta de:

( x ) *Edital* ( ) *Contrato* ( ) *Termo de Referência* ( ) *Outros*:

*Pelos motivos a seguir expostos (especificar item suprimido)*

## **EDITAL**

**2 do edital – Do registro de preços** – não se aplica, a licitação será tradicional.

**4.1 do edital – Antecipação da fase de habilitação** – não se aplica.

**4.12.2 do edital – percentual de desconto inferior ao lance** – não se aplica.

**5.1.2 e 5.1.3 do edital – Marca e fabricante** – não se aplica.

**5.7 do edital - Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional** – não se aplica.

**5.11, 5.12 e 7.7 do edital – Serviço com fornecimento de mão de obra exclusiva** – não se aplica.

**6.12 e 6.13 do edital – modo de disputa aberto e fechado e fechado e aberto** – será adotado o modo “aberto” para esta licitação.

**6.22.2 do edital – preço diferentes em razão do local de entrega** - não se aplica

**7.4 e 8.13.2 do edital – inversão de fases** – não se aplica.

**7.12.2 a 7.12.5 do edital – produtividade** – não se aplica

**7.15 a 7.19 do edital – apresentação de amostra** – não se aplica.

**9 e 10 do edital – Da Ata de registro de preços e Da Formação do castro reserva** – não se aplica.

## **CONTRATO**

**2.3 a 2.8 do contrato – prorrogação** – não se aplica. O contrato não será prorrogado.

**5.1 do contrato - valor mensal** - suprimido porque o melhor texto que se adequa é o constante do item 5.2.

**13.4 a 13.7 do contrato – extinção contractual** - suprimido porque o melhor texto que se adequa é o constante do item 13.1

( ) Foi **incluída cláusula específica** na minuta de:

( ) *Edital* ( ) *Contrato* ( ) *Termo de Referência*

( ) *Outros*: \_\_\_\_\_

*Pelos motivos a seguir expostos (especificar cláusula):*

DECLARO, ao final, possuir competência para firmar a presente certificação.

Andreia Dos Santos Almeida

Chefe da Divisão de Serviços



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 10/01/2024, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0392644** e o código CRC **852BE5F6**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
REITORIA  
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA  
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL  
DIVISÃO DE SERVIÇOS - DS-DEL

**LISTAS DE VERIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

**(SALVO DE ENGENHARIA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)**

Obs.1: Na coluna "ESTADO" preencher apenas com as letras "S", "N", "N.A.", sendo:

S – SIM

N – NÃO

N.A.– NÃO SE APLICA

Obs.2: Na utilização da presente lista deverão ser analisadas e verificadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida por justificativas ou enquadramentos específicos ou se deve haver complementação da instrução.

Obs. 3: O agente que vier a utilizar esta lista deverá remover as seções que não se aplicarem ao caso.

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMUNS Obs: essa lista refere-se a serviços comuns, excluindo-se contratação de solução de TI e serviços de engenharia	ESTADO S/N/ N.A.
1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009?  Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”	S
2. Consta o documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES 05/2017?	S
2.1. A contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES 05/2017?	S
2.2 Há manifestação sobre a observância do alinhamento com o Plano Estratégico do órgão ou entidade, quando houver? (art. 1º, inc. III, IN SEGES 05/2017)	S

2.3. Da solicitação/requisição constam os itens do inciso I do art. 21 da IN/SEGES 5/2017?	S
2.4. O objeto requisitado está contemplado no Plano Anual de Contratações, de acordo com a IN SEGES nº 1/2019?	S
3. Foi instituída Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitação? (art. 21, inc. III, IN/SEGES 5/2017 )	S
<p>4. Foi elaborado e juntado ao processo os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020? (art. 20, art. 24 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020)</p> <p>Obs.1: O art. 8º, I da IN SEGES/ME nº 40/2020 estabelece que é facultada a elaboração dos Estudos Preliminares nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</p> <p>Obs.2: Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos que não forem estabelecidos como padrão (art. 7º, §3º da IN SEGES/ME nº 40/2020)</p>	S
4.1. Os estudos desenvolvidos atenderam a todas as exigências do art. 7º da IN SEGES 40/2020?	S
4.2. A não previsão, nos estudos preliminares, de qualquer dos conteúdos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020 foi devidamente justificada no próprio documento? (art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020)	N.A
4.3. Consta a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente? (art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19)	S
<p>5. Foi elaborado e junto aos autos o Mapa de Riscos previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do anexo IV da IN/SEGES 5/2017? (arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017)</p> <p>Obs.: O §2º do artigo 20 da IN 05/2017 estabelece que ficam dispensadas da elaboração do mapa de riscos, na fase de planejamento da contratação, as contratações de serviços cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.</p>	S
5.1. O mapa confeccionado atende às exigências do art. 25 da IN/SEGES 5/2017?	S

5.2. No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada? (art. 18, §1º, IN/SEGES 5/2017)	N.A
5.2.1. Optou-se por uma das formas de controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)?	N.A
5.2.2. Justificou a opção na forma do §2º do mesmo artigo 18?	N.A
6. O Termo de Referência ou Projeto Básico elaborado pelo setor requisitante baseou-se nos Estudos Técnicos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Diretrizes constantes do Anexo V, da IN 5/2017? (art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN/SEGES 05/2017)	S
6.1. Foram utilizados os modelos de minutas padronizadas de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V da IN/SEGES 05/2017?	S
6.1.1. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência da AGU?	S
7. Foram observadas as orientações dos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no que couber? (art. 29, IN/SEGES 05/2017)	S
8. Houve consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, com manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados na contratação? (IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 5º)	NÃO CONSEGUI IDENTIFICAR
9. Consta a aprovação do termo de referência ou do projeto básico pela autoridade competente? (art. 14, II, do Decreto 10.024/19; art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93)	S
10. Constam estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos das Instruções Normativas SLTI/MP nº 5/2014 ou SEGES/ME nº 73/2020 (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 3º, XI, “a”, “2” do Decreto 10.024/19 e arts. 15, III, 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 7º, inc. V e VI da IN SEGES/ME nº 40/2020, e art. 30, inc. X, da IN/SEGES nº 5/2017)?	S



10.1 Consta manifestação da área técnica com análise dos preços obtidos na pesquisa (art. 2º, §§ 1º a 6º da IN 5, de 2014)?	S
10.2 No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, consta planilha de formação de preços nos termos do subitem 2.9, “b” do Anexo V da IN SEGES/MP nº 5/2017?	N.A
11. Tratando-se de atividade de custeio, foi observado o art. 3º do Decreto 10.193 c/c art. 3º da Portaria MP nº 249/2012?	S
12. Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não seja SRP? (art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei 8.666/93)	Consta apenas a declaração de disponibilidade orçamentária
12.1. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16? (ON/AGU 52/2014)  Obs. 1: ON AGU 52: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000.”	Pendente
13. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral União? (Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017).	S
13.1. Eventuais alterações nos modelos ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	S

<b>LISTA DE VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO PRECEDIDA DE LICITAÇÃO</b>	<b>ESTADO S/N/N.A.</b>
14. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto como sendo serviço comum? (ON AGU nº 54/2014)  ON AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.	S
14.1 Sendo enquadrado o objeto como serviço comum, foi adotado o pregão? (art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º do Decreto 10.024/2019)	S

15. Sendo adotado o pregão, a autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio? (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19)	S
15.1. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico? (art. 1º, §4º do Decreto 10.024/2019)	N.A
16. Sendo adotada modalidade de licitação diversa do pregão, consta designação da Comissão de Licitação? (art. 38, III, da Lei 8.666/93)	N.A
17. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório? (art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19)	S
18. Há minuta de edital? (art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 8º, VII do Decreto nº 10.024/19 e art. 40 da Lei 8.666/93)	S
18.1. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos convocatórios da Advocacia-Geral União? (Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017).	S
18.1.1. Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	S
18.2. A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital? (art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93)  Obs. 1: se a Administração Pública desejar substituir o contrato por outros instrumentos hábeis na forma do art. 62 da Lei 8.666/93, deverá justificar a decisão.	S
18.3. Tratando-se de modalidade diversa do pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários está anexo ao edital? (art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93)	N.A
19. Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo? (art. 21, VI, da IN CONJUNTA MP/CGU 01/2016)	S

<b>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-</b>	<b>ESTADO-</b>
<b>20. Autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto 7.892/2013?</b>	<b>S / N / N.A.-</b>

21. Foi realizado procedimento de Intenção de Registro de Preços — IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados? (art. 4º e 5º, I, do Decreto 7.892/13)	
21.1. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços — IRP, há justificativa do órgão gerenciador? (art. 4º, §1º, do Decreto 7.892/13)	
21.2. Foram adotadas pelo órgão gerenciador as medidas do §3º do art. 4º do Decreto 7.892/2013?	
22. No caso de existir órgãos ou entidades participantes, o órgão gerenciador consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo? (art. 5º, II, do Decreto 7.892/13)	
23. Foram consolidados os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º do Decreto 7.892/13? (art. 5º, IV, do Decreto 7.892/13)	
24. O órgão gerenciador confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência? (art. 5º, V, do Decreto 7.892/13)	
25. Foi utilizado o modelo padronizado de ata de registro de preços da Advocacia-Geral da União? (Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas)	
25.1. Eventuais alterações no modelo ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	
26. O Edital permite a adesão a não participantes? (Art. 22 do Decreto nº 7.892/13)	
26.1 Houve justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não-participantes? (Acórdão nº 757/2015 — Plenário do TCU)	
26.2 Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos para máximos por adesão e totais, nos termos do art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A do Decreto nº 7.892/13?	
27. A licitação adota o critério de adjudicação por item?	
27.1 Caso utilizado critério de adjudicação por preço global de grupo de itens, foi apresentada justificativa? Atentar para a recomendação do TCU, emanada no acórdão 2037/2019 Plenário, nos seguintes termos: 9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015 Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...]— 9.6.3. obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens — arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013, todos do Plenário.—	

<b>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>OBS:</b> Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014, a manifestação jurídica nas contratações diretas pelo pequeno valor (fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93) é dispensável quando inexistir dúvida jurídica e forem usadas minutas padronizadas (como as minutas da AGU).—	<b>ESTADO—</b> <b>S / N / N.A.—</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------

28. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto dentro das hipóteses do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de legislação específica pertinente, com indicação expressa do fundamento legal utilizado?

OBS 1: Orientação Normativa AGU n. 12, de 01/04/2009: Não se dispensa licitação, com fundamento nos incs. V e VII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite.

OBS 2: Orientação Normativa n. 13, de 01/04/2009: empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993.

OBS 3: Orientação Normativa n. 14, de 01/04/2009: Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.

28.1. Nas hipóteses do art. 24, incisos IV e XXXV, houve demonstração da caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, conforme o caso, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso I da Lei nº 8.666/93?

29. Constam dos autos as razões para escolha do executante a ser contratado?

30. Consta dos autos prova: a) de regularidade fiscal federal; b) de regularidade com a Seguridade Social; c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) de regularidade trabalhista; e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e f) ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão (artigo 27 e seguintes da Lei 8.666/1993)?

OBS: A consulta deve ser feita nos seguintes endereços:

a) SICAF;—

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));—

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).—

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.teu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);—

OBS 2: Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “e” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidocsapf.apps.teu.gov.br/>).

<p>31. Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? (art. 6º, III da Lei nº 10.522/02)-</p> <p>OBS: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.-</p>	
<p>32. Houve o reconhecimento da dispensa de licitação e a sua ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a publicação do respectivo extrato, no prazo de 5 (cinco) dias?-</p> <p>OBS: Registre-se que a Orientação Normativa AGU n. 33, de 13/12/2011, dispensa a publicação do extrato contratual caso seja publicado o ato de autorização/ratificação da contratação direta.-</p> <p>OBS 2: Nos termos da Orientação Normativa AGU n. 34, de 13/12/2011, as contratações diretas fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 dispensam inclusive a publicação do ato que autoriza/ratifica a contratação direta, sem prejuízo de outros meios de publicidade do ato.-</p>	

Andreia Dos Santos Almeida

Chefe da Divisão de Serviços

Portaria 3056/2020



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 10/01/2024, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0392665** e o código CRC **0A6BE66D**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**  
**DIVISÃO DE SERVIÇOS - DS-DEL**

Despacho nº 0392753/2024/DS - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Bom dia,

1. Segue processo para envio a procuradoria para análise jurídica.

Andreia Dos Santos Almeida

Chefe da Divisão de Serviços

Portaria 3056/2020

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 10/01/2024, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0392753** e o código CRC **801EF6EB**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0393187/2024/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À DLC,

Finalizada a elaboração das minutas de edital e seus anexos, encaminho os autos para análise jurídica.

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 10/01/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0393187** e o código CRC **2215AD94**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0393187





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**

Despacho nº 0395061/2024/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Ao DEL,

Noto a ausência de termo de referência atualizado, uma vez que a última versão de ID 0373328 pode ter sido alterada. Como é costumeiro que os documentos a serem analisados são anexados um seguido de outro. Também não foi identificado registro de anexo no ID 0392641 de anexos, diferente da situação no sistema ComprasNet. Sendo assim, envio para manifestação.

Atenciosamente,

**Valdemar Alves da Costa Neto**  
Diretor de Licitações e Contratos  
Portaria nº 1603/2020



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMAR ALVES DA COSTA NETO, Diretor(a)**, em 15/01/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0395061** e o código CRC **AA9EAA4B**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0395115/2024/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À DLC,

Reforço que o Termo de Referência (0373328) foi atualizado após a pesquisa de preços e que o Edital possui os seguintes anexos, conforme descrito em seu tópico 14.10:

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (0373328);

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (0362659);

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato (0392643)

14.11.3. ANEXO III - Projetos arquitetônicos - elementos do sistema (0359497);

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 15/01/2024, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0395115** e o código CRC **7CCD42B7**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**

Despacho nº 0411947/2024/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À PROAD,

Cuidam estes autos de processo para formação de ata de registro de preços para contratação futura de empresa especializada na manutenção corretiva e preventiva dos esgotos sanitários do IFS.

Após elaboração dos artefatos necessários, envio para:

1. Análise jurídica.

Atenciosamente,

**Valdemar Alves da Costa Neto**  
Diretor de Licitações e Contratos  
Portaria nº 1603/2020



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMAR ALVES DA COSTA NETO, Diretor(a)**, em 09/02/2024, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0411947** e o código CRC **6173B0AD**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**

Despacho nº 0412023/2024/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À Reitoria,

Para envio à Procuradoria para análise jurídica.

Att,



Documento assinado eletronicamente por **IDER DE SANTANA SANTOS, Pró-Reitor(a)**, em 09/02/2024, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0412023** e o código CRC **EEF787B4**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0412023



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
REITORIA**

Despacho nº 0412185/2024/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhor Procurador,

Segue, para avaliação e emissão de parecer.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **RUTH SALES GAMA DE ANDRADE, Reitor(a)**, em 09/02/2024, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0412185** e o código CRC **78473A78**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0412185



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
SERGIPE  
PROCURADORES DO IFS

**PARECER n. 00046/2024/PROC.IFS/PFIFSERGIPE/PGF/AGU**

**NUP: 23832.000482/2023-13 (SEI)**

**INTERESSADOS: CAMPUS NOSSA SENHORA DO SOCORRO/IFS E OUTROS**

**ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO E OUTROS**

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇO NÃO CONTINUADO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133, DE 2021, DECRETO Nº 11.462, DE 2023, PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME nº 65, DE 2021, DECRETO Nº 10.947, DE 2022, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 2022, PORTARIA ME Nº 7.828, DE 2022, DECRETO Nº 11.246, DE 2022, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 2022. PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2022, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, NO QUE COUBER. REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO. REGULARIDADE JURÍDICA COM RESSALVAS.

1. **RELATÓRIO**

2. Trata-se de processo administrativo encaminhado a este órgão consultivo, para análise da regularidade jurídica do procedimento e da minuta de Edital de Pregão Eletrônico, que tem por objeto a contratação da prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe - IFS, Campus Nossa Senhora do Socorro, no valor estimado de R\$ 16.400,00.

3. Os presentes autos encontram-se instruídos com os seguintes documentos, pertinentes à presente análise:

- Portaria - IFS, designando unidade supridora, id [0335585](#);
- documento de formalização da demanda, DFD, no formato digital, id [0335590](#);
- estudos técnicos preliminares - ETP, no seu formato digital, id [0362659](#), e seus anexos nos ids [0359475](#), [0359484](#), [0359497](#) e [0359507](#);
- mapa de gerenciamento de riscos, no formato digital, id [0358521](#);
- pesquisa de preços, id [0369885](#) e [0369890](#), com mapa comparativo de preços e despacho contendo considerações a respeito da pesquisa de mercado, id [0369892](#);
- termo de referência, no formato digital e assinado pela autoridade competente - id [0373328](#);
- Portaria IFS com ato de designação do pregoeiro e equipe de apoio, id [0392606](#);
- indicação da disponibilidade orçamentária, id [0372151](#);
- minuta de edital, id [0392641](#), estando a minuta do contrato como anexo, id [0392643](#);
- lista de verificação da regularidade processual, id [0392665](#);
- certificado de adoção das minutas padrão da AGU, id [0362727](#) e [0392644](#);
- encaminhamento para análise jurídica, id [0412185](#).
- **Obs.: Resta ausente nos autos a autorização da autoridade competente para a presente licitação, a ser providenciado.**

4. É o relatório.

## 5. DA FUNDAMENTAÇÃO

## 6. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

7. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

8. Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC nº 7.

9. Feita a ressalva, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

## 10. DA VEDAÇÃO DA APLICAÇÃO COMBINADA DA LEI N.º 14.133, de 2021 COM A LEI N.º 8.666, de 1993, A LEI N.º 10.520, de 2002 E A LEI N.º 12.462, DE 2011.

11. Não é demais destacar a vedação da aplicação combinada da Lei nº 14.133, de 2021 com a Lei nº 8.666, de 1993, Lei nº 10.520, de 2002 e a Lei nº 12.462, de 2011 (vide art. 191, da Lei nº 14.133, de 2021 e item 217 do PARECER n. 00002, de 2021/CNMLC/CGU/AGU, NUP: 00688.000716, de 2019-43, sequencial 460).

## 12. DA AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS E DAS NORMAS DE GOVERNANÇA

13. Para atividades de custeio, deve a Administração Pública comprovar que foi obtida autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do [Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019](#). A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 2019. Neste ponto, registro que tal providência já existe na Portaria MEC nº 243/2020.

14. Deverá ser atestado nos autos que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual da entidade (o que foi feito no subitem 2.2 do TR - id [0373328](#), e item 11 do ETP - id [0362659](#)), além de outros instrumentos de planejamento da Administração ([Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022](#), art. 7º da IN SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022 e Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021).

15. **Por fim, deve manifestar-se sobre a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do [Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015](#), a ser providenciado.**

## 16. DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COMO MODALIDADE DE LICITAÇÃO

17. Vê-se que a escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, foi adequada, pois o serviço a ser contratado foi qualificado como comum pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014, vide subitem 1.2 do TR - id [0373328](#)). Destaque-se que, à luz do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133, de 2021, somente é possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço ou maior desconto.

## 18. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

## 19. Da recomendação para adoção do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP)

20. A Advocacia-Geral da União (AGU) elaborou, em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), que se caracteriza como um guia destinado a orientar gestores públicos em procedimentos de contratação.

21. Recomenda-se que o planejamento da contratação seja realizado em conformidade com as diretrizes constantes do referido instrumento, que se encontra disponível em: <https://www.gov.br/agu/ptbr/comunicacao/noticias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos.pdf> ou em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais/manual-fase-interna>.

22. Cabe à Administração, portanto, observar o IPP, que vai servir como referência para as contratações públicas em todo o país. O documento está em formato de um verdadeiro manual, cujo objetivo central é facilitar e, ao mesmo tempo, dar maior segurança à atuação dos administradores públicos, de modo a prevenir eventuais riscos e conferir economia de tempo e de recursos nos processos licitatórios e nas contratações diretas.

### 23. Documentos necessários ao planejamento da contratação

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a IN SEGES nº 58, de 2022, a IN SEGES/ME nº 81, de 2022 e a IN SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável, no que couber, por força da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) documento para formalização da demanda;
- b) estudo técnico preliminar;
- c) mapa(s) de risco;
- d) termo de referência.

24. Dito isso, percebe-se que os documentos foram juntados, em seus formatos digitais, nos ids [0335590](#) (DFD), [0362659](#) (ETP), [0358521](#) (mapa de riscos), [0373328](#) (TR).

25. Embora sejam documentos de natureza essencialmente técnica, faremos algumas observações a título de orientação jurídica.

### 26. Documento para formalização da demanda e estudos preliminares: principais elementos

27. Da análise do documento de formalização da demanda (id [0335590](#)), percebe-se que foram previstos os conteúdos do art. 8º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, especialmente a justificativa da necessidade da contratação, o nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável e a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação.

28. Quanto aos estudos preliminares, a equipe de planejamento deverá certificar-se de que trazem os conteúdos previstos no art. 9º, da IN SEGES nº 58, de 2022. Eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos art. 9º, da IN SEGES nº 58, de 2022, deverá ser devidamente justificada no próprio documento, consoante art. 9º, § 1º, da IN SEGES nº 58, de 2022.

29. No caso, verifica-se que a Administração juntou o estudo técnico preliminar - ETP, no seu formato digital, no id [0362659](#). Percebe-se que referido documento contém, em geral, os elementos exigidos pela IN SEGES nº 58, de 2022.

### 30. Gerenciamento de riscos

31. Cabe pontuar que “**Mapa de Riscos**” não se confunde com cláusula de matriz de risco, a qual será tratada quando da minuta de contrato e é considerada como a caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em que se aloca, de forma prévia e acertada, a responsabilidade das partes por possível ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Assim, a idealização e elaboração do “Mapa de Riscos” não supre a



necessidade da Administração Pública, em momento oportuno, discutir **a matriz de riscos a ser estabelecida no instrumento contratual** (item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023).

32. O Gerenciamento de Risco se materializa pelo denominado “Mapa de Riscos” e deverá ser confeccionado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/saiba-como-guia-elaborado-pela-agu-e-pelo-ministerio-da-gestao-facilitara-contratacoes-publicas-em-todo-o-pais>.

33. Quanto ao mapa de riscos (art. 18, X, da Lei nº 14.133, de 2021), percebe-se que foi confeccionado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, com indicação do risco, da probabilidade, do impacto, do responsável e das ações preventiva e de contingência, vide id [0358521](#).

34. **Termo de referência**

35. O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

36. Cumpre lembrar que **é recomendável a utilização do modelo de termo de referência disponibilizado pela Advocacia-Geral da União**, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise (art. 19, IV, da Lei nº 14.133, de 2021). Recomenda-se, ainda, que as alterações realizadas no modelo padronizado de termo de referência sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

37. No caso, consta dos autos o Termo de Referência, elaborado pela área requisitante, datado e assinado, no seu formato digital, vide TR- id [0373328](#), com a aprovação da autoridade competente.

38. Além disso, foi juntada declaração da área técnica informando sobre a adoção, na espécie, do modelo de minuta padronizada de Termo de Referência disponibilizado pela AGU, no id [0362727](#).

39. A não utilização do catálogo eletrônico de padronização é situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação (art. 6º, LI, c/c art. 19, II, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021 c/c art. 10, parágrafo único, da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022).

40. Ademais, a IN SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, e sobre o Sistema TR digital. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto. Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o termo de referência contemplou todas as exigências contidas nos normativos acima citados.

41. Sem embargo disso, e apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, à própria Administração, vimos recordar sobre as recomendações abaixo, a saber:

- deve haver indicação de qual será o regime de execução do contrato, cláusula obrigatória, nos termos do art. 92, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, o que foi feito na cláusula terceira da minuta do contrato (id [0392643](#)) c/c subitem 1.6 do TR - id [0373328](#). Sendo que, a escolha do regime de execução deverá ser justificada, o que foi feito no citado TR.
- recomenda-se que a Administração analise se as exigências de qualificação técnica/econômico-financeira do certame, no que couber, guardam compatibilidade e proporcionalidade com as

peculiaridades do objeto contratual a ser executado, aferidas por meio da análise da complexidade do objeto, da essencialidade do serviço e dos riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica/técnica da contratada em suportar as obrigações contratuais (art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 70, III, da Lei nº 14.133, de 2021). Alerta-se que exigências de qualificação técnica/econômico-financeira excessivas vêm sendo reputadas como ilícitas pelos órgãos de controle, pois tendem a restringir a competitividade. Desse modo, sugere-se que seja detidamente avaliada e motivada essa exigência;

- o Por fim, acerca das exigências de qualificação técnica, sugere-se a consulta aos seguintes acórdãos prolatados pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, a saber: Acórdão 1095, de 2018; Acórdão 891, de 2018; Acórdão 134, de 2017; Acórdão 2066, de 2016; Acórdão 2769, de 2014 e Acórdão 2914, de 2013.

42. Apenas para registro formal, destacamos que foram fixados preços unitários máximos para cada item do termo de referência (art. 6º, XXIII, alínea "i", art. 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133, de 2021, Súmula TCU nº 259, por analogia), vide item 1 do TR - id [0373328](#).

43. Dito isto, passaremos a destacar, nos tópicos seguintes, pontos específicos do planejamento da contratação, considerados essenciais à avaliação da regularidade geral do presente procedimento.

#### 44. **Necessidade da contratação e vedações às especificações restritivas**

45. A necessidade da contratação foi justificada, tendo sido estimados os quantitativos de serviço a partir de método amparado por documentos juntados aos autos (ETP - id [0362659](#), e TR - id [0373328](#)).

46. Como se sabe, a justificativa da necessidade da contratação constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, a teor do Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, não deve esta Procuradoria se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais, o que não nos parece ser o caso.

47. Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

48. Registre-se que o gestor deverá estar atento às diretrizes gerais do subitem 1.1 do anexo V da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, quais sejam:

- a) prever especificações que representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade, não sendo admissíveis especificações que deixem de agregar valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão ou entidade;
- b) não fixar especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem, injustificadamente, a competitividade ou direcionam ou favoreçam a contratação de prestador específico;
- c) não adotar especificações que estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.

49. Recomenda-se que a Administração se certifique de que as especificações técnicas previstas no Termo de Referência atendem às premissas acima citadas.

50. Ainda sobre esse tema, vale destacar que, caso as especificações somente possam ser atendidas por uma quantidade de fornecedores considerada restrita, deverá ser avaliada a pertinência de retirar ou flexibilizar requisitos, de modo que se possa manter apenas aqueles considerados indispensáveis (art. 9º, I, §2º, da IN SEGES nº 58, de 2022).

#### 51. **Da viabilidade jurídica da terceirização**

52. O § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, aplicável a toda a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista, explicita que somente poderão ser objeto de execução indireta “*Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.*”.

53. Por sua vez, o mesmo art. 3º estabelece a vedação de execução indireta na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, dos seguintes serviços:

- que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
- que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;
- que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e
- que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

54. **Diante disso, como condição preliminar à realização da licitação, cabe à Administração atestar nos autos, à luz dos dispositivos acima citados, bem como da Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas, a viabilidade jurídica de terceirização das atividades a serem licitadas e contratadas, e que não estariam vedadas, o que não localizamos nos autos, a ser providenciado.**

55. **Parcelamento da contratação e regra geral da necessária adjudicação por itens**

56. Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247.

57. No caso de serviços, na aplicação do princípio do parcelamento, **deverão ser considerados** (art. 47, II, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021):

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

58. Dito isso, e dada a orientação da Corte de Contas, deverá ser providenciada justificativa adequada para a agregação de itens em grupos. Nesse sentido, somente será possível haver esses agrupamentos se essa escolha for a que melhor atenda ao comando do art. 47, II, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021. Do contrário, deverá ser adotada a técnica da adjudicação por itens. Nesta linha, a justificativa para o agrupamento encontra-se no item 9 do ETP - id [0362659](#).

59. Relembre-se, ainda, que a inserção, em mesmo lote, de itens usualmente produzidos por empresas de ramos distintos restringe o caráter competitivo da licitação (cf. Informativo de Licitações e Contratos nº 148, de 2013 - TCU).

60. **Critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações**

61. Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade (art. 5º, art. 11, IV, art. 18, §1º, XII, e §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e art. 9º, II e XII, da IN SEGES nº 58, de 2022), deverão ser tomados os cuidados gerais a seguir:

- a) definir os critérios e práticas objetivamente no instrumento convocatório como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- b) justificar a exigência nos autos;
- c) verificar se os critérios e práticas preservam o caráter competitivo do certame;
- d) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

62. Assim, as especificações devem conter critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a Administração Pública formular as exigências de forma a não frustrar a competitividade.

63. Posto isso, para definição dos critérios e práticas de sustentabilidade, recomenda-se consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela Advocacia-Geral da União no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>

64. Se a Administração entender que os serviços não se sujeitam a critérios de sustentabilidade ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa. Feitas essas considerações, verifica-se que a Administração analisou nos item 14 do ETP (id [0362659](#)) c/c subitem 4.1. do TR (id [0373328](#)) a questão sobre critérios e práticas de sustentabilidade.

#### 65. **Do orçamento da contratação e da obrigatoriedade de elaboração de planilhas**

66. Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, "i", art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021).

67. Compulsando os autos, verifica-se que foi juntada planilha de custos e formação de preços elaborada por servidor devidamente identificado nos autos, vide ids [0369885](#) e [0369890](#).

68. Atenta-se que somente se admite a dispensa de seu preenchimento nas contratações em que, pela própria natureza do objeto, torne-se desnecessário ou inviável o detalhamento dos custos para fins de aferição de exequibilidade (subitem 2.9, b.1, do anexo V da IN SEGES/MP nº 05, de 2017), o que, em princípio, não parece ser o caso.

69. Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação deixará de ser examinada por este órgão jurídico, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade. Ressalta-se, contudo, que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a IN SEGES/ME nº 65, de 2021.

70. Adicionalmente, é recomendável que a pesquisa de preços reflita o valor praticado na praça em que será prestado o serviço ou fornecido o produto, refletindo, tanto quanto possível, o valor de mercado da localidade onde será realizada a contratação.

71. Todas estas informações devem constar de despacho expedido pelo servidor responsável pela realização da pesquisa, no qual, além de expor o atendimento das exigências acima, irá realizar uma análise fundamentada dos valores ofertados pelas empresas, inclusive cotejando-os com os valores obtidos junto às outras fontes de consulta. É através desta análise fundamentada, que a Administração irá estabelecer o valor estimado da contratação.

72. Considerando que se trata de matéria técnica, cabe à Procuradoria orientar a respeito do tema, sem necessariamente fazer juízo de valor a respeito do resultado da pesquisa.

73. No caso, foram estimados os custos unitário e total da contratação no TR - id [0373328](#), a partir dos dados coletados por meio de pesquisa de preços realizada mediante consulta no id [0369885](#) e [0369890](#), havendo a Administração emitido manifestação técnica conclusiva, contendo a análise crítica dos preços obtidos no id [0369892](#).

#### 74. **Designação formal do pregoeiro e da equipe de apoio**

75. Houve a juntada no id [0392606](#) de documento que comprova a designação do pregoeiro e da equipe de apoio (art. 8º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022), estando o feito regularmente instruído quanto ao ponto.

76. **Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

77. O Decreto nº 8.538, de 2015, prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

78. O art. 6º do referido decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte. A Orientação Normativa AGU nº 10, de 2009, por sua vez, pacifica a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

79. Adicionalmente, vale lembrar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU n. 47, de 2014, é obrigatória a participação exclusiva de ME e EPP na licitação quando os itens ou lotes/grupos tiverem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

80. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

- o de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- o de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

81. Registre-se que os tratamentos diferenciados previstos no presente tópico também se aplicam às cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

82. Por fim, os tratamentos diferenciados devem ser afastados quando incidente alguma das situações previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, o que requer a devida justificativa.

83. Diante disso, verifica-se que, no caso, a estimativa do valor da contratação para o grupo único (vide item 1 do TR - id [0373328](#)) não ultrapassa R\$ 80.000,00. Foi acertada, portanto, a exigência da participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame, vide subitem 3.5 do edital (id [0392641](#)).

84. **Do Regime de Execução**

85. O regime de execução deve ser sopesado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual. Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

86. Quando isso não é possível, ou seja, quando não se sabe ao certo a estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado, o gestor deve avaliar a melhor forma de execução contratual.

87. A opção da Administração por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado. Se tal possibilidade existir, a regra é a adoção da empreitada por preço global – normalmente atrelada às obras e serviços de menor complexidade. Do contrário, deve ser adotada a empreitada por preço unitário.



88. Ocorre que a análise sobre a suficiência da descrição quantitativa e qualitativa não tem como ser feita por este órgão jurídico, motivo pelo qual tal incumbência recai sobre os órgãos e autoridades técnicas responsáveis pela descrição do objeto, cabendo-lhes a observância ao tanto quanto exposto até aqui.

89. No caso concreto, a justificativa para a escolha do regime de execução de empreitada por preço unitário está inserida no subitem 1.6 do TR - id [0373328](#).

## 90. DAS MINUTAS PADRONIZADAS DA AGU – EDITAL E CONTRATO

91. Recomenda-se a utilização das minutas disponibilizadas pela AGU, conforme art. 19, IV, c/c art. 25, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como que as alterações realizadas nos modelos sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

92. A padronização de modelos de editais e contratos é medida de eficiência e celeridade administrativa e há muito tempo vem sendo recomendada pela CGU/AGU. Tal postulado foi registrado na quarta edição do seu Manual de Boas Práticas Consultivas, vazado no enunciado do BPC nº 06.

93. No âmbito do IFS, a utilização desses editais padronizados foi prevista na Ordem de Serviço Conjunta Reitoria/PFIFSnº 01/2015, com uso determinado pela Portaria/Reitoria nº 1.063/2015.

94. Assim, a utilização da minuta-padrão disponibilizada pela AGU, no presente caso, ao tempo em que revela ser medida de eficiência, acaba por restringir a análise jurídica a ser elaborada, tornando-se desarrazoada a revisão e a análise minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização.

95. Os requisitos e elementos a serem contemplados na minuta de edital são aqueles previstos no art. 25, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, com as devidas adaptações às especificidades de cada contratação.

96. No caso, verifica-se que a Administração utilizou o modelo da minuta disponibilizado pela Advocacia-Geral da União: Contratação de serviços não contínuos e sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva, modelo tradicional (sem SRP), conforme certificação processual no id [0362727](#) e [0392644](#), e Lista de verificação da regularidade processual no id [0392665](#).

97. Sem embargo disso, quanto ao conteúdo das alterações destacadas ou das partes editáveis das minutas, constata-se a necessidade de atendimento adicional às recomendações abaixo, a saber:

- observar o disposto no art. 92, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, ao estabelecer que, de acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.
- **Sobre a subcontratação, a Administração deve verificar as incompatibilidades entre a cláusula quarta do contrato que veda tal instituto (id [0392643](#)), com os subitens 4.6 e seguintes do TR (id [0373328](#)), que permite parcialmente, a ser providenciado;**
- Na cláusula contratual do reajuste, indicar o índice adequado para o reajustamento dos custos decorrentes do mercado, o que foi feito na cláusula sétima do contrato (id [0392643](#)). Nesta linha, lembramos as orientações abaixo:

- 1) adotar o índice específico ou setorial que guarde a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos diversos;
- 2) na falta de qualquer índice específico ou setorial, escolher o índice geral melhor correlacionado com a variação inflacionária dos custos da contratação ou ainda, em caráter subsidiário, verificar se existe, no mercado, algum índice geral de adoção consagrada para o objeto contratado;
- 3) na falta de qualquer índice geral com a característica do item anterior, adotar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

- o **Qualquer que seja o índice utilizado, deverá haver a justificativa técnica de sua escolha** (item 7, b, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 c/c item III da Conclusão DEPCONS/PFG/AGU Nº 38/2013), **a ser providenciado**;

98. Por fim, o PARECER n.00004, de 2022/CNMLC/CGU/AGU (NUP: 00688.000716, de 2019-43), ao tratar sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nos modelos de licitação e contratos, fixou o entendimento de que, nos contratos administrativos, “[...] **não constem os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-los, como ocorre normalmente com os representantes da Administração e da empresa contratada. Em vez disso, propõe-se nos instrumentos contratuais os representantes da Administração sejam identificados apenas com a matrícula funcional [...]. Com relação aos representantes da contratada também se propõe que os instrumentos contratuais os identifiquem apenas pelo nome, até porque o art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993, e o §1º do art. 89 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exigem apenas esse dado.**”

#### 99. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

100. No presente caso, em atenção ao art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, consta no id [0372151](#) a declaração do setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

101. Alerta-se, ainda, para a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo, a nota de empenho suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64.

102. Necessário destacar, outrossim, que o atendimento ao art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente será necessário se as despesas que amparam a ação orçamentária em apreço não forem qualificáveis como atividades, mas, sim, como projetos, isto é, se não constituírem despesas rotineiras, como estabelece a Orientação Normativa AGU nº 52, de 2014 (*"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000"*).

103. Recomenda-se, pois, que a Administração informe nos autos a natureza da ação que suporta a despesa decorrente da futura contratação, adotando, a depender do caso, as providências previstas no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as premissas da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a metodologia de cálculo utilizadas (art. 16, §2º, da Lei Complementar n.º 101/2000).

#### 104. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

105. Conforme art. 54, *caput* e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, bem como em jornal de grande circulação.

106. No caso, deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, II, “a”, Lei nº 14.133, de 2021).

107. Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

108. Ademais, de acordo com o art. 8º, §2º, da Lei [nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº [7.724, de 16 de maio de 2012](#), de 2012, deverão ser disponibilizados os seguintes documentos e informações no sítio oficial do órgão licitante na *internet*:

- cópia integral do edital com seus anexos;
- resultado da licitação; e
- contratos firmados e notas de empenho emitidas.

109. **CONCLUSÃO**

110. Em face do exposto, manifesta-se esta Procuradoria pela **REGULARIDADE JURÍDICA, COM RESSALVAS**, do procedimento submetido ao exame desta unidade consultiva, **condicionada ao atendimento das recomendações acima destacadas deste parecer**, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão.

111. É o parecer, elaborado por meio do Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens), assinado digitalmente. À consideração superior da Chefia da PF/IFS.

Aracaju, 05 de abril de 2024.

GUSTAVO AMARANTE RABELO DE MORAES  
PROCURADOR FEDERAL - AGU  
SUBCHEFE - PF/IFS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23832000482202313 e da chave de acesso 2bdc330e



Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO AMARANTE RABELO DE MORAES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1459115919 e chave de acesso 2bdc330e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GUSTAVO AMARANTE RABELO DE MORAES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2024 05:17. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
SERGIPE  
PROCURADORES DO IFS

**DESPACHO n. 00144/2024/PROC.IFS/PFIFSERGIPE/PGF/AGU**

**NUP: 23832.000482/2023-13**

**INTERESSADOS: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE -  
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS N.S. DO SOCORRO  
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO**

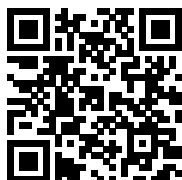
1. Visto.
2. Aprovo a manifestação contida no PARECER n. 00046/2024/PROC.IFS/PFIFSERGIPE/PGF/AGU a teor do seu próprio conteúdo.
3. Ao consulente para ciência e adoção das providências que entender cabíveis.

Aracaju, 05 de abril de 2024.

ROBERTO VILAS-BOAS MONTE  
Procurador Federal  
Procurador-Chefe da PF/IFS

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23832000482202313 e da chave de acesso 2bdc330e



Documento assinado eletronicamente por ROBERTO VILAS-BOAS MONTE, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1459360638 e chave de acesso 2bdc330e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ROBERTO VILAS-BOAS MONTE, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 05-04-2024 11:15. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
REITORIA**

Despacho nº 0445027/2024/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

A PROAD,

Encaminho com o parecer jurídico solicitado para as demais providencias



Documento assinado eletronicamente por **RUTH SALES GAMA DE ANDRADE, Reitor(a)**, em 08/04/2024, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0445027** e o código CRC **829342B8**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0445027



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**

Despacho nº 0445055/2024/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À DLC,

Segue para atender as recomendações da procuradoria no PARECER n. 00046/2024/PROC.IFS/PFIFSERGIPE/PGF/AGU.

Att,



Documento assinado eletronicamente por **IDER DE SANTANA SANTOS, Pró-Reitor(a)**, em 08/04/2024, às 22:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0445055** e o código CRC **C4CE4DAE**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0445055



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**

Despacho nº 0445502/2024/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À DEL,

Segue processo após análise jurídica, para demais providências.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS, Diretor(a) Substituto(a)**, em 09/04/2024, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0445502** e o código CRC **6E3B9979**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0445930/2024/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À pregoeira Andréia,

Encaminho os autos para análise do Parecer Jurídico Nº 046/2024 (0444880) e adequações necessárias. Ressalto a necessidade de solicitação do detalhamento orçamentário no SIAFI, imprescindível para a publicação do pregão tradicional (0373808).

Atentar-se para solicitação de autorização da licitação previamente à publicação do edital.

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 09/04/2024, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0445930** e o código CRC **F928DDC8**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**  
**DIVISÃO DE SERVIÇOS - DS-DEL**

Despacho nº 0448040/2024/DS - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Prezada,

1. Considerando que a presente licitação se realizará mediante pregão tradicional e após retorno dos autos da procuradoria. Venho encaminhar o processo para sanar a pendência com relação ao pré empenho e autorização da despesa referente ao exercício de 2024., a fim de poder dar continuidade com a fase externa da licitação.

Andreia Dos Santos Almeida

Chefe da Divisão de Serviços

Portaria 3056/2020

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 12/04/2024, às 07:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0448040** e o código CRC **A0C0B708**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0448044/2024/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À GADM/CAMPUS SOCORRO,

Encaminho os autos para realização do detalhamento da despesa no SIAFI, de acordo com a Declaração de Disponibilidade Orçamentaria - Campi 0372151, imprescindível para a publicação do pregão tradicional relativo ao serviço de manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Campus Socorro.

--

**Clara de Assis Dantas Brito**

Chefe do DEL - Port. 3055/2020



Documento assinado eletronicamente por **CLARA DE ASSIS DANTAS BRITO, Chefe**, em 12/04/2024, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0448044** e o código CRC **68B2456B**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0448044



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
CAMPUS SOCORRO  
DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA**

Declaro para os fins do Inciso II do artigo 16, da Lei Complementar 101/2000 (LRF) que a despesa constante deste processo tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (LOA) do corrente exercício e compatibilidade com o plano plurianual (PPA) e com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) em vigor. Ao tempo em que **AUTORIZO A DESPESA**.

Atenciosamente,

**Obs: Este documento deverá ser assinado pelo ordenador de despesa.**



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FRANCO DE AZEVEDO, Diretor(a)**, em 15/04/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0449502** e o código CRC **3DB0905C**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0449502





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**CAMPUS SOCORRO**  
**DIRECAO GERAL - CAMPUS SOCORRO**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS SOCORRO**

Despacho nº 0449530/2024/GADM - SOC/DG - SOC/CSO/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Senhor Diretor,

Conforme solicitado no despacho 0448044, segue o processo para o detalhamento da despesa no SIAFI de acordo com a Declaração de Disponibilidade Orçamentaria 0372151.

O presente processo de licitação é inerente ao Termo de Referência 0373328.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **REVSON DONATO PINTO, Gerente**, em 15/04/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0449530** e o código CRC **AA2CF900**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS - PROAD**

Despacho nº 0449993/2024/DICOF - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À CPO, para detalhamento do orçamento, conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentaria (ID SEI 0372151).



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO SANTOS OLIVEIRA JUNIOR, Chefe(a) Substituto(a)**, em 16/04/2024, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0449993** e o código CRC **BABF721E**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0449993

\_\_\_ SIAFI2024-DOCUMENTO-CONSULTA-CONND (CONSULTA NOTA DE DOTACAO)\_\_\_\_\_  
16/04/24 14:41 DETAORC USUARIO : MICHEL BARBOSA  
DATA EMISSAO : 16Abr24 ESPECIE: 1 NUMERO : 2024ND000738  
UG/GESTAO EMITENTE : 158134/26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE  
ESFERA : 1 PTRES : 231587 FONTE: 1000 GRUPO DESP.: 33  
INSTRUMENTO LEGAL : 0 NUMERO: DATA : IDOC : 9999  
OBSERVACAO TAXA CAMBIAL:  
DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO VISANDO DESPESAS C/ MANUTENÇÃO CORRETIVA/PREVENTIVA  
DOS ESGOTOS SANITÁRIOS DO IFS/CAMPUS SOCORRO CONF. PROC. 23832.000482/2023-13

R/A	DET.FONTE	ND	SUBITEM	UGR	PI	V A L O R
R	000000	9000		154680		16.400,00
A	000000	9039		154680	VOSERN0100N	16.400,00

LANCADO POR : 77686853500 - MICHEL BARBOSA UG : 158134 16Abr24 14:39  
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS - PROAD**

Despacho nº 0450829/2024/DICOF - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À DLC, com o detalhamento do orçamento realizado para continuidade do processo referente a contratação de serviço de manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Campus Socorro.



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO SANTOS OLIVEIRA JUNIOR, Chefe(a) Substituto(a)**, em 16/04/2024, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0450829** e o código CRC **565E3D9A**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0450829



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**

Despacho nº 0451395/2024/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Ao DEL,

Após nota detalhada do SIAFI, para posterior publicação de pregão tradicional.

Atenciosamente,

**Valdemar Alves da Costa Neto**  
Diretor de Licitações e Contratos  
Portaria nº 1603/2020



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMAR ALVES DA COSTA NETO, Diretor(a)**, em 17/04/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0451395** e o código CRC **8C8919A7**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0451395



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**  
**COORDENADORIA DE REGISTRO DE PREÇOS E PLANEJAMENTO - CRPP/DEL/DLC/PROAD**

Despacho nº 0451843/2024/CRPP - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À pregoeira

Encaminhado após nota detalhada do SIAFI, para análise processual e posterior publicação de pregão tradicional.

Att,

(em substituição DEL)



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA KARINE SANTOS CORREA, ASSISTENTE DE ALUNO**, em 18/04/2024, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0451843** e o código CRC **18067217**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0451843



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
Rua Dom Jose Thomaz, 194, - Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49015-090  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.ifs.edu.br>

## DECLARAÇÃO

Processo nº 23832.000482/2023-13

Interessado: ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

Declaramos em justificativas aos apontamentos constantes no Parecer nº 46/2024 o que segue:

**1 - Se as atividades listadas no Termo de Referência estão contempladas na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas.**

Conforme itens XV do Art 1º, verifica-se que o serviço limpeza de fossa elencada no rol de atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas.

*Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;*

**2 - Se as atividades não estão no rol de atividades vedadas art. 3º do Decreto.**

A limpeza de fossa não está no rol de atividades vedadas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018.

**3 - Essencialidade do interesse Público.**

Tendo em vista que os serviços de limpeza de fossa se tratam de serviços comuns, declaramos ainda a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

**4 - Justificativa uso do índice IGPM para reajuste.**

Na contratação de serviço de limpeza de fossa o índice adotado será o IGPM por estar ligado à indústria na fabricação e/ou utilização de ferramentas e maquinários necessários à prestação dos serviços.

Sem mais,

Andreia Dos Santos Almeida

Chefe da Divisão de Serviços

Portaria 3056/2020



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 07/05/2024, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0452438** e o código CRC **84CF2300**.

Referência: Processo nº 23832.000482/2023-13

SEI nº 0452438





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE  
REITORIA

PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA  
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL  
DIVISÃO DE SERVIÇOS - DS-DEL

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO**

À Reitoria,

Após ajustes efetuados com base nas recomendações da Procuradoria Federal do IFS e concluída as fases processuais legais internas da licitação, vimos solicitar autorização para a realização dos procedimentos conclusivos da licitação (fase externa) conforme termo abaixo.

**Valdemar Alves da Costa Neto**

**Diretor de licitações e Contratos**

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A LICITAÇÃO**

Autorizo a realização de procedimento licitatório para pregão eletrônico para o objeto descrito neste processo, tombado sob o nº 23832.000482/2023-13, em consonância com a Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores.

**Ruth Sales Gama de Andrade**

**Reitora**

**Observação:** Este documento deverá ser assinado pelo(a) Diretor(a) de Licitações e Contratos e pelo(a) Reitor(a).



Documento assinado eletronicamente por **RUTH SALES GAMA DE ANDRADE, Reitor(a)**, em 19/04/2024, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMAR ALVES DA COSTA NETO, Diretor(a)**, em 19/04/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0452452** e o código CRC **15F422A3**.

---

# Edital 1/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA	22/04/2024 08:18 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23832.000482/2023-13

## Preâmbulo

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.

(Processo Administrativo nº 23832.000482/2023-13)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS – Reitoria, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado na Rua Francisco Portugal, nº 150, Bairro Salgado Filho, CEP: 49020-390, Aracaju/SE, inscrito no CNPJ /MF sob o nº 10.728.444/0001-00, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

- Data da sessão: 08/05/2024
- Horário: 09:00h (horário de Brasília)
- Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- Critério de Julgamento: menor preço

## 1. Do registro de preços

### 1. (SUPRESSÃO)

## 2. Do objeto

2.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 3 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2.3 Havendo divergências entre as especificações descritas neste instrumento e o sistema Comprasnet, prevalecerão as deste Edital.**

## 3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito

ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. (SUPRESSÃO)

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.valor total do item;**

**5.1.2.(SUPRESSÃO)**

**5.1.3.(SUPRESSÃO)**

**5.1.4. Quantidade cotada.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7. (SUPRESSÃO)**

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5.11.( SUPRESSÃO)**



## 5.12. (SUPRESSÃO)

## 6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

### **6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

## ~~6.12. (SUPRESSÃO)~~

### ~~6.13.~~(SUPRESSÃO)

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

#### 6.22;2 (SUPRESSÃO)

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. (SUPRESSÃO)

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7.(SUPRESSÃO)**

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

1. 7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, caso necessário, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.12.2. (SUPRESSÃO)**

**7.12.3. (SUPRESSÃO)**

**7.12.4. (SUPRESSÃO)**

**7.12.5. (SUPRESSÃO)**

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.15. (SUPRESSÃO)**

**7.16. (SUPRESSÃO)**

**7.17. (SUPRESSÃO)**

**7.18.(SUPRESSÃO)**

**7.19. (SUPRESSÃO)**

## **8. Da fase da habilitação**

**8.1. Os documentos previstos no item 8 do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão encaminhados, exclusivamente por meio do sistema.**

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

8.13.2. (SUPRESSÃO)

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. Da ata de registro de preços**

**9. (SUPRESSÃO)**

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

**~~10.~~ (SUPRESSÃO)**



## 11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br).

## 12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, [licitacoes@ifs.edu.br](mailto:licitacoes@ifs.edu.br) e [andreia.almeida@ifs.edu.br](mailto:andreia.almeida@ifs.edu.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. Das disposições gerais

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III - Projetos arquitetônicos - elementos do sistema

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 08:18:55.*

Termo de Referência 8/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2023	154680-INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE /CAMPUS SOCORRO	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA	13/12/2023 11:12 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	90002/2023	23832.000482/2023-13

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, *campus* Nossa Senhora do Socorro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

QUADRO 1 - REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO							
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
GRUPO 1  CAMPUS SOCORRO	1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico:3,80 x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1	6.500,00	6.500,00
	2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1	1.800,00	1.800,00
	3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS					

	Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1	8.100,00	8.100,00
<b>TOTAL</b>						<b>16.400,00</b>

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias. A contratada tem 10 dias para iniciar os serviços, contados a partir da ordem de serviço ou assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que a prestação do serviço será imediata sem a necessidade de caráter permanente, ou seja, o pagamento será em uma ÚNICA PARCELA após serviços efetivamente prestados, de acordo com o descrito no GRUPO 1 do Quadro 1 acima.

1.5. O contrato, caso exista, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que o grupo a ser contratado é de clara quantificação e medição, isto é, os serviços podem ser mensurados por unidade de medida, cujo valor total contratado é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023, conforme detalhamento a seguir:

CAMPUS SOCORRO (Gerenciador do Planejamento da Contratação):

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000006/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1279

IV) Classe/Grupo: 941 - SERVIÇOS DE ESGOTO

V) Identificador da Futura Contratação: 154680-2/2023

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução no 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG no 1, de 19 /01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3o e 10 da Resolução CONAMA no 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

##### Indicação de marcas ou modelos



#### 4.2. SUPRESSÃO

##### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

#### 4.3. SUPRESSÃO

##### **Da exigência de carta de solidariedade**

#### 4.4. SUPRESSÃO

##### **Subcontratação**

#### 4.5. SUPRESSÃO

4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação:

4.6.2. A subcontratação fica limitada aos serviços de manutenção corretiva das 02 bombas submersas da Estação Elevatória, juntamente com seu quadro de comando;

4.6.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

##### **Garantia da contratação**

#### 4.7. SUPRESSÃO

#### 4.8. SUPRESSÃO

##### **Transição Contratual**

#### 4.9. SUPRESSÃO

4.10. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.10.1. A empresa vencedora do processo licitatório deverá realizar serviços de manutenção preventiva com limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de Inspeção e de Gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e nos Filtros Anaeróbios, com caminhão equipado com bomba e tanque compatível para transporte do material coletado, conforme programação anexa à ordem de serviço. Deverá também executar serviços de manutenção corretiva da Estação elevatória composta por duas bombas submersas e quadro de comando, incluindo troca de peças, se necessário, de forma a deixar o sistema funcionando.

4.10.1.1. Deverá ser providenciada a execução do serviço, por parte da empresa contratada, em horário combinado com o *Campus*, de forma a não prejudicar as atividades; qualquer alteração em dia e horários deverá ser previamente comunicado ao campus que poderá autorizar ou não;

4.10.1.2. Utilizar mão-de-obra especializada para a boa execução dos serviços, tendo em seu quadro funcional, equipe técnica adequada e proporcional à demanda do serviço;

4.10.1.3. A contratada deverá garantir que não fique nenhum resíduo dos serviços na superfície, gramas, calçadas e passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente;

4.10.1.4. Os efluentes recolhidos pela contratada deverão ser entregues a empresas especializadas para seu tratamento e disposição final, com apresentação de comprovante de recebimento de responsabilidade da contratada;

4.10.1.5. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA;

4.10.1.6. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;

4.10.1.7. A execução do objeto será gerida pelos fiscais administrativos e técnicos do campus, com autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização do serviço contratado;

4.10.2. Trata-se de serviço não continuado de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), campus Socorro

#### **Vistoria**

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.16. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

##### **5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

5.1.1. Início da execução do objeto será após assinatura do contrato mediante o envio de notificação pelo fiscal do contrato;

##### **5.1.2. O procedimento de manutenção preventiva com limpeza do sistema de tratamento de esgoto deve seguir os seguintes passos:**

5.1.2.1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho.

5.1.2.2. Revisão e limpeza geral com verificação do nível dos efluentes e verificação da integridade das tampas;

5.1.2.3. A tampa do DAFA e do filtro anaeróbico devem ser abertas para que ambos possam “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente desses sistemas é primordial sua abertura por alguns instantes (e vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse trâmite)

5.1.2.4. O mangote ou tubo de limpeza deve ser introduzido diretamente nas caixas de inspeção, nas caixas de gordura, no DAFA e no Filtro anaeróbico. Vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção.

5.1.2.5. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;

5.1.2.6. Emissão de relatório dos serviços realizados por parte da empresa;

5.1.2.7. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo do DAFA e nem dos Filtros Anaeróbios, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior dos mesmos.

**5.1.3. A manutenção corretiva da Estação Elevatória, com duas bombas submersível, será realizada de forma a deixar o sistema funcionando e deverá seguir os seguintes passos:**

1. Verificar o funcionamento das 02 bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V.;
2. Verificar o funcionamento dos automáticos de nível;
3. Realizar limpeza e regulagem na caixa de grade e na caixa de manobra;
4. Medir Amperagem dos equipamentos;
5. Avaliar os disjuntores, medir a voltagem e a amperagem no painel de comando;
6. Caso seja necessário, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema;
7. A manutenção das bombas deverá seguir as orientações dos fabricantes, devendo sempre haver duas bombas instaladas, sendo uma para operação e outra para reserva e rodízio. Em caso de defeito, a bomba avariada deverá ser imediatamente remetida para conserto e substituída.
8. Outras atividades que julgar necessárias visando a garantia total da elevatória de esgotos de forma a deixar o sistema funcionando

**5.1.4. Destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:**

- A destinação final dos dejetos retirados do sistema de tratamento de esgoto é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços;
- O transporte ainda deverá ser acompanhado de Manifesto emitidos através do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010);
- A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontram localizados todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nos elementos do sistema, nas vias urbanas e no prédio do IFS – Campus Socorro);
- A empresa deve-se sempre observar as recomendações das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo.

5.1.5. Os serviços deverão ser executados durante o expediente normal, no horário das 8h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feiras no IFS - Campus Nossa Senhora do Socorro.

5.1.6. O prazo máximo de execução será de 30 (trinta) dias, contados a partir do início da execução dos serviços. Início esse que ocorrerá de acordo com o agendamento prévio junto aos fiscais. As condições e prazos de recebimento são aqueles previstos no Edital e anexos da licitação.

5.1.7. O prazo para início da obra será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou ordem de serviço.

### Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

**IFS – Campus Socorro: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, Conjunto Marcos Freire II, Bairro Taiçoca, CEP: 49.156-183, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.**

### Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Será declarado vencedor do procedimento licitatório o licitante que apresentar a proposta de menor preço global, obedecendo-se as exigências deste Termo de Referência. A LICITANTE deverá fornecer obrigatoriamente o valor dos serviços com base na tabela apresentada no item 1.1. deste Termo de Referência;

5.4.2. Os valores unitários estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.3. Os valores máximos aceitáveis estabelecidos pela Entidade, apresentados na tabela no item 1.1. deste Termo de Referência, não poderão ser ultrapassados na proposta da Licitante, sob pena de desclassificação do certame;

5.4.4. Todos os custos com materiais de consumo, hospedagem, alimentação, transporte, dentre outros, para a perfeita execução dos serviços são de responsabilidade da licitante, e devem estar inclusos na proposta.

### Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente; os ofícios e notificações. Telefonemas não serão considerados para fins de decisões administrativas sobre a execução contratual;

6.14.2. As ocorrências acerca da execução contratual serão registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e aos fiscais a adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.14.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Técnico, através de relatório em consonância com suas atribuições, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução do contrato. O relatório deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato após a execução dos serviços, juntamente com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto;

6.14.4. Recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, que analisará o relatório da fiscalização solicitando as correções necessárias à Contratada, se necessário, e comunicando-a para que emita nota fiscal /fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará relatórios técnicos para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. SUPRESSÃO

7.2. SUPRESSÃO

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A unidade de medida dos serviços contratados para as manutenções preventivas será a unidade (Unid);

7.3.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.3.3. A apuração do valor devido à Contratada considerará, ainda, a medição dos resultados atingidos pela prestação dos serviços no mês de competência, conforme Relatórios Técnicos;

7.3.4. As informações sobre o cálculo de multa, estão indicadas no item referente a SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Termo de Referência;

7.3.5. A Contratada deverá atender os chamados do IFS para executar os serviços de manutenção corretiva de urgência ou operações eventuais que se fizerem necessários no prazo máximo de 8 (oito) horas, a partir da abertura do chamado, devendo, para tanto, disponibilizar número local de celular (DDD 79), disponível 24/7 (vinte quatro horas em todos os 7 dias da semana, inclusive feriados) para solicitação de manutenção emergencial ao responsável pela efetivação do serviço a qualquer tempo;

7.3.6. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será com base nos resultados, conforme as seguintes diretrizes:

7.3.6.1. A manutenção preventiva, que envolve a limpeza de todo o sistema de tratamento de esgoto, a a manutenção corretiva que envolve as correções na estação elevatória, serão pagas após a realização dos serviços.

7.3.6.2. Os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços são:

- Correção dos defeitos verificados;
- Realização dos serviços na data pré-estabelecida;
- Adequação do material ao serviço prestado;
- Utilização das ferramentas adequadas;
- Utilização dos EPI's adequados;
- Adequação do tempo aos serviços prestados;
- Fornecimento do relatório dos serviços prestados;
- Fornecimento da ART;
- Completa realização dos serviços indicados no item 5 (MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO) deste Termo de Referência;
- Completa verificação funcional da subestação, cubículo de medição ou rede;

## **Do recebimento**

### **7.4. SUPRESSÃO**

#### **7.4.1. SUPRESSÃO**

7.4.2. O contratado também apresentará os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

7.6.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento (SUPRESSÃO)**

##### **Cessão de crédito**

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.36.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

8.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.3.1. valor global, conforme valor estimado da licitação

8.3.2. custos unitários conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

### **Exigências de habilitação**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Exigências de habilitação**

#### **Habilitação jurídica**

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Ato de autorização para o exercício das atividades de manutenções preventivas e corretivas por parte dos profissionais habilitados, deverão ser, obrigatoriamente, expedido pelo CREA através de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nos termos das normas pertinentes (Lei nº 6.496/77 e nº 12.378/2010), podendo, caso necessário, ser auxiliado por assistente. A empresa também deverá apresentar Registro ou inscrição no conselho profissional competente, CREA.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.25. SUPRESSÃO

8.26. SUPRESSÃO

8.27. SUPRESSÃO

8.28. SUPRESSÃO

8.29 SUPRESSÃO

8.30. SUPRESSÃO

8.31. SUPRESSÃO

#### **Qualificação Técnica**

8.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.32.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.33. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, CREA;

8.33.1. Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada, além do registro no CREA, Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA. O serviço deverá respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos;

8.34. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.34.1. Técnico(s) Responsável(is): compete os serviços de supervisão do contrato de manutenção, que prestará esclarecimentos técnicos pertinentes, apresentará especificações detalhadas de peças para aquisição e emitirá laudos e atestados - com ART (cujo pagamento será efetuado pela CONTRATADA) - sobre os serviços e equipamentos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

8.34.2. Técnicos auxiliares: compete os serviços de manutenção do sistema de tratamento de esgoto de acordo com suas atribuições;

8.35. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.36. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.37. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.37.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de 02 atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.37.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.37.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.37.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

8.37.5. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.38.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38.3. Prova do atendimento aos requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.39.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 16.400,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 16.400,00 (dezesesseis mil e quatrocentos reais).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. SUPRESSÃO

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: REQUISITANTE GERENCIADOR

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

COORDENADORA DE MANUTENÇÃO



*Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 11:54:02.*

Despacho: ORDENADOR DE DESPESAS.

**JOSE FRANCO DE AZEVEDO**

DIRETOR GERAL - CAMPUS SOCORRO



*Assinou eletronicamente em 27/11/2023 às 10:30:21.*

Despacho: INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**DIANA INGRID PORTO FONTES CANUTO**

Pregoeiro

Contrato 1/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA	22/04/2024 07:58 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23832.000482/2023-13

PREÂMBULO

TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS – LICITAÇÃO PE 90001.2024

(Processo Administrativo nº 23832.000482/2023-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A União / Autarquia ..... / Fundação ....., (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no DOU de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23832.000482/2023-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



## 1. Cláusula primeira - do objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...				[A3]		

1.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. (SUPRESSÃO)

2.4. (SUPRESSÃO)

2.5. (SUPRESSÃO)

2.6.(SUPRESSÃO)

2.7.(SUPRESSÃO)

2.8.(SUPRESSÃO)

### **3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais**

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. Cláusula quarta - subcontratação**

#### **4.1. (SUPRESSÃO)**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.9.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.9.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.9.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.9.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

## 5. Cláusula quinta - preço

### 5.1. (SUPRESSÃO)

5.2. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. Cláusula sétima - reajuste

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. Cláusula oitava - obrigações do contratante**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. Cláusula nona - obrigações do contratado**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos

federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme Termo de referência;

9.24.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância.

9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.26.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. 1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. 3. der causa à inexecução total do contrato;
- d. 4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. 5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. 6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. 7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. 8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”,



“c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 202

#### IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias ;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1.

2.1.1.

2.1.1.1.

- a. 2.1.1.1.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

. 1.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. 1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

- b. 2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. (SUPRESSÃO)

13.5. (SUPRESSÃO)

13.6. (SUPRESSÃO)

13.7. (SUPRESSÃO)

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3 Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.

I. 1.1. Gestão/Unidade:

II. 1.2. Fonte de Recursos:

III. 1.3. Programa de Trabalho:

IV. 1.4. Elemento de Despesa:

V. 1.5. Plano Interno:

VI. 1.6. Nota de Empenho:

1.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. Cláusula décima sexta - alterações**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. Cláusula décima sétima - publicação**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. Cláusula décima oitava - foro**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Sergipe, Seção Judiciária de Aracaju para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA**

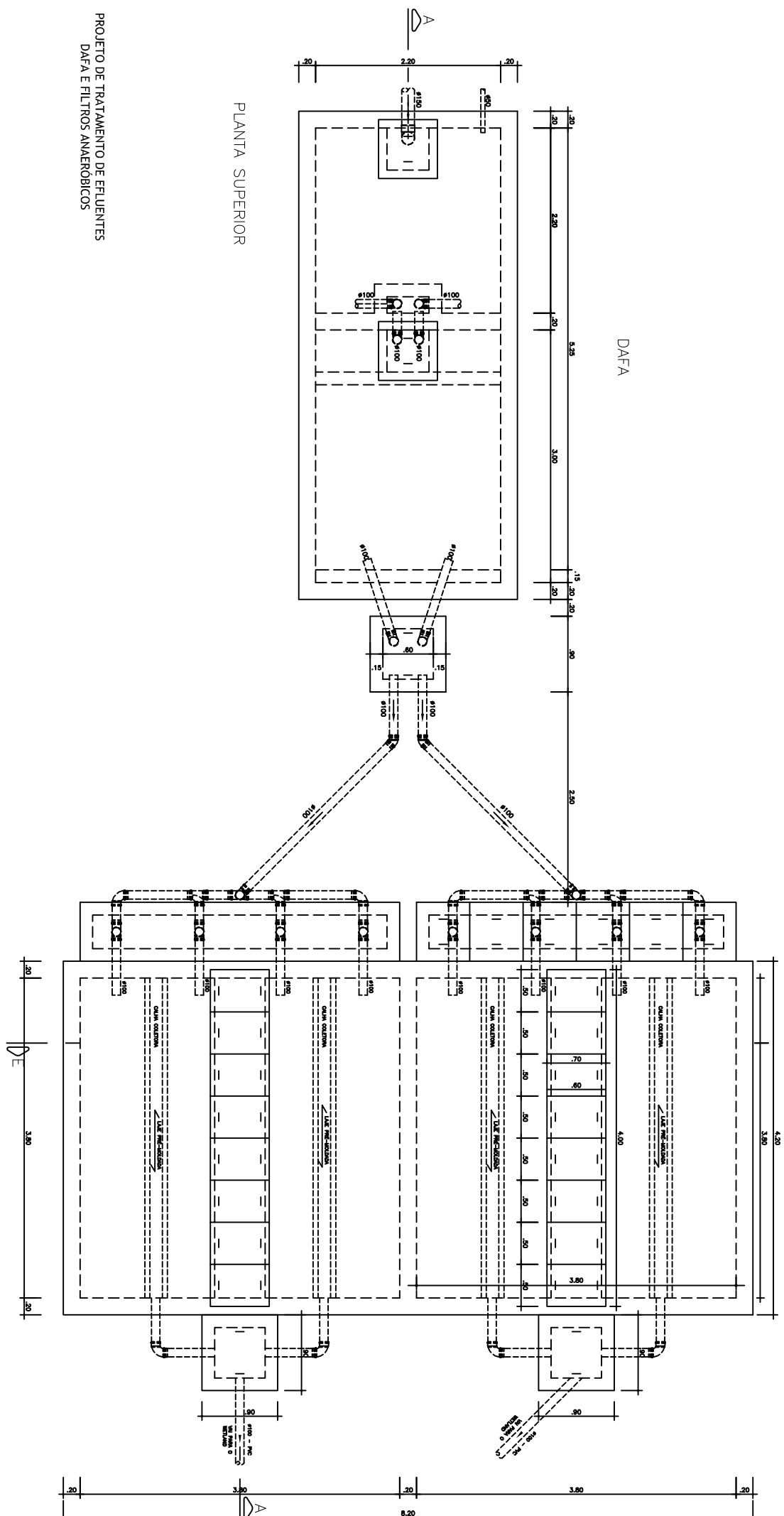
Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 07:58:01.



# FILTROS ANAERÓBIOS



PLANTA SUPERIOR

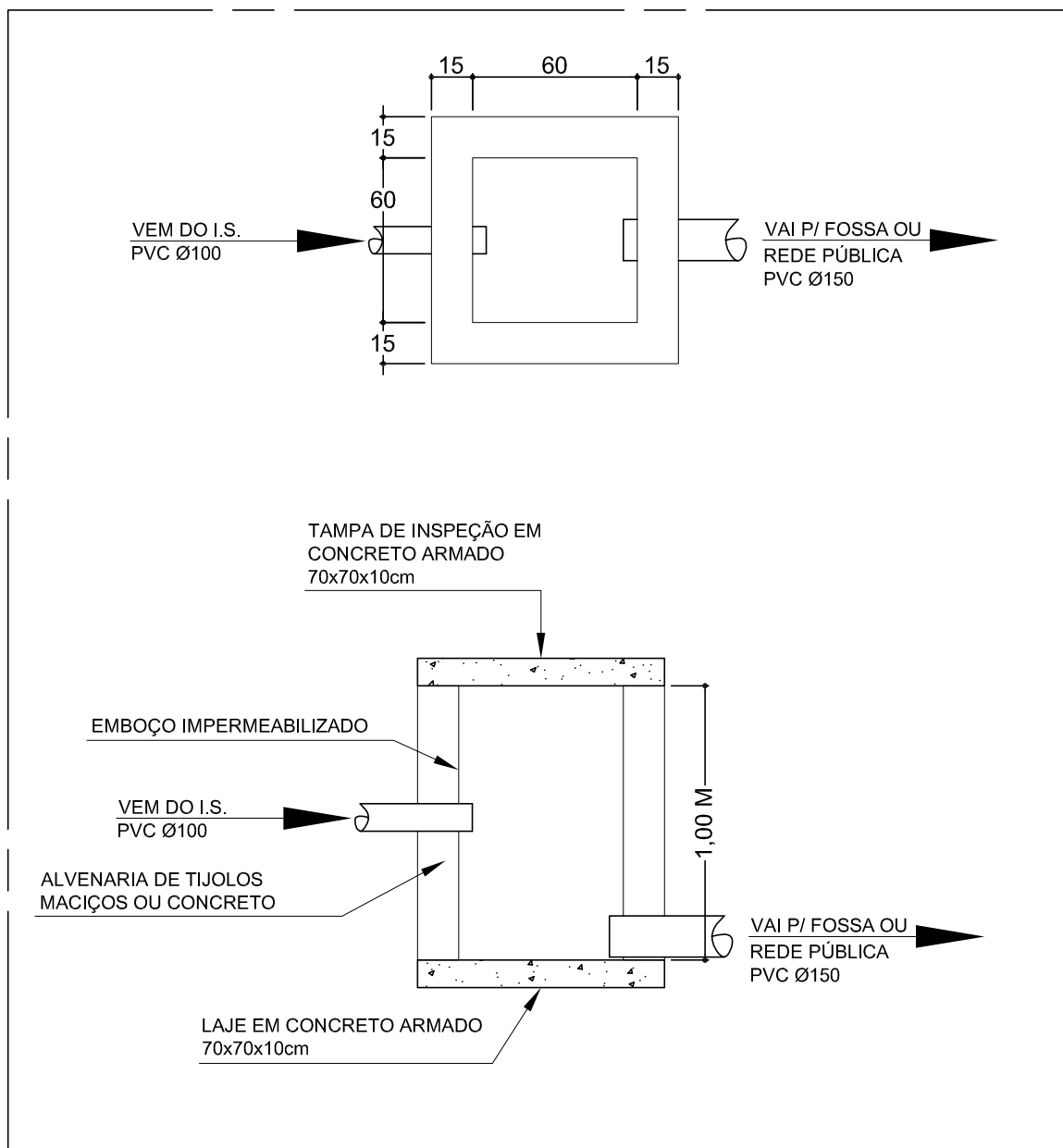
PROJETO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES  
DAFA E FILTROS ANAERÓBIOS

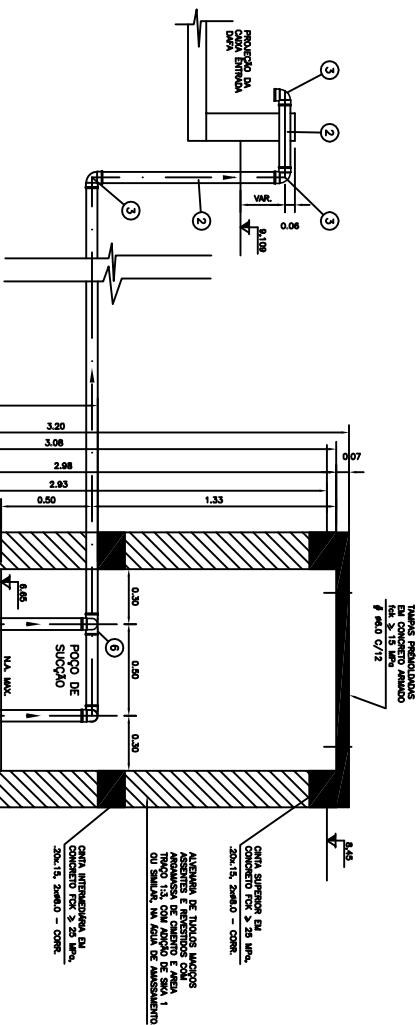
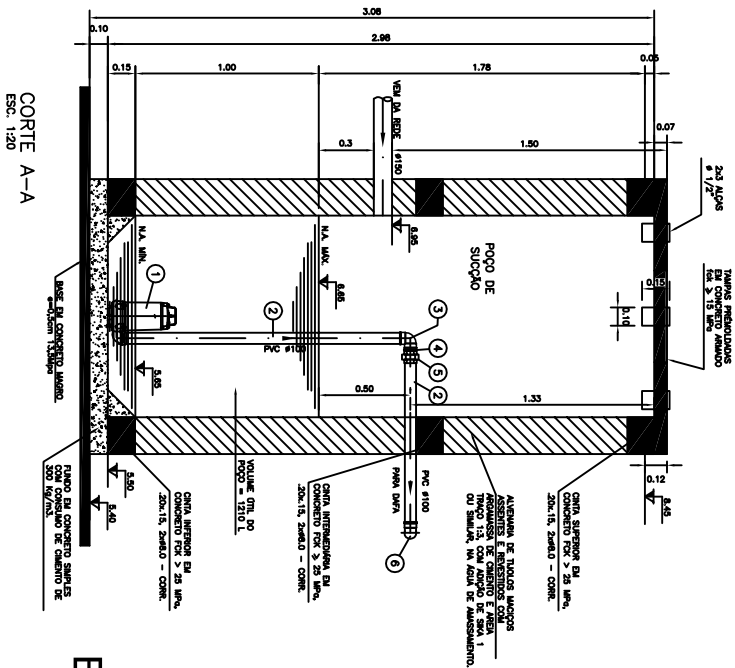
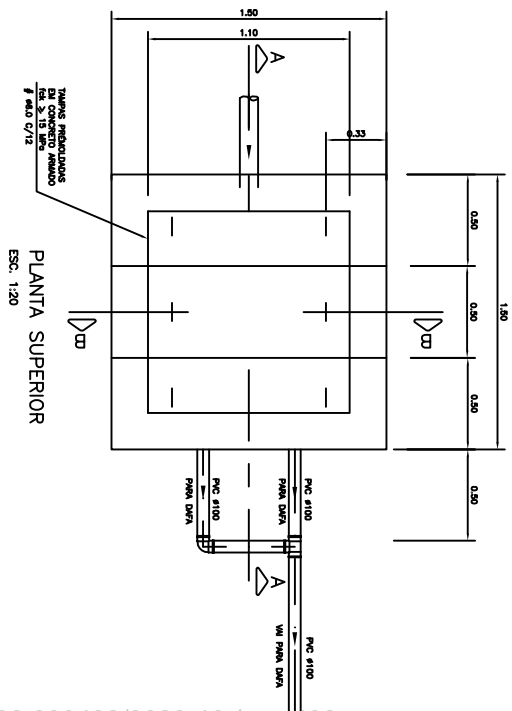
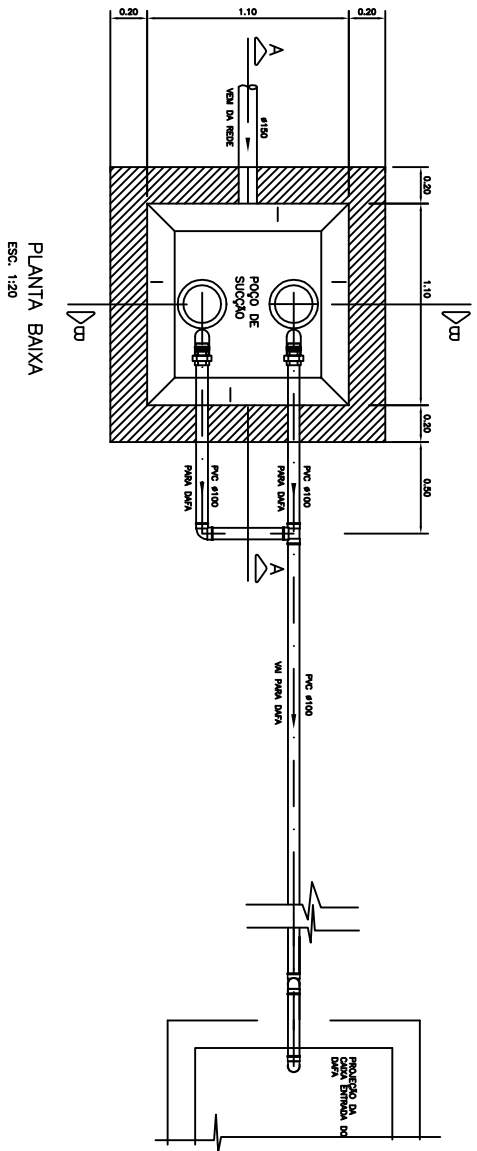






# CAIXA DE INSPEÇÃO





# ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO

# Estudo Técnico Preliminar 9/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23832.000482/2023-13

## 2. Descrição da necessidade

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação dos serviços de manutenção preventiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), *campus* Socorro, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar a referida contratação.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS), *campus* Socorro, possui um sistema de tratamento de esgoto composto por Caixas de Inspeção, Estação Elevatória, DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente), Filtro Anaeróbio e Wetland. Os efluentes de esgoto são coletados através das caixas de inspeção e de gordura, e lançados nesse sistema de tratamento. O sistema de coleta e tratamento de esgoto ainda não passou por manutenção e nem limpeza, uma vez que a quantidade de contribuição prevista para o sistema ainda não foi atingida. No entanto, com o crescimento de ofertas de curso técnico subsequente, curso técnico integrado e curso FIC, o número de usuários cresceu e tende a crescer mais ainda com novas ofertas, aumentando assim a contribuição no sistema citado. Com o aumento dessa demanda, o sistema passa a necessitar de limpeza periódica.

Vale ressaltar que a limpeza do sistema de coleta e de tratamento de esgoto do *campus* devem ser feitas a fim de evitar:

- A obstrução das caixas e tubulações do sistema de coleta;
- Falha no funcionamento da Estação elevatória;
- O acúmulo de lodo do sistema de tratamento de esgoto, o que prejudica a saúde das colônias de bactérias e consequentemente a eficiência da filtragem e vazão dos resíduos tratados.

Além do apresentado acima, para a Renovação da Licença de Operação (R-LO) perante a Adema é necessário apresentar comprovante da realização dos serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos esgotos sanitários, realizado por empresa licenciada pela ADEMA, de acordo com o item nº 10 da Licença de Operação nº 55/2017, anexo I deste processo.

Tendo em vista que o IFS, *campus* Socorro, não dispõe de mão de obra com pronto atendimento especializado e nem equipamentos para esse tipo de manutenção e limpeza, é notória a necessidade de contratação de serviços de manutenção para o sistema de tratamento dos esgotos sanitários, evitando eventuais problemas que possam comprometer o andamento das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas diariamente, como mau cheiro, vazamentos, entupimentos, entre outros.

Esta contratação tem como principal objetivo, oferecer aos servidores, alunos e visitantes um ambiente que não cause riscos à saúde, além de inibir a proliferação de doenças, contaminação do meio ambiente e atender as condicionantes da licença de Operação da ADEMA nº 55/2017, anexo I deste processo.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
IFS/Campus Socorro/Coordenadoria de Manutenção (Unidade Supridora Gerenciadora)	ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A pretendida contratação abrange, especificamente, a atuação técnica na realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva. Como manutenção preventiva entende-se como aquela destinada a prevenir a ocorrência de defeitos nas instalações do sistema de tratamento de esgotos mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto e normas técnicas específicas. No caso da manutenção corretiva entende-se aquela destinada a corrigir os defeitos da estação elevatória que envolve o funcionamento de duas bombas submersas juntamente com seu quadro de comando.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados de acordo com os manuais de saneamento e normas técnicas específicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter o sistema em perfeitas condições de funcionamento. A empresa deve apresentar documentação que comprove capacidade técnica para a execução dos serviços demandados e utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor. A empresa também deve apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados ao serviço a ser realizado, quando for o caso, com todos os custos inclusos na proposta.

A empresa vencedora do processo licitatório deverá realizar serviços de limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de Inspeção e de Gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e no Filtro Anaeróbio, com caminhão equipado com bomba e tanque compatível para transporte do material coletado, conforme programação anexa à ordem de serviço. Deverá também executar serviços de manutenção corretiva da Estação elevatória, realizando, se necessário, a limpeza e consertos das bombas submersas e seu quadro de comando.

Deverá ser providenciada a execução do serviço, por parte da empresa contratada, em horário combinado com o Campus, de forma a não prejudicar as atividades; qualquer alteração em dia e horários deverá ser previamente comunicado ao campus que poderá autorizar ou não. Além disso, a contratada deverá garantir que não fique nenhum resíduo dos serviços na superfície, gramas, calçadas e passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente.

A limpeza e os efluentes recolhidos pela contratada deverão respeitar as condições das NBR 7229 e NBR 13969, anexo IV deste processo, que determinam a maneira correta de ser realizado a limpeza e principalmente o descarte desses produtos", com apresentação de comprovante de recebimento de responsabilidade da contratada.

Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA.

O IFS registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

a. 1.

Atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;

b. 2.

Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;

c. 3.

Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;

d. 4.

Fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;

e. 5.

Determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;

f. 6.

Sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;

g. 7.

Registrar as ocorrências havidas, firmado com o preposto da CONTRATADA;

h. 8.

Emitir certificação de adimplemento contratual no prazo de 01 (um) dia a partir do recebimento da Nota Fiscal /fatura.

A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

Não será aceita a realização de serviço do caminhão limpa-fossa que não tenha sido autorizado ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

## 5. Levantamento de Mercado

Conforme consulta e estudo realizados em Termos de Referência de outros órgãos da administração pública, verificou-se que este estudo foi realizado em formato semelhante das soluções aplicadas atualmente no mercado. Chegou-se à conclusão de que não há alternativa que substitua a contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários no campus Socorro.

Sendo assim, a escolha do tipo de solução a contratar para os serviços de manutenção do objeto em tela baseou-se nos procedimentos convencionais de manutenção adotados atualmente no mercado, a exemplo da contratação de serviços de limpeza de fossas com caminhões de variadas capacidades e diferentes unidades de medida.

Entendemos que desta forma a administração ampliará a concorrência da licitação, pois empresas que possuam caminhões de diferentes capacidades estarão aptas a realizar os serviços.

Para a descrição dos serviços e estimativa do valor total do serviço de manutenção/limpeza do sistema de tratamento de esgoto, foi tomado como base o processo nº 23463.000335/2022-08, realizado pelo IFS - *Campus Estância*, cujo objetivo foi a contratação de serviço de manutenção e limpeza de fossa séptica com ou sem filtro anaeróbio. Nesse caso o valor estimado dos serviços de manutenção preventiva com limpeza do DAFA com Filtros Anaeróbicos foi reajustado pelo INCC (abril/2023 à setembro/2023). Para o serviço de limpeza das caixas de inspeção e de gordura, foi utilizado o valor do ORSE com referência de agosto de 2023. Para o valor do serviço de manutenção corretiva da estação elevatória foram tomados como base termos de referência de pregões de 2022 e 2023 de órgãos públicos. Esses valores estão expressos nas documentações e planilha de referência para a obtenção do valor estimado, apresentadas no anexo II deste processo.

## 6. Descrição da solução como um todo

Diante da necessidade apontada e dos levantamentos realizados, a solução consistirá na realização de manutenção preventiva e corretiva no sistema de tratamento dos esgotos sanitários do IFS, *campus Socorro*. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico Tradicional.

A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de limpeza através de sucção de dejetos nas caixas de inspeção e de gordura, no Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e no Filtro Anaeróbio, bem como manutenção corretiva na Estação Elevatória, do Instituto Federal de Sergipe – *Campus Socorro*, incluindo a destinação final adequada para os dejetos.

#### 6.1. Especificações técnicas para a realização dos serviços:

O escopo dos serviços será:

a. 1.

Para qualificação da empresa a ser contratada deverá ser apresentada Licença Ambiental de Operação emitida pela ADEMA e comprovar que já realizou, no mínimo uma (01) manutenção em sistemas de tratamento de esgotos composto por Estação de Elevatória, DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente), Filtro Anaeróbio e Wetland, sob pena de inabilitação;

b. 2.

Os mecanismos de comunicação entre o IFS e a prestadora dos serviços serão o e-mail, utilizado preferencialmente, os ofícios e notificações;

c. 3.

As manutenções preventivas deverão ser realizadas conforme data a ser definida em conjunto com a Fiscalização e a Direção do campus.

#### 6.2. Da manutenção preventiva: A CONTRATADA deverá realizar os serviços de:

- Revisão e limpeza geral;
- Verificação do nível dos efluentes;
- Verificação da integridade das tampas;
- Os serviços deverão ser executados durante o expediente normal, no horário das 8h00 às 17h00, de 2ª às 6ª feiras;
- Emissão de relatório dos serviços realizados;
- O procedimento de Limpeza deve seguir os seguintes passos:
  1. Antes da prestação do serviço, o local deverá ser devidamente sinalizado, bem como interditado, quando necessário, obedecendo, assim, as normas básicas de segurança do trabalho;
  2. A tampa do DAFA e do filtro anaeróbico devem ser abertas para que ambos possam “respirar” por alguns minutos, ou seja, para evitar possíveis estouramentos devido à presença de gás proveniente desses sistemas é primordial sua abertura por alguns instantes (e vedada a utilização de materiais ou objetos inflamáveis nesse trâmite);
  3. O mangote ou tubo de limpeza deve ser introduzido diretamente nas caixas de inspeção, nas caixas de gordura, no DAFA e no Filtro anaeróbico. Vale salientar que todos os caminhões devem apresentar bomba de sucção.
  4. No caso de rigidez do resíduo a empresa deverá adicionar um quantitativo de água para solubilizar o mesmo;
  5. Não é recomendada a retirada de todo o resíduo do DAFA e do Filtro anaeróbico, pois a atividade causa dano ao processo de reinicialização das atividades, recomendando se deixar no mínimo 10% do resíduo no interior dos mesmos.

#### 6.3. Da manutenção corretiva da Estação Elevatória: A CONTRATADA deverá realizar os serviços de:

1. Verificar o funcionamento das 02 bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V.;
2. Verificar o funcionamento dos automáticos de nível;
3. Realizar limpeza e regulagem na caixa de grade e na caixa de manobra;
4. Medir Amperagem dos equipamentos;
5. Avaliar os disjuntores, medir a voltagem e a amperagem no painel de comando;
6. Caso seja necessário, realizar a troca das peças visando o restabelecimento do funcionamento do sistema;
7. A manutenção das bombas deverá seguir as orientações dos fabricantes, devendo sempre haver duas bombas instaladas, sendo uma para operação e outra para reserva e rodízio. Em caso de defeito, a bomba avariada deverá ser consertada.
8. Outras atividades que julgar necessárias visando a garantia total da elevatória de esgotos de forma a deixar o sistema funcionando.

#### 6.4. Destinação do resíduo retirado segue os seguintes passos:

1. A destinação final dos dejetos retirados do sistema de tratamento de esgoto é de inteira responsabilidade da prestadora dos serviços.
2. O transporte ainda deverá ser acompanhado de Manifesto emitidos através do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010).
3. A prestadora dos serviços deverá limpar todo o local onde se encontram localizados todos os elementos do sistema de tratamento de esgoto, após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado (quebra de calçada, danos nos elementos do sistema, nas vias urbanas e no prédio do IFS – *Campus Socorro*).

O atendimento técnico para o serviço de manutenção preventiva dar-se-á no seguinte endereço:

**IFS – *Campus Socorro*: Avenida Professora Jânia Reis, nº 94, Conjunto Marcos Freire II, Bairro Taiçoca, CEP: 49.156-183, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe.**

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A metodologia para calcular a estimativa das quantidades foi baseada na análise, in locu, do sistema de coleta e de tratamento de esgoto construído nas dependências do *campus Socorro* e que atualmente encontra-se em funcionamento, conforme memorial descritivo e projetos em anexo. Levou-se em consideração também o processo de contratação de serviço de limpeza de fossa, esgoto, boca de lobo realizado pelo *campus Estância*, bem como os processos de aquisição congêneres de outras instituições públicas. Abaixo, o quantitativo estimado:

REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE		QUANT.
		CATSER	DE MEDIDA	
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbico de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbico, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbico: 3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1



2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.779,20

A metodologia de estimativa de preços referenciais foi a pesquisa de mercado (orçamentos com empresas reconhecidas no mercado local) e utilização das bases de dados governamentais dos sistemas orçamentários ORSE. Para a descrição dos serviços e estimativa do valor total do serviço de manutenção/limpeza do sistema de tratamento de esgoto, foi tomado como base o processo nº 23463.000335/2022-08, realizado pelo IFS - *Campus Estância*, cujo objetivo foi a contratação de serviço de manutenção e limpeza de fossa séptica com ou sem filtro anaeróbio. Nesse caso o valor estimado do serviço de limpeza do DAFA com Filtro Anaeróbico foi reajustado pelo INCC (abril/2023 à setembro/2023). Para o serviço de limpeza das caixas de inspeção e de gordura, foi utilizado o valor do ORSE com referência de agosto de 2023. Esses valores estão expressos na planilha de referência para a obtenção do valor estimado, no anexo II deste processo. As dimensões dos elementos do sistema de tratamento de esgoto foram baseadas nos projetos arquitetônicos enviados pela DIPOP, de acordo com anexo III deste processo. Abaixo, quadro-resumo dos valores estimados para a contratação dos serviços:

REQUISITANTE GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - CAMPUS SOCORRO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbio, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25 x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbio:3,80x3,80x1,90m, cada.	19160	Serviço	1	7.870,00	7.870,00
2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.	19160	Serviço	1	407,66	407,66
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersíveis modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	19160	Serviço	1	1.501,54	1.501,54
<b>TOTAL 9.779,20</b>						

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de licitação para contratação por item único.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto proposto neste estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme Mapa Estratégico do Instituto Federal de Sergipe referente ao período 2020 – 2024, o processo de contratação de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários está alinhado aos objetivos da Instituição, pois dentre da Perspectiva Processos encontra-se o Objetivo Estratégico OE02: “Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades institucionais da comunidade”. Alinhando com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unidade. Além desse, a atual demanda está prevista no Plano Anual de Contratações 2023, descrito como serviço de manutenção de redes: água/esgoto, item 01 da DFD 43/2023 da UASG 154680 (IFS/Campus Socorro).

Id do item no PCA: 446;

Classe/Grupo: 871 - Serviços de manutenção e Reparo de Produtos Fabricados de Metal, Maquinaria e Equipamentos;

Identificador da Futura Contratação: 154680-15/2022.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços prestados para a comunidade acadêmica, além de atender as condicionantes da ADEMA, apresentada na Licença de Operação nº 55/2017, quanto a comprovação da realização dos serviços de limpeza e manutenção dos sistemas de tratamento dos esgotos sanitários, realizados por empresa devidamente licenciada.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão para a execução deste serviço.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios de Sustentabilidade:

Conforme a instrução normativa número 01, de 19 de janeiro de 2010:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº

48.138, de 8 de outubro de 2003;

3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: INTEGRANTE REQUISITANTE

**ALINE DE OLIVEIRA BARBOSA**

CAMPUS SOCORRO - COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO



Assinou eletronicamente em 24/11/2023 às 14:51:19.

Despacho: INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**JOSE FRANCO DE AZEVEDO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 24/11/2023 às 14:48:21.*

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

22/04/2024 08:23:15



Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 23/04/2024, Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão		UASG Responsável		
26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE		158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE		
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	90001/2024	Tradicional	Eletrônico	Aberto
Lei	Critério de Julgamento			
Lei nº 14.133/2021	Menor Preço/Maior Desconto			
Tipo de Objeto	Regime de Execução			
Serviços Comuns de Engenharia	Empreitada por Preço Unitário			
Nº do Processo				
2383200048220231				
Quantidade de Itens				
3				
Objeto				
Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro.				
Data da Publicação/Divulgação				
23/04/2024				
Data da Disponibilidade do Edital		Data/Hora da Abertura da Licitação		
A partir de 23/04/2024 às 08:00		Em 08/05/2024 às 09:00		

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
158134	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE
Gestão	Empenho
26423	2024 NE 999999

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

[Home](#) > [Editais](#)

# Edital nº 90001/2024

[Acessar Contratação](#)

Entrar

**Unidade compradora:** 158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico    **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I    **Tipo:** Edital    **Modo de Disputa:** Aberto

**Registro de preço:** Não

**Data de divulgação no PNCP:** 23/04/2024    **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 23/04/2024 08:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 08/05/2024 09:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 10728444000100-1-000016/2024    **Fonte:** Compras.gov.br

**Objeto:**

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro.

**Informação complementar:**

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=15813405900012024>

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA**

R\$ 16.400,00

<div>ItensArquivosHistórico</div>					
Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕	Detalhar
1	Manutenção de Redes - Água / Esgoto	1	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	
2	Manutenção de Redes - Água / Esgoto	1	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	
3	Manutenção de Redes - Água / Esgoto	1	R\$ 8.100,00	R\$ 8.100,00	

Exibir:

1-3 de 3 itens

Página

[← Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



# PROPOSTA COMERCIAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)**  
**INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA (Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbio, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbio:3,80 x3,80x1,90m, cada. Campus <b>NOSSA SENHORA DO SOCORRO</b>	Serviço	1	<b>R\$ 6.500,00</b>
2	Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1,00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos Campus <b>NOSSA SENHORA DO SOCORRO</b>	Serviço	1	<b>R\$ 1.800,00</b>
3	Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.	Serviço	1	<b>R\$ 8.100,00</b>
<b>VALOR TOTAL : R\$ 16.400,00 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)</b>				

- Declaro que os serviços a serem entregues atenderão aos requisitos de qualidade exigidos no Edital e seus anexos.
- Prazo de validade da proposta 60 (sessenta) dias corridos.
- Declaro que nos preços ora propostos e naqueles que por ventura vierem a ser ofertados, por meio de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis ao perfeito fornecimento do serviço objeto desta proposta, tais como: taxas, fretes,





impostos e tudo mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do fornecimento, entendido que a falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas.

- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- Declaramos, ainda, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações especificadas no contrato.
- Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências do Edital e de seus Anexos, bem como da fiscalização da Prefeitura;
- Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art.9 da lei 8.666/93, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

#### **DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

**BANCO BRADESCO - FRANCISCO PORTO /  
AGENCIA 0809-5 / CONTA CORRENTE 11965-2**

#### **DADOS DA EMPRESA:**

Razão: **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**

CNPJ nº **09.152.062/0001-93**

Endereço: **Rua Jose Deodato Soares, nº 209, com Rua Alessandro Santos de Santana, nº 200, Bairro Ponto Novo, Aracaju/SE, CEP 49097-340**

Fone: **79 3252-8787 / 79 3252-3967**

Email: [lokmix@lokmix.com.br](mailto:lokmix@lokmix.com.br) / [comercial@lokmix.com.br](mailto:comercial@lokmix.com.br)

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**

**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**

**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**

**CARGO: ADMINISTRADORA**

**RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



# DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)**  
**INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

A empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº **09.152.062/0001-93**, estabelecida Rua Jose Deodato Soares, nº 209, com Rua Alessandro Santos de Santana, nº 200, Bairro Ponto Novo, Aracaju/SE, por seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V, do artigo 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, com alterações posteriores.

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**  
**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**  
**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**  
**CARGO: ADMINISTRADORA**  
**RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



# DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)**  
**INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

A empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº **09.152.062/0001-93**, situada na Rua Jose Deodato Soares, nº 209, com Rua Alessandro Santos de Santana, nº 200, Bairro Ponto Novo, Aracaju/SE, por intermédio de seu representante legal a Sr<sup>a</sup> Luana Barroso Nascimento Santos, portador da Carteira de Identidade nº 3169580-9 e do CPF nº 026.191.075-20, **DECLARA**, sob as penas da lei que é **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e decreto nº 8.538/2015, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**  
**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**  
**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**  
**CARGO: ADMINISTRADORA**  
**RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



# DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)**  
**INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

A empresa LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.152.062/0001-93, estabelecida Rua Jose Deodato Soares, nº 209, com Rua Alessandro Santos de Santana, nº 200, Bairro Ponto Novo, Aracaju/SE, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para todos os efeitos legais, que cumpre plenamente os REQUISITOS DE HABILITAÇÃO exigidos no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2023, para sua efetiva participação do referido Certame.

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**  
**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**  
**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**  
**CARGO: ADMINISTRADORA**  
**RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



# **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)  
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

A empresa LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.152.062/0001-93, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, em conformidade com o disposto no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 009/2023, de que não está inidônea nem se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem assim, de que está ciente da obrigatoriedade de informar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe a superveniência de qualquer fato que passe a caracterizar qualquer um desses impedimentos.

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP  
CNPJ nº 09.152.062/0001-93  
LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS  
CARGO: ADMINISTRADORA  
RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



## DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)**  
**INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

A Sr<sup>a</sup> Luana Barroso Nascimento Santos, como representante devidamente constituído da LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP doravante denominado LOKMIX, para fins do disposto Edital Referente ao Pregão Eletrônico Nº 90001/2024, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 foi elaborada de maneira independente pela LOKMIX e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 quanto a participar ou não da referida licitação;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
5. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº 90001/2024 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe antes da abertura oficial das propostas;
6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**  
**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**  
**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**  
**CARGO: ADMINISTRADORA**  
**RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



# DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)**  
**INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

A empresa LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.152.062/0001-93, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, em conformidade com o disposto no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2024, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**  
**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**  
**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**  
**CARGO: ADMINISTRADORA**  
**RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



# DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES LOCAIS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024.**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23832.000482/2023-13)**  
**INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE**

A empresa LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.152.062/0001-93, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, em conformidade com o disposto no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2024, que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Aracaju, 08 de Maio de 2024.

---

**LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA EPP**  
**CNPJ nº 09.152.062/0001-93**  
**LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**  
**CARGO: ADMINISTRADORA**  
**RG. 31695809 / CPF 026.191.075-20**



**RE: Proposta do PE 90001/2024 - Limpez de Fossa - Campos Socorro para análise**

Coordenadoria de Manutenção Campus Socorro &lt;cm.cso@ifs.edu.br&gt;

Qua, 08/05/2024 11:58

Para: Andreia Dos Santos Almeida &lt;andreia.almeida@ifs.edu.br&gt;

Cc: Departamento de Licitações &lt;licitacoes@ifs.edu.br&gt;

Prezada Pregoeira,

Após análise da proposta enviada no e-mail abaixo, informo que as descrições dos itens presentes nas mesmas, atendem ao solicitado em Termo de Referência.

Atenciosamente,

Aline de Oliveira Barbosa  
Coordenadoria de Manutenção  
IFS - CAMPUS SOCORRO  
(79) 3711-3266

---

**De:** Andreia Dos Santos Almeida <andreia.almeida@ifs.edu.br>**Enviado:** quarta-feira, 8 de maio de 2024 11:25**Para:** Coordenadoria de Manutenção Campus Socorro <cm.cso@ifs.edu.br>**Cc:** Departamento de Licitações <licitacoes@ifs.edu.br>**Assunto:** Proposta do PE 90001/2024 - Limpez de Fossa - Campos Socorro para análise

Prezada bom dia,

Segue em anexo a proposta do PE 90001/2024 - limpeza de fossa do campus Socorro para análise quanto a sua aceitabilidade.

Informo que o pregão está agendado para retornar amanhã as 9hs.

OBS: Só houve um participante no pregão.

No aguardo

**Andreia dos Santos Almeida**

Divisão de Serviços/DEL

Instituto Federal de Sergipe - Reitoria

Tel: (79) 3711- 1875/1866/1860

[www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br)



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 09.152.062/0001-93 DUNS®: 899190868  
Razão Social: LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA  
Nome Fantasia: LOKMIX  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/09/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/09/2024	Automática
FGTS	Validade:	23/05/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	14/05/2024	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	16/12/2023 (*)
Receita Municipal	Validade:	14/01/2024 (*)

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Emitido em: 09/05/2024 07:24

CPF: 000.XXX.XXX-51 Nome: ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 09/05/2024 07:25:59

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA**  
CNPJ: **09.152.062/0001-93**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS N. 218279 / 2024**

**Inscrição Estadual:** 271214112

**Razão Social:** LOKMIX LOCA O E SERVI OS DO NORDESTE LTDA EPP

**CNPJ:** 9152062000193

**Natureza Jurídica:** SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

**Atividade Econômica:** ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES

**Endereço:** RUA JOSE DEODATO SOARES RUA ALESSANDRO SANTOS DE SANTANA, 200 209 , PONTO NOVO  
- ARACAJU CEP: 49097340

Certificamos que, em nome do requerente, não existem débitos em aberto referentes a tributos estaduais, ressaltando o direito da Fazenda Pública Estadual de cobrar dívidas que venham a ser apuradas. Certidão emitida via Internet nos termos da portaria Nº 283 de 15/02/2001, válida por 30 (trinta) dias a partir da data da emissão.

Certidão Emitida em **09/05/2024** , válida até **08/06/2024** e deve ser conferida na Internet no endereço **www.sefaz.se.gov.br** pelo agente recebedor.

**Autenticação: 20240509BTQ05Q**



Estado de Sergipe  
Prefeitura Municipal de Aracaju  
Secretaria Municipal da Fazenda

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Aracaju, 02 de Abril de 2024  
Nº. 202400488397

CNPJ: 09.152.062/0001-93

Contribuinte: LOKMIX LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA EPP

Em cumprimento à solicitação do requerente com as características acima, e ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, a qualquer tempo, as dívidas que venham a ser apuradas, **CERTIFICAMOS** para fins de direito que, mandando rever os registros tributários, não constatamos a existência de débitos em nome do contribuinte em apreço.

Esta certidão será válida até 01/07/2024

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://fazenda.aracaju.se.gov.br>

Código de Autenticidade: HB.0071.0079.HJ.079C

Certidão emitida com base na Portaria 02/2007 de 28/06/2007



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE

## CERTIDÃO JUDICIAL

**NATUREZA:** CÍVEL

**RESULTADO:** NEGATIVA

### IDENTIFICAÇÃO

**Nome:** LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA

**Tipo de Pessoa:** Jurídica

**CNPJ:** 09.152.062/0001-93

**Nome Fantasia:** LOKMIX

CERTIFICO PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO E SEGUNDO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO Nº 121/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E PELA RESOLUÇÃO Nº 31/2022 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, QUE FORAM ENCONTRADOS OS REGISTROS ABAIXO NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE 1º E 2º GRAUS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE EM DESFAVOR DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA.

**NADA CONSTA**

### OBSERVAÇÕES

1. **Certidão expedida gratuitamente e válida por 30 (trinta) dias.**
2. A identificação da pessoa é de responsabilidade do solicitante e deve ser conferida pelo interessado/destinatário desta certidão.
3. A certidão também será negativa quando houver registro de homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário.
4. A autenticidade desta certidão pode ser confirmada eletronicamente no aplicativo ou site do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
5. O conteúdo desta certidão pode ser contestado eletronicamente no aplicativo do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, durante o período de sua validade.
6. Essa Certidão Judicial abrange todos os processos cíveis, inclusive os de Juizados Especiais Cíveis, Execução Fiscal e de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial de empresa, Execução Patrimonial, Família, Sucessão e Insolvência, podendo o(s) feito(s) eventualmente listado(s) serem identificados por meio da nomenclatura da(s) Classe(s).

### PROTOCOLO E AUTENTICAÇÃO

Certidão **2024.0067263** expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe em **29/04/2024** e válida até **29/05/2024**.

Código de Autenticidade nº **6926.7284.1607.3467**.



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-SE**

**Nº 471432/2024**

**Emissão: 26/03/2024**

**Validade: 31/03/2025**

**Chave: w994c**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia de Sergipe - CREA-SE, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

**Interessado(a)**

Empresa: LOKMIX - LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA - EPP

CNPJ: 09.152.062/0001-93

Registro: 0000003964

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 100.000,00

Data do Capital: 26/02/2016

Faixa: 2

Objetivo Social Pleno: LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS, TOLDOS, MÓDULOS METÁLICOS PARA ALOJAMENTO, CONTÊINERES, VEÍCULOS COM OU SEM CONDUTOR, INCLUSIVE CAMINHÕES, EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, TAIS COMO, GERADORES, GUINCHOS, GUINDASTES, EMPILHADEIRAS, EQUIPAMENTOS DE TESTE, MEDIÇÃO E CONTROLE E SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA, ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO ? RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES PARA LAVOURAS, COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS, CARGA E DESCARGA, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÕES DE FEIRAS, CONGRESSOS EXPOSIÇÃO E FESTAS, LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMÍLIOS, LOCAÇÃO DE AERONAVES SEM TRIPULAÇÃO, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS.

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA: AS ATIVIDADES CONSTANTES NO OBJETIVO SOCIAL DA EMPRESA, NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL, SÃO: EQUIPAMENTOS DE TESTE, MEDIÇÃO E CONTROLE E SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA, ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO ? RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES PARA LAVOURAS, COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS, CARGA E DESCARGA, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMÍLIOS, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS.

Endereço Matriz: RUA JOSÉ DEODATO SOARES, 209, RUA ALESSANDRO SANTOS DE SANTANA, 200, PONTO NOVO, ARACAJU, SE, 49097340

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 10/11/2009

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000003920EMSE

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

**Informações / Notas**

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- A empresa poderá executar atividades do seu objetivo social, exclusivamente, no âmbito das atribuições do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) apresentados nesta certidão.

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2024 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsáveis Técnicos**

Profissional: CARLOS EDUARDO REGO DE ALBUQUERQUE

Registro: 2707219266

CPF: 012.\*\*\*.\*\*\*-08

Data Início: 03/10/2023

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: 31/08/2025

Títulos do Profissional:

engenheiro ambiental

Atribuição: ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO 447/2000 DO CONFEA RESPEITADO OS LIMITES DE SUA FORMAÇÃO.

engenheiro de segurança do trabalho

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES

Registro: 2716668698





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA JURIDICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-SE**

**Nº 471432/2024**

**Emissão: 26/03/2024**

**Validade: 31/03/2025**

**Chave: w994c**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

CPF: 052.\*\*\*.\*\*\*-60

Data Início: 07/03/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ART. 7º COMBINADO COM O ART. 25 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.

ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES

ENGENHARIA DIAGNÓSTICA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO



A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-se.sitac.com.br/publico/>, com a chave: w994c  
Impresso em: 26/03/2024 às 13:36:22 por: adapt, ip: 179.232.5.17





**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
**PESSOA FÍSICA**  
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

**CREA-SE**

**Nº 471625/2024**  
**Emissão: 02/04/2024**  
**Validade: 31/03/2025**  
**Chave: 21111**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 67 e 68 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com suas anuidades perante o CREA-SE.

**Interessado(a)**

Profissional: IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES

Registro: 2716668698

CPF: 052.\*\*\*.\*\*\*-60

Endereço: \*\*\*\*\*

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 25/07/2017

**Título(s)**

**GRADUAÇÃO**

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ART. 7º COMBINADO COM O ART. 25 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT

Data de Formação: 20/07/2017

**ANOTAÇÕES DE CURSOS**

ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP

Data de Formação: 27/09/2020

ENGENHARIA DIAGNÓSTICA

Instituição de Ensino: UNIP

Data de Formação: 15/08/2021

**Descrição**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

**Informações / Notas**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- Válido em todo território nacional.

**Última Anuidade Paga**

Ano: 2024 (1/1)

**Autos de Infração**

Nada consta

**Responsabilidades Técnicas**

Empresa: LOKMIX - LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA - EPP

Registro: 0000003964

CNPJ: 09.152.062/0001-93

Data Início: 07/03/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO



# **CONTRATO**

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços técnicos profissionais, que fazem entre si, a firma LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP, com CNPJ nº 09.152.062/0001-93, estabelecida na Rua José Deodato Soares, nº 209, Complemento Rua Alessandro Santos de Santana, nº 200, Bairro Ponto Novo, Aracaju-SE, CEP 49.097-340, representada neste ato pela sócia Sra. Luana Barroso Nascimento Santos, CPF nº 026.191.075-20, doravante denominado simplesmente contratante e o Sr. IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES, ENGENHEIRO CIVIL, CREA 2716668698, CPF nº 052.281.965-60, estabelecida na Rua Edson de Oliveira Santana, nº 53, Bairro Farolandia, na Cidade de Aracaju/Se, doravante denominado contratado, tem justo e contratado a prestação de serviços de conformidade com as cláusulas que se seguem.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços de responsabilidade técnica do profissional na qualidade de Engenheiro Civil, a partir da presente data.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – REMUNERAÇÃO**

Conforme acordo entre as partes, fica registrado o CONTRATADO os honorários de R\$ 1.996,00 (hum mil novecentos e noventa e seis reais), a partir da data de assinatura do mesmo, com vencimento todo dia 05 (cinco) do corrente mês. Podendo este valor ser revisto a depender da qualidade e especialidade do serviço.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – CARGA HORÁRIA**

Mediante o contrato fica acertado a carga horária de 10:00 horas semanas.

## **CLÁUSULA QUARTA – PRAZO**

O prazo de validade deste contrato é a partir do dia 01 de MARÇO de 2019 por tempo indeterminado a partir da data de assinatura do mesmo.



## CLÁUSULA QUINTA- RESCISÃO

Ambas as partes poderão a qualquer momento rescindir o presente contrato sem que assista qualquer direito a indenização, retenção ou multa; desde que seja informado num prazo de 30 dias. Caso por algum motivo ocorra de má fé entre as partes, o mesmo poderá ser rescindido imediatamente.

## CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE

O CONTRATANTE se obriga a executar os serviços sob sua responsabilidade, nas áreas de engenharia civil, sanitária e ambiental de acordo com as normas da ABNT, bem como com as normas e regulamentos das empresas concessionárias de serviços públicos; caso não atendam as especificações o presente contrato poderá ser rescindido imediatamente.

## CLÁUSULA SÉTIMA – IMPOSTOS

Todo e qualquer imposto, taxa, multa, cobrança trabalhista ou tributárias ficam a cargo do CONTRATANTE.

## CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o foro da cidade de Aracaju- Se, como competente para dirimir as duvidas decorrentes do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, mandaram datilografia o presente contrato em três vias, para um só efeito, o qual depois de lista e achado conforme, vai por todos assinado, justamente com duas testemunhas para todos os efeitos de direito.

Aracaju/Se, 01 de Março de 2019



CONTRATANTE



CONTRATADO  
Eng. Esp. Igor Leonardo R. Rodrigues  
Esp. em Estruturas  
Esp. em Eng. Diagnóstica  
CREA- SE 271666869-8

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha







PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
REDE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL



## ALVARÁ SANITÁRIO Nº 80.0024/2023

A Secretaria Municipal da Saúde de Aracaju concede, com base na Lei Municipal nº 1.968, de 22 de abril de 1993 e na Lei Federal 6.437, de 20 de Agosto de 1977, o ALVARÁ SANITÁRIO para a Empresa:

RAZÃO SOCIAL: LOKMIX LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA EPP

NOME DE FANTASIA: LOKMIX

CNPJ Nº 09.152.062/0001-93

CMC Nº : 076898-0

RESPONSÁVEL LEGAL: LUANA BARROS NASCIMENTO SANTOS

ATIVIDADE: ATIVIDADE RELACIONADA À ESGOTO, EXCETO GESTÃO DE REDES, ALUGUEL DE BANHEIROS QUÍMICOS E SERVIÇO DE LIMPA FOSSA.

Estabelecido à RUA ALESSANDRO SANTOS DE SANTANA, Nº 200, Bairro: PONTO NOVO Município de Aracaju, sob Responsabilidade Técnica do (a) Sr.(a) IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe sob nº: 2716668698.

O proprietário e o responsável legal pela empresa comprometem-se a atender as normas sanitárias destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, ciente de que o descumprimento implicará na aplicação de penalidades previstas na legislação em vigor, podendo resultar inclusive no cancelamento desta Licença.

Aracaju, 02 de Agosto de 2023.

### Observações:

1. Este Alvará tem validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua expedição.
2. O Responsável deve requerer a renovação do Alvará 60 (sessenta) dias antes do vencimento e sempre que houver alteração de endereço, responsabilidade técnica, atividade ou razão social.
3. Este Alvará deve ser afixado em local visível ao público (O descumprimento deste fato configura-se Infração Sanitária sujeitando o infrator às sanções previstas na Legislação).
4. A presença do técnico responsável por empresas que fabricam, distribuem, armazenam comercializam e/ou transportam medicamentos e produtos para saúde, será obrigatória durante todo o horário de funcionamento, conforme horário declarado na certidão de regularidade técnica emitida pelo Conselho Regional de Farmácia, que deve estar afixada em local visível ao público.

Secretaria Municipal da Saúde de Aracaju  
Coordenação de Vigilância Sanitária  
Rua Nely Correia de Andrade, nº 50 – Bairro: Coroa do Meio.  
Fone: 3711-5018/ 5055  
E-mail: vigilanciasanitaria@aracaju.se.gov.br

**OUVIDORIA**  
**0800 729 3534**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4D05-E99C-E17A-7B66

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JACKLENE ANDRADE DE ARAUJO (CPF 897.XXX.XXX-87) em 02/08/2023 09:40:51 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JULIANO PEREIRA SANTOS (CPF 860.XXX.XXX-68) em 02/08/2023 09:44:17 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/4D05-E99C-E17A-7B66>



**Nº: 221/2022**

## **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA RENOVAÇÃO**

**Data: 01/09/2022**

A SEMA -Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 4.594 de 18 de novembro de 2014, expede **Licença Simplificada - LS:**

**NOME:** Luana Barroso Nascimento Santos.

**EMPREENDIMENTO:** Lokmix Locação e Serviços do Nordeste LTDA EPP.

**CPF/CNPJ:** 09.152.062/0001-93.

**ATIVIDADE LICENCIADA:** Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; locadora de banheiros químicos; locadora de container e atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes.

**ENDEREÇO DA ATIVIDADE:** Rua José Deodato Soares, 209, Bairro Ponto Novo, CEP 49097-340.

**MUNICÍPIO:** ARACAJU – SERGIPE

### **A REALIZAR OS SERVIÇOS E OBRAS NAS SEGUINTESS CONDIÇÕES:**

1. Esta licença refere-se à operação de Lokmix Locação e Serviços do Nordeste LTDA EPP, sob responsabilidade de Luana Barroso Nascimento Santos, localizado na Rua José Deodato Soares, 209, Bairro Ponto Novo, nesta capital.
2. Esta Licença está sendo expedida com base no que prevê o art. 2º e 3º da Legislação Municipal Nº4.594/14 e Anexo II da Resolução CMMA 11/21.
3. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em jornal de grande circulação, em conformidade com a Art. 45 da Lei municipal 4594/14, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão, devendo ser encaminhada cópia da publicação à SEMA.
4. A emissão de ruído proveniente da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas NBR's nº 10.151 e nº 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução CONAMA nº 01/90 e pelas Leis municipais 1.789/92 e 2.410/96.
5. O empreendedor deverá requerer a Renovação da Licença com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração da validade desta Licença.
6. O empreendedor, em sua atividade, não deverá gerar odor e/ou poluição que causem incômodos ou danos à população circunvizinhança e ao meio ambiente.
7. O empreendedor deverá executar as atividades de acordo com os Projetos e Memorial Descritivos apresentados a SEMA.
8. As emissões de poluentes atmosféricos provenientes da atividade não deverão conferir ao meio ambiente concentrações acima dos valores estabelecidos na Resolução Conama nº 436/2011.
9. O empreendedor deverá apresentar junto ao pedido de Renovação da Licença

Assinado por 2 pessoas: IVANA SILVA SOBRAL e ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/7E40-9824-15B3-A90D> e informe o código 7E40-9824-15B3-A90D



- Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda;
  - Alvará de Funcionamento da Prefeitura Municipal;
  - Nota(s) de alienação do óleo de cozinha usado ou contaminado, provindo das operações de fritura na cozinha do estabelecimento;
  - Comprovantes da coleta e destinação dos resíduos de ossos e aparas de carne, realizados por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, durante a vigência da licença ambiental emitida;
  - Em caso de mudança do responsável técnico, Termo de Responsabilidade Ambiental – TRA, Roteiro de Caracterização do Empreendimento – RCE, Memorial Descritivo do Empreendimento – MDE e Anotações de Responsabilidade Técnica – ART atualizados
10. Esta licença não autoriza a operação de equipamentos de geração de energia.
  11. Esta licença não autoriza atividades de manutenção e lavagem de veículos automotores.
  12. O empreendedor deverá realizar a lavagem do veículos automotores e seu tanque em estabelecimentos especificamente autorizados para lavagem desse tipo de equipamento.
  13. O empreendedor deverá obedecer aos limites de emissão de ruído estabelecidos na NBR 10.151 e 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução CONAMA 01/90 e pelas Leis municipais 1.789/92 e 2.410/96.
  14. Esta licença não autoriza a operação de equipamentos de amplificação sonora no empreendimento.
  15. O empreendedor deverá proceder monitoramento da frota de caminhões, conforme a portaria IBAMA nº 85/96 que estabelece programa interno de autofiscalização da correta manutenção de frota de veículos movidos a diesel quanto a emissão de fumaça preta.
  16. O empreendedor deverá realizar inspeção periódica dos veículos pertencentes a empresa, a fim de garantir a eficiência do transporte e evitar possíveis acidentes.
  17. Todo o resíduo coletado pelo empreendimento deverá ser destinado em estação de tratamento operada pela concessionária local.
  18. Os despejos sanitários deverão ser lançados na rede coletora de esgotos sanitários operados pela concessionária local, a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), conforme atestado de viabilidade do empreendimento Nº 0049/2017 Deso.
  19. Não será permitido lançamento de despejos sanitários ao sistema de drenagem de águas pluviais, assim como o empreendedor deverá preservá-lo de forma que garanta o fluxo natural das águas, evitando o surgimento de processos erosivos.
  20. Os sistemas de drenagens de águas pluviais deverão ser independentes dos sistemas hidrossanitários.
  21. O sistema de esgotamento sanitário deverá ser operado de maneira que não se perceba odor desagradável, presença de vetores, bem como afastar a possibilidade de poluição de quaisquer áreas.
  22. O sistema de drenagem de águas pluviais deverá ser executado e operado em conformidade com as diretrizes municipais, de forma a evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamentos e outros) e garanti o fluxo natural das águas.
  23. Os resíduos sólidos perigosos gerados deverão ser acondicionados em local abrigado com piso impermeável, conforme Resolução NBR 12.235/92 da ABNT, e destinados adequadamente por empresa licenciada por órgão competente, de acordo com Lei 12.305/10.
  24. Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser acondicionados adequadamente conforme NBR 13.230/08 da ABNT, em local apropriado, e destinados à empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

Assinado por 2 pessoas: IVANA SILVA SOBRAL e ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/7E40-9824-15B3-A90D> e informe o código 7E40-9824-15B3-A90D



25. Os resíduos sólidos de origem doméstica deverão ser encaminhados à rede pública de coleta, respeitando-se os limites da legislação vigente e/ou impostos pelo órgão competente, não sendo permitida sua incineração, queima ou disposição em locais inadequados.
26. A operação da atividade do empreendimento não poderá gerar odores que causem incomodo a circunvizinhança ou que ocasione poluição ao meio ambiente.
27. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor e poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização.
28. Na ocorrência de quaisquer acidentes ou vazamentos deverá ser comunicado à SEMA, após a constatação e/ou conhecimento isolado ou solidariamente, pelos responsáveis pelo estabelecimento e pelos equipamentos e sistemas.
29. Os responsáveis pelo empreendimento, pelos equipamentos e sistemas, independentemente da comunicação da ocorrência de acidentes ou vazamentos, deverão adotar as medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente.
30. Qualquer alteração e/ou ampliação na área ou atividade da empresa deverá ser imediatamente apresentadas à SEMA.
31. Qualquer alteração na titularidade do empreendimento ou em seus equipamentos ou sistemas deverá ser comunicada a SEMA, com vistas à atualização na Licença Ambiental.
32. Caso seja constatada omissão de informações ou uso de afirmações falsas ou inverídicas nos documentos que subsidiaram a emissão desta Licença, caberá à SEMA:
  - A suspensão imediata da Licença e imposição de multa na forma da legislação ambiental vigente;
  - A denúncia do responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe responsabilizando-o conjuntamente ao empreendedor pela multa e demais medidas punitivas;
  - O envio de cópias dos procedimentos adotados para conhecimento do Ministério Público.
33. No caso de desativação, o empreendimento fica obrigado a apresentar plano de encerramento das atividades, a ser aprovado pela SEMA.
34. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta Licença.
35. Perante à SEMA, a empresa é a responsável pela implementação dos Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e por qualquer tipo de acidente (intencional ou ocasional) que venha ocorrer na fase de operação.
36. Esta Licença não exclui a aprovação das operações, procedimentos e instalações de competência do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Vigilância Sanitária, assim como, não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federais, Estaduais e Municipais com jurisdição na área.
37. O descumprimento das condições aqui estabelecidas implicará a aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
38. A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
  - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
  - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes apresentadas no Roteiro de Caracterização do empreendimento, bem como no Termo de Responsabilidade Ambiental que subsidiaram a emissão da Licença;
  - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
  - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto;

Assinado por 2 pessoas: IVANA SILVA SOBRAL e ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/7E40-9824-15B3-A90D> e informe o código 7E40-9824-15B3-A90D

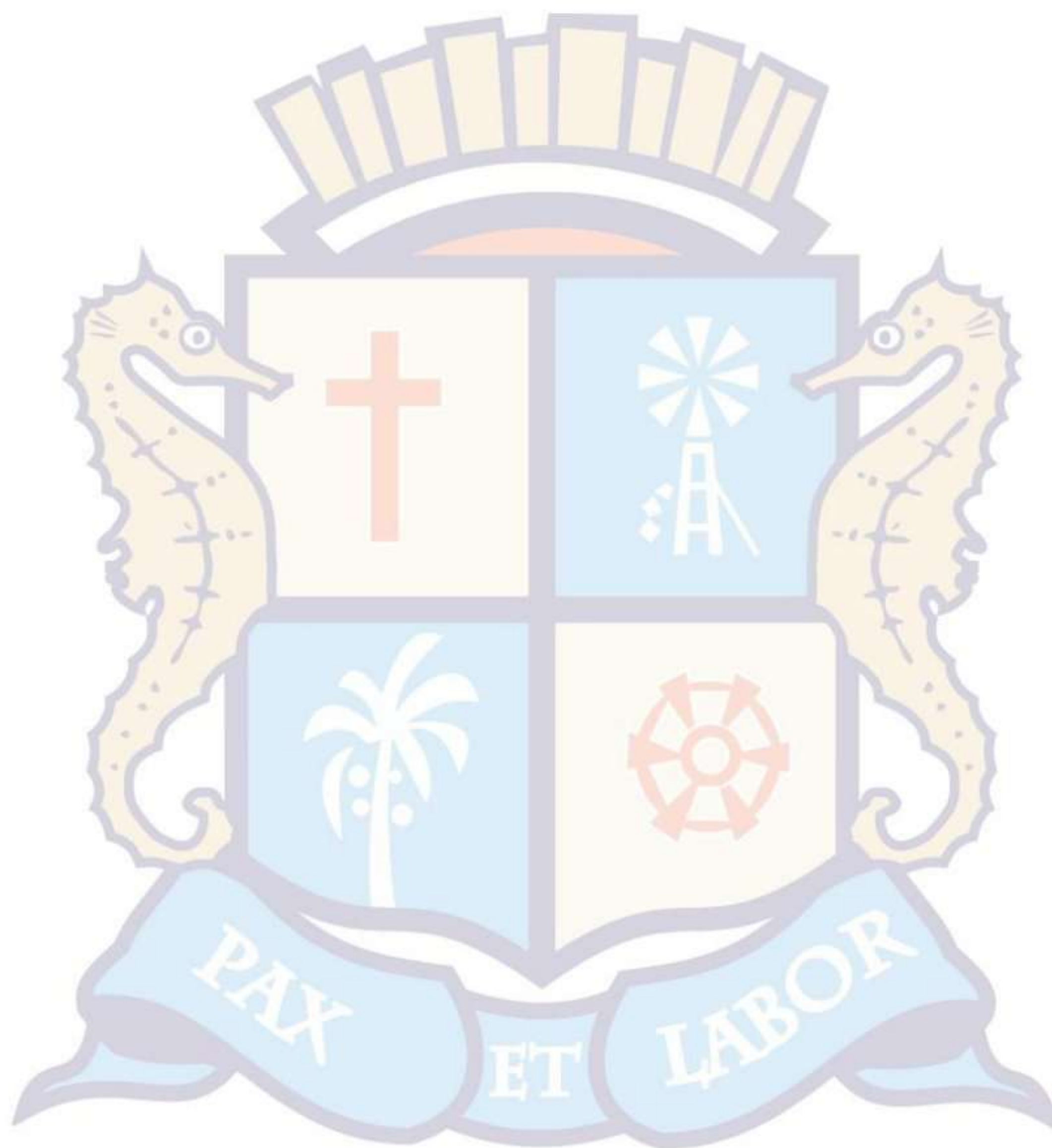


- Denúncia do responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe.

**ESTA LICENÇA É VALIDA PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS, CONFORME PREVISTO NO ART. 20, INCISO III DA LEI MUNICIPAL 4.594/14, E PROTOCOLO SEMA Nº53.124/2022 DE 09 DE AGOSTO DE 2022 E PARECER TÉCNICO 510/2022 DLA SEMA DE 30 DE AGOSTO DE 2022.**

**Diretora de Licenciamento Ambiental  
Ivana Silva Sobral**

**Secretário Municipal do Meio Ambiente  
Alan Alexander Mendes Lemos**



Assinado por 2 pessoas: IVANA SILVA SOBRAL e ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/7E40-9824-15B3-A90D> e informe o código 7E40-9824-15B3-A90D





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7E40-9824-15B3-A90D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IVANA SILVA SOBRAL (CPF 006.XXX.XXX-40) em 01/09/2022 15:42:25 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS (CPF 222.XXX.XXX-72) em 05/09/2022 09:54:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/7E40-9824-15B3-A90D>

## DECLARAÇÃO

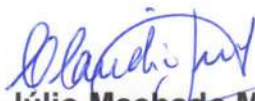
Nº 01 /2024

Declaramos para os devidos fins que a empresa – **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA, C.N.P.J.: 009.152.062/0001 - 93** tem autorização da DESO para lançamento de dejetos domésticos na ERQ-NORTE – Estação de Recuperação das Águas, bem como, o descarte dos resíduos sólidos (areia), proveniente da limpeza dos equipamentos de coleta, situada no conjunto Marcos Freire, Nossa Senhora do Socorro - SE, coletados através dos seus caminhões Limpa-fossa, desde que a mesma possua a Autorização Ambiental emitida pela ADEMA para o exercício dessa atividade e os dejetos coletados estejam de acordo com as exigências contidas no Manual de Serviços da DESO para lançamento em sua ERQ, alertando que para comercialização dos tickets, será necessário a apresentação da documentação exigida.

- 1 - Para sua renovação deverá comprovar no mínimo 4 (quatro) lançamento de dejetos a cada trimestre.
- 2 - Esta Declaração não poderá ser usada para renovação junto a ADEMA por mais de uma vez.

Validade: 1 ANO

Aracaju, 24 Janeiro de 2024



Cláudio Júlio Machado M. Filho  
Gerência de Meio Ambiente



Kleber Curvelo Fontes  
Diretor de Meio Ambiente e Expansão





A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2023/TEC/AA-0313, outorga a presente

## Autorização Ambiental Nº 106/2023

em favor de LOKMIX LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA., CNPJ nº 09.152.062/0001-93, sediado na Rua Jose Deodato Soares, Nº 209, Rua Alessandro Santos De Santana Nº 200, Ponto Novo, Aracaju, SE, CEP 49.097-340, **para as atividades de Coleta e Transporte Rodoviário de Efluentes Sanitários.**

### Considerações Gerais

01. Esta Autorização Ambiental foi emitida às 18:32:09 do dia 16/11/2023, com validade por 01 ano, vencendo-se em 16/11/2024.
02. O código de controle desta licença é **<fd9f6952636a6fc01041343de48dc243>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
  - a) Violação de normas ambientais;
  - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
  - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
  - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
  - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
  - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

### Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 106/2023

Código: fd9f6952636a6fc01041343de48dc243

### Condicionantes

1. Os Efluentes Sanitários coletados e transportados pela empresa LOKMIX LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA. serão provenientes de banheiros químicos (fezes sólidas, urina, água, desinfetante e papel higiênico) e tratamento de sistema de esgotamento sanitário, dentro do Estado de Sergipe e terá como destino a Estação de Tratamento, operada pela Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, CNPJ nº 13.018.171/0001-90:
  - Estação Recuperadora de Qualidade Norte - ERQ-NORTE, situada na Avenida Coletora C com Rua Projetada, no Bairro Taiçoca, no município Nossa Senhora do Socorro/SE;
2. Fica proibido o descarte de efluentes oriundo de postos de combustíveis, ou de quaisquer outros com característica predominantemente química ou proveniente de atividade industrial, nas Estações citadas na condicionante anterior.
3. Esta Autorização Ambiental substitui a Autorização Ambiental – AA nº 493-1/2023, emitida 24/01/2023, conforme processo 2022/TEC/AA-1041.
4. Na vigência desta Autorização Ambiental, quaisquer irregularidades constatadas deverão ser corrigidas pela empresa e comunicadas, imediatamente, à Adema.
5. A empresa deverá apresentar trimestralmente:
  - Os comprovantes de realização das lavagens e manutenções dos veículos utilizados para o transporte de efluentes sanitários, em local devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente para tal finalidade;
  - Os comprovantes de destinação adequada dos efluentes sanitários transportados, emitidos pela empresa de destinação final.
6. A empresa deverá apresentar, por ocasião de nova solicitação de Autorização Ambiental, declarações (atualizadas) das empresas de manutenção e lavagem dos veículos, juntamente com a cópia da Licença de Operação, das mesmas, emitida por Órgão Ambiental competente.
7. A empresa utilizará para efetuar o transporte dos efluentes sanitários, conforme a documentação apresentada, os seguintes veículos/equipamentos:
  - CAR/CAMINHÃO/TANQUE/MEC.OPERACIONAL, VOLVO/VM 220 4X2R, fabricado em 2013. Placa OUJ-7A87, CIV: A0.020.622 e CIPP: A193183.
  - CAR/CAMINHÃO/TANQUE/MEC.OPERACIONAL, VW/15.180 CNM, fabricado em 2010. Placa NYO-5063, CIV: A2.252.138 e CIPP: A417945.
  - CARGA CAMINHÃO, FORD/CARGO 816 S, TANQUE PRODUTO PERIGOSO, Fabricado em 2018, Placa QMG-1680, CIPP: A418021, CIV: A2.252.255
8. Os veículos utilizados para transportar os efluentes sanitários deverão portar a presente Autorização Ambiental.
9. A empresa receptora dos efluentes sanitários deverá estar devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
10. Os motoristas, obrigatoriamente, deverão possuir o curso MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos), referente ao transporte e movimentação dos resíduos perigosos.
11. A empresa deverá realizar limpeza, lavagem e vaporização do veículo, além de outros serviços que venham a ocasionar derrame de óleo, produtos, resíduos ou emissão de gases para atmosfera, em instalações devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente, devendo ser mantidos comprovantes contemplando datas e locais das lavagens, para fins de fiscalização.
12. A empresa deverá comunicar de imediato aos órgãos competentes Estaduais, Municipais e Federais, a ocorrência de qualquer acidente durante a movimentação dos efluentes sanitários, bem como sanar de imediato os danos causados à saúde humana e ao meio ambiente.
13. A empresa deverá acondicionar adequadamente os resíduos perigosos gerados em consequência de acidentes envolvendo os efluentes movimentados e encaminhá-los para destinação final em instalações adequadas, com o devido conhecimento e autorização da





Licença: 106/2023

Código: fd9f6952636a6fc01041343de48dc243

### Condicionantes

Adema.

14. Todo o transporte deverá obedecer aos dispositivos do Decreto Federal nº 96.044/88, às Normas Brasileiras Regulamentadoras em vigor e à Resolução nº 420/04 da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no tocante às prescrições gerais para o transporte de produtos perigosos.
15. Perante a Adema, a empresa é a responsável pela implementação do Plano de Emergência e Medidas Mitigadoras e por qualquer tipo de acidente (intencional ou ocasional) que venha a ocorrer durante o transporte dos efluentes sanitários.
16. Qualquer modificação pretendida na forma e nos resíduos transportados por essa empresa deverá ser objeto de prévia aprovação pela Adema.
17. Qualquer alteração na titularidade da empresa deverá ser comunicada à Adema para a devida atualização desta licença.





**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009**  
**Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973**

**CREA-SE**

**CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**

**449645/2021**

Atividade concluída

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe - Crea-SE, o Acervo Técnico do profissional **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES**

Registro: **2716668698SE**

RNP: **2716668698**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES**

Número da ART: **SE20210240883** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO - RES.** Registrada em: **11/06/2021** Baixada em: **11/06/2021**  
 1.050 - FORA DE ÉPOCA

Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO** Participação técnica: **INDIVIDUAL**

Empresa contratada: **LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA - EPP**

Contratante: **SAAE - Serviço autônomo de água e esgoto**

CPF/CNPJ: **13.259.692/0001-39**

Endereço do contratante: **RUA José Dias de Oliveira**

Nº: **232**

Complemento:

Bairro: **Alagoas**

Cidade: **ESTÂNCIA**

UF: **SE**

CEP: **49200000**

Contrato:

Celebrado em:

Valor do contrato: **R\$ 11.712,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação institucional: **Outros**

Endereço da obra/serviço: **RUA DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **DIVERSOS**

Cidade: **ESTÂNCIA**

UF: **SE**

CEP: **49200000**

Coordenadas Geográficas: **-11.257390, -37.437539**

Data de início: **29/11/2019**

Conclusão efetiva: **31/12/2019**

Finalidade: **Ambiental**

Proprietário: **SAAE - Serviço autônomo de água e esgoto**

CPF/CNPJ: **13.259.692/0001-39**

Atividade Técnica: **1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SANEAMENTO > #1636 - FOSSAS SEPTICAS 43 - MANUTENÇÃO**  
 96.00 hora;

#### Observações

Serviço de caminhão limpa fossa.

#### Informações Complementares

- DECLARAMOS QUE A ART REFERENTE AO ATESTADO ANEXO FOI REGISTRADA APÓS A EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇO, NÃO POSSIBILITANDO AO CREA A FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NELE RELACIONADOS.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 449645/2021**

**02/07/2021, 09:56**

**65C58**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-se.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 65C58

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, nº 1710

Tel: (79) 3234-3000 Fax: (XX) XXXX-XXXX E-mail: [crea-se@crea-se.org.br](mailto:crea-se@crea-se.org.br)



**CREA-SE**  
 Conselho Regional de Engenharia e  
 Agronomia de Sergipe







**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA**  
**SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E**  
**OPERACIONAL**

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.259.692/0001-39, com sede na Rua Jose Dias de Oliveira, 232, Bairro Alagoas, Estância/Se, ATESTA, para os devidos fins, que a empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 09.152.062/0001-93, tendo como Responsável o Técnico o Engenheiro Civil **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES**, com registro **CREA/SE 2716668698**, realizou satisfatoriamente sob as penas da lei o serviço de:

**Contrato de nº 035/2019**

**Objeto do Contrato:** Serviço de caminhão **Limpa Fossa**, capacidade a partir de 8.000 litros, com motorista e combustível, equipamento motobomba, sistema de tomada de força e mangueira, conforme especificações constantes no termo de referência, Anexo I deste edital.

**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:** Auxiliar na desobstrução e/ou manutenção de rotina em Sistema de Esgotamento Sanitários ou Poços de Visita, bem como retirar e transportar os efluentes domésticos caso haja obstrução e encaminhá-los a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da mesma localidade, para que o mesmo seja devidamente submetido a todas as etapas de tratamento.

- 1- Estação Elevatória de Esgoto do Conj. Habitacional Recanto Verde, Bairro Cidade Nova.
- 2- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Habitacional Recanto Verde, Bairro Cidade Nova.
- 3- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Habitacional Carmen do Prado Leite, Bairro Estancinha.
- 4- Estação de Tratamento de Esgoto – DAFA do Conj. Habitacional Mariota Mesquita, Bairro Bomfim;
- 5- Elevatória de Esgoto, Bairro Alecrim;
- 6- Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Alecrim;
- 7- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Antônio Carlos Valadares, Bairro Cidade Nova.
- 8- Fossa sépticas das unidades do SAAE;
9. Poços de visitas localizados nos Conjuntos Habitacionais: Recanto Verde, Mariota Mesquita, Carmem do Prado Leite, Valadares e Bairros: Alecrim, Bomfim e Cidade Nova.

**Valor do contrato: R\$ 11.712,00 (onze mil setecentos e doze reais).**

**Total de locações: 96 (noventa e seis) – horas**

**Período do contrato: 29/11/2019 a 31/12/2019.**

Com base no art. 30 da lei 8.666 de 21/06/1993, ATESTAMOS, para os devidos fins que a empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP**, desenvolveu **atividade de Locação de Caminhão Limpa Fossa**, para atender as necessidades do SAAE, com qualidade, capacidade técnica, idoneidade profissional e dentro dos prazos estabelecidos, sem nenhum fato que a desabone, motivo pela qual emitimos este atestado.

Estância/SE, 24 de dezembro de 2020.

**José Derivaldo Almeida dos Santos**  
**Diretor Superintendente do SAAE**

**Sarah Maria Dias Oliveira**  
**Engenheira Sanitária Ambiental do SAAE**  
**CREA/SE nº 2715835930**

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**  
 Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127 - Alagoas – Estância-SE  
 Tel.: (0\*\*79) 3530-5100 / CNPJ: 13.259.692/0001-39

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe, vinculado à Certidão nº 449645/2021, emitida em 02/07/2021



Certidão nº 449645/2021  
 02/07/2021, 11:47  
 Chave de Impressão: 65C58  
 O documento neste ato registrado foi emitido em 02/07/2021 e contém 1 folhas





**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009**  
**Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973**

**CREA-SE**

**CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**

**449647/2021**

Atividade concluída

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe - Crea-SE, o Acervo Técnico do profissional **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES**

Registro: **2716668698SE**

RNP: **2716668698**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES**

Número da ART: **SE20210240879**

Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO - RES.**  
**1.050 - FORA DE ÉPOCA**

Registrada em: **11/06/2021**

Baixada em: **11/06/2021**

Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO**

Participação técnica: **INDIVIDUAL**

Empresa contratada: **LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA - EPP**

Contratante: **SAAE - Serviço autônomo de água e esgoto**

CPF/CNPJ: **13.259.692/0001-39**

Endereço do contratante: **RUA José Dias de Oliveira**

Nº: **232**

Complemento:

Bairro: **Alagoas**

Cidade: **ESTÂNCIA**

UF: **SE**

CEP: **49200000**

Contrato:

Celebrado em:

Valor do contrato: **R\$ 30.500,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação institucional: **Outros**

Endereço da obra/serviço: **RUA DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **DIVERSOS**

Cidade: **ESTÂNCIA**

UF: **SE**

CEP: **49200000**

Coordenadas Geográficas: **-11.257390, -37.437539**

Data de início: **07/01/2020**

Conclusão efetiva: **30/06/2020**

Finalidade: **Ambiental**

Proprietário: **SAAE - Serviço autônomo de água e esgoto**

CPF/CNPJ: **13.259.692/0001-39**

Atividade Técnica: **1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SANEAMENTO > #1636 - FOSSAS SEPTICAS 43 - MANUTENÇÃO 250.00 hora;**

#### Observações

Serviço de caminhão limpa fossa.

#### Informações Complementares

- "DECLARAMOS QUE A ART REFERENTE AO ATESTADO ANEXO FOI REGISTRADA APÓS A EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇO, NÃO POSSIBILITANDO AO CREA A FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NELE RELACIONADOS".
- "O ATESTADO ESTÁ REGISTRADO APENAS PARA ATIVIDADES TÉCNICAS CONSTANTES DA ART, DESENVOLVIDAS DE ACORDO COM AS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL".

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 449647/2021**

**11/06/2021, 11:51**

**Z41Wz**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-se.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Z41Wz

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, nº 1710

Tel: (79) 3234-3000 Fax: (XX) XXXX-XXXX E-mail: [crea-se@crea-se.org.br](mailto:crea-se@crea-se.org.br)



**CREA-SE**  
 Conselho Regional de Engenharia e  
 Agronomia de Sergipe





ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.259.692/0001-39, com sede na Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, nº 127, Centro, Estância/Se, ATESTA, para os devidos fins, que a empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 09.152.062/0001-93, tendo como Responsável o Técnico o Engenheiro Civil **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES**, com registro **CREA/SE 2716668698**, realizou satisfatoriamente sob as penas da lei o serviço de:

### Contrato de nº 006/2020

**Objeto do Contrato:** Serviço de caminhão **Limpa Fossa**, capacidade a partir de 8.000 litros, com motorista e combustível, equipamento motobomba, sistema de tomada de força e mangueira, conforme especificações constantes no termo de referência, Anexo I deste edital.

**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:** Auxiliar na desobstrução e/ou manutenção de rotina em Sistema de Esgotamento Sanitários ou Poços de Visita, bem como retirar e transportar os efluentes domésticos caso haja obstrução e encaminhá-los a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da mesma localidade, para que o mesmo seja devidamente submetido a todas as etapas de tratamento.

- 1- Estação Elevatória de Esgoto do Conj. Habitacional Recanto Verde, Bairro Cidade Nova.
- 2- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Habitacional Recanto Verde, Bairro Cidade Nova.
- 3- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Habitacional Carmen do Prado Leite, Bairro Estancinha.
- 4- Estação de Tratamento de Esgoto – DAFA do Conj. Habitacional Mariota Mesquita, Bairro Bomfim;
- 5- Elevatória de Esgoto, Bairro Alecrim;
- 6- Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Alecrim;
- 7- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Antônio Carlos Valadares, Bairro Cidade Nova.
- 8- Fossa sépticas das unidades do SAAE;
9. Poços de visitas localizados nos Conjuntos Habitacionais: Recanto Verde, Mariota Mesquita, Carmem do Prado Leite, Valadares e Bairros: Alecrim, Bomfim e Cidade Nova.

**Valor do contrato: R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais).**

**Total de locações: 250 (duzentas e cinquenta) – horas**

**Período do contrato: 07/01/2020 a 30/06/2020.**

Com base no art. 30 da lei 8.666 de 21/06/1993, ATESTAMOS, para os devidos fins que a empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP**, desenvolveu atividade de **Locação de Caminhão Limpa Fossa**, para atender as necessidades do SAAE, com qualidade, capacidade técnica, idoneidade profissional e dentro dos prazos estabelecidos, sem nenhum fato que a desabone, motivo pela qual emitimos este atestado.

Estância/SE, 24 de dezembro de 2020.

**José Derivaldo Almeida dos Santos**  
Diretor Superintendente do SAAE

**Sarah Maria Dias Oliveira**  
Engenheira Sanitária Ambiental do SAAE

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE  
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, 127, Bairro Centro  
Tel: (79) 3234-3000 Fax: (XX) XXXX-XXXX E-mail: crea-se@crea-se.org.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe, vinculado à Certidão nº 449647/2021, emitida em 11/06/2021



Certidão nº 449647/2021  
11/06/2021, 12:03  
Chave de Impressão: Z41Wz  
O documento neste ato registrado foi emitido em 11/06/2021 e contém 1 folhas







**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009**  
**Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973**

**CREA-SE**

**CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**

**449648/2021**

Atividade concluída

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe - Crea-SE, o Acervo Técnico do profissional **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES**

Registro: **2716668698SE**

RNP: **2716668698**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES**

Número da ART: **SE20210240871**

Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO - RES.**  
**1.050 - FORA DE ÉPOCA**

Registrada em: **11/06/2021**

Baixada em: **11/06/2021**

Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO**

Participação técnica: **INDIVIDUAL**

Empresa contratada: **LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA - EPP**

Contratante: **SAAE - Serviço autônomo de água e esgoto**

CPF/CNPJ: **13.259.692/0001-39**

Endereço do contratante: **RUA José Dias de Oliveira**

Nº: **232**

Complemento:

Bairro: **Alagoas**

Cidade: **ESTÂNCIA**

UF: **SE**

CEP: **49200000**

Contrato:

Celebrado em:

Valor do contrato: **R\$ 61.976,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação institucional: **Outros**

Endereço da obra/serviço: **RUA DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro:

Cidade: **ESTÂNCIA**

UF: **SE**

CEP: **49200000**

Coordenadas Geográficas: **-11.257390, -37.437539**

Data de início: **01/07/2020**

Conclusão efetiva: **24/03/2021**

Finalidade: **Ambiental**

Proprietário: **SAAE - Serviço autônomo de água e esgoto**

CPF/CNPJ: **13.259.692/0001-39**

Atividade Técnica: **1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SANEAMENTO > #1636 - FOSSAS SEPTICAS 43 - MANUTENÇÃO 508.00 hora;**

#### Observações

Serviço de caminhão limpa fossa.

#### Informações Complementares

- Declaramos que a ART referente ao atestado anexo foi registrada após a execução da obra/serviço, não possibilitando ao CREA a fiscalização das atividades nele relacionadas.
- O atestado está registrado apenas para atividades técnicas desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 449648/2021**

**11/06/2021, 11:34**

**80BcB**

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-se.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 80BcB

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**

Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, nº 1710

Tel: (79) 3234-3000 Fax: (XX) XXXX-XXXX E-mail: [crea-se@crea-se.org.br](mailto:crea-se@crea-se.org.br)



**CREA-SE**  
 Conselho Regional de Engenharia e  
 Agronomia de Sergipe





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.259.692/0001-39, com sede na Rua Jose Dias de Oliveira, 232, Bairro Alagoas, Estância/Se, ATESTA, para os devidos fins, que a empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 09.152.062/0001-93, tendo como Responsável o Técnico o Engenheiro Civil **IGOR LEONARDO RIBEIRO RODRIGUES**, com registro **CREA/SE 2716668698**, realizou satisfatoriamente sob as penas da lei o serviço de:

### Contrato de nº 019/2020

**Objeto do Contrato:** Serviço de caminhão **Limpa Fossa**, capacidade a partir de 8.000 litros, com motorista e combustível, equipamento motobomba, sistema de tomada de força e mangueira, conforme especificações constantes no termo de referência, Anexo I deste edital.

**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:** Auxiliar na desobstrução e/ou manutenção de rotina em Sistema de Esgotamento Sanitários ou Poços de Visita, bem como retirar e transportar os efluentes domésticos caso haja obstrução e encaminhá-los a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da mesma localidade, para que o mesmo seja devidamente submetido a todas as etapas de tratamento.

- 1- Estação Elevatória de Esgoto do Conj. Habitacional Recanto Verde, Bairro Cidade Nova.
- 2- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Habitacional Recanto Verde, Bairro Cidade Nova.
- 3- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Habitacional Carmen do Prado Leite, Bairro Estancinha.
- 4- Estação de Tratamento de Esgoto – DAFA do Conj. Habitacional Mariota Mesquita, Bairro Bomfim;
- 5- Elevatória de Esgoto, Bairro Alecrim;
- 6- Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Alecrim;
- 7- Estação de Tratamento de Esgoto do Conj. Antônio Carlos Valadares, Bairro Cidade Nova.
- 8- Fossa sépticas das unidades do SAAE;
- 9- Poços de visitas localizados nos Conjuntos Habitacionais: Recanto Verde, Mariota Mesquita, Carmem do Prado Leite, Valadares e Bairros: Alecrim, Bomfim e Cidade Nova.

**- Período do Contrato: 01/07/2020 a 30/10/2020.**

**1º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2020**

**- Período do contrato: 01/11/2020 a 24/03/2021.**

**Total de locações Global: 508 (quinhentos e oito) – horas**

**Valor do contrato Global: R\$ 61.976,00 (sessenta e um mil e novecentos e setenta e seis reais).**

Com base no art. 30 da lei 8.666 de 21/06/1993, ATESTAMOS, para os devidos fins que a empresa **LOKMIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP**, desenvolveu atividade de **Locação de Caminhão Limpa Fossa**, para atender as necessidades do SAAE, com qualidade, capacidade técnica, idoneidade profissional e dentro dos prazos estabelecidos, sem nenhum fato que a desabone, motivo pela qual emitimos este atestado.

Estância/SE, 23 de abril de 2021.

  
José Derivaldo Almeida dos Santos  
Diretor Superintendente do SAAE

  
Sarah Maria Dias Oliveira  
Engenheira Sanitária Ambiental do SAAE

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE  
Rua Leopoldo Rodrigues do Nascimento, 127, Bairro Centro  
Tel:(79)3530-5100, CEP 49.200-000 – Estância - SE

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe, vinculado à Certidão nº 449648/2021, emitida em 11/06/2021



Certidão nº 449648/2021

11/06/2021, 12:01

Chave de Impressão: 80BcB

O documento neste ato registrado foi emitido em 11/06/2021 e contém 1 folhas





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE - CRA-SE

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE****Nº 000269/2024****VÁLIDA ATÉ 30/03/2025**

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito, que a empresa **LOKMIX - LOCAÇÃO E SERVIÇOS DO NORDESTE LTDA-EPP.**, CNPJ nº **09.152.062/0001-93**, com o endereço R JOSE D SOARES, Nº 209 - PONTO NOVO - ARACAJU - SE - CEP: 49097340, está devidamente registrada neste Conselho sob o nº **PJ-0631**, desde **22/03/2012**, tendo como Responsável(is) Técnico(s):

ADMINISTRADOR **LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS**, RG nº **31695809**, CPF nº **026.191.075-20**, também registrado neste Conselho sob o nº CRA-SE **3446-01**, de **15/03/2012**.

Aracaju/SE, 26 de março de 2024.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

<http://cra-se.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/2c47aa15-e334-452b-a513-8e9bda995ab5>

Rua Senador Rollemberg, 513, São José - Aracaju/SE Brasil, CEP: 49015-120

Telefone/Fax CRA-SE: (79) 3214-2229

Endereço Eletrônico: [financeiro@cra-se.org.br](mailto:financeiro@cra-se.org.br) - Home-page: <http://www.cra-se.org.br/>



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE - CRA-SE

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**  
**Nº 000002/2024**  
**VÁLIDA ATÉ 31/12/2024**

Declaramos para os devidos fins que o administrador **LUANA BARROSO NASCIMENTO SANTOS** - CPF: **026.191.075-20**, é registrado neste CRA-SE sob o número **3446-01** desde **15/03/2012**. Informamos, ainda, que este(a) profissional encontra-se em dia com suas obrigações, estando apto ao exercício profissional.

Aracaju/SE, 02 de janeiro de 2024.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

<http://cra-se.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/aac3e2a4-1cb7-4389-bea6-ed56d3bd3e38>

Rua Senador Rollemberg, 513, São José - Aracaju/SE Brasil, CEP: 49015-120

Telefone/Fax CRA-SE: (79) 3214-2229

Endereço Eletrônico: [financeiro@cra-se.org.br](mailto:financeiro@cra-se.org.br) - Home-page: <http://www.cra-se.org.br/>


**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU - PMA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEMFAZ**  
**DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS - DTM**

**ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO****Número**  
**00****Inscrição Municipal (CMC)**  
**076898-0****CNPJ**  
**09.152.062/0001-93****Razão Social/ Nome Empresarial**  
**LOKMIX LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA EPP****Nome Fantasia**  
**LOKMIX****Endereço**  
**R JOSE DEODATO SOARES****Número**  
**209****Complemento**  
**RUA ALESSANDRO SANTOS DE SANTANA, Nº**  
**200 - Lt: 30,31,32,35A38****Bairro**  
**PONTO NOVO****CEP**  
**49097-340****Telefone**  
**(79) 3252-8787****Endereço Eletrônico (e-mail)**  
**LOKMIX@LOKMIX.COM.BR****Início da Atividade**  
**17/12/2007****Situação do Cadastro**  
**Aberto****Natureza Jurídica**  
**Sociedade Empresária Limitada****Data de Validade****Forma(s) de Atuação**  
**Estabelecimento Fixo****Código e Descrição da atividade principal**  
**7739003 Aluguel palcos,cob.outr.estr.uso temp.****Data de Início**  
**17/12/2007****Código e Descrição das atividades secundárias****Data de Início****0161002 Serviço de poda de arvores para lavouras****17/12/2007****3702900 Ativ.relac.a esgoto,exc.gestao de redes****17/12/2007****3811400 Coleta de residuos nao-perigosos****17/12/2007****4213800 Obras urbanizacao-ruas,pracas,calcadas****17/12/2007****4221903 Manut.de redes distrib.energia eletrica****17/12/2007****4923002 Servs.tranp.passag.-locacão auto.c/mot.****17/12/2007****4930201 Transp.rod.carga,exc.prod.perig.mud.mun.****17/12/2007****4930203 Transp.rodoviario de produtos perigosos****13/06/2011**



<b>5212500 Carga e descarga</b>	<b>17/12/2007</b>
<b>7112000 Servicos de engenharia</b>	<b>17/12/2007</b>
<b>7711000 Locacao de automoveis sem condutor</b>	<b>13/06/2011</b>
<b>7719502 Locacao de aeronaves sem tripulacao</b>	<b>13/06/2011</b>
<b>7719599 Loc.outr.meios tranp.n/esp.ant.s/condu.</b>	<b>13/06/2011</b>
<b>7739099 Alug.outr.maq.eq.ciais.indiais.n/esp.an.</b>	<b>13/06/2011</b>
<b>8121400 Limpeza em predios e em domicilios</b>	<b>17/12/2007</b>
<b>8130300 Atividades paisagisticas</b>	<b>17/12/2007</b>
<b>8230001 Servs.organ.feiras,cong.expos. e festas</b>	<b>17/12/2007</b>

***Emitido de acordo com o Decreto Municipal no 6.776/2022, alterado pelo Decreto Municipal no 6.943/2022.***

<p>SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEMFAZ</p>  <p><b>ARACAJU</b> Cuidando da cidade para as pessoas</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU</p> <p>SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</p> <p>Documento Emitido eletronicamente via Internet em 29/04/2024 às 09:25:43</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS  
CPF / CNPJ sancionado: 09.152.062/0001-93

LIMPAR

Data da consulta: 09/05/2024 09:41:51  
Data da última atualização: 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CNEP  
CPF / CNPJ sancionado: 09.152.062/0001-93

LIMPAR

Data da consulta: 09/05/2024 09:44:12  
Data da última atualização: 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA EXECUTIVA

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
UASG 158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE  
**PREGÃO 90001/2024**

Às 09:48 horas do dia 10 de maio do ano de 2024, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, RUTH SALES GAMA DE ANDRADE, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 23832000482202313, Pregão nº 90001/2024.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de tratamento dos esgotos sanitários do Instituto Federal de Sergipe, campus Nossa Senhora do Socorro.		
Entrega de propostas:	De 23/04/2024 às 08:00 até 08/05/2024 às 09:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 08/05/2024 às 09:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	08/05/2024 às 09:00:04	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	08/05/2024 às 09:10:11	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	08/05/2024 às 11:08:52	Srs licitantes, estarei suspendendo a sessão para análise da proposta pelo requisitante e retornaremos amanhã 09/05 às 9hs.
Sistema	09/05/2024 às 09:00:20	Bom dia Srs licitantes,
Sistema	09/05/2024 às 09:00:44	Estamos retornando a sessão do pregão e daremos continuidade.
Sistema	09/05/2024 às 09:12:49	Srs licitantes, entramos na fase de habilitação. Como os documentos foram enviados juntamente com a proposta sua conferência já foi rerealizada.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
08/05/2024 às 09:00:04	Abertura da sessão pública
08/05/2024 às 09:10:11	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1

Grupo 1	Valor estimado:	R\$ 16.400,0000
	Situação:	Adjudicado e Homologado
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Adjudado e Homologado por CPF ***.897.***_9 - RUTH SALES GAMA DE ANDRADE para LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93, melhor lance: R\$ 16.400,0000		

Propostas do Grupo G1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)		
Fornecedor	Valor ofertado	Situação
09.152.062/0001-93 - LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 16.400,0000	Proposta adjudicada
Valor proposta: R\$ 16.400,0000	Valor negociado: Não informado	

Mensagens do chat do Grupo G1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	08/05/2024 09:00:04	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	08/05/2024 09:10:07	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:10:42	Bom dia Sr licitante,
Sistema para o participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:11:15	Conforme previsão editalícia, enviarei contra proposta a fim de negociar o seu preço.
Sistema para o participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:12:03	Caso concorde, peço que aceite a negociação e envie a proposta ajustada. Caso negativo, recuse a negociação e envie a proposta ajustada ao seu lance.
Sistema para o participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:12:29	O prazo de envio da proposta é de 2(duas) horas.
Sistema para o participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:13:13	Sr. Fornecedor LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93, você foi convocado para negociação de valor do item G1. Justificativa: Contra proposta a fim de negociar o preço..
Sistema para o participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:13:41	Sr. Fornecedor LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 11:13:00 do dia 08/05/2024. Justificativa: Solicito a proposta ajustada..
pelo participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:57:15	Prezada Pregoeira o valor aofertado é o menor valor!
pelo participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 09:57:32	ofertado*
Sistema para o participante	08/05/2024 10:09:23	Tudo bem, aguardo a proposta.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
09.152.062/0001-93	08/05/2024 10:09:23	Tudo bem, aguardo a proposta.
pelo participante 09.152.062/0001-93	08/05/2024 10:59:58	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:59:58 de 08/05/2024. 27 anexos foram enviados pelo fornecedor LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93.
Sistema para o participante 09.152.062/0001-93	09/05/2024 09:01:21	O item G1 teve a solicitação de negociação de valor CANCELADA para o fornecedor LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93. Motivo: Proposta aceita.
Sistema	09/05/2024 09:01:21	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 09/05/2024 09:11:21.
Sistema	09/05/2024 09:12:55	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 09/05/2024 09:22:55.

Eventos do Grupo G1

Data/Hora	Descrição
08/05/2024 09:13:41	Fornecedor LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 08/05/2024 11:13:00. Motivo: Solicito a proposta ajustada..
08/05/2024 10:59:58	Fornecedor LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93 finalizou o envio de anexo.
10/05/2024 09:48:12	Fornecedor LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 16.400,0000.
10/05/2024 09:48:22	Item homologado.

Item 1 do Grupo G1 - Manutenção de Redes - Água / Esgoto

Serviço de manutenção preventiva com sucção e esgotamento de um DAFA(Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente) com dois Filtros Anaeróbio, incluindo transporte de dejetos, através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos. Dimensões: DAFA: 5,25x2,20x2,60m e Filtro Anaeróbio:3,80x3,80x1,90m, cada.

Valor estimado:	R\$ 6.500,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0100		
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Situação:	Adjudicado e Homologado		

Adjudado e Homologado por CPF \*\*\*.897.\*\*\*-9 - RUTH SALES GAMA DE ANDRADE para LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93, melhor lance: R\$ 6.500,0000

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
09.152.062/0001-93 - LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 6.500,0000	Proposta adjudicada
Valor proposta: R\$ 6.500,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 1

Data/hora

Participante

Lance

Nenhum lance foi registrado para o Item 1.

Item 2 do Grupo G1 - Manutenção de Redes - Água / Esgoto

Serviço de manutenção preventiva com limpeza de caixa de passagem ou de gordura, com dimensões 0,60x0,60x1, 00m, incluindo reassentamento da tampa e transporte de dejetos através de caminhão limpa-fossa com destinação final dos mesmos.

Valor estimado:

R\$ 1.800,0000

Critério de julgamento:

Menor Preço

Quantidade:

1

Unidade de fornecimento:

UNIDADE

Intervalo mínimo entre lances:

R\$ 0,0100

Tratamento Diferenciado

Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)

Situação:

Adjudicado e Homologado

Adjudicado e Homologado por CPF \*\*\*.897.\*\*\*-9 - RUTH SALES GAMA DE ANDRADE para LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93, melhor lance: R\$ 1.800,0000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
09.152.062/0001-93 - LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 1.800,0000	Proposta adjudicada
Valor proposta: R\$ 1.800,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 2

Data/hora

Participante

Lance

Nenhum lance foi registrado para o Item 2.

Item 3 do Grupo G1 - Manutenção de Redes - Água / Esgoto

Serviço de manutenção corretiva da Estação Elevatória, composta por duas bombas submersível modelo ABS UASG 154680 Termo de Referência 8/2023 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Serviços Comuns de Engenharia – Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 2 de 18 Robusta 250T 220V e com painel de comando, incluindo troca de peças. Dimensões da Estação Elevatória: 1,10 x 1,10 x 3,08.

Valor estimado:	R\$ 8.100,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0100		
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Situação:	Adjudicado e Homologado		

Adjudicado e Homologado por CPF \*\*\*.897.\*\*\*.9 - RUTH SALES GAMA DE ANDRADE para LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ 09.152.062/0001-93, melhor lance: R\$ 8.100,0000

Propostas do Item 3

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
09.152.062/0001-93 - LOKMIX - LOCACAO E SERVICOS DO NORDESTE LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 8.100,0000	Proposta adjudicada
Valor proposta: R\$ 8.100,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 3

Data/hora	Participante	Lance
Nenhum lance foi registrado para o Item 3.		

Fase Recursal do Item/Grupo \*

\* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	09/05/2024 09:11:21
Intenção de recurso na habilitação:	09/05/2024 09:22:55





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**  
**DIVISÃO DE SERVIÇOS - DS-DEL**

Despacho nº 0461555/2024/DS - REI/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

Prezada,

1. Segue processo após finalização do Pregão para empenho e demais providências.

Andreia Dos Santos Almeida

Chefe da Divisão de Serviços

Portaria 3056/2020

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA DOS SANTOS ALMEIDA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 10/05/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0461555** e o código CRC **F864EC24**.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**  
**REITORIA**  
**PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA**  
**DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL**

Despacho nº 0461590/2024/DEL - REI/DLC - REI/PROAD - REI/REI/IFS

Processo nº 23832.000482/2023-13

À DLC,

Segue processo após a finalização de Pregão para empenho.

Atenciosamente,  
Ancilla Carvalho  
Chefe DEL Substituta



Documento assinado eletronicamente por **ANCILLA MIRIAM CARVALHO MOURA, Chefe**, em 10/05/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0461590** e o código CRC **7D58C9DE**.